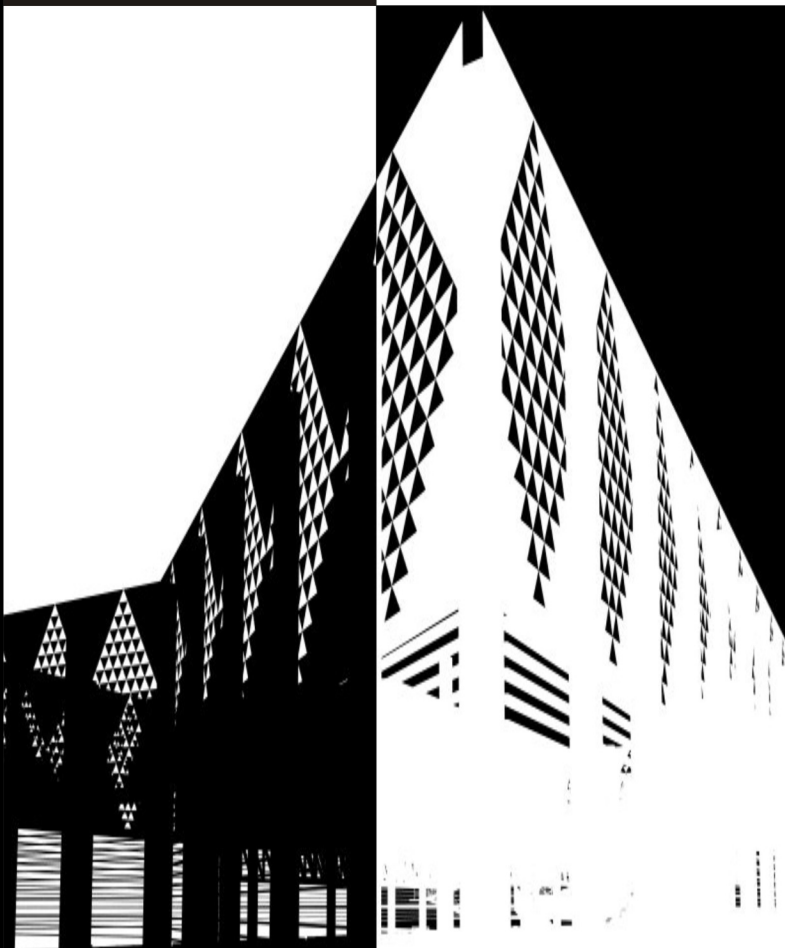
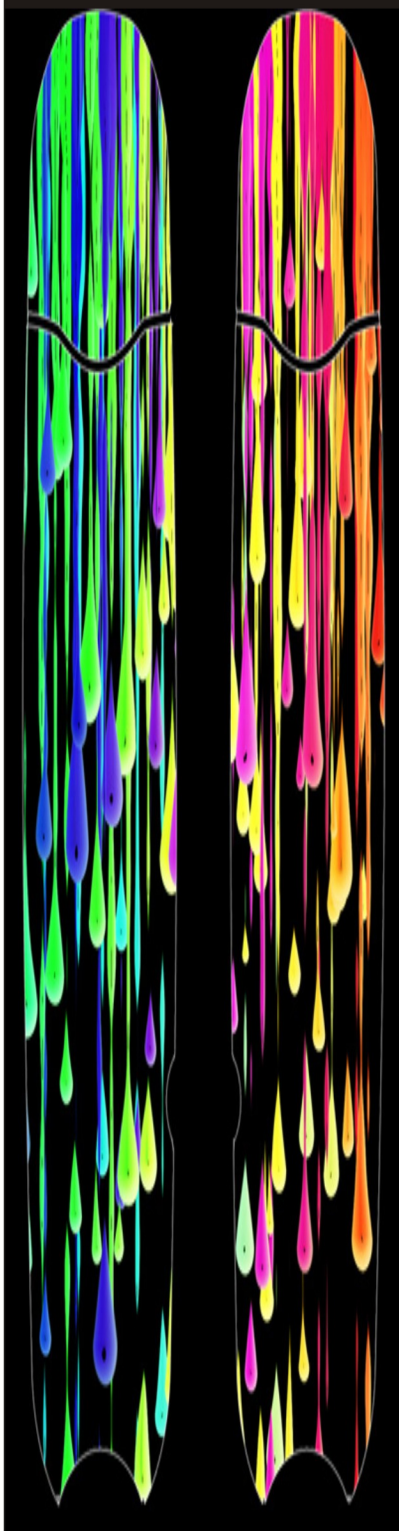


UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E
URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO
POR: YURI NOBRE



**REESTRUTURAÇÃO URBANO-ARQUITETÔNICA DO CENTRO DE
MESSEJANA: TEORIA E PRÁTICA DO URBANISMO SOCIAL. NOVO
MERCADO PÚBLICO DE MESSEJANA: A MATEMÁTICA APLICADA
ÀS PROPORÇÕES DO AMBIENTE CONSTRUÍDO.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CARLOS YURI NOBRE

**REESTRUTURAÇÃO URBANO-ARQUITETÔNICA DO CENTRO DE MESSEJANA:
TEORIA E PRÁTICA DO URBANISMO SOCIAL. NOVO MERCADO PÚBLICO DE
MESSEJANA: A MATEMÁTICA APLICADA ÀS PROPORÇÕES DO AMBIENTE
CONSTRUÍDO.**

Trabalho final de graduação submetido a coordenação do curso
de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará
como requisito para obtenção de título de Arquiteto e Urbanista.

Orientador: Prof. Dr. Romeu Duarte

Fortaleza, Junho de 2011

CARLOS YURI NOBRE

**REESTRUTURAÇÃO URBANO-ARQUITETÔNICA DO CENTRO DE MESSEJANA:
TEORIA E PRÁTICA DO URBANISMO SOCIAL. NOVO MERCADO PÚBLICO DE
MESSEJANA: A MATEMÁTICA APLICADA ÀS PROPORÇÕES DO AMBIENTE
CONSTRUÍDO.**

Trabalho final de graduação submetido a coordenação do curso
de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará
como requisito para obtenção de título de Arquiteto e Urbanista.

Orientador: Prof. Dr. Romeu Duarte

BANCA EXAMINADORA

Prof.: Romeu Duarte Junior (Orientador)

Universidade Federal do Ceará

Prof.: Convidado

Universidade Federal do Ceará

Arq.: Convidado

Fortaleza, 14 de Junho de 2011

Resumo

O bairro de Messejana é uma região da cidade que tem a sua história concomitante a da própria cidade de Fortaleza já que sua ocupação se deu na mesma época. No início da década de 1940, a tradicional feira de Messejana teve seus primeiros comerciantes e a partir dos anos 2000 houve um enorme crescimento econômico, político e social daquela região que se desenvolveu de tal forma que se tornou quase auto suficiente. Atualmente o bairro, apesar de sua riqueza cultural e histórica e até de circulação de capital, sofre com problemas relativos a privatização do espaço público e desorganização do espaço urbano que gera um forte conflito entre os vários agentes atuantes no meio. O trabalho consiste numa tese de graduação para o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará e tem como objetivo a análise urbanística desta região, pontuando problemas e encontrando potencialidades de forma que esse estudo teórico seja transformado em projeto prático que possa vir a melhorar a organização e a qualidade de vida da área. Este consistirá em duas etapas: uma de análise urbanística e arquitetônica do meio urbano e outra de projeto arquitetônico detalhado a nível de anteprojeto.

Palavras-chave: Espaço público, urbanismo social, reestruturação urbana, razão áurea, matemática da arquitetura, proporções naturais.

Abstract

The Messejana district is a city's region that has its history concurrent with Fortaleza's, as their occupations were given at the same period. At the beginning of 1940's, the traditional Messejana's fair had its first traders and from the year 2000, there was a huge economic, political and social growing in the region that was developed in such a way that became almost self sufficient. Currently the district, despite its cultural and historical wealth and even the capital circulation, suffers with problems relating to privatization of public space and clutter of urban space that creates a strong conflict between the various actors that happens there. The work consists on an undergraduate thesis for the Architecture and Urbanism course of the Universidade Federal do Ceará and aims to make a urban analyze of the region, pointing out problems and finding a way that this theoretical study could be transformed into a practical design that may improve the area's organization and life quality. It consists in two stages: an urbanistic and architectural analysis of the urban environment and the other a detailed architectural design.

Keywords: Public space, social urbanism, urban restructuring, Golden Ratio, Mathematical Architecture, natural proportions

Agradecimentos

Antes de qualquer coisa, gostaria de dizer que neste texto de agradecimentos me permitirei aqui o uso de certa “licença poética”, se assim posso chamar, e abandonarei por este breve momento certos formalismos que um trabalho de graduação como este pede. Foi uma longa caminhada de sete anos na faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará até chegar a esta etapa, um momento de finalização e transição da vida universitária para a profissional. Nestes 7 anos aprendi direta ou indiretamente com cada pessoa com quem pude conviver nesse tempo todo, desde professores e funcionários a colegas de faculdade. De origem na escola pública, tive que suar bastante para passar no vestibular para Arquitetura e Urbanismo, que na época ainda estava talvez entre os cinco mais difíceis da UFC, foram noites e noites de estudo e até de negação a atividades de lazer, mas esse esforço não foi em vão, pude descobrir aqui um mundo novo, a profissão mais bela que existe, talvez a única que consiga reunir a sensibilidade das artes plásticas, com a humanidade das ciências sociais e a rigidez técnica das ciências exatas, um curso completo, em que se aprende não só a arte, ou só a ciência, aprende-se a ser um cidadão.

Quero agradecer imensamente a todos os incontáveis amigos que fiz não só dentro da UFC, mas também fora dela em outros cursos da universidade ou mesmo de outros estados nos inesquecíveis encontros de estudantes de Arquitetura, por cada conversa, cada momento vivido, cada discussão, cada riso, cada tristeza, pois de todas as situações pude absorver coisas boas que me fizeram crescer não só como profissional mas também como pessoa. Agradecer especialmente a todos que fizeram parte das duas gestões de Centro Acadêmico de que fiz parte com quem pude conviver de forma mais direta ainda mas que prefiro não sair citando nomes pra não correr o risco de esquecer ninguém. Agradecer também a todos os professores que se esforçaram por passar seu conhecimento nas disciplinas em que cursei das quais consegui sair sem nenhuma reprovação, o que para mim é sim motivo de orgulho. Quero aproveitar para pedir desculpas a todos que eu possa ter magoado, talvez por sempre ter uma postura polêmica que gerou alguns atritos mas que jamais procurei levar para o lado pessoal, atritos estes que chegaram também as reuniões de departamento quando tive que defender o interesse dos estudantes em nome do centro acadêmico. Desculpas também a cada turma de calouros (vulgos “bixos”) que passou pelas minhas “apresentações”, vocês sabem bem o porquê. Felizmente a grande maioria hoje são grandes amigos meus. Agradecimento especial aqueles com quem tenho certeza que se formou uma amizade que durará pelo resto dos anos, um incontável número de pessoas que prefiro também não citar para não correr o risco de esquecer ninguém e provocar ciúmes. Gostaria de dizer que todos vocês estão no meu coração e desejo tudo de melhor para todos.

Agora agradecimento mais do que especial e o maior de todos eu tenho para a minha família, que foi minha base de sustentação e que jamais me deixou na mão, eu amo todos vocês.

Saio agora da faculdade com a sensação de dever cumprido e de ter deixado o meu

legado para as próximas gerações, ter sido figura ativa nas atividades e mobilizações estudantis na faculdade de Arquitetura e Urbanismo em todas as instâncias e poder ajudar a mudar muita coisa na faculdade é motivo de enorme orgulho para mim, acompanhei a transição de uma faculdade abandonada para o que é hoje, um sem número de atividades, bolsas de estudo, monitoria (a qual fiz parte na disciplina de P.A1), escritório modelo, entre outros. Tenho certeza que posso ir tranquilo, deixando a faculdade nas mãos dos meus amigos, cuidem bem dela na minha ausência, e aguardem, pois isso não é um adeus, é apenas um até logo.

NOBRE, Yuri. *Reestruturação urbano-arquitetônica do centro de Messejana: Teoria e prática do urbanismo social. Novo mercado público de Messejana: A matemática aplicada às proporções do ambiente construído.* 2011. 195f. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

Orientador: Romeu Duarte

SUMÁRIO.

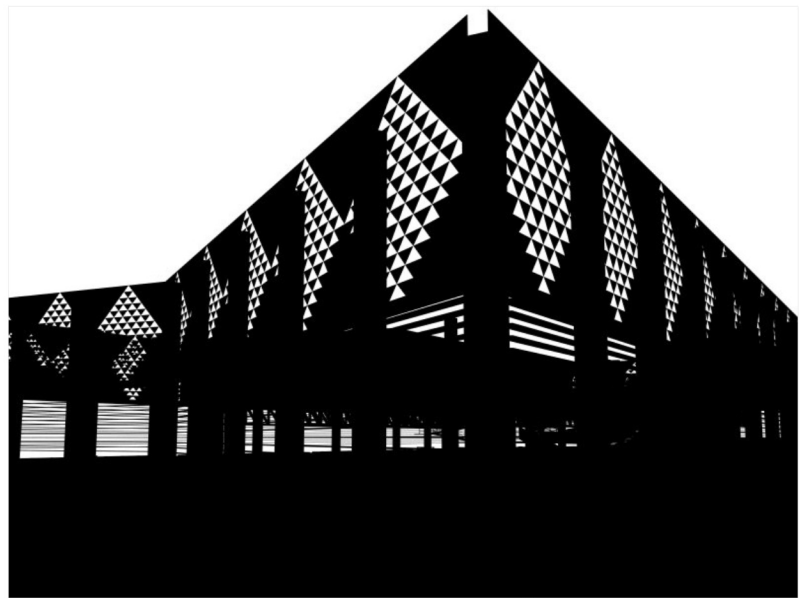
CAPÍTULO 01. Teoria da Arquitetura e do Urbanismo.....	10
1.1. A importância da teoria: “ <i>Empirismo x A priori</i> ”.....	11
1.2. A multidisciplinaridade da Arquitetura e do Urbanismo.....	13
1.3. Justificativa do tema.....	16
CAPÍTULO 02. Análise Histórica.....	21
2.1. Introdução: “ <i>A humanização do projeto</i> ”.....	22
2.2. Fortaleza, muita história pra contar: “ <i>Um locus privilegiado</i> ”.....	23
2.3. Enquanto isso em Messejana: “ <i>Um resumido ensaio</i> ”.....	27
2.4. Criando laços – “ <i>As histórias de Fortaleza e Messejana se encontram</i> ”.....	30
CAPÍTULO 03. Análise Físico/Geográfica.....	33
3.1. Introdução: “ <i>Uma breve reflexão</i> ”.....	34
3.2. A cidade e o bairro: “ <i>O tal do entorno</i> ”.....	35
3.3. Uma idéia geral: “ <i>Vamos com calma</i> ”.....	36
3.4. O curioso caso da Av. Frei Cirilo: “ <i>Uma crise de identidade</i> ”.....	38
3.5. Demais caminhos: “ <i>Um passeio pelo centro</i> ”.....	41
3.6. Nem via primária, nem secundária: “ <i>O importante é ter importância</i> ”.....	44
3.7. Trechos secundários: “ <i>Coadjuvantes com talento</i> ”.....	47
3.8. As Praças: “ <i>Pública ou não, mas me chamem de praça</i> ”.....	48
3.9. Classificação de Bairro.....	54
3.10. Classificação de Vias.....	56
3.11. Sistema Viário de Acesso.....	64
3.11.1. <i>Principais linhas de ônibus</i>	66
3.11.2. <i>Linhas Secundárias de ônibus (locais)</i>	67
3.11.3. <i>Transporte Alternativo (Vans)</i>	68
3.12. Classificação de Limites e Barreiras.....	68
3.13. Classificação de Pontos Nodais.....	70

3.14. Classificação de Marcos.....	73
CAPÍTULO 04. Análise Legislação Urbana.....	76
4.1. Introdução: “ <i>Transição incompleta de leis</i> ”.....	77
4.2. Messejana segundo a LUOS/96: “ <i>A lei como ela é? Ou como ela era?</i> ”.....	77
4.3. Messejana e o PDP: “ <i>Novas diretrizes para uma nova metrópole</i> ”.....	85
4.4. Lagoa de Messejana: “ <i>Um patrimônio tombado, mas esquecido</i> ”.....	91
CAPÍTULO 05. Análise Uso e Ocupação.....	96
5.1. Introdução: “ <i>Dois cidades num só bairro</i> ”.....	97
5.2. Uso do solo urbano: “ <i>Mantendo paradigmas do centro comercial brasileiro</i> ”.....	98
5.2.1. Residencial:.....	99
5.2.2. Comercio:.....	99
5.2.3. Serviços:.....	100
5.2.4. Institucional:.....	101
5.2.5. Domínio:.....	102
CAPÍTULO 06. Análise Sócio-Econômica.....	104
6.1. Introdução: “ <i>e se quebram velhos paradigmas do planejamento urbano</i> ”.....	105
6.2. A feira e o espaço público: “ <i>O contra-uso e seus porquês</i> ”.....	106
6.3. O centro e sua economia: “ <i>Auto-suficiência suficiente?</i> ”.....	113
6.4. A Paisagem e suas transformações temporais: “ <i>O Fenômeno imobiliário</i> ”.....	116
CAPÍTULO 07. Análise Arquitetônica e Intervenções.....	121
7.1. Introdução: “ <i>Intervir para progredir, sem agredir</i> ”.....	122
7.2. Reestruturação Urbana: “ <i>Revitalização ou Gentrificação?</i> ”.....	124
7.3. Intervenções urbano-arquitetônicas: “ <i>Diretrizes gerais e justificativas</i> ”.....	126
7.4. Características arquitetônicas do bairro: “ <i>Passeando pela arquitetura local</i> ”.....	132
7.4.1. Igreja Matriz.....	133

7.4.2. Mercado de Messejana.....	135
7.4.3. Edifício dos Correios e Torre da Caixa D'água.....	137
CAPÍTULO 08. Memorial Descritivo de Arquitetura.....	138
8.1. Introdução: “Arquitetura transformando o espaço”.....	139
8.2. A matemática da arquitetura: “Proporções exatas”.....	141
8.3. A Razão Áurea: “O número mágico”.....	144
8.3.1. O número de ouro.....	144
8.3.2. A Sequência de Fibonacci.....	146
8.4. O edifício e sua abstração: “Por uma abstração funcional”.....	147
8.5. A arquitetura do mercado: “Uma visão geral do edifício e seus pormenores”.....	150
8.5.1. A área de feira.....	151
8.5.2. A área do mercado.....	152
8.6. Programa de necessidades: “Detalhando ambientes”.....	153
8.6.1. Prancha 01 – Planta de Situação/Locação e Coberta.....	155
8.6.2. Prancha 02 – Planta do Térreo.....	157
8.6.3. Prancha 03 – Planta do Subsolo e nível -4,00.....	159
8.6.4. Prancha 04 – Planta do Mezanino e 1º Pavimento.....	161
8.6.5. Prancha 05 – Plantas do Setor Privado dos Permissionários, Carga/Descarga e Banheiros de Público.....	162
8.6.6. Prancha 06 – Plantas da Praça de Alimentação, Administração e Auditório.....	164
8.6.7. Prancha 07 – Cortes e Fachadas.....	166
8.6.8. Prancha 08 – Tipologia de boxes.....	167
8.7. Tipologia Construtiva: “Estrutura e materiais”.....	169
8.7.1. Solução Estrutural.....	169
8.7.2. Esquadrias.....	171
8.7.2.1. Portas.....	171
8.7.2.2. Janelas, Grades e Combogós.....	172

<i>8.7.3. Escadas, Rampas e Guarda-Corpos.....</i>	172
Conclusão.....	173
ANEXOS.....	176
Referências Bibliográficas.....	191

"[...]por dar forma concreta à sociedade e sendo intimamente ligada a ela e à natureza, a arquitetura é diferente, e de modo original, de todas as outras artes e ciências." (ROSSI, 1931)



CAPÍTULO 01

Teoria da Arquitetura e do Urbanismo



1. Teoria da Arquitetura e do Urbanismo

1.1. A importância da teoria: “*Empirismo x A priori*”

Quando pensamos em teoria, logo nos vem à mente conceitos clássicos do que se entende por isso. Conceitos que dizem que teoria é um conjunto de idéias de caráter conceitual que poderão, ou não, expressar a prática no futuro. A idéia principal do referido tópico deste trabalho é mostrar a importância da teoria no projeto que virá mais a frente e como esta poderá ser relevante para embasar o projeto arquitetônico/urbanístico para a criação de um roteiro lógico de organização de idéias e conceitos, de forma a criar textos de fácil compreensão mesmo àqueles considerados leigos na área. Serra (2006, p. 51) define modelo teórico ou teoria como “o conjunto de proposições que procura explicar o objeto e as suas relações internas e externas” referindo-se a mecanismos de causa e efeito baseadas em analogias que sejam fundamentadas. Assim, é da teoria que poderemos partir para um conhecimento mais amplo do que se pretende na pesquisa. Pode-se iniciar a pesquisa e conseqüentemente o projeto, portanto, a partir de um levantamento de idéias e proposições expressas pelo contexto teórico.

A pesquisa acadêmica, sobretudo quando se fala em teoria, é constituída de um conjunto de idéias que devem ser colocadas de forma organizada com o objetivo de promover o conhecimento de forma a adicionar novas descobertas ou simplesmente reforçar idéias e soluções já existentes, mas pelo seu caráter de pesquisa científica poderá trabalhar com o chamado critério de falseabilidade, pois, segundo Popper (1993), a característica principal da pesquisa científica é a de poder ser provada como falsa a qualquer outro momento, pois se ela é tida como verdadeira e absoluta não poderá ser considerada como pesquisa científica. Existe dentro da discussão da pesquisa acadêmica duas formas de produção e organização de idéias para a produção de conhecimento, objetivo primordial da pesquisa científica, a forma biológica e a filosófica. A ciência biológica, especificamente a neurologia, nos mostra a partir dos estudos do histologista espanhol Santiago Ramón y Cajal como o conhecimento é adquirido e armazenado em nosso cérebro. São alterações anatômicas nos nossos neurônios, que são células do sistema nervoso responsáveis pela transmissão de impulsos nervosos ao cérebro, que formam as chamadas sinapses que nada mais são do que pontos de aproximação dos nossos neurônios que transmitem as mensagens entre si eletricamente até chegar ao nosso cérebro, concluindo então que estas sinapses são unidades básicas da estrutura cerebral e do sistema nervoso como um todo, a base para o bom funcionamento da memória que se forma durante a aquisição do conhecimento. Por outro lado, a filosofia coloca o conhecimento como um produto social, ou seja, é o próprio indivíduo que cria sua consciência social através da vivência no ambiente. A plena consciência desse princípio é básica para a produção teórica do conhecimento em Arquitetura e Urbanismo tendo em vista o imenso papel social do profissional arquiteto e urbanista perante a sociedade, na medida em que interfere no espaço de forma a atender as necessidades sociais, econômicas e políticas.

A importância da teoria é algo inegável e conseqüentemente essencial para o sucesso tanto da pesquisa científica quanto da elaboração de projeto tanto urbanístico quanto arquitetônico, resultado de tal estudo teórico, objetivo final deste trabalho, mas será a experiência no ambiente a ser estudado que dará as bases estruturais para o embasamento teórico. Locke e Hume afirmavam que tudo em nossa mente passou pelos nossos sentidos mas Kant acreditava no conhecimento independente da experiência, que ele chamou de *a priori*, e que pelos fenômenos se chega a realidade. Existem dentro da filosofia, dois critérios que podem fazer chegar a ela, a coerência lógica e a própria percepção do mundo real através dos sentidos. Partindo tanto da experiência sensorial empirista de Locke e Hume como do *a priori* de Kant e métodos experimentais, estatísticos, quantitativos e qualitativos pode-se desenvolver a teoria de forma a contribuir consideravelmente na formação de pesquisas científicas e conseqüentemente na elaboração teórica do trabalho aqui exposto.

Dentro do trabalho teórico será desenvolvida e amadurecida a idéia da intervenção ou não em cada área da região estudada. Um dos maiores erros dos arquitetos e pesquisadores sobretudo na área urbanística é querer teorizar ou intervir em espaços que não são vivenciados por ele. O primeiro passo da teoria é a experiência social do espaço urbano complementada pela leitura de trabalhos já feitos na área e/ou livros complementares sobre o tipo de região em que está se teorizando para futura intervenção. Mas Karl Marx dizia que não basta apenas conhecer o mundo e vivenciá-lo, é necessário mudá-lo. Logicamente se falava num contexto político, social e econômico e o arquiteto deve conhecer seus limites e saber que aparece como agente transformador do espaço natural ou anteriormente criado para atender as necessidades humanas socialmente determinadas, sendo as mudanças pretendidas por Marx uma mera conseqüência da ação do arquiteto e do urbanista.

O que é mesmo importante para o arquiteto na hora de teorizar a intervenção através de estudos que nortearão as necessidades de projeto é “lançar mão de todas as matérias, técnicas e idéias para achar a solução” (Le Corbusier, 1995), pois o autor da pesquisa para o trabalho que se dispõe a teorizar a realidade urbana de uma região deve saber que a intervenção propriamente dita será apenas o produto final e prático de uma série de estudos feitos por profissionais das mais diversas áreas do meio social, de psicólogos e jornalistas até cientistas sociais e políticos, e da escuta do cidadão comum que vivencia o espaço, que darão ao arquiteto a realidade do local e a idéia de como este deve intervir para sua melhoria e a quem ou o que ele deve atender como prioridade. Cabe ao profissional conhecer a especificidade da arquitetura e do urbanismo, que será abordada mais a frente neste trabalho, para que não haja qualquer tipo de colocação leviana sem conhecimento de causa, cabendo ao mesmo a apreensão inicial de conhecimento básico necessário sobre cada área de estudo que não seja propriamente a sua e no caso de trabalho acadêmico como este que não existe um apoio e a ação direta de profissionais de outras áreas necessários para o complemento do conhecimento e conseqüente ação prática projetual, como dito anteriormente, deverá o autor saber o limite específico da

profissão e até onde poderá avançar em áreas do conhecimento alheias a sua, de forma a ter ao menos a noção mínima do que se precisa para poder proporcionar uma intervenção urbana e arquitetônica bem sucedida. Vale lembrar que pela imensa interdisciplinaridade deste trabalho ele terá a co-orientação máxima possível de profissionais de outras áreas, mesmo que apenas em seus pormenores, necessários a uma boa teorização da realidade urbanística do centro de Messejana. E logicamente estes, terão os seus devidos créditos e agradecimentos ao final deste trabalho.

1.2. A multidisciplinaridade da Arquitetura e do Urbanismo

O campo da Arquitetura e do Urbanismo é conhecido por ser extremamente vasto e aberto a uma série de possibilidades de atuação dentro do mercado de trabalho para aqueles que o escolhem como profissão. Apesar desta imensa gama de possibilidades que vão desde o projeto de arquitetura tradicional a comunicação visual, do urbanismo a arquitetura de interiores, da fiscalização de obras ao *design* de móveis, o profissional arquiteto deve saber até que ponto compete a ele a intervenção e/ou a pesquisa aprofundada sobre determinado assunto sob o risco de possíveis opiniões ingênuas e sem conhecimento de causa, para isto é primeiramente necessário um reconhecimento do campo da arquitetura e do urbanismo para assim conhecer suas fronteiras, que na prática varia bastante para mais ou para menos dependendo das grades curriculares de cada escola de arquitetura.

Em sua etimologia a palavra arquiteto vem do grego, *arkhitektôn* que significa “construtor principal”, mas que dá margem a uma expansão sobre a compreensão etimológica da palavra grega quando *arché* é analisada como significando “princípio”. Em resumo o arquiteto é aquele que norteia a obra, seria como uma espécie de grande coordenador de obras (apesar da profissão nos dias de hoje ter tomado rumos diferentes, já que quase não mais se vê o arquiteto em obra, como se via antigamente, a profissão vem cada vez mais se resumindo ao projeto propriamente dito, ao desenho, a estética, e não mais a sua execução, que acabou ficando a cargo do engenheiro), portanto o mesmo tem como função reunir as informações coletadas e transformá-las em projeto, em atuação prática, no caso aqui estudado, na intervenção urbana. Mas dentro dessa interdisciplinaridade que ele comanda, deve o arquiteto reconhecer o campo da arquitetura e do urbanismo de forma a bem utilizá-lo nos objetivos do trabalho a ser realizado e não interferir de forma ingênua em outras áreas profissionais. Reconhecer este campo do conhecimento é saber ver e estudar os fenômenos de forma ampla mas sem perder o foco no seu objetivo principal e em sua área do conhecimento.

Existem dentro da vasta bibliografia da teoria arquitetônica, várias definições sobre o que seria arquitetura. Vou aqui apontar algumas definições que servirão de exemplos para reflexão tanto minha como autor do trabalho, quanto de você leitor. Aldo Rossi em seu livro “A Arquitetura da Cidade” (1931) nos diz que “*criação de um ambiente mais propício à vida e*

intencionalidade estética são as características estáveis da arquitetura. Esses aspectos evidenciam-se em toda pesquisa positiva e iluminam a cidade como criação humana. Mas, por dar forma concreta à sociedade e sendo intimamente ligada a ela e à natureza, a arquitetura é diferente, e de modo original, de todas as outras artes e ciências” (ROSSI, 1931, p.1) exaltando a importância da profissão do arquiteto perante a sociedade por dar forma concreta aos estudos das ciências humanas unindo a técnica prática com o estudo social, enfatizando ainda, em outros trechos, a crítica ao “funcionalismo ingênuo” que permeia a arquitetura moderna, transformando-a em um mero esquema de funções em detrimento a autonomia da obra arquitetônica como obra de arte e seu caráter estético. Já o arquiteto romano Marco Vitruvius Polião em sua obra “*De Architectura*” aproximadamente do ano 40 a.C, dizia em suas palavras que “A arquitetura é uma ciência, surgindo de muitas outras, e adornada de muitos e variados ensinamentos: pela ajuda dos quais um julgamento é formado daqueles trabalhos que são o resultado das outras artes”, enfatizando assim a multidisciplinaridade que envolve o profissional arquiteto. Para ele, a obra arquitetônica deveria seguir três elementos fundamentais: estabilidade, função e beleza, conhecidos também como “tríade vitruviana”. Partindo para uma definição mais moderna sobre arquitetura tomarei Lúcio Costa como representante quando em sua obra “*Considerações sobre arte contemporânea*” ele diz o seguinte:

“Arquitetura é antes de mais nada construção, mas, construção concebida com o propósito primordial de ordenar e organizar o espaço para determinada finalidade e visando a determinada intenção. E nesse processo fundamental de ordenar e expressar-se ela se revela igualmente e não deve se confundir com arte plástica, porquanto nos inumeráveis problemas com que se defronta o arquiteto, desde a germinação do projeto, até a conclusão efetiva da obra, há sempre, para cada caso específico, certa margem final de opção entre os limites - máximo e mínimo - determinados pelo cálculo, preconizados pela técnica, condicionados pelo meio, reclamados pela função ou impostos pelo programa, - cabendo então ao sentimento individual do arquiteto, no que ele tem de artista, portanto, escolher na escala dos valores contidos entre dois valores extremos, a forma plástica apropriada a cada pormenor em função da unidade última da obra idealizada. A intenção plástica que semelhante escolha subentende é precisamente o que distingue a arquitetura da simples construção.” (COSTA, 1940, p.608)

Nesta definição, Lúcio Costa mostra que apesar de artista, o arquiteto se defronta com muito mais problemas do que a simples intenção estética, devendo uni-la ao máximo a função da obra perante os usuários, já que ele interfere diretamente na sociedade e a transforma, exaltando assim sua importância dentro da sociedade moderna e de sua história social, política e econômica.

Note que de uma forma geral, apesar de definições de autores com linhas diferentes no pensamento arquitetônico, todos eles concordam que a arquitetura tem papel relevante na organização da sociedade e sua história e deve atender não só a aspectos funcionais como também estéticos, mas repare também que quando digo “definição de arquitetura” isto abrange também o urbanismo já que a escala de cidade é constituída de uma série de partes com seus elementos em comum aonde se dispõem os edifícios.

Em resumo a tudo o que foi aqui exposto, deve-se saber primordialmente que o arquiteto, sobretudo aquele em posição de intervir urbanisticamente, apesar do seu estudo acadêmico tão vasto e interdisciplinar, tem que saber que não poderá tomar parte de certas áreas profissionais a qual ele não tem conhecimentos aprofundados, cabendo ao mesmo, apenas um estudo básico necessário sobre o assunto. Posso citar como exemplo disto, já rebatendo o tema aqui debatido nos objetivos deste trabalho, a multidisciplinaridade que envolverá a elaboração de um planejamento urbano para o crescimento futuro do centro de Messejana, na medida em que a intervenção urbana é um trabalho que antes mesmo do desenho do primeiro traço em prancha exige uma série de estudos sociais, econômicos, políticos e técnicos da região onde se pretende intervir de modo a não haver o desenho gratuito e sem razão de ser e que, portanto, não bem atenderá as necessidades humanas, objetivo ético primordial num projeto, tanto urbano quanto arquitetônico. Estudos como esse, exigirão clara preparação profissional para cada um deles especificamente, pois sendo de caráter multidisciplinar, que segundo o dicionário Michaelis da Língua Portuguesa de 2008 é aquilo “relativo ou pertencente a muitas disciplinas”, deverá envolver uma série de profissionais preparados para cada função, de psicólogos a jornalistas, de sociólogos a estatísticos, de engenheiros a geógrafos, cabendo ao arquiteto coordenar essa pesquisa, tomar conhecimento básico de cada uma das áreas e reunir informações coletadas por cada especialista de modo a transformá-las em desenho, em intervenção prática, com o objetivo de resolver da melhor forma os problemas expostos pela pesquisa e explorar as potencialidades descobertas. Porém, deverá o arquiteto, sobretudo a um nível como este, de trabalho acadêmico, cuja atuação ativa de profissionais de outras áreas se mostra inviável, saber que tipo de informações serão realmente relevantes para a realização do objetivo final de forma a não haver um excesso de interdisciplinaridade no trabalho que possa vir a atrapalhar o processo de produção do conhecimento ao invés de ajudar. Lefedvre (1975), sobre o tema da interdisciplinaridade na intervenção urbana diz que *“quando nos encontramos entre sociólogos, geógrafos, economistas, se dá sempre uma luta pelo predomínio. Se inicia por intermináveis discussões, uma ciência querendo reger as outras; e se o debate não é pelo predomínio, com frequência se trata de um diálogo de surdos[...] A equipe multidisciplinar só pode formar-se e ser eficaz na perfeita igualdade entre seus constituintes...”* (LEFEBVRE, 1975). Em face da inviabilidade da atuação multidisciplinar necessária, este trabalho terá um estudo ao menos básico de cada área do conhecimento estritamente necessária ao pleno entendimento da teoria que o envolve até a chegada do produto final em forma de projeto urbano e arquitetônico.

1.3. Justificativa do tema

O conceito de centro, há tempos, vem sendo motivo de diversas discussões no meio acadêmico e profissional. No livro *Espaço Intra Urbano no Brasil*, de Flávio Villaça, encontramos que “[...] o centro deveria ser nos pontos de grande convergência de vias importantes...” (VILLAÇA, 1998, pag. 268), é no centro principal aonde as atividades de maior importância para a cidade acontecem. O centro da cidade de Fortaleza, nasceu dos planos de Antônio Silva Paulet e sua malha xadrez, para comportar uma cidade do século XIX, sua economia e sua estrutura social, porém com o desenvolvimento sobretudo do sistema de transportes, principalmente após o crescimento da exportação cearense de algodão, o advento do veículo motorizado e o crescimento econômico da capital como um todo, já há tempos não se mostra suficiente para sustentar a demanda que um centro tradicional deve comportar, mostrando-se num processo de clara decadência. Vale aqui uma reflexão sobre o que significaria essa decadência tão comentada nas discussões sobre a atual situação do centro tradicional da cidade para depois comentar sobre suas causas e consequências. Bom, que o centro tradicional não só de Fortaleza como das grandes cidades brasileiras encontra-se num processo de decadência, isso é da concordância de todos, o que nos resta agora é analisar o que seria esta decadência e o que a ocasionou no decorrer da sua cronologia urbana. O que chamamos comumente de decadência ocorre após a saída da população de alta renda do centro, fato este que não necessariamente é a causa dela. Diversos fatores contribuíram para que isso ocorresse.

O centro tradicional da cidade de Fortaleza passou, a partir de meados do séc. XX, a perder o caráter de exclusividade e passa assim a ver a cidade de Fortaleza aos poucos se caracterizar ainda mais como polinucleada na medida em que subcentros periféricos vão se fortalecendo, não só o que hoje se chama de centro expandido como também subcentros mais distantes que acabaram adquirindo certa independência nas periferias da capital alencarina, dentro dos cinco atuais distritos: Centro, Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim e Parangaba. Devo ressaltar ainda o advento dos *shopping centers*, centros de compras altamente especializados que oferecem variedade equilibrada de serviços e um deslocamento mínimo para o cliente. A saída de grandes edifícios institucionais como o Fórum Clóvis Beviláqua, Câmara de Vereadores e da sede administrativa do governo contribuíram consideravelmente para esta “queda” do centro da cidade de Fortaleza. Assim o fenômeno de polinucleação do centro gera como “consequências ou manifestações o enfraquecimento dos centros principais como aglutinadores do espaço metropolitano” (VILLAÇA, 1994, pag. 245). Está clara que uma das causas da saturação atual que sofre o centro da cidade de Fortaleza é produto de um mau planejamento, ou a falta dele, de pouca visão de futuro por parte dos planejadores urbanos, que não previram o desenvolvimento do sistema de transporte, posto que o leito carroçável atual mostra-se totalmente inadequado, ou o crescimento populacional que já era uma crescente no séc. XIX (ver fig. 01), ou o crescimento econômico que um centro tradicional poderia vir a ter, ou mesmo o surgimento de um sistema polinucleado na cidade, como já vinha acontecendo em

outras cidades brasileiras. Um planejamento se fez necessário, mas nunca foi feito de maneira estratégica e eficiente, visando o futuro e isso não se diz exatamente para o séc. XIX, quando se deram os primeiros esboços do que viria a ser o centro tradicional da cidade de Fortaleza, mas sim também no decorrer das décadas do séc. XX até os dias de hoje. Infelizmente intervenções pontuais acabam fazendo um mero “remendo” no problema, o mascara, esconde, e, portanto, não se apresenta como solução. O que se pretende fazer no trabalho aqui exposto nada mais é que um planejamento para o centro da cidade de Messejana, através de sua reestruturação, um subcentro, um núcleo urbano que adquiriu certa independência e vem numa crescente impressionante nas últimas décadas, se tornando quase auto-suficiente. Uma região que assim como o centro tradicional de Fortaleza, começou como de característica residencial, “caiu nas graças” do comércio e vem crescendo de forma tão assustadora, que mesmo os leigos no assunto percebem que neste ritmo o centro de Messejana não mais comportará a demanda tanto daquele que compra quanto daquele que vende, assim como aconteceu no centro tradicional.

Ano	População
1872	42.458
1890	40.902
1900	48.369
1910*	65.816
1920	78.536
1930*	126.666
1940	180.901
1950	270.169
1960	514.818
1970	842.702
1980	1.308.919
1991	1.766.794
2000	2.138.234
2007*	2.431.415
2009*	2.505.552

Fig. 01 Tab. 01 – Tabela População de Fortaleza.
Fonte: IBGE

Falando em termos de população de Fortaleza, podemos analisar a tabela ao lado e ver que o centro servia para uma cidade de 42.458 habitantes (IBGE, 2009), que nem se compara aos 2.505.552 habitantes dos dias de hoje (IBGE, 2009). Ainda analisando a tabela, podemos ainda concluir que este crescimento foi uma constante, a cada ano que se fez este levantamento (exceto de 1872 para 1890), que não foi levada em consideração no momento de planejar e reestruturar o centro da cidade no decorrer dos anos. Toda a cidade de Fortaleza sofreu um processo de crescimento demográfico acentuado principalmente pela imigração de habitantes do interior fugindo das fortes secas do interior, em busca de melhores condições de vida e trabalho e pelo crescimento econômico que sofreu a cidade a partir da metade do século passado. Analisando de uma forma

mais contemporânea e específica, você pode ver que praticamente todos os bairros do distrito de Messejana (onde residem os principais usuários do seu centro, tanto compradores, quanto vendedores) tiveram crescimento acentuado de 1991 para o ano 2000, segundo o censo do IBGE realizado a cada 10 anos no Brasil. O distrito de Messejana seguiu esse crescimento e este trabalho tem por objetivo principal, criar e desenvolver soluções para o bairro de Messejana não cair no mesmo erro do centro da cidade ao pensar (ou não pensar) no futuro, sabendo que o centro de Messejana vai crescer proporcionalmente a população, necessitando, portanto, de um plano de reestruturação urgente.



Fig. 02 – Área de análise e intervenção urbano-arquitetônica

registrada. Observe em destaque no mapa da fig. 02, a delimitação da área de estudo que envolve em seus limites, em sentido horário, o perímetro formado pelas ruas: Cap. Afrânio, Padre Calor Alencar, Cel Ernesto Matos e Eduardo Porto, o que não significa necessariamente que o estudo não poderá se alongar as demais quadras lindeiras a este perímetro. Já os dados oficiais sobre a delimitação da feira legalizada, citados anteriormente, dizem que ela está, em sentido horário, dentro dos limites das ruas: Cel. Francisco Pereira, Joaquim Bento/Joaquim Felício, Cel. Guilherme Alencar e Dr. Pergentino Maia, como se pode observar no mapa da fig. 03 e no anexo 01 (Fonte: Secretaria de Serviços Urbanos/SEMAM SER VI), maiores detalhes sobre a organização atual das feiras estão explícitos a partir da p.94 no sub-tópico 6.2. A feira e o espaço



Fig. 03 – Área oficial de feira

público: “*O contra-uso e seus porquês*”.

. Ocorrerá aqui, dentro dos limites colocados anteriormente, uma análise e estudo dos fenômenos urbanos pois “[...]uma imagem clara do entorno constitui uma base valiosa para o desenvolvimento individual” (LYNCH, 1918, pag. 5), enumerando causas e conseqüências, problemas e potencialidades, onde teoria e prática andarão lado a lado de forma a transformar o estudo do espaço em projeto, em planejamento e reestruturação do espaço, de

modo a ordenar esse crescimento e dar uma maior qualidade de vida para este importante sub-centro da cidade e a todos que dele se utiliza. É importante também lembrar que uma região como essa gera emprego, direto e indireto, e uma produção de capital considerável para a economia da

cidade que tende a aumentar.

O centro de Messejana é uma região de importância inestimável para a cidade de Fortaleza, tanto econômica quanto social. Somente a feira de Messejana produz cerca de três mil empregos indiretos, segundo dados do site *portalmessejana.com*, isto sem contar os milhares de empregos diretos gerados pelas lojas e estabelecimentos que ali se instalaram, todo esse fluxo comercial obviamente gera lucro, o que faz circular uma enorme quantidade de capital diariamente, movimentando a economia tanto na escala do bairro quanto da cidade. De acordo com o agente administrativo encarregado de feiras do Setor de Serviços Urbanos da SER-VI, Estevam da Silva, 1.500 (mil e quinhentos) permissionários registrados participam todos os domingos da tradicional feira de Messejana, que acontece desde a década de 1940, além dos mais de 60 permissionários que trabalham dentro do Mercado. A feira de Messejana começa aos sábados à noite, com algumas barracas, mas o movimento mais intenso é registrado aos domingos, pela manhã e termina cerca de 14h (quatorze horas), quando as barracas começam a ser desmontadas. De segunda a sábado também ocorre a feira permanente na frente do mercado, só que numa escala menor e concentrada em sua maioria na venda de calçados e confecções em geral.

Esta ocupação do meio urbano do centro de Messejana se deu de forma um pouco desorganizada já que acabou não havendo nenhum tipo de planejamento para transformar aquele meio urbano em um grande pólo comercial que é hoje e que inclusive vem contribuindo de forma significativa para o processo, cada mais evidente, de abandono do centro da cidade pois aquela parcela da população residente na região metropolitana da cidade de Fortaleza como dos municípios de Itaitinga, Horizonte, Pacajus, Aquiraz e etc.(que juntos somavam parcela significativa de consumidores dos serviços oferecidos no antigo centro) já não tem mais a mesma necessidade de ir até lá para fazer suas compras no centro de Fortaleza pois encontram no centro de Messejana tudo o que precisam e devido a toda correria do mundo atual, somando-se ao fator de gastos com transporte, vêem nesse “novo centro” uma alternativa viável.

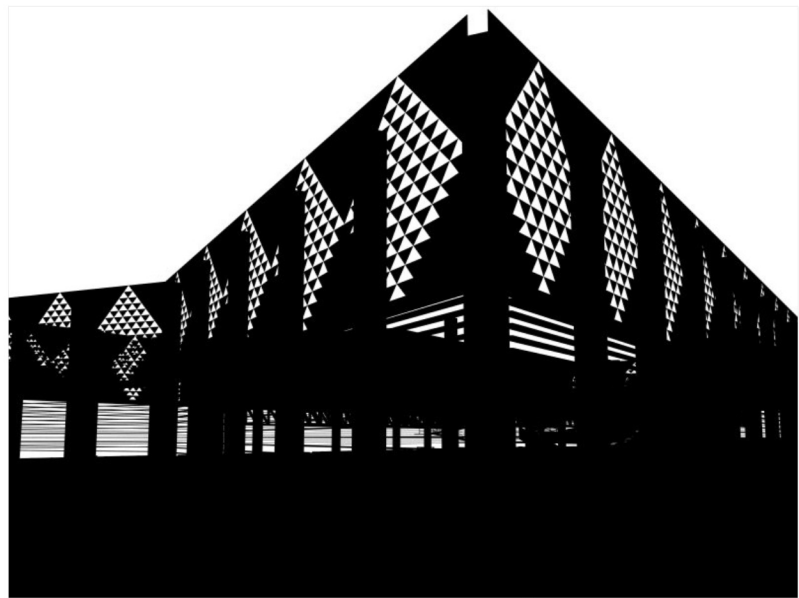
Ainda no que tange a apropriação do espaço, nota-se claramente um processo de privatização dos espaços públicos no centro de Messejana, quando ao caminhar pela região percebe-se com facilidade, lojas e pontos comerciais em geral que desobedecem a recuos mínimos para as edificações em relação ao lote urbano, calçadas tomadas para estacionamento, o que obriga o pedestre a muitas vezes caminhar no meio da rua. Problemas como este deverão ser atacados na hora de intervir.

Um núcleo urbano tão importante quanto este, cresce de maneira muito rápida, isso exige um plano estratégico urgente para guiar este crescimento de forma a não se transformar num aglomerado urbano desorganizado e caótico como é atualmente o centro tradicional de Fortaleza. É válido ressaltar a feira também como de importância social, não só no aspecto de geração de empregos e oferecimento de serviços variados a população, mas no aspecto de

convivência humana. Muitos dos frequentadores da feira vêm ao local apenas para conversar, trocar algumas idéias, se divertir com os amigos. E é sempre bom lembrar que a feira semanal permanente, iniciada no início dos anos 2000, serviu também para ocupar um espaço antes ocupado por traficantes e usuários de drogas(segundo relato de moradores mais antigos e experiência visual própria, como morador da região), a praça do Mercado de Messejana, revelando assim sua importância também para a promoção de um uso saudável do espaço. A promoção de um espaço mais bem organizado e saudável não só no presente como no futuro para esta população, deve ser preocupação essencial do arquiteto e do urbanista a intervir. Este aspecto antropológico do meio urbano local é o que mais impressiona no centro de Messejana e isto sozinho bastaria como justificativa para intervir na região. Melhorar o ambiente de forma a promover uma boa convivência humana. Mas, além disso, uma série de justificativas, algumas já levantadas acima, apresentam-se como motivadoras da intervenção que irá se seguir mais a frente, após estudo detalhado.

A justificativa técnica já foi posta nos parágrafos anteriores, agora, tão importante quanto, é a justificativa emocional que envolve essa intervenção já que é feita por mim que sou um morador do bairro, alguém que conhece a realidade da região e convive diariamente com ela. Para mim será de extrema importância saber que fui útil ao meu bairro, o estudei e apresentei proposta viável para melhorá-lo e criar um ambiente mais humano e organizado. Agora não basta intervir por intervir, apenas por ser morador do bairro, o problema deve existir e ser apresentado de forma que possamos explorar estes problemas e começar a enxergá-los como potencialidades. Encerro aqui esta justificativa com um trecho da obra de Karl Marx, que define bem a importância deste fenômeno urbano chamado feira, que deve ser tratado com a devida importância: “A aglomeração como condição necessária a cooperação, é uma força produtiva” (Marx, s.d., livro 1, v. 1, 371, Gottdiener, 1985, 268; 1987, 405). Seguem então nos próximos capítulos, estudo detalhado dos vários aspectos que envolvem o centro de Messejana de forma que esta análise possa dar subsídio para a intervenção que virá em seguida.

“Um lugar [Messejana] que enfrenta com dificuldades os problemas inerentes a uma cidade grande, sem, no entanto, perder o charme de um lugar antigo.” (FREITAS, 2010)



CAPÍTULO 02

Análise Histórica



2. Análise Histórica

2.1. Introdução: “A humanização do projeto”

Para entendermos o presente, é essencial entendermos também o passado, para que possamos saber como se deu o desenvolvimento histórica e cronologicamente o bairro e assim trilhar caminhos aprendendo com os erros e dando continuidade a idéias que deram certo.

No dia 1º de janeiro de 2010, foi considerada oficialmente como a data em que Messejana completou 250 anos de fundação, pois foi em 1760 que pela primeira vez ela foi reconhecida pelo reinado de Portugal e elevada a categoria de vila, ao que hoje corresponde a um município de hoje em dia. Messejana teve várias transformações ligadas principalmente a instabilidade política e a má administração local. Foi extinta como vila e absorvida como parte de Fortaleza por duas vezes até se fixar, desde 1921, como distrito da cidade até ser delimitada como bairro, processos esses que fez Messejana perder cerca de 70% de sua área original advinda ainda dos tempos de aldeia indígena dos potiguaras, passando durante todos estes longos anos por intensas transformações de caráter econômico, social, político, urbanístico e arquitetônico, tendo algumas épocas como de maior atividade nestas duas últimas áreas, como mais recentemente, no final do sec. XX para início do sec. XXI, quando Messejana sofreu uma intensa atividade reestruturante da malha urbana que resultou em sua conjuntura atual, uma malha de desenho clássico de vila, que guarda ainda sua tradições, rebatidas em edifícios como a Igreja Matriz e o mercado, aliada a uma nova ordem urbanística moderna e capitalista baseada no crescimento da área como pólo comercial gerador de capital. *“Um lugar que enfrenta com dificuldades os problemas inerentes a uma cidade grande, sem, no entanto, perder o charme de um lugar antigo”* (FREITAS, 2010, p. 59). É o tipo da região que, assim como a da Parangaba, deveria receber tratamento diferenciado por parte de nossos governantes já que é um local carregado de tradição e identidade (ainda que uma identidade perdida ao longo dos anos) e que teve sua história e evolução correndo quase que paralelamente a história da própria cidade de Fortaleza.

Este tópico trabalhará então com fatos históricos importantes para o desenvolvimento do bairro de Messejana, fazendo um paralelo, sempre que possível, com a história da cidade de Fortaleza, assim como fará uma abordagem política sobre sua conjuntura atual enquanto ambiente social e político, abordando problemáticas como a do movimento de emancipação do distrito de Messejana que voltou à discussão entre os ativistas do bairro nos últimos anos, devido principalmente ao seu crescimento físico-econômico da última década. Em verdade, este provavelmente é o tópico que mais se “afastará” da Arquitetura e do Urbanismo enquanto ciências técnicas, já que deverá ter uma abordagem muito mais ligada a ciências humanas e sociais, abordagem essa de extrema importância, pois não se pode pensar arquitetura sem se pensar

urbanismo, que por sua vez é uma área multidisciplinar que envolve, dentre outras áreas do conhecimento, as ciências humanas, que servirão como subsídio e justificativa para o desenho.

2.2. Fortaleza, muita história pra contar: “*Um locus privilegiado*”

Trabalhemos de início dentro de um contexto da cidade de Fortaleza para partirmos de um plano geral e observar como ela se desenvolveu urbanisticamente no decorrer dos séculos, para no tópico seguinte trabalhar a história de Messejana e logo após tentar relacioná-los de alguma forma.



Fig. 04 – Mapa do “Siara” de 1629, por Albernaz I.
Fonte: Acervo

A ocupação de Fortaleza data dos anos 1597 quando índios potiguara migraram para as margens do rio Cocó e rio Ceará tendo como plano de fundo as serras de Pacatuba e Maranguape. Com o início da colonização portuguesa do Ceará, a partir de 1603, o português Pero Coelho de Sousa e sua comitiva ergueu o Fortim de São Tiago, que depois de abandonado devido a grande seca de 1605, rebatizado de Fortim São Sebastião e tomado pelos holandeses em 1613, viria a ser destruído pelos indígenas. Porém anos mais tarde, em 1649 uma nova expedição

holandesa chegou ao Ceará e construíram as margens do rio Pajeú, o Forte Schoonenborch, que em 1654, com a retirada dos holandeses, viria a ser rebatizado de Forte de Nossa Senhora de Assunção e foi ao redor dele que se desenvolveu um povoado elevado a categoria de vila em 1726, que viria a dar origem a cidade de Fortaleza.

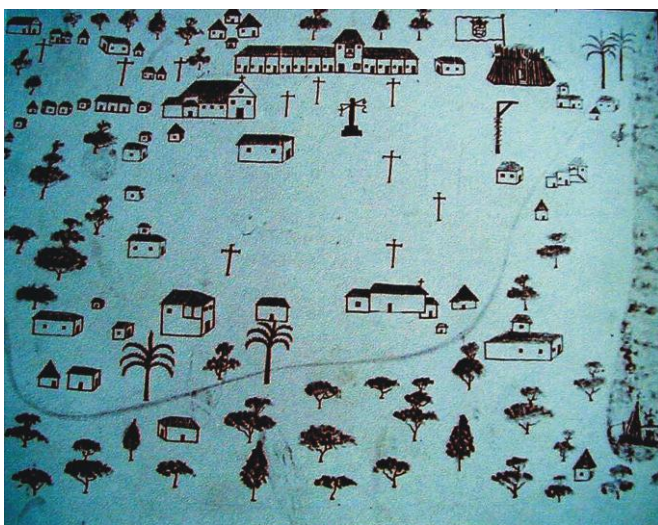


Fig. 05 – Planta da Vila de Fortaleza de 1729 feito pelo capitão-mor Manuel Francês. Fonte: Acervo

Como capitania independente (elevada por carta régia de 17 de Janeiro de 1799) e porto exportador de algodão, o Ceará passou então a ter governadores nomeados pela coroa portuguesa, o que fez com que investimentos voltados ao desenvolvimento urbano fossem voltados a Vila do Forte (futura cidade de Fortaleza) que foi colocada imediatamente como sede oficial da agora capitania independente devido

principalmente ao seu *locus* privilegiado (CASTRO, 1994). Seguiram-se então a construção de

edifícios administrativos e abertura de ruas que visavam a expansão linear da cidade a partir dos desenhos de Antônio José da Silva Paulet, responsável por importantes obras pioneiras na cidade como o Passeio Público, a reconstrução da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e a construção em 1813 de via do lado oriental do riacho Pajeú, que até então impedia o crescimento da vila para o Leste. Seu desenho do traçado urbano da cidade foi anos mais tarde detalhado por Adolfo Herbster (ver fig. 07). Mas o que se sabe é que a primeira manifestação oficial de mudança urbanística na Vila do Forte foi no governo de Luís Barba de Alardo Meneses (1808-1812), quando em 1812 a Câmara exigiu o nivelamento das calçadas da vila em curto prazo.



Fig. 06 – Planta do Porto e Villa de Fortaleza (1813), por Antônio José Silva Paulet. Fonte: Acervo

Chegado ao Brasil em 1808 juntamente com a família real portuguesa, o engenheiro Antônio José da Silva Paulet apresentou a Câmara, logo em seu primeiro ano de estadia na capitania do Ceará, uma proposta de organização física da Vila, que foi logo aceito por atender aos já antigos anseios dos vereadores no âmbito do planejamento urbano. O plano inicial era bem simples e contemplava área bem pequena da cidade, constando

inicialmente apenas de duas ou três vias perpendiculares dispostas em sentido Norte-Sul e cortadas por travessas. O plano era ainda simples, mas já evidenciava a idéia do traçado xadrez que viria a ser base para o traçado urbano de todo o centro da cidade de Fortaleza que mais a frente viria como herança para outras regiões da cidade. Segundo o artigo “Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana de Fortaleza” de 1994, de José Liberal de Castro, existem algumas hipóteses para a origem da escolha deste tipo de malha no traçado urbano de Fortaleza, dos quais destaco três delas.

1. A primeira diz que o traçado xadrez vem como herança milenar da vertente clássica dos gregos e romanos justificada por conceitos renascentistas.
2. Recordações dos traçados urbanos utilizados na Europa dos séc. XIII e XIV, introduzidas em Portugal quando da criação do reino.
3. Reminiscência da legislação reinol que pedia a abertura de ruas largas e retas. Porém é bom ressaltar que no Ceará acabou não funcionando exatamente ao pé da letra, temos como exemplo os traçados de Aracati e Ico que “*apresentam sistemas de ruas longas e paralelas*” (CASTRO, 1994) cortadas por ruelas em intervalos diferentes, o que resultou em quarteirões um tanto quanto desiguais em extensão.

Logo após a independência do Brasil em 1822, Fortaleza foi elevada, em 1823, da categoria de vila para cidade, enquanto, desde 1821 a antes capitania do Ceará já havia se

tornado província do império, mas desde a época em que era subordinada a capitania de Pernambuco (até o final do séc. XVIII), ainda com o nome de Vila do Forte, já exercia importantes funções militares e administrativas. “A Vila do Forte [demonstrava] situar-se em locus [grifo no original] privilegiado no espaço geográfico da futura Província, o que explica a conseqüente e posterior hegemonia de Fortaleza na rede urbana cearense” (CASTRO, 1994). Porém, mesmo elevada à categoria de cidade e já exercendo importante papel militar e administrativo ainda como vila, Fortaleza continuou tão subdesenvolvida social e economicamente quanto antes.

Foi em meados do séc. XIX, com o Ceará já elevado a província do império e governo por figura intitulada de presidente do Ceará, que surge o engenheiro Adolfo Herbster, engenheiro nascido em Recife, Pernambuco, que em 1858 se colocou oficialmente a disposição da presidência do Ceará após sua contratação para projetar a Câmara Municipal de Fortaleza, escolhido principalmente por não ser militar, nem estrangeiro, tornando sua permanência na cidade totalmente independente da ação de terceiros (CASTRO, 1994). Foi inclusive com ele que surgia em 1865, ampliado em 1870, o primeiro Código de Posturas da cidade. No período de atuação de Herbster na cidade, surgem três plantas de extrema importância para o traçado urbano atual de Fortaleza.

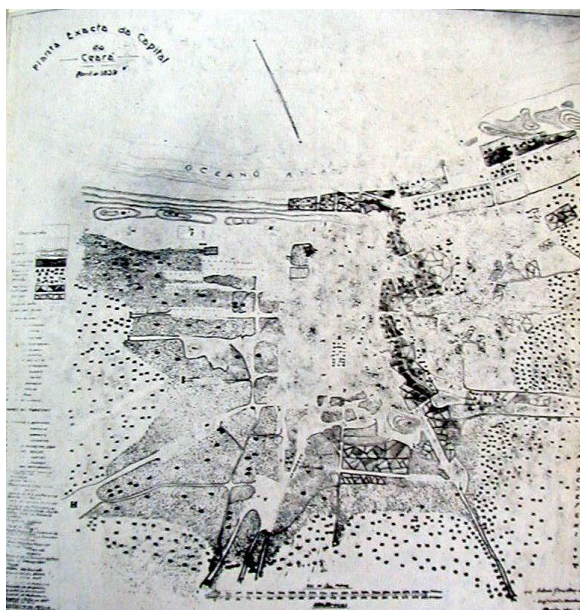


Fig. 07 – Planta da cidade de Fortaleza (1859), por Adolfo Herbster. Fonte: Acervo

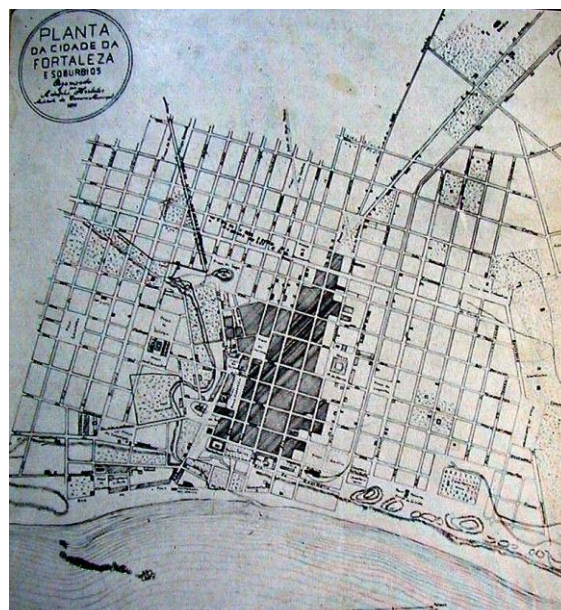


Fig. 08 – Planta topográfica de Fortaleza e subúrbios (1875), por Adolfo Herbster. Fonte: Acervo

Em 1859 surge a primeira planta exata da cidade, numa escala de 1:4000, uma espécie de retrato da cidade de legendas dos principais elementos naturais e construídos e ligações que envolviam a cidade da época, havia ainda convenções gráficas de dados como relevo e ocupação do solo, dentre outros detalhes. Já em 1875, por resolução do Código de Posturas que dava ao arquiteto a responsabilidade de “levantar a planta da cidade, e povoações do município, quando lhe for ordenado pela Câmara”, surge a planta de expansão viária da cidade, uma proposta do traçado urbano, que contemplava dentre outras coisas, o desejo de

expansão da cidade para leste, até então impedida pelo riacho Pajeú, ampliando a malha da zona antiga a parte sudeste da cidade. Nesta planta ficou explícita então a vontade de Herbster de levar a malha ortogonal ao mais longe possível, expandindo-a para as periferias rurais da cidade. Outra importante inovação nesta planta é a indicação da linha férrea inaugurada dois anos antes que foi importantíssima como meio de ligação entre o centro e a periferia. Chegamos finalmente a última planta de Herbster que foi a de 1888, quando já afastado das atividades técnicas, resolveu ampliar a planta de 1875. Nela, ele assinalava dentre outras novidades, as linhas de bonde de tração animal, inauguradas em 1882, chegando inclusive a Estação dos Bondes, no Calçamento de Messejana, de 1836, considerada a primeira obra viária de ligação entre Fortaleza e Messejana, que *“levou 112 anos para ser concluída por inteiro, inclusive com o seu asfaltamento, fato acontecido no ano de 1948”* (FREITAS, 2010, p. 39). Ambas as plantas, 1875 e 1888 (ver fig. 07 e 08), visavam a expansão física da cidade, mas passado meio século, as quadras criadas pela expansão de Herbster ainda não haviam sido ocupadas.

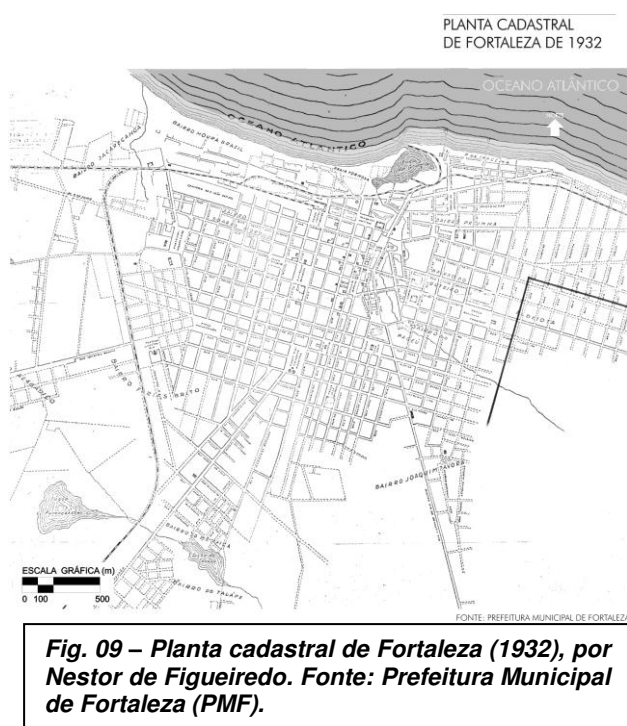


Fig. 09 – Planta cadastral de Fortaleza (1932), por Nestor de Figueiredo. Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF).

A cidade de Fortaleza entrou no séc. XX já como a sétima cidade em população do Brasil, que só cresceu com o passar das décadas. O primeiro plano urbanístico para o novo século veio em 1932 com o urbanista Nestor de Figueiredo que propunha dentre outras coisas, um sistema radial concêntrico de vias principais e zoneamento urbano baseado na Carta de Atenas modernista, movimento muito em “moda” na época. No fim da década de 1940 foi elaborado o “Plano Diretor para Remodelação e Expansão de Fortaleza”, que propunha a divisão da malha urbana em bairros demarcados por vias, num sistema radial perimetral. Já no início da década de 60, o urbanista Hélio

Modesto, elaborou o “Plano Diretor de Fortaleza” mantendo as propostas anteriores mas com adições como a criação de pólos por bairros onde se concentrariam todos os serviços necessários a população.

Entre as décadas de 50 e 60 a cidade passou por um enorme crescimento econômico e deu início ao processo de ocupação do bairros periféricos da cidade. No final da década de 60, surge o “Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza” (PLANDIRF) que visava a integração de Fortaleza com suas cidades vizinhas, um prenuncio da futura criação da região metropolitana. Em 1975, a Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano elaborou o “Plano Diretor Físico” com base no PLANDIRF e levantamentos aerofotogramétrico dividiu a cidade em



várias zonas. Já em 1992, no governo do prefeito Juraci Magalhães, foi elaborado o “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza” (PDDU-FOR) que traçou diretrizes e metas para os próximos 20 anos que viriam, com a remodelação de vias e trânsito e o ordenamento da malha urbana, foi justamente nas duas gestões do prefeito Juraci Magalhães que Fortaleza passou pelas mudanças estruturais mais relevantes das últimas décadas até ali, principalmente no que concerne a estrutura viária da cidade, pois foram abertas diversas vias, construídos viadutos e criado o sistema de Terminais de Transportes hoje

vigente. Além disso, houve a divisão dos bairros em cinco distritos e seis regionais. Em 2007 o PDDU-FOR foi revisado e teve participação popular, sendo por isso mesmo chamado de Plano Diretor Participativo (PDP). O PDP foi aprovado em 2009 e é o plano que tem agora valor jurídico, para maiores detalhes sobre o mesmo e como ele interfere em nossa área-estudo ver sub-tópico 4.3. Messejana e o PDP - “*Novas diretrizes para uma nova metrópole*”, na p. 81.

2.3. Enquanto isso em Messejana: “*Um resumido ensaio*”

A área que alguns séculos depois viria a ser nosso bairro de Messejana não passava de uma enorme área verde natural, onde reinava a fauna e a flora local que vivia ao redor da lagoa, até que um grupo humano veio para interromper esse silêncio natural da mata, eram os índios Potiguaras que vinham refugiados de onde hoje é o Rio Grande do Norte a procura de novas terras onde pudessem se estabelecer e ao se deparar com a enorme lagoa viram naquele lugar o ponto perfeito para assentar sua tribo, se instalando inicialmente onde atualmente se encontra a praça da Igreja Matriz. As primeiras notícias dos Potiguaras advêm da comitiva de Pero Coelho que em 1603 veio a esta terra para tomar posse da capitania. Mas foi em 1607 com a chegada dos missionários portugueses vindos de Pernambuco, padres Francisco Pinto e Luiz Figueiras, que houve os contatos mais diretos entre Potiguaras e portugueses, contato esse que foi ainda mais forte com o padre Francisco Pinto, que tamanha afeição ganhou dos índios, que era chamado carinhosamente de “Pai Pina”, o que, segundo alguns autores, deu origem ao futuro nome da aldeia de Paupina. No segmento de sua missão, o padre Francisco Pinto acabou morto em 1608 na Serra da Ibiapaba pelos índios Tocarijús, sendo seus restos mortais enterrados ali mesmo. Em 1612, devido a enorme afeição criada entre os índios por ele, os potiguaras foram até a serra buscar seus restos mortais para ser enterrados na própria aldeia o que fez o chefe dos

HISTÓRIA DE MESSEJANA *		Fortaleza	Ceará
Período	fatos marcantes e características		
1607 a 1759 - "Fase Colonizadora" *	jesuítas e indígenas em atividades agropecuárias e de catequização	1726 - elevação da povoação de Nossa Senhora da Assunção (povoação de Fortaleza) à categoria de vila, como Vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção	povoamento e distribuição fundiária; pecuária extensiva, charqueadas...
1759 a 1839 - "Fase Urbanizadora" *	1760 - elevação da aldeia de São Sebastião de Paupina (povoação de Messejana) à categoria de vila, como Vila Nova Real de Messejana da América	1823 - elevação da Vila de Fortaleza à categoria de cidade, como Cidade de Fortaleza de Nova Bragança	1799 - desmembramento da Capitania do Siará Grande (semi-autônoma) da Capitania de Pernambuco; exportação do algodão...
1839 a 1878 - "Fase Essencialmente Agrícola" *	como distrito pertencente à Fortaleza	consolidação do mercado e da função político-administrativa	exportação do algodão...
1878 a 1921 - "Fase Desenvolvimentista" *	como município (autônomo); "formação de grandes mangueirais..." *	avanço da modernização	exportação de óleo de caroço de algodão, cera de carnaúba, e oitílica; indústria nascente: têxtil, alimentícia, calçadista...
1921 a 1986 - "Fase Modernizadora" **	1921 - Messejana é definitivamente incorporada à Fortaleza (jurídico-administrativamente), mas permanece efetivamente "isolada"	crescimento populacional e configuração da macrocefalia	fordismo: processo de industrialização comandado pelo Estado e pelo capital industrial mesclado ao capital bancário (formando o capital financeiro)...
1986 à atualidade - "Fase Contemporânea"	O Distrito de Messejana é efetivamente incorporado à cidade, com a expansão - promovida pelo mercado imobiliário - à porção sudeste do município (provocando também a "periferização" em outras áreas...)	Fortaleza configura-se com maiores adensamentos nas porções norte (Central) e oeste (Parangaba e Antônio Bezerra), assim como o favelamento é maior na porção oeste (embora disperso por todo o município); as classes média-alta e alta concentram-se sobretudo na porção nordeste, expandindo-se para sudeste...	"redemocratização" (nacional); "Governo das Mudanças" (estadual): industrialização e turismo fomentados pelo Estado; "explosão" do terciário; consolidação do capital financeiro e incorporador...

Fig. 11 Tab. 02 – Cronologia histórica de Messejana. Fonte: AMARAL (1996)

* *Periodização de AMARAL, 1996.*

** *Amaral, originalmente estendia esta fase até a atualidade.*

potiguaras ordenar a construção de uma capela em homenagem ao padre, capela essa que foi as bases para a atual Igreja Matriz.

Para um melhor controle dos aglomerados populacionais, o Governador Geral de Pernambuco (de onde a capitania do Ceará era subordinada) determinou por carta Régia de 1663 que todas as aldeias de índios recebessem nome oficial, dentre estas estavam além da atual área de Messejana, a de Parangaba (atual Parangaba), Soure (atual município de Caucaia), Paranaimirim (atual Paracurú), Montemor (atual município de Pacajus) e Grande Aldeia da Ibiapaba (atual cidade de Viçosa do Ceará). A aldeia instalada onde atualmente está Messejana recebeu então o nome de São Sebastião da Paupina. No final do sec. XVII e início do séc. XVIII, depois de algumas experiências de formas de governo nas aldeias, que variou desde o governo pelos próprios índios, até a escolha de um capitão-mor, a administração colonial sofreu mudanças drásticas que destituíram os padres jesuítas de atuar no Brasil. Surgem então novas idéias de

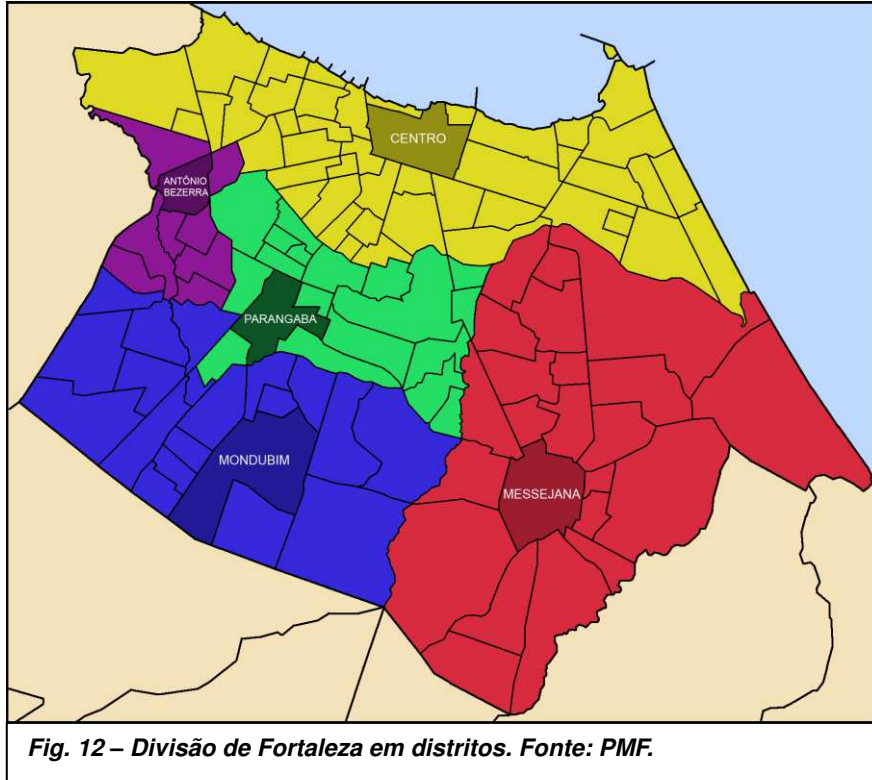
controle dos pólos aglomerados res de população, é quando é então estimulada a criação de Vilas (o que atualmente corresponde a organização por municípios), ou seja, pequenos povoados com certa autonomia. E através do alvará datado de 08 de Maio de 1758, a aldeia de São Sebastião da Paupina é elevada a categoria de Vila e inaugurada em 1º de Janeiro de 1760, agora com o nome de Vila Nova Real de Messejana da América, data esta considerada como a de fundação de Messejana, que assim completou 250 anos neste último 1º de Janeiro de 2010. O nome Messejana é alvo de grandes polêmicas entre estudiosos do assunto, segundo José de Alencar o nome tem origem indígena e quer dizer “lagoa ao abandono”, porém existem registros históricos que já existiam lugarejos em Portugal com o mesmo nome. Segundo documentos históricos, em 1761 Messejana tinha uma população de 1.394 habitantes, sendo 973 solteiros e 309 casados (FREITAS, 2010).

Com a sua elevação a Vila, Messejana teve sua máquina administrativa impulsionada e então foi criada a casa de Câmara e cadeia na parte central da praça da igreja, em frente a própria igreja, exatamente onde funcionou um chafariz até o início da década de 90, onde ainda hoje percebe-se ainda que timidamente, alicerces daquela edificação. A Vila vinha prosperando bem até que em 13 de Maio de 1833 o conselho da Província do Ceará tenta declarar a vila como extinta e anexá-la a Fortaleza, decisão esta que foi revogada pela Câmara que resistiu as pressões somente até 22 de Dezembro de 1839, quando, pela lei nº 188, a Vila foi oficialmente extinta e anexada como distrito a cidade de Fortaleza e tendo parte de suas terras anexadas a Aquiraz, o que fez com que Messejana perdesse cerca de 70% de sua extensão original. Passados 39 anos de intensas discussões, a Câmara finalmente consegue novamente emancipar Messejana pela lei nº 1773 de 23 de Novembro de 1878, mas tendo sua reinauguração ocorrida somente em 1881. A Câmara funcionou até 1921, quando houve a extinção definitiva da Vila e Messejana se viu novamente anexada a Fortaleza por não possuir número constitucional de habitantes para adquirir caráter de município, pois enquanto eram necessários 10.000, Messejana tinha apenas 9.111 habitantes. Seguiu então território anexado a capital até ser elevado a categoria de distrito em 1986, sendo regido, desde a década de 30, por órgãos criados no decorrer dos anos, como a Sub-Prefeitura e a Administração Regional, extinta em 1996, quando da criação em 1997 do sistema de regionais hoje vigente, que transformou Messejana em bairro e ficou como nomenclatura de um dos cinco distritos de Fortaleza: Messejana, Parangaba, Mondubim, Centro e Antônio Bezerra (ver fig. 12) .

Apenas para efeitos de um apanhado histórico para o trabalho mas de conteúdo sintético, segue abaixo tabela histórica, que faz um rápido paralelo entre a história do bairro com a da cidade e do estado. A tabela foi retirada do livro *“História de Messejana”*, de Ernesto Gurgel do Amaral, importante político nascido no bairro que publicou este ensaio sobre a história de Messejana e dentro dele está tabela aqui exposta. Entretanto é importante ressaltar que está tabela na forma como está foi retirada do artigo *“Aspectos Históricos da Expansão Urbana no Sudeste do Município de Fortaleza, Ceará – Brasil”* de autoria do bacharel e mestre em geografia

Sérgio César de França Fuck Júnior, responsável inclusive pela adição da linha “1986 à atualidade – “Fase Contemporânea”” a tabela original.

2.4. Criando laços – “As histórias de Fortaleza e Messejana se encontram”



Até agora as duas histórias foram tratadas de modo independente para maior apreensão do leitor de como cada uma delas aconteceu com o tempo, a separação também foi benéfica para mostrar que a história de Messejana ocorreu concomitante a história da própria cidade de Fortaleza, ou seja, um bairro que deve ter tratamento diferenciado principalmente por ter uma

identidade que se formou junto com a formação da própria capital, tendo seu processo de ocupação inicial, idades praticamente iguais, “*Messejana e Parangaba são bairros que deveriam ter tratamento diferenciado pelos órgãos públicos, pois são bairros tradicionais que se formaram paralelamente a história da própria cidade de Fortaleza*” conta Edmar Freitas, morador e ativista do bairro desde o início da década de 70 e que já escreveu diversas obras sobre Messejana e sua história.

Desde o início da colonização com Pero Coelho em 1603, a cidade de Fortaleza teve sua expansão, voltada para o Oeste, Sul e Sudeste devido o riacho Pajeu representar um obstáculo natural para o crescimento à leste (ver fig. 13), obstáculo este que acabou contornado por obras viárias desde 1813, planejadas pelo engenheiro Antônio José da Silva Paulet que visavam passar por esse obstáculo e permitir seu crescimento para além dele. Esta mesma configuração de expansão foi o que ditou a implantação das vias férreas e estradas nos séc. XIX e XX, “*o binômio porto-ferrovia foi um dos aspectos estruturantes da localização residencial e industrial em Fortaleza, deslocando para oeste as indústrias e a classe de baixa renda*” (FRANÇA, 2004, p. 147), as elites estavam fixadas também a oeste porem mais próximo ao centro, no bairro de Jacarecanga, transferindo-se mais tarde, na década de 30 para o bairro do Benfica e Aldeota

(a leste, mas que nessa época já tinha a expansão facilitada por obras viárias de quebra do obstáculo natural que era o riacho Pajeu, desde o séc. XIX), por questões de valorização fundiária, imobiliária e por questões de desvalorização das terras a oeste pela localização das indústrias, o que, por outro lado, facilitava a moradia das classes menos favorecidas. Já desde esta época, a especulação fundiária e imobiliária ditava a expansão territorial da cidade de Fortaleza, demonstrando que este não é um fenômeno atual e sim um fenômeno histórico. Esta forma de expansão era facilitada principalmente por grande parte das riquezas territoriais estarem concentradas nas mãos de um número bastante limitado de proprietários, que ditava a expansão da cidade como queriam.

O bairro de Messejana teve sua história concomitante a de Fortaleza e foi se formando, desde 1760, com sua elevação a categoria de Vila, em pequenos “feudos” (FREITAS, 2010), sítios numa verdadeira estrutura feudal, onde funcionavam os engenhos de cana-de-açúcar e cada um tinha certa independência em relação a todos os outros. Tudo ia bem com a vida dos nossos pequenos “senhores feudais” até a grande seca na década de 1870, que assolou as terras daquela região e fez com que os proprietários, apesar de resistirem por bastante tempo, tivessem que se livrar de parte de suas terras, loteando-as a preços muito abaixo do que valeriam em condições normais. Essas terras loteadas foram compradas por grandes empresários especuladores fundiários e imobiliários, o que deu origem aos bairros que hoje configuram o distrito de Messejana, um deles é o Sítio Alagadiço Novo, fundado por José Martiniano de Alencar, pai de talvez o filho mais ilustre dessas terras, o escritor José de Alencar. É então com a fragmentação desses sítios que surgem loteamentos que dão origem ao processo de urbanização de Messejana até a divisão geográfica atual demonstrada na fig. 14. *“Esses sítios eram tão representativos para a economia local, que seus nomes até hoje continuam vivos”* (FREITAS, 2010, p. 36).

O distrito de Messejana, se considerarmos sua extensão atual, já foi imensamente maior, sendo figura central de intensas brigas políticas no que concerne a sua independência em relação a Fortaleza, já foi extinta e absorvida por Fortaleza como parte de seu território por duas vezes até sua total anexação a capital no início da década de 1920, esses processos custaram a Messejana a perda de seu território em cerca de 70% (setenta por cento) de seu território original. Após sua anexação total a Fortaleza, Messejana ficou fadada a ser um simples subúrbio da cidade, mesmo tendo sido, ainda como Vila, região de enorme importância econômica para o Ceará. Isto até 1936, quando o estado resolveu elevá-la a distrito, nomeando assim uma Subprefeitura (sistema de gerenciamento de distrito da época) instalada onde hoje está o colégio Telina Barbosa, na rua Padre Pedro de Alencar, edifício de grande importância histórica para o bairro mas que, segundo consta, será em breve demolido para a construção de um *shopping center*. Em 1971, a Subprefeitura foi substituída pelo sistema de Administração Regional que durou até 1997 quando o prefeito de Fortaleza replanejou a estrutura administrativa da cidade criando o sistema de regionais, que fez com que a cidade fosse dividida em seis regiões

administrativas e 114 bairros, tendo a Secretaria Regional VI, equivalente aos bairros que compreendiam o distrito de Messejana, com uma população estimada em 600.000 (seiscentos mil) habitantes (Fonte: IBGE 2010) divididos em 27 bairros, tendo o bairro de Messejana como área central e pólo de concentração de pessoas e oferecedor de serviços através da intensa atividade comercial que ali se instalou desde o final do séc. XIX, com a inauguração do mercado público, passando pela década de 1940, com os pioneiros da tradicional feira de Messejana, até o início do séc. XXI quando a atividade ambulante permanente e a instalação de lojas de departamento variadas foi incentivada pela administração local.

Observando o mapa de divisão em distritos na fig. 12, observamos facilmente como a formação do bairro se deu de um centro que hoje é o bairro de Messejana, como se todos os bairros de Messejana convergissem num único ponto concentrador deste contingente que é justamente nosso centro de Messejana, um centro que tem seus problemas, mas que se forem vistos como potencialidades podem gerar muitos frutos. Nos dias atuais, o bairro de Messejana encontra-se numa relação cada vez maior de independência de Fortaleza, já que se firmou como importante sub-centro, o que contribuiu consideravelmente para a decadência do já polinucleado centro da cidade, que tem ainda conta com a concorrência de outros grandes sub-centros como dos bairros da Aldeota e do Montese. *“É compreensível que a polinucleação [...]tenha como uma de suas conseqüências ou manifestações o enfraquecimento dos centros principais como aglutinadores do espaço metropolitano.”* (VILLAÇA, 1998, p. 245). Com essa certa independência, movimentos políticos e sociais para a emancipação do bairro, e parte do distrito, como município

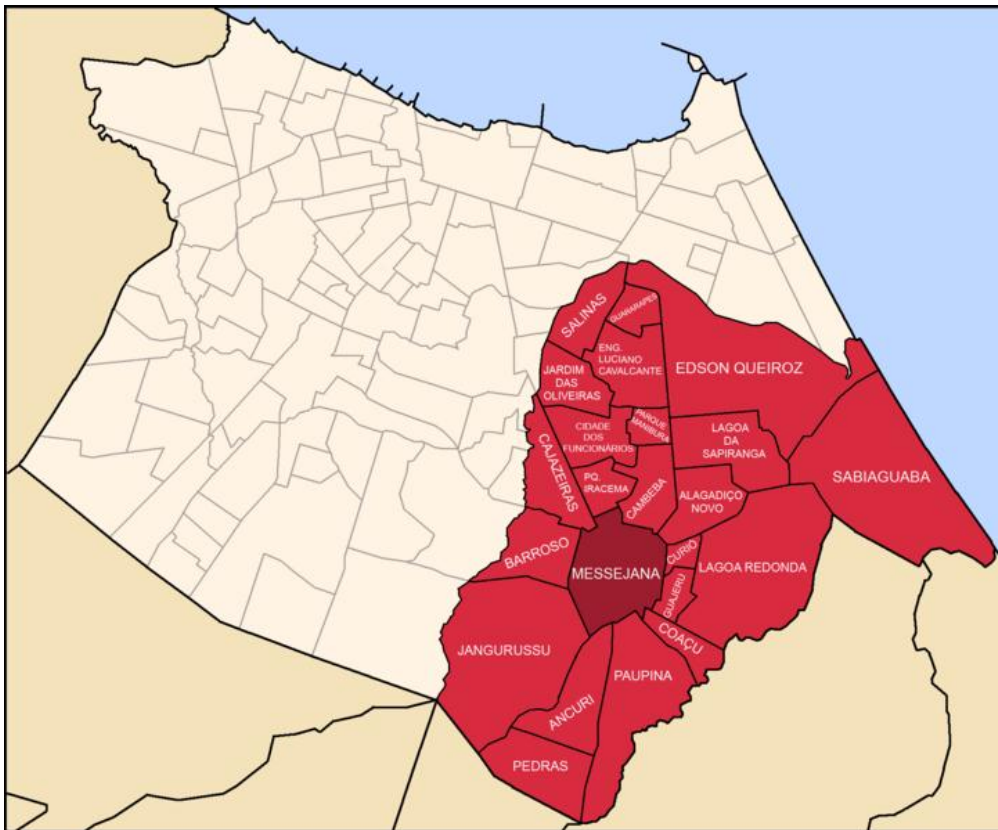
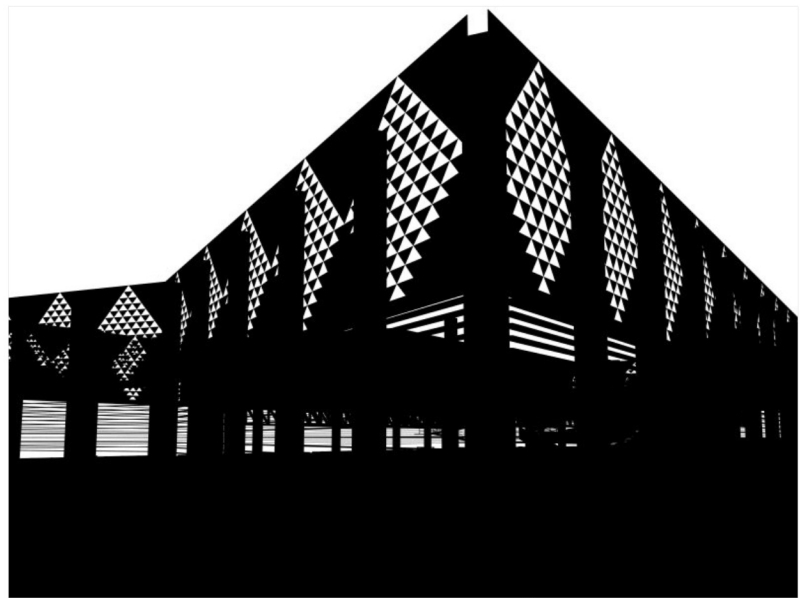


Fig. 13 – Distrito de Messejana em divisão de bairros. Fonte: PMF.

independente de Fortaleza, sempre surgiram e desapareceram no decorrer dos anos, mas nos últimos anos tem ganhado força novamente.

"[...]uma imagem clara do entorno constitui uma base valiosa para o desenvolvimento individual."
(LYNCH, 1918)



CAPÍTULO 03

Análise Físico/Geográfica



3. Análise Físico/Geográfica

3.1. Introdução: “Uma breve reflexão”

Antes de iniciar a análise propriamente dita da região aqui estudada, ressalto que este tópico terá como objetivo uma análise detalhada dos elementos urbanos estruturados e concretos como forma de ajudar na intervenção urbana mais a frente e de forma que mesmo o leitor que nunca adentrou aquela região forme uma imagem mental perfeita da área, auxiliado por mapas e imagens. Depois de vasta leitura de métodos de análise, julguei a de uma obra como a mais coerente e viável para o que este tópico se propõe. Essa análise será baseada em grande parte no livro “A imagem da cidade” de Kevin Lynch (1918) que mostra um método de análise baseado em cinco elementos básicos: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos; criando uma inter-relação entre eles, uma estratégia julgada por mim como bastante inteligente e eficaz já que, querendo ou não, se utiliza de forma sintética do significado literário da palavra análise, que segundo o dicionário Michaelis da Língua Portuguesa quer dizer “a decomposição ou separação de um todo em seus elementos constituintes” (2008). Esta obra será então base para examinar a região estudada, mas não impede a influência de outras obras e métodos mesmo que em momentos pontuais, é tanto que optei por, apesar de me basear no método do livro, adaptar este método para meu interesse, então me utilizarei das vias como pontos base para a leitura do espaço identificando seu pontos principais e relevantes a pesquisa e análise no decorrer delas. O que mais me preocupa ao ressaltar o objetivo do tópico é mostrar ao leitor que esta será uma análise visual e espacial do centro de Messejana, o que não significa que terei minha leitura geral do centro presa apenas a um aglomerado de elementos estruturados, erro este semelhante aos princípios de urbanismo moderno imposto pela Carta de Atenas, que organizava a cidade como um aglomerado de funções, pois é inconcebível classificar a cidade unicamente por funções pois há diversos fatores relevantes na hora de pensar a cidade devido a sua complexidade como aglomerado arquitetônico (ROSSI, 1931). Ao pensar em como ler a cidade, o geógrafo Frances Jean Tricart (1920-2003) era genial quando dizia acreditar que a base desta leitura consiste em seu conteúdo social, que deve vir antes da descrição dos fatos geográficos que compõem a paisagem. Porém, entendo que a descrição da cidade e suas funções, princípios do urbanismo modernista, tão criticado por este que vos escreve durante sua vida acadêmica, tem seu nível de importância desde que não seja levada em consideração como fator isolado e suficiente para uma boa leitura da cidade ou região em questão. O que quero dizer, caro leitor, é que este tópico em especial tratará de uma análise física do local com o objetivo de levantar dados estruturais e justificar de forma coerente a intervenção que virá logo mais a frente, mas que sua análise de conteúdo social não só vira neste tópico (logicamente de forma não detalhada, apenas pontual), mas de forma mais acentuada no decorrer da leitura deste trabalho, assim como já foi colocado em tópicos anteriores, pois será ponto base (como já pode ser visto no sub-tópico 1.3. Justificativa

do tema na p.15) para justificar a intervenção, aliada a princípios econômicos, políticos e da estrutura urbana analisada aqui.

3.2. A cidade e o bairro: “O tal do entorno”

A cidade de Fortaleza, aonde se localiza o bairro de Messejana, teve a partir de 1911 divisões por distrito que mudaram algumas vezes no decorrer do século XX. Atualmente, a divisão física válida desde 1943 divide a cidade em cinco distritos, são eles: Fortaleza, Antônio Bezerra, Parangaba, Mondubim e Messejana (Fonte: IBGE). Logicamente somente o distrito de Messejana nos interessará de forma direta para estudo, pois nele se localiza o bairro de Messejana, tido popularmente como centro do distrito. Infelizmente não poderei me ater a maiores detalhes sobre áreas fora do perímetro de estudo já exposto em tópicos anteriores, salvo momentos em que esta análise externa seja estritamente necessária para melhor entendimento do espaço, entretanto é bom deixar bem claro a consciência do autor em saber da importância do entorno, sobretudo os demais bairros do distrito, para a vitalidade da região. Para lembrar, o perímetro proposto para estudo de intervenção arquitetônica e urbanística envolve as ruas: Cap. Afrânio, Joaquim Bento/Joaquim Felício, Cel. Ernesto Matos e Manuel Castelo Branco/Ten. Jurandir de Alencar, mas nada impede que esta análise ultrapasse estas barreiras para fins de melhor entendimento para o leitor, principalmente aquele que não conhece a área-estudo, porque até mesmo na escala do bairro ou da cidade é necessário entender seu entorno, pois “*os limites político administrativos não delimitam satisfatoriamente a cidade enquanto ente socioeconômico e físico*” (VILLAÇA, 1998, p. 51).

Atualmente existem duas vias de alto tráfego no distrito de Messejana que dão acesso direto e limitam oficialmente o bairro a Oeste e Leste respectivamente, são elas a BR-116 e a Av. Washington Soares (ver fig. 14). A BR-116, limite oeste do bairro, cortava nossa área estudo até a década de 70 quando através de um longo processo de desapropriações o governo fez obras de desvio da rota que deu origem a conjuntura atual da via. O alto tráfego de uma rodovia não mais poderia passar por dentro de um bairro que já nesta época estava em pleno crescimento. É uma rodovia interestadual que segue paralelamente a sua antiga continuação e tem dois pontos de convergência com a mesma. Primeiro se encontra com a Av. Frei Cirilo no anel viário depois da Sede da Polícia Rodoviária Federal, no Km 05, e depois a reencontra quilômetros depois, esta já com o nome de Padre Pedro de Alencar, no Km 06, em novo anel viário que as une novamente numa só via para o Sul do estado. Já a Av. Washington Soares funciona como limite leste do bairro, era tida como expressa até alguns anos atrás, mas sendo alvo de forte especulação imobiliária a partir de meados da primeira década do séc. XXI, foi aos poucos sendo transformada em via arterial através de obras do estado como a colocação de sinais de trânsito em vários trechos da via. Porém devemos admitir que esta medida não teve apenas motivos movidos pela especulação comercial, a ocorrência de acidentes de trânsito devido a alta velocidade permitida

na via estava ficando cada vez mais freqüente e incontrolável. A avenida agora já pode ser considerada como arterial, de médio para alto tráfego, ela corta num eixo Norte-Sul, quase todo o distrito de Messejana e é um dos principais acessos ao centro de Messejana, principalmente daqueles vindos do Norte e Leste da cidade. Apesar de algumas opções com desvio de caminho as duas vias de mais fácil ligação da Av. Washington Soares com o bairro, são a rua Manuel Castelo Branco para chegada e a Dr. Pergentino Maia como saída.

3.3. Uma idéia geral: “*Vamos com calma*”

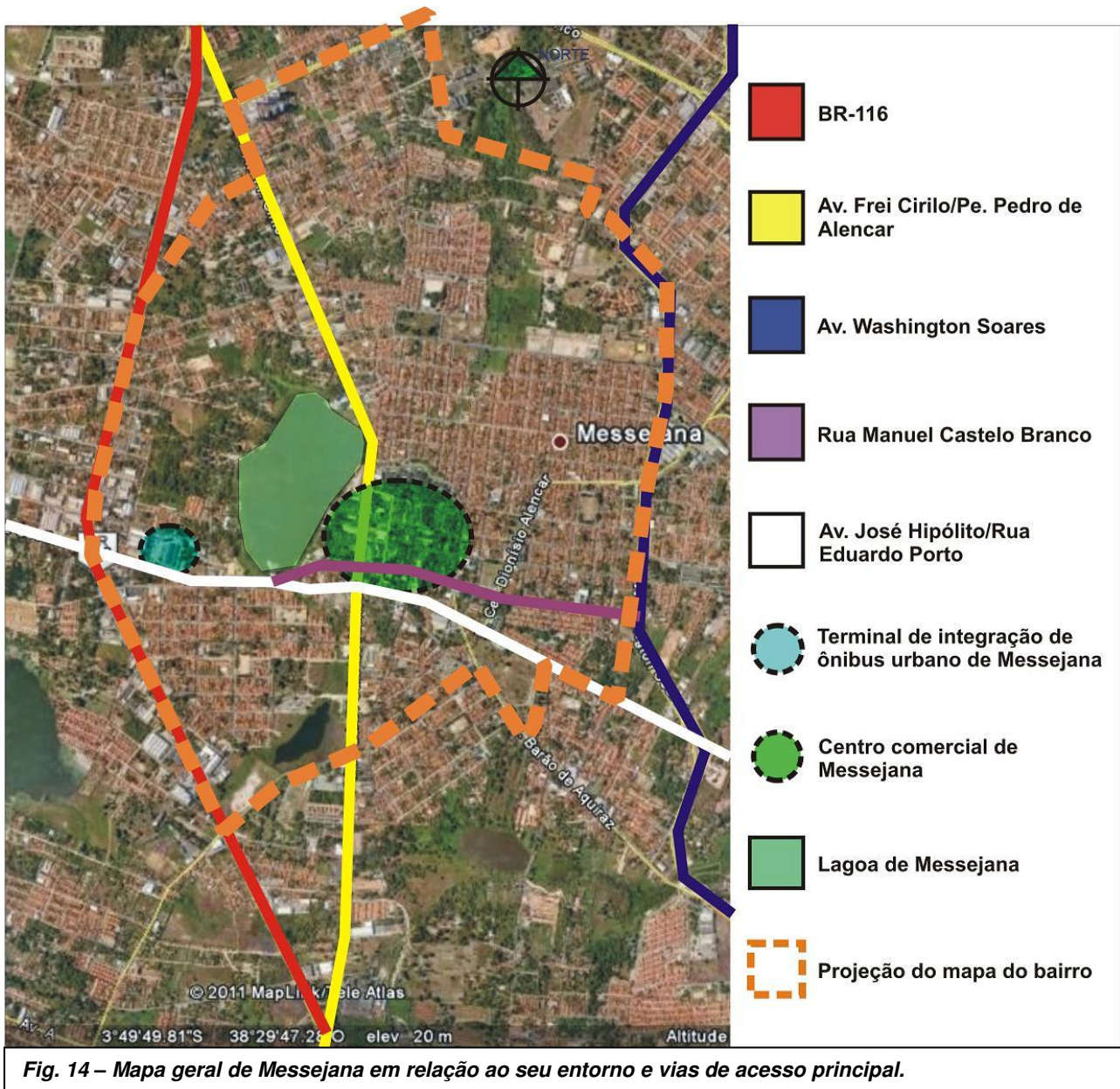
Pois bem, feito esta pequena análise sobre as duas principais vias de acesso do resto da cidade ao bairro, podemos nos ater a uma análise mais específica e pontual. Ao chegarmos no centro de Messejana, o pedestre logo percebe sua malha ortogonal de vias, herdada da malha do centro da cidade, de onde a primeira planta saiu dos desenhos do português Antônio José Silva Paulet em 1818 e foi detalhada anos após, em 1859, pelo pernambucano Adolfo Herbster. Na idéia de malha ortogonal de ruas em xadrez (ver fig. 07), o arquiteto esboçou a idéia de vias contínuas e de fácil apreensão e localização para o pedestre, que se utilizava de pontos nodais marcantes, principalmente nos cruzamentos com grandes bulevares tidos como limites e que hoje são as avenidas Duque de Caxias, Dom Manuel e Imperador, dando caráter de expansão para a cidade através da continuidade visual das vias. Pois bem, se me permite o leitor, voltarei ao nosso foco principal que é o centro de Messejana. A malha do centro de Messejana, um tanto quanto singular em relação a malha residencial de seu entorno, foi herdada do desenho clássico das vilas do sec. XVIII e XIX, tendo a igreja como marco central e ponto de aglomeração de pessoas. Caso semelhante podemos encontrar no bairro de Parangaba, que tem origens e história semelhantes a de Messejana. Sobre essa herança do tecido urbano antigo Lefebvre (1975) no diz que:

A cidade, decididamente, explodiu; suas formas clássicas (a cidade antiga ou medieval) se perderam no tempo. Isto não quer dizer que a aglomeração urbana, com formas, funções, estruturas antigas ou novas, tenham desaparecido. O tecido urbano[...] tem adaptado novas formas; assume novas funções, se dispõe em novas estruturas. (LEFEBVRE, 1975, p.162)

Observe o mapa da fig. 14 e note que o acesso a esta área por usuário de veículo próprio ou transporte público se dá por três vias principais: a Av. Frei Cirilo (que àquela altura já se transforma oficialmente na rua Padre Pedro de Alencar, antiga BR 116, avenida onde reside este que vos escreve, só a título de curiosidade) para quem vem do Norte, paralela a esta, e em direção oposta, temos a rua Cel. Francisco Pereira para aqueles que vêm do Sul, que, aliás, vieram da rua Padre Pedro de Alencar e fazem um desvio de caminho pela rua Eduardo Porto

para poder seguir o curso Sul-Norte exatamente no momento em que na direção Norte-Sul a rua Padre Pedro de Alencar acontece em mão única, uma quebra de continuidade dessa avenida, um fato curioso a ser abordado de forma mais cuidadosa nos próximos parágrafos, e perpendicular as duas anteriores, a rua Manuel Castelo Branco para aqueles que vem do Leste da cidade (comumente vindos da Av. Washington Soares). A impressão visual do observador é que a rua Manuel Castelo Branco cruza de maneira perfeitamente perpendicular a rua Padre Pedro de Alencar e Cel. Francisco Pereira, entretanto existe uma pequena variação de rotação da via que faz com que ela não faça exatos 90° com as duas avenidas cruzadas por ela naquele trecho, esta variação é muito pequena e quase imperceptível a nível de observador *in loco*, porém ao se unir na bifurcação com a rua Eduardo Porto, dando na direção do Terminal de Transporte Público coletivo de Messejana e BR 116 (tida como limite externo Oeste do centro expandido de Messejana, digo expandido por que é normal o usuário não considerar mais como centro a área depois do ponto de bifurcação antes citado, ou seja, esta bifurcação acaba funcionando tanto como limite quanto ponto nodal), esta variação de direção torna-se perfeitamente perceptível ao observador posicionado nesta bifurcação ou mesmo algumas dezenas de metros antes, uma vez que nessas junções *“as pessoas ficam mais atentas[...] e percebem os elementos circundantes com uma clareza incomum”* (LYNCH, 1998, p. 81). Ao tratar da análise viária de acesso a leitura do espaço terá como base o usuário a pé, mas dará especial atenção ao usuário de veículo particular ou coletivo por tratar dos sentidos percorridos pela via para dar acesso ao centro já que para o pedestre não existem regras de sentido de percurso no passeio.

Existe atualmente dois eixos principais de ligação de dentro do bairro para fora, são importantes eixos que se cruzam na praça da Igreja Matriz que na verdade funcionam como eixo de passagem. Representando o eixo Norte-Sul temos a Av. Frei Cirilo/Rua Padre Pedro de Alencar, que na época da aldeia e vila funcionavam como caminho do gado que era comercializado na praça do Ferreira. Era até a década de 1970 a via de acesso interestadual da cidade neste sentido, mas após obras de desvio da BR-116, passou a ser via coletora do bairro. O eixo Leste-Oeste é representado pela rua Manuel Castelo Branco/Ten. Jurandir Alencar, via que sai da Av. Washington Soares, cruza o centro e desemboca no terminal de ônibus de Messejana já com o nome de rua Jorn. Thomas Coelho, seguindo na direção do bairro de Parangaba.



3.4. O curioso caso da Av. Frei Cirilo: “Uma crise de identidade”

O caso da rua Padre Pedro de Alencar merece especial atenção. Para início de conversa ela não é nada mais que a continuação da Av. Frei Cirilo que tem início bem mais ao Norte no ponto nodal que a une com a descida do viaduto do anel viário de retorno da BR-116 e a de mão dupla Av. Min. José Américo, encontro esse conhecido popularmente como “entrada do Cambeba”, pois esta última avenida dá acesso ao Centro Administrativo do Estado do Ceará, que a Leste do ponto nodal em questão conhecido como Cambeba onde se situam importantes edifícios de administração do Estado, como o Tribunal de Justiça, Secretaria de Educação, etc. Tendo início neste ponto nodal, a Av. Frei Cirilo acontece em linha reta e contínua em duas mãos de tráfego (Noroeste-Sudeste e Sudeste-Noroeste) e tem como principais marcos, o Hospital do Coração, referência em tratamento cardíaco no Norte/Nordeste, um hipermercado de uma grande rede comercial, e mais a frente o Seminário Seráfico seguido do Clube da Caixa Econômica

Federal, os cito porque é quase impossível pensar no lugar sem o edifício ou ocupação marco vir a mente (LYNCH, 1918). Saliento que novos marcos para a via serão criados pela construção de mais de um grande empreendimento residencial no decorrer de sua extensão, gerados pela forte especulação imobiliária que vem atingindo àquela região, assunto este que será melhor tratado em tópicos mais a frente onde o assunto será mais pertinente, ver p.104. Esta avenida ocorre de forma contínua e reta separada em duas mãos por um estreito canteiro central arborizado (ver croqui em corte da via na fig. 48) que tem seu fim a cerca de 200m do ponto de tangencia com a lagoa (que neste momento já aparece como marco/limite do centro de Messejana, quando a continuidade perfeitamente retilínea da via é quebrada por uma leve curva para logo depois se transformar em rua Padre Pedro de Alencar e seguir em linha reta formando um ângulo aproximado de 150° (valor aproximado verificado em planta CAD fornecida pela Prefeitura de Fortaleza) com a Av. Frei Cirilo tendo como ponto central a tangencia entre lagoa e via, agora em sentido Norte-Sul quase perfeito. O fim do canteiro central antes citado ocorre quando o mesmo se une numa curva com a rua local perpendicular Padre Carlos de Alencar que tem seu lote a esquerda do sentido Leste-Oeste da via avançando até o passeio, antes canteiro central (ver fig. 17). No trecho percorrido as margens da lagoa, a Av. Frei Cirilo está a uma altura no nível de coberta de residências que ficam do outro lado da rua. Agora sim chegamos a um momento importantíssimo de nossa análise desta avenida, já que ela agora entrou na área-estudo específica e neste momento se transforma temporariamente em via de mão única, já tendo passado de sentido Noroeste-Sudeste para Norte-Sul, desde aquela interrupção de tangencia com a lagoa que faz a curva e cria o ângulo de cerca de 150° entre os dois trechos da via. Sua continuidade a partir deste trecho tem leves variações nos ângulos criando segmentos de reta diferenciados para aquele que observa em mapa na escala do bairro, mas que são imperceptíveis no nível do observador *in loco*, que percebe a via como um só segmento de reta perfeito e contínuo).



Fig. 15 – Mapa com cruzamento em destaque.



Fig. 16 – Curva da rua Cel. Francisco Pereira para a rua Padre Carlos de Alencar. Fonte: Acervo.



Fig. 17 – Curva da rua Padre Carlos de Alencar para a Av. Frei Cirilo. Fonte: Acervo.



Fig. 18 – Vista da Av. Frei Cirilo saindo da rua Padre Carlos de Alencar. Fonte: Acervo.

Relembrando, estamos agora num momento em que a Av. Frei Cirilo acaba de se transformar em rua Padre Pedro de Alencar e passar de uma larga via de mãos duplas, tendo o seu trecho após a tangência com a lagoa mais aberto ainda, num estilo via paisagística e com bela vista da estátua de Iracema e da lagoa, para uma via de mão única num esquema “rua corredor” de largura de caixa diminuída pela metade pelo avanço dos lotes. Exatamente no trecho em que a avenida corta nossa área-estudo ela ocorre de uma forma singular em relação aos seus demais trechos. Ocorrendo em mão única, ela se transforma também em “rua corredor” por três quadras (cerca de 300m), com calçadas estreitas, trânsito caótico (que logicamente piora em horários de pico) devido principalmente a sua pouca largura (ver croquis de corte na via nas fig. 49, 50 e 51) e ao excesso de veículos estacionados no “acostamento”, evidenciando a grave carência de espaços de estacionamento no local, o que é agravado pela presença de dois pontos de ônibus somente no meio deste breve percurso. Ao longo de todo o corredor estão localizados estabelecimentos comerciais das mais variadas tipologias, demonstrando uma boa continuidade no recuo das fachadas, mas sem uma identidade entre os mesmos, além disso, um grave problema encontrado aqui é a ocupação generalizada do já diminuto passeio, que faz o pedestre muitas vezes ter que trafegar pelo leito carroçável da via. O trecho torna-se até claustrofóbico, pois a sensação de corredor estreito só é quebrado em certos momentos, pelas ruas perpendiculares a elas: Joaquim Bento e Dr. Pergentino Maia, que quebram a continuidade das fachadas dos estabelecimentos comerciais. Após está caótica, mas relativamente rápida, passagem, pode-se dizer que o observador tem uma sensação de “alívio” ao chegar no cruzamento com a rua Joaquim Bezerra já que a via, apesar de manter a mesma largura de leito carroçável, se abre visualmente para uma boa e relativamente bem cuidada paisagem da praça da Igreja Matriz de Messejana, igreja esta que é marco importantíssimo da região, pois não só tem seu valor histórico, de uso e de localização da região mas também evidencia um contraste benéfico entre o desenvolvimento capitalista do centro e sua tradição como ambiente social e de aglomeração de pessoas. Em sub-tópicos mais a frente a praça ganhará enfoque mais específico

e detalhado. A via então se abre em uma visão contínua e intermitente da paisagem da praça a Leste mas que é quebrada a Oeste pelo edifício da Igreja Matriz. Entendendo melhor este trecho, a sensação é de que a via corta transversalmente uma praça só, separando-a longitudinalmente em duas direções. Após este “momento de alívio” o segmento da via novamente se transforma num corredor estreito acompanhado lateralmente por estabelecimentos comerciais, mas desta vez por apenas uma quadra (cerca de 100m) quando segue as mãos Norte-Sul da via que volta a forma original da Av. Frei Cirilo, com mãos duplas separadas por canteiro central mas com o nome de rua Padre Pedro de Alencar.

3.5. Demais caminhos: “Um passeio pelo centro”

Para fins logísticos e de melhor entendimento, terei que fazer agora o caminho contrário (sentido Sul-Norte) do estudado no parágrafo anterior, até chegar na rua Padre Carlos de Alencar que culmina na Av. Frei Cirilo. Julguei de mais difícil entendimento se eu começasse por este trecho devido a descontinuidade da rua Padre Pedro de Alencar.

Tendo final no anel viário que novamente une a extensão da via a BR-116, onde estão instaladas grandes fábricas (a avenida é considerada como a “antiga BR-116”, que foi colocada como rua após as obras de construção do novo trecho) a rua Padre Pedro de Alencar é também alvo de grandes empreendimentos residenciais que em breve serão marcos de localização da via e poderá afetar social e economicamente a vitalidade do centro de Messejana. Ela segue em rota contínua e retilínea num corredor de mãos duplas separadas por um canteiro central, mas é interrompida exatamente no ponto nodal que acontece no seu cruzamento com a rua Eduardo Porto (ver fig. 19 e 20) que é usada como desvio de rota dos veículos por uma quadra, quando se entra a esquerda para novamente seguir uma rota Sul-Norte através da rua Cel. Francisco Pereira, que apesar de considerada estreita para a demanda do centro não é tão claustrofóbica quanto a sua paralela de sentido oposto analisada em parágrafos anteriores.



Fig. 19 – Desvio da rua Pe. Pedro de Alencar pela Av. José Hipólito até a rua Cel. Francisco Pereira.



Fig. 20 – Vista do cruzamento da rua Pe. Pedro de Alencar a partir do posto de gasolina. Fonte: Acervo.



Fig. 21 – Desvio pela Av. José Hipólito. Fonte: Acervo.



Fig. 22 – Entrada da rua Cel. Francisco Pereira vindo do desvio pela Av. José Hipólito. Fonte: Acervo.

Ela tem um considerável declive para a rua Padre Pedro de Alencar, tem início no seu encontro com a rua Eduardo Porto (agora já com o nome de Av. Gurgel do Amaral), segue por uma quadra como corredor comercial até chegar numa esquina arborizada com a rua Manuel Castelo Branco, onde se localiza um o edifício do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), onde se localiza talvez o principal ponto de ônibus daquele perímetro pois congrega a passagem tanto de ônibus saindo do bairro de Messejana, quanto chegando, vindo de bairros mais ao Sul do distrito para o terminal de ônibus de Messejana. Este ponto de parada de ônibus possui um detalhe singular e que pode ser levado em consideração com atenção na hora de pensar a intervenção. Observando aquele ponto, bem facilmente se percebe que existiu ali a tentativa de se implantar uma sistema de baia de ônibus para desobstruir o trânsito, porém o que ocorreu foi que a calçada dos pedestres foi tomada pelo comércio ambulante e o usuário de transporte público acaba esperando seu ônibus no espaço de baia de ônibus, aonde os mesmo deveriam parar para receber passageiros sem obstruir o trânsito da rua. Como dito anteriormente, a rua não é muito larga, porém não chega a ser claustrofóbica (aos domingos, como tem seu passeio da direita do sentido da via ocupado pela feira, obriga o pedestre a trafegar pelo leito carroçável) no trecho após a esquina do INSS, semelhante ao que acontece na rua Padre Pedro de Alencar, devido a praça da igreja a esquerda, existe uma forte impressão de abertura da via em sua largura, que cria um ambiente agradável principalmente pela boa arborização da praça e a visão da arquitetura dos fundos da Igreja, abertura esta que também acontece no trecho mais a frente mas de forma fragmentada, o mais importante de nossa análise, diga-se de passagem. Dentro deste percurso de quadra encontramos outro grande marco do centro que é a agência do Banco do Brasil. Logo após o banco a via chega finalmente ao momento da feira, a praça do mercado tradicional de Messejana onde se localiza a feira permanente (ver fig. 23 e 24) a direita e um corredor de grandes lojas de linhas de fachada não contínuas a esquerda, é como se a via fosse a linha de separação entre o mercado novo, formal (a esquerda) e o tradicional, informal (a direita). Mais uma vez aparece o contraste entre o novo e o tradicional que não necessariamente é ruim. O

observador que percorre a via neste sentido é logo recebido pela imponente caixa d'água, que com sua enorme altura se projeta acima da feira como um marco do centro de Messejana no cruzamento com a rua Dr. Pergentino Maia.



Fig. 23 – Visão da rua Cel. Francisco Pereira com vista da feira a direita e da caixa d'água mais ao fundo. Fonte: Acervo.



Fig. 24 – Vista da praça do mercado a partir da rua Cel. Francisco Pereira. Fonte: Acervo.

Dali já quase não se avista o mercado tradicional com a ocupação da feira que tapa a visão de continuidade da praça, o que se cria são apenas pequenos espaços vazios que fragmentam a visão de continuidade da praça e a visão do próprio mercado. Ali também está evidente o problema do centro com área de estacionamento e sobretudo de carga-descarga, pois avista-se com facilidade e certa freqüência, grande caminhões, numa pequena baía que está longe de cumprir seu papel de desobstrução do trânsito pelo veículos estacionados. É neste momento, aliás, que a via chega à área oficial limitada pela prefeitura onde a feira ocorre legalmente e com usuários cadastrados (ver anexo 01). Para o restante da via, o que mais nos interessa, além do edifício dos Correios, também importante marco de localização para o centro, na esquina mais a frente da quadra da praça do mercado, e outro ponto de ônibus na esquina com a rua Joaquim Bento, é o seu final, quando o observador têm apenas a opção de dobrar a esquerda na rua Padre Carlos de Alencar, se quiser ainda rumar para o Norte, até se unir a mão dupla da Av. Frei Cirilo em sentido Sul-Norte num importante ponto nodal que tem como referências visuais: o Posto de Gasolina com sua série de pequenos estabelecimentos comerciais, bastante recuados da via, de um lado e uma das sedes da Igreja Universal do outro, aonde novamente encontramos um ponto de ônibus.

Outra rua importante no que consiste a acesso motorizado ao centro de Messejana é a rua Manuel Castelo Branco. Esta rua faz o sentido Leste-Oeste e traz principalmente veículos que vem da Av. Washington Soares que simplesmente cruzam o centro ou vem usufruir do mesmo. Para fins de aprendizado da área estudo, faz-se necessário a análise de seu percurso apenas a partir de seu cruzamento com a rua Cel. Guilherme de Alencar, que apesar de ser uma rua bem secundária na hierarquia de vias do centro, atualmente dá importante acesso aos fundos do

mercado aonde ocorre uma área de carga-descarga, de certa forma improvisada, pois não parece ter havido planejamento coerente para este importante setor de um mercado, e o acesso à feira permanente de hortifrutigranjeiros para quem vem do Sul. É válido saber que está é uma das ruas que ficam interditadas aos domingos para a tradicional feira de Messejana. Mas voltando a rua Manuel Castelo Branco, ela cruza num eixo Leste-Oeste a área-estudo passando pela arborizada esquina do edifício do INSS, dando continuidade retilínea passando ao lado da Igreja Matriz (a direita) e corredor contínuo de pequenos estabelecimentos comerciais (a esquerda) e continuando, após cortar a rua Padre Pedro de Alencar pela praça que propicia bela visão para quem percorrer este trecho. Mais uma vez a via evidencia uma forte característica das vias consideradas primárias na hierarquia do bairro, seu caráter de linha limite de separação entre o desenvolvimento do novo, do moderno, com a tradição do bairro, mas sem criar uma barreira entre os dois segmentos, permitindo um diálogo entre as partes e que convivam todos num mesmo espaço, guardando cada um a sua individualidade e importância dentro da paisagem urbana contemporânea.



Fig. 25 – Rua Manuel Castelo Branco passando ao lado da igreja matriz de Messejana. Fonte: Acervo.



Fig. 26 – Rua Manuel Castelo Branco passando ao lado praça contínua da igreja. Fonte: Acervo.

3.6. Nem via primária, nem secundária – “O importante é ter importância”

Paralela a esta mas em sentido contrário encontramos a rua Dr. Pergentino Maia, uma via que posso classificar como no limite entre primária e secundária. Ela corta todo o perímetro da região em estudo no sentido Oeste-Leste vindo da rua Cap. Afrânio, até cruzar a rua Cel. Guilherme Alencar (limite de extensão dessa via para este estudo). Em verdade esta via é importante como via de escape para retornos de sentidos de trânsito ou para acesso direto das ruas Padre Pedro de Alencar e Cel. Francisco Pereira aos arredores do mercado e a escola Angélica Gurgel, principais equipamentos marco daquele trecho, além da Caixa D’água no cruzamento com a rua Cel. Francisco Pereira. Na quadra destes importantes marcos, ocorre novamente um grave problema com pontos de ônibus que concorrem com ambulantes. Isto ocorre no ponto de ônibus que tem a sede da antiga Teleceará a direita da via, onde os pedestres que

esperam os ônibus vindos do terminal de Messejana mais a oeste, se aglomeram em calçadas estreitas e disputam espaço com transeuntes e ambulantes. Se fossemos considerar a rua em toda a sua extensão, seria uma obrigação mostrar a relevância da via como acesso direto do centro de Messejana à Av. Washington Soares, principal via de alto tráfego do distrito e uma das principais da cidade.



Fig. 27 – Rua Dr. Pergentino Maia aos domingos (dia de feira). Fonte: Acervo.



Fig. 28 – Rua Dr. Pergentino Maia e conflito entre pedestres, ponto de ônibus (a direita) e ambulantes. Fonte: Acervo.

Outra via considerada no limite entre primária e secundária é a rua Joaquim Bento. Apesar de sua caixa estreita, a via tem sentido duplo e funciona metaforicamente como uma “rua de serviço”, pois não só dá acesso aos arredores dos fundos do mercado como dá também acesso direto dos caminhões de carga para o abastecimento de mercados atacadistas que se estendem desde o cruzamento com a rua Cel. Guilherme de Alencar até a rua Cel. Francisco Pereira. Este trecho é extremamente crítico, pois enquanto existe privatização do passeio pelos comerciantes e a conseqüente disputa de espaço com o pedestre em outras áreas, como ilustrado em parágrafos anteriores, aqui o pedestre sequer tem a oportunidade de disputar o espaço pois as calçadas viraram, literalmente, verdadeiros depósitos de produtos ou de exposição dos mesmos, a rua é tratada literalmente como “rua de serviço” (ver fig. 29) e aos domingos é fechada pela feira, semelhante ao que ocorre com a sua perpendicular, rua Cel. Guilherme de Alencar. Seguindo em direção ao Oeste a rua vai culminar na rua Capitão Afrânio. Ainda tratando do sentido Leste-Oeste, é fácil notar como a via vai perdendo força e vitalidade na medida em que vai se afastando da região do mercado (no caso da rua Dr. Pergentino Maia, que faz um sentido contrário, ela vai ganhando vitalidade), é o que ocorre com a rua Joaquim Bento que ao rumar para Oeste e se afastar do mercado, perde vitalidade de tal modo que uma quadra antes da lagoa de Messejana, ela já está quase que totalmente morta e sem vida, resumindo sua importância apenas até o cruzamento com a rua Cel. Francisco Pereira, onde se localiza o edifício marco dos Correios.



Fig. 29 – Rua Joaquim Bento e seu comércio atacadista que, literalmente, toma posse irregularmente do passeio. Fonte: Acervo.



Fig. 30 – Rua Joaquim Bento perdendo vitalidade conforme vai se aproximando da lagoa. Fonte: Acervo.

3.7. Trechos secundários: “Coadjuvantes com talento”

Tratando agora de vias secundárias, tratarei da menor delas, mas que não necessariamente é a menos importante, a rua Joaquim Bezerra, uma rua que praticamente corre por apenas uma quadra e que nasce na rua Cap. Afrânio e morre no momento em que a rua Padre Pedro de Alencar se abre visualmente para Leste e Oeste. Ao que consta, esta via tinha continuidade ao lado da igreja mas a exemplo do que foi feito na praça do Ferreira, no centro da cidade de Fortaleza, a praça “engoliu” a via que foi pavimentada e passou a ser parte da praça, criando assim um corredor de lojas bem ao lado da igreja num calçadão rampado vencendo o considerável desnível entre as ruas Padre Pedro de Alencar e Cel. Francisco Pereira, além de um agradável espaço arborizado de convivência. No seu pequeno trecho, ela é, diferente das outras, bem calma e arborizada, o que cria um interessante micro-clima (ver fig. 31), esta calma talvez se deva ao fato de a via não ter a concorrência do comércio ambulante que procura sempre se concentrar nas três vias primárias de acesso principal ao centro, num raio de não mais que uma quadra e meia do mercado tradicional.



Fig. 31 – Rua Joaquim Bezerra e seu micro-clima. Fonte: Acervo.



Fig. 32 – Corredor comercial ao lado da igreja matriz. Fonte: Acervo.

A outra via tida como secundária, mas que desperta grande interesse a este que vos escreve, talvez por, a priori, apresentar grande potencialidade de escoamento do tráfego é a rua Cap. Afrânio. Uma via que corre rente em mão dupla a lagoa e é uma das poucas áreas do centro aonde ainda resistem as residências. Pode considerá-la como uma espécie de ponto limítrofe (LYNCH, 1918), mas é importante lembrar que para o usuário convencional do centro já não considera essa área como centro que sempre acaba ligando a imagem do centro de Messejana à imagem da vitalidade comercial. Ao percorrê-la o observador tem a seu bel prazer uma belíssima vista da lagoa de Messejana que se impõe como paisagem dominante e chama atenção por sua grandeza. A rua tem grande potencial para ser transformada em via paisagística, talvez até já possa ser considerada como tal, mas infelizmente é utilizada apenas como rua local de acesso as residências. Ela poderá vir a ser a solução para escoamento do tráfego, mas primeiro deverá ter um atrativo que tragam as pessoas para percorrê-la, *“a concentração de um hábito ou atividade especial numa rua pode torná-la importante aos olhos dos observadores”* (LYNCH, 1918, p. 55), pois como dito em parágrafos anteriores, as vias perpendiculares que culminam nela tendem todas a já chegarem lá sem vitalidade alguma exatamente por não haver concentração comercial no local. Apenas a título de complemento, devo citar a continuação da rua Cap. Afrânio, numa curva de 90º que faz com que o observador nem a perceba, fazendo com que o mesmo veja como uma rua sem saída, trata-se de uma travessa com o mesmo nome da rua que é cerca de um lado por dois pequenos vazios com enorme potencial imobiliário devido principalmente a fenomenal vista para a lagoa. Uma curiosidade importante sobre esta área é que da urbanização do entorno da lagoa realizada pela prefeitura municipal de Fortaleza em 2003, este trecho é o que permanece mais bem conservado (trechos como o da Av. Frei Cirilo e do píer da rua Ten. Jurandir Alencar/Av. Jorn. Thomas Coelho e seu entorno são os mais danificados principalmente por atos de vandalismo diversos, que envolvem desde a depredação a roubo de material). Posso lembrar também que a rua Cap. Afrânio se envolve no encontro de duas vias, as ruas Manuel Castelo Branco e Ten. Jurandir Alencar.



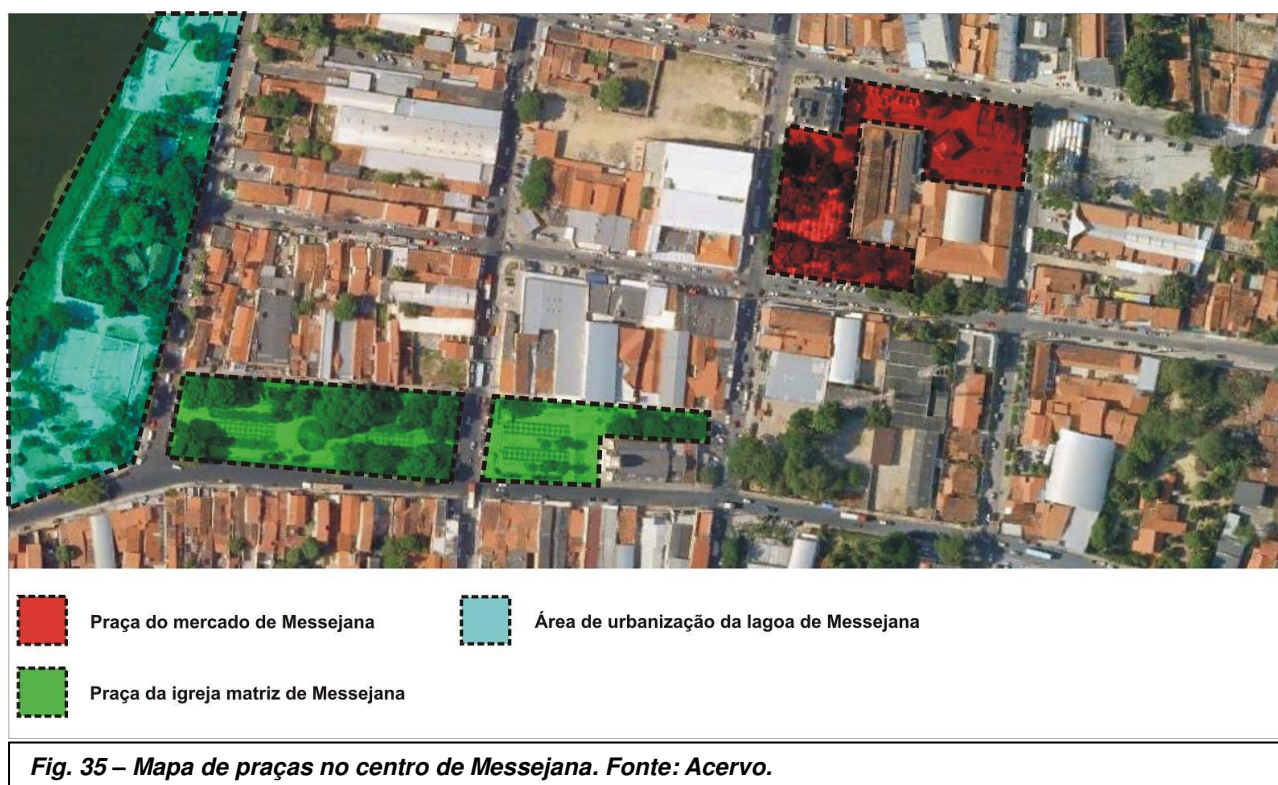
Fig. 33 – Rua Cap. Afrânio. Fonte: Acervo.



Fig. 34 – Vista da lagoa a partir da rua Cap. Afrânio. Fonte: Acervo.

3.8. As Praças: “Pública ou não, mas me chamem de praça”

Chegamos agora a um nível bem polêmico de nossa análise, a praça em seus detalhes. Não precisaria escrever si quer uma linha aqui se fosse simplesmente para dizer que existe um problema sério no centro de Messejana, chamado “privatização do espaço público”, isso é evidente e claro. Temos em nossa área-estudo dois exemplos totalmente opostos de praças, uma que funciona muito bem como espaço público de lazer que se propõe e outra totalmente tomada pela feira permanente de confecções e que de maneira direta ou indireta privatizou aquele espaço, o que não necessariamente quer dizer que não funcione, depende agora do que você colocará aqui como conceito da palavra “funcionar”.



Vamos separá-las então para logo depois tentar fazer a relação entre as duas. Primeiramente trabalhem com a Praça da Igreja Matriz, a praça que funciona bem como espaço público de lazer a que se propõe na visão clássica da palavra lazer (você entenderá logo mais a frente porque coloco o sentido das palavras “funcionar” e “lazer” como de sentido dúbio, dependendo da referência). A praça da igreja matriz tem como principais características, a sua continuidade, arborização densa e bom estado de conservação. Como dito anteriormente, quando tratávamos sobre a curiosa mudança de sentido e largura de caixa da Av. Frei Cirilo, chegamos ao trecho em que esta via, já com o nome de rua Padre Pedro de Alencar trazia “alívio” ao observador que a percorria quando esta parecia se abrir, depois de um claustrofóbico corredor comercial estreito, para um espaço verde e aberto com visão contínua para o horizonte da praça, continuidade esta interrompida apenas a sua esquerda com a barreira visual da igreja que repousa em um grande platô. A praça se mostra ao observador como uma só, apesar de dividida

pela via, não só pela identidade de desenho, mobiliário, pavimentação e sua arborização mas pela identidade emocional com o bairro que as comunica de forma magnífica, mostrando a importância deste vínculo para a vitalidade da área. As duas praças se mostram como uma espécie de interrupção da continuidade monótona e claustrofóbica da quadra, como se fosse um basta a monotonia de fachadas alinhadas dos dois lados da via de sistema “rua corredor”.

A praça Oeste (ver fig. 36) por estar livre de qualquer edificação, é a que mais bem funciona como lazer público no sentido clássico da palavra, em se tratando de praça, é bem conservada e arborizada e tem um micro-clima especial de interação social. Ela é cercada em sentido horário pelas ruas: Manuel Castelo Branco, Cap. Afrânio, Joaquim Bezerra e rua Padre Pedro de Alencar. O pedestre que a percorre sente um interessante micro-clima que a cerca e sua característica principal, a sensação de continuidade segue claro de qualquer ponto de observação dentro do perímetro da praça.



Fig. 36 – Vista da paisagem da praça com a igreja bem ao fundo. Fonte: Acervo.



Fig. 37 – Continuação da praça se unindo as margens urbanizadas da lagoa em direção ao terminal de ônibus. Fonte: Acervo.

Atravessando a rua Padre Pedro de Alencar temos a praça da Igreja Matriz, propriamente dita, é onde se localiza a igreja e onde se concentram os fiéis em dias de missa. A praça é também muito bem conservada e arborizada e funciona muito bem como ambiente de aglomeração de pessoas tanto no período diurno quanto no noturno. Ao pisar a praça o observador logo percebe que a mesma está disposta em pelo três níveis vencidos por escadas, acompanhados ao lado por calçada rampada, percebe também a imponência da arquitetura clássica da Igreja Matriz, que repousa em platô acima de todos os níveis da praça, que se destaca como marco principal daquele trecho (talvez até de todo o centro, pela sua história e forte apelo artístico que envolve sua arquitetura). Ao seu redor, em sentido anti-horário estão a rua Padre Pedro de Alencar e as ruas Manuel Castelo Branco e Cel. Francisco Pereira. A impressão visual que se tem é que a rua de pedestres logo a esquerda da igreja é uma continuação interrompida da rua Joaquim Bezerra que “morre” no seu cruzamento com a rua Padre Pedro de Alencar e dá lugar ao avanço da praça até o lote vizinho, criando uma rota de cruzamento da quadra pelo

pedestre, impenetrável para o veículo, aonde estabelecimentos comerciais estão instalados a meio nível no decorrer da passagem, evidenciando um inteligente manuseio da topografia do terreno da praça no momento do projeto.

Temos então um exemplo clássico de um espaço que, na opinião deste que vos escreve, funciona bem ao que se propõe, um espaço destinado ao lazer público e aglomeração de pessoas, sobretudo nos horários de missa, um espaço beneficiado também pelo baixo índice relativo de violência naquela região, *“ocorrência de assalto ou drogas quase não tem mais... o que ainda ocorre muito é caso de arrombamento de carros particulares”*, explica Edilberto Nobre, policial civil, escrivão do 6º Distrito Policial de Messejana. O padre da paróquia relatou que houve tempos em que a parte da praça que fica nos fundos da igreja chegou a ser usada por traficantes, *“mas a obras de ampliação da igreja ocuparam o espaço e eles se afastaram até desaparecerem”*, relata, Padre Daniel, pároco da igreja matriz de Messejana. Porém não podemos esquecer que o conceito de lazer e funcionalidade pode ser extremamente relativo, como veremos no outro exemplo de praça que acontece em nossa área-estudo.

A outra praça a ser estudada, que na verdade também são duas áreas cortadas por uma via, no caso a rua Cel. Guilherme de Alencar, é um caso de praça bem diferente da primeira aqui analisada. Trata-se da praça do mercado de Messejana, que carrega consigo todo o tradicionalismo do bairro através da presença do mercado tradicional fundado em 1889 e que já passou por diversas reformas, sendo a mais recente em execução no ano de 2011 pela prefeitura municipal de Fortaleza, segundo dados fornecidos pelo departamento de infra-estrutura da SER VI. A praça do mercado é cercada, em sentido horário, pelas ruas: Cel. Francisco Pereira, Joaquim Bento, Cel. Guilherme de Alencar e Dr. Pergentino Maia. As quatro faces da praça tem seu nível de importância mas talvez a que mais se sobressaia seja a da rua Cel. Francisco Pereira. Esta “entrada” da praça se caracteriza por dar uma visão geral da feira permanente de confecções que ocupa todo aquele perímetro (ver fig. 38 e 39) e é marcada por dois grandes marcos edificadas que deixam claro ao seu observador os limites Norte-Sul da praça para quem percorre pela rua em questão, são eles: a caixa d’água e o edifício dos Correios. A praça é produto de ocupação “ilegal”, e já há muitos anos vem sendo alvo de discussões sobre sua retirada ou não por tratar-se de espaço público. Entretanto a ocupação permanente da praça se deu no início dos anos 2000 quando a Secretaria de Serviços Urbanos da SER VI (que se localiza na quadra da praça, no esquina do cruzamento entre as ruas Cel. Guilherme Alencar e Joaquim Bento) resolveu dar um estímulo aos permissionários da feira permanente dos domingos a se instalar permanentemente na entrada do mercado como forma de dar uso a uma praça que era alvo de traficantes e usuários de droga, aquela época, como nos relatou Estevam da Silva, agente administrativo desta secretaria responsável pelo setor de feiras. A idéia acabou sendo bem sucedida e o que era uma praça pública como qualquer outra acabou sendo ocupada pela feira permanente, é neste momento que surge a explicação para os termos entre parênteses “ilegal”, “lazer” e “funcionar” de parágrafos anteriores.



Fig. 38 – Vista interna da praça ocupada pela feira permanente. Fonte: Acervo.

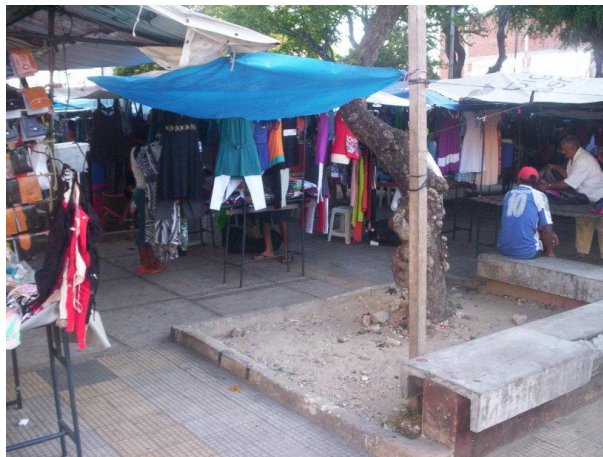


Fig. 39 – Vista interna aproximada da praça ocupada pela feira permanente. Fonte: Acervo.

Primeiramente o termo “ilegal” foi utilizado entre parênteses porque a feira é organizada pela secretaria e todos os seus permissionários são cadastrados e tem seus pontos fixos de venda, cabendo a fiscal, a periódica verificação do bom funcionamento da feira e a resolução de possíveis impasses que envolvam os permissionários e a feira. Mas ao mesmo tempo torna-se ilegal se considerarmos que a praça é um espaço público e que ele está sendo, direta ou indiretamente, privatizado pela feira. É neste momento da discussão que as palavras “lazer” e “funcionar” entram para dar ainda mais polêmica ao assunto. Como foi dito nos parágrafos que tratam da praça da Igreja Matriz de Messejana, a mesma funciona bem como local de lazer e espaço público em sua forma mais pura, mas este conceito de funcionamento é bem relativo e a praça do mercado é exemplo disso. O observado que adentra a praça percebe facilmente que a feira não é só um espaço de compra e venda de produtos mas um ambiente de interação social e de aglomeração de atividades, algo extremamente benéfico, dependendo do ponto de vista e de como ele acontece, mas de uma forma ou de outra *“a aglomeração como condição necessária a cooperação, é uma força produtiva[...]*” (MARX, s.d., livro 1, v. 1, 371, Gottdiener, 1985, 268; 1987, 405), esta aglomeração tem forte poder de interação social e consequentemente de lazer para aquele cidadão que vem a feira, encontrar amigos e conversar, sobretudo aos domingos quando a feira se espalha pelas ruas e transforma o centro de Messejana num fantástico exemplo das várias faces que a feira popular pode ter além da de compra e venda de produtos e oferecimento de serviços a população (ver fig. 40 e 41). O funcionamento e o lazer agora ganham um novo significado, passam de um funcionar e um lazer clássico para uma nova opção, uma espécie lazer alternativo, pois as pessoas agora não vêm mais a praça simplesmente para usufruir do espaço, mas também para encontrar pessoas, justamente por causa da feira, que atrai este contingente. E um funcionamento que vai mais além do oferecimento de serviços de compra e venda e de interação social, e pula para a esfera do papel de dar bom uso ao espaço e promover o bom uso dele. É bom deixar claro aos “do contra

de plantão” que este que vos escreve, de forma nenhuma está dizendo que as praças públicas devem ser todas ocupadas pela feira livre para dissipar seu mau uso, o que quero mostrar é que no contexto de Messejana, onde a feira tradicional dos domingos, que gera uma enorme circulação de capital e gera número enorme de empregos diretos e indiretos, que já acontece desde a década de 40, está feira permanente, que ocorre desde o início dos anos 2000 foi muito bem pensada e agiu positivamente no espaço.



Fig. 40 – O centro como local de interação social. Fonte: Acervo.



Fig. 41 – O centro e a feira como locais de diferentes culturas. Fonte: Acervo.

A feira em seu espaço interno na praça apesar de organizada pelo cadastro da prefeitura tem um layout extremamente defeituoso já que não privilegia de nenhuma forma a circulação, o observador que se encontra dentro dela não vê nada mais que barracas e produtos expostos (ver fig. 39), ficando a orientação totalmente a cargo de pequenos vazios que dão a visão de ambientes externos às barracas. Porém é fato que existe uma circulação que envolve o perímetro lateral desta ocupação através da lateral da rua Dr. Pergentino Maia que passa pela lateral Sul do mercado e chega até o estreito passeio da Escola Municipal Angélica Gurgel, localizada na mesma quadra mas que se mostra claramente como um “corpo estranho”, e numa espécie de corredor margeado pela feira de um lado e pelo muro lateral do edifício dos Correios, de onde desse “corredor” avista-se melhor e tem-se uma noção da continuidade da praça, apesar do mercado ainda aparecer como barreira visual. Percorrendo então a lateral para a rua Joaquim Bento, tendo já ultrapassado o perímetro dos correios, o pedestre agora sente a praça sem maiores barreiras visuais a frente, com a exceção de pequenos quiosques. Nesta lateral, a arborização é pequena e predomina um espaço vago durante a semana, mas que é totalmente ocupado pela feira de domingo, funcionando então como “espaço mutante”, o mesmo ocorrendo com a continuidade da praça que atravessa a rua Cel. Guilherme Alencar, que já poderemos tratar de imediato já que a lateral que nos falta analisar tem metade de sua extensão ocupada pela descontextualizada escola que tem novamente seu passeio extremamente estreito e defeituoso, pelo espaço livre não arborizado, ocupado pela feira do fim de semana (já citado anteriormente), e pela sede da Secretaria de Serviços Urbanos da SER VI, onde antigamente estava instalado o 6º

distrito Policial de Messejana.



Fig. 42 – Paisagem da praça durante a semana, mostrando o seu caráter “mutante”. Fonte: Acervo.



Fig. 43 – Paisagem da praça pavimentada especialmente para a feira e sua ocupação aos domingos. Fonte: Acervo.

Chegamos agora ao nosso ultimo trecho de praça a ser analisado. Esta área tem uma história interessante, pois apesar de sua característica visual de praça, não foi feita como espaço público de lazer como qualquer praça se propõe a ser. Na década de 40 o pioneiro Raimundo Braz, que trabalhava com calçados, se instalou na praça do mercado e começou a venda de produtos, trazendo outros comerciantes e num processo gradual deu origem a tradicional feira de Messejana aos domingos. Acontece que até meados da década de 90, o espaço da feira que corresponde a praça por trás do mercado não era si quer pavimentado, o que provocava forte reivindicação dos permissionários a prefeitura, reivindicação esta que só foi finalmente atendida na 2ª gestão do prefeito Juraci Magalhães (1997-2001) quando o espaço foi todo pavimentado e tem agora uma área considerável em torno de 300m² de “espaço mutante” (ver fig. 42) que acompanha a rua Joaquim Bento (que provoca certa confusão quando se discute que naquele momento já se transforma em rua Joaquim Felício) até a sua interrupção num muro. A praça tem poucas árvores, boa manutenção (na verdade como se trata apenas de uma grande área pavimentada, não se faz necessário grandes cuidados) e é ocupada permanentemente pelas barracas de hortifrutigranjeiros apenas num pequeno trecho (ver fig. 44), sendo este quase que totalmente ocupado aos domingos.

O mercado surge então como figura central, fazendo com que a feira pareça “brotar” de seu centro para as margens da praça, apesar da ocupação permanente acontecer de forma mais densa em frente a sua fachada frontal para a rua Cel. Francisco Pereira. O mercado, inaugurado em 1889 têm ao redor de 60 permissionários e carrega consigo todo o tradicionalismo do centro de Messejana, dando todo um caráter interiorano a feira, porém o edifício mostra-se totalmente sucateado, mesmo com as várias reformas e já sem maior identidade com o centro devido também a feira que já tapa sua visão do observador que percorre o centro nas suas vias primárias. É o momento então de refletirmos sobre sua permanência ou não no momento de

intervir, pois apesar de carregar a tradição do centro é um edifício já sem a menor condição física, estrutural e até sanitária de se manter. Aos mais radicais adeptos do tradicionalismo, digo que temos que tomar cuidado com este termo “tradição” pois ele perde força no momento que passa a prejudicar a integridade física do usuário, o que deve ter importância primordial. Existe um preconceito muito grande na hora em que se trabalha a palavra “simplicidade”. A idéia que quero passar é que não podemos confundir simplicidade com “imundice”, com o perdão da palavra. Mas vamos deixar esse polêmico assunto para tópicos mais a frente que tratarão desse tema de uma forma mais enfática e definitiva, no que tange a idéia de manter ou não o edifício, analisando as vantagens e desvantagens de sua manutenção (ver sub-tópico 7.4.2. Mercado de Messejana, na p.122)



Fig. 44 – Paisagem da praça pavimentada especialmente para a feira. Fonte: Acervo.



Fig. 45 – Vista interna do corredor de barracas de frutas e verduras. Fonte: Acervo.

3.9. Classificação de Bairro

Damos início a partir de agora a uma série de classificações em formato mais sintético baseado nos cinco princípios do método escolhido: vias, limites, bairros, pontos nodais e marcos. O bairro onde se encontra nossa área é o que oficialmente se chama Messejana, é importante não confundir o bairro com o distrito de Messejana, esta confusão se dá principalmente pelo processo de conurbação urbana, que fez o bairro absorver aos poucos seus vizinhos, se transformando num núcleo urbano importantíssimo para os bairros conurbados e um marco para o distrito quando se trabalha na escala de cidade, esta “[...] absorção é um processo, em geral lento, de crescente transformação de uma área urbana – nucleada ou não, com mais ou menos características de cidade - em bairro ou conjunto de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 1998, p. 65).

Nome: Messejana

Distrito: Messejana

Secretaria Regional: SER VI

Atividade predominante: Comércio

Bairros vizinhos: Cambeba, José de Alencar, Curió, Guajerú, Coaçu, Paupina, Ancuri, Jangurussu, Barroso, Cajazeiras e Parque Iracema.

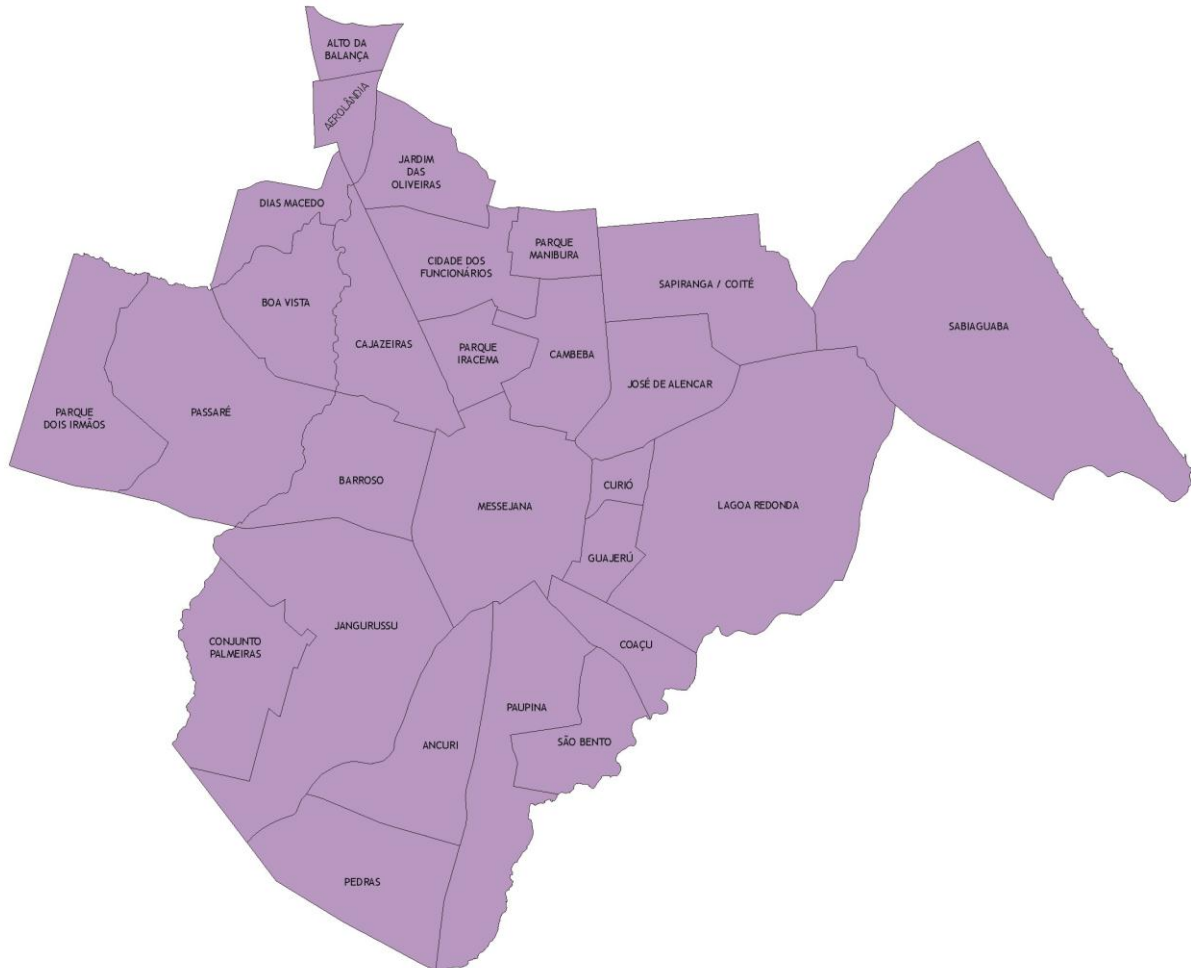


Fig. 46 – Mapa da Secretaria Regional VI (SER VI). Fonte: PMF.

De acordo com o PDP 2007 da legislação urbanística de Fortaleza vamos logo abaixo classificar o bairro de Messejana dentro desse zoneamento:

Macro zoneamento: O bairro ocupa uma macrozona de ocupação urbana com a área da lagoa de Messejana e do Açude Danilo, situadas numa macrozona de proteção ambiental.

Zoneamento Urbano: Zona de ocupação moderada 2 (ZOM 2), com a área da lagoa de Messejana e do Açude Danilo situadas em macro zona de proteção ambiental.

Zoneamento Ambiental: Área da lagoa

Zonas Especiais: -

Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS): -

Classificação Viária: O bairro tem como limites oficiais a Leste a Av. Washington Soares tida nesta

classificação como de Via Estrutural 1 (VE1) e a Oeste a BR-116, que nessa classificação é colocada como Via de Ligação Regional (VLR).

3.10. Classificação de Vias

Agora é momento em que haverá a classificação direta das vias e suas características sem maiores comentários. Os atributos, definições e classificações desse sub-tópico foram baseados no Plano Diretor Participativo (PDP), aprovado pela Câmara de Vereadores em 2009. Aqueles itens mais específicos e, portanto não oferecidos no PDP, que trabalha com conceitos gerais, foram retirados tanto de registros oficiais da ETUFOR (Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza) quanto de medições *in loco*.

No PDP, em seu Capítulo IV, Art. 168, estão descritos os tipos de vias urbanas com suas respectivas definições. A página em que se encontra este referido capítulo encontra-se no anexo 02 deste trabalho. Os limites de velocidade máxima foram retirados do Código Brasileiro de Trânsito surgido da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, se utilizando das definições deste referido código, tendo seu referido trecho no anexo 03. Os tipos de vias e suas respectivas siglas, de acordo com o PDP, seguem abaixo para melhor entendimento.

I – Via de Ligação Regional (VLR)

II – Via Estrutural (VE1)

III – Via Estrutural 2 (VE2)

IV – Via Complementar 1 (VC1)

V – Via Complementar 2 (VC2)

VI – Via Local (VL)

VII – Via de Comércio e Serviços (VCS)

VIII – Via Paisagística (VP)

Logo mais abaixo teremos o detalhamento de cada uma das vias que envolve nosso perímetro de estudo ou que interferem direta ou indiretamente nele. Ao lado das informações temos croquis em corte de cada uma delas sem uso de escala, para melhor entendimento da via.

Rua Capitão Afrânio

Classificação: VL

Sentido: Norte-Sul

Caixa Carroçável: 7,00m

Velocidade Máxima: 30Km/h



Fig. 47 – Croqui rua Cap. Afrânio.

Av. Frei Cirilo

Classificação: VE2

Sentido: Norte-Sul / Sul Norte

Caixa Carroçável: 15,00m

Velocidade Máxima: 60Km/h

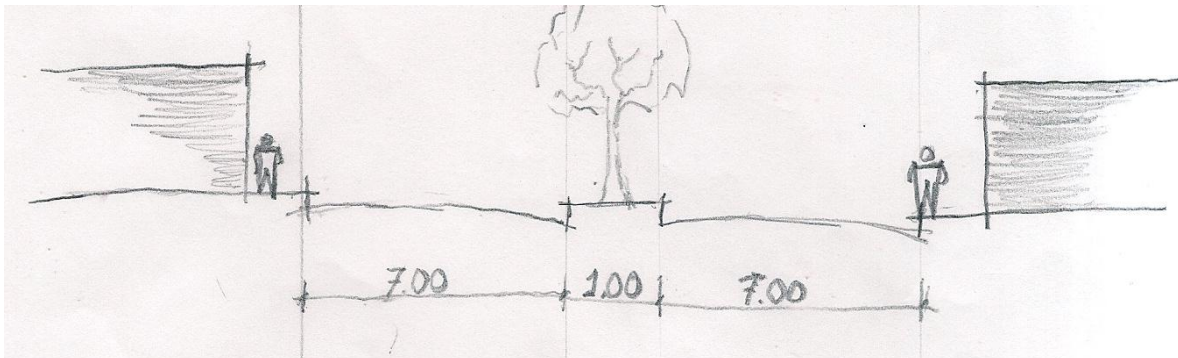
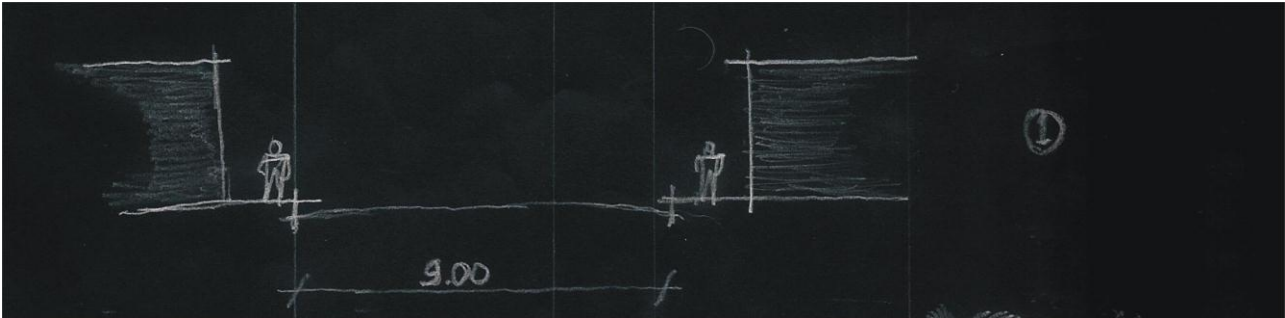
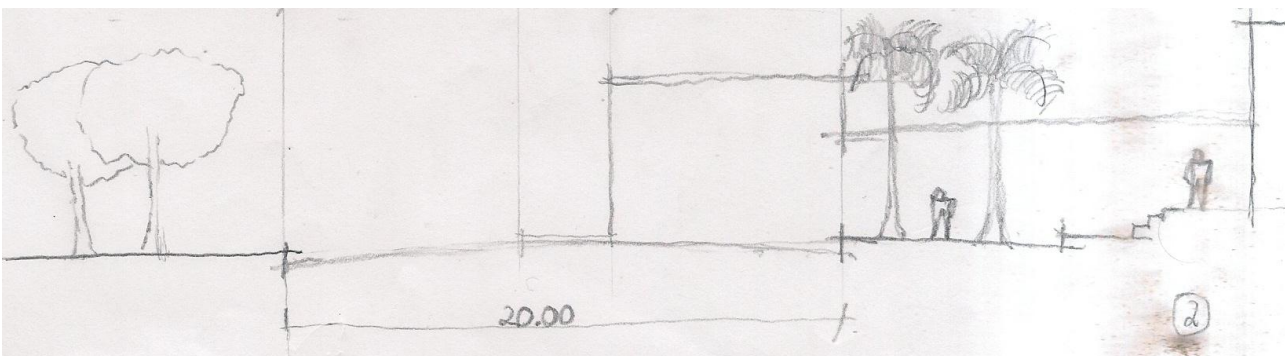


Fig. 48 – Croqui av. Frei Cirilo.

Rua Padre Pedro de Alencar (trecho 1)**Classificação: VCS**Sentido: Norte-Sul**Caixa Carroçável: 9,00m**Velocidade Máxima: 40Km/h***Fig. 49 – Croqui rua Padre Pedro de Alencar no trecho 1.****Rua Padre Pedro de Alencar (trecho 2)*****Classificação: VCS**Sentido: Norte-Sul**Caixa Carroçável: 20,0m**Velocidade Máxima: 40Km/h***Fig. 50 – Croqui rua Padre Pedro de Alencar no trecho 2.****Rua Padre Pedro de Alencar (trecho 3)******Classificação: VE2**Sentido: Norte-Sul / Sul-Norte**Caixa Carroçável: 15,0m**Velocidade Máxima: 60Km/h*

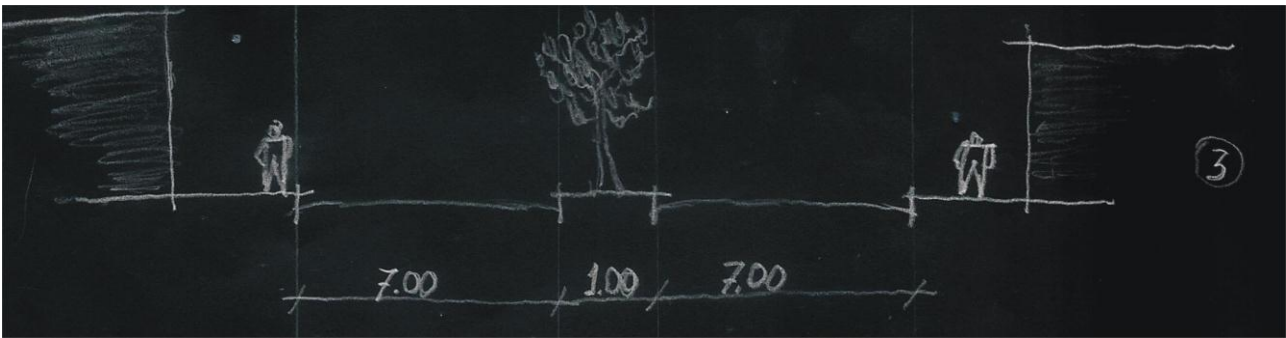


Fig. 51 – Croqui rua Padre Pedro de Alencar no trecho 3.

Rua Cel. Francisco Pereira

Classificação: VC2

Sentido: Sul-Norte

Caixa Carroçável: 9,00m

Velocidade Máxima: 40Km/h

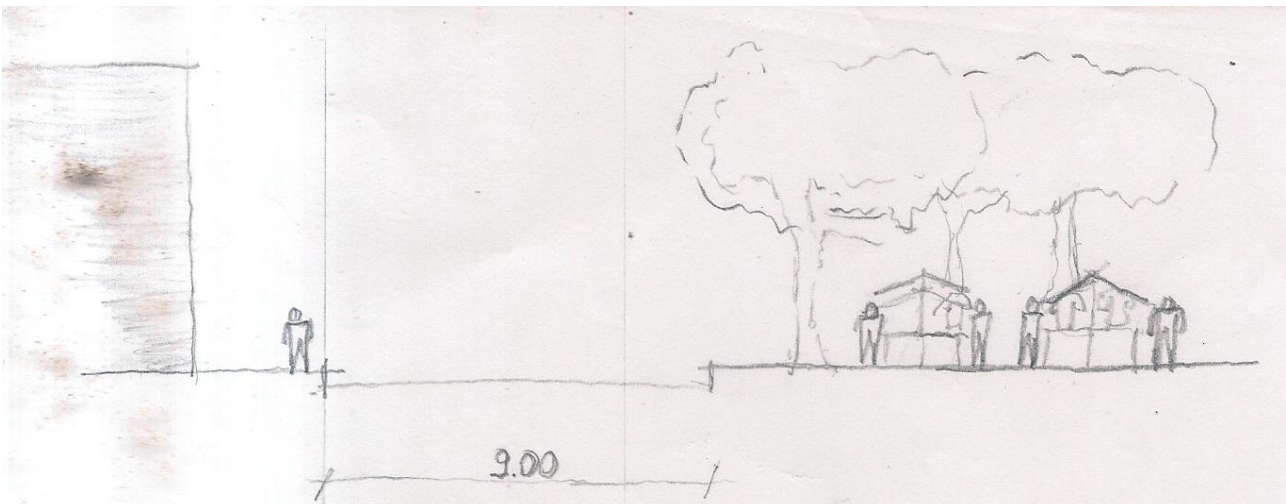


Fig. 52 – Croqui rua Cel. Francisco Pereira.

Rua Cel. Guilherme Alencar

Classificação: VC2

Sentido: Norte-Sul / Sul-Norte

Caixa Carroçável: 7,00m

Velocidade Máxima: 40Km/h

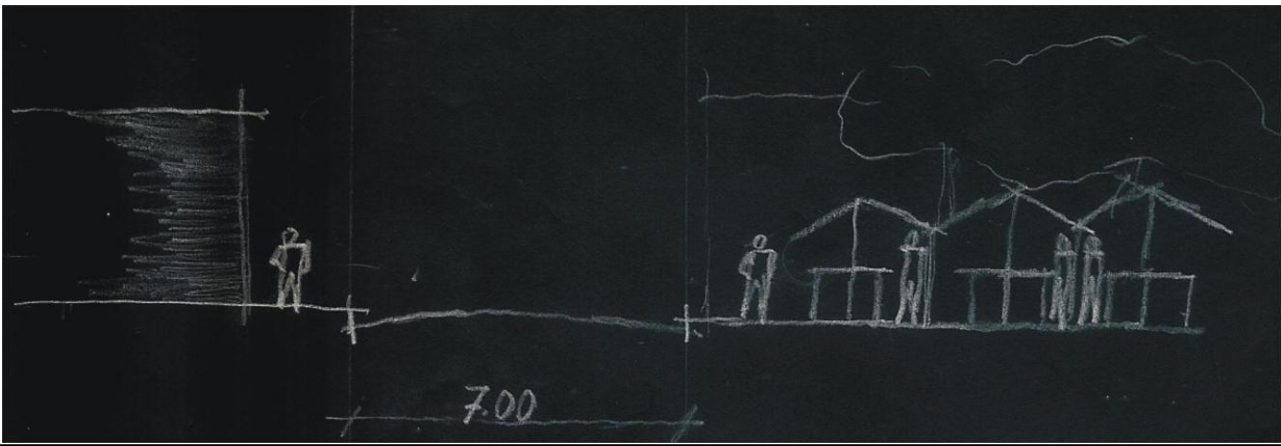


Fig. 53 – Croqui rua Cel. Guilherme Alencar.

Rua Eduardo Porto****

Classificação: VLR

Sentido: Oeste-Leste

Caixa Carroçável: 8,00m

Velocidade Máxima: --Km/h *****

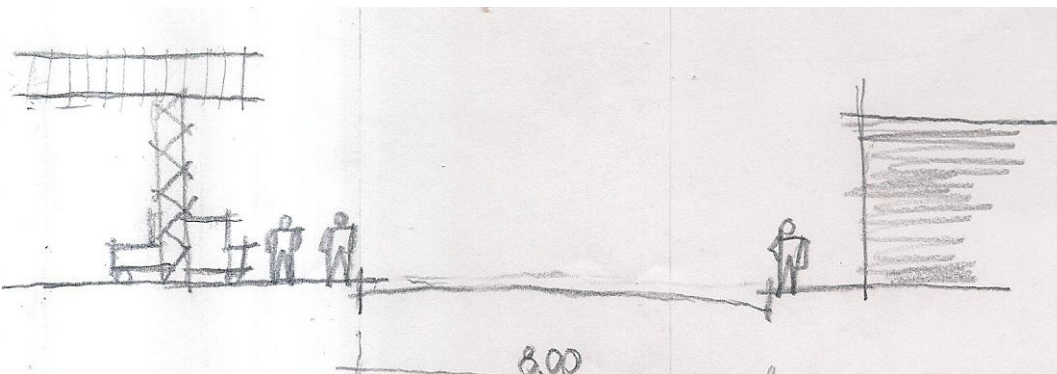


Fig. 54 – Croqui rua Eduardo Porto.

Rua Manuel Castelo Branco*****

Classificação: VC1

Sentido: Leste-Oeste

Caixa Carroçável: 7,50m

Velocidade Máxima: 40Km/h

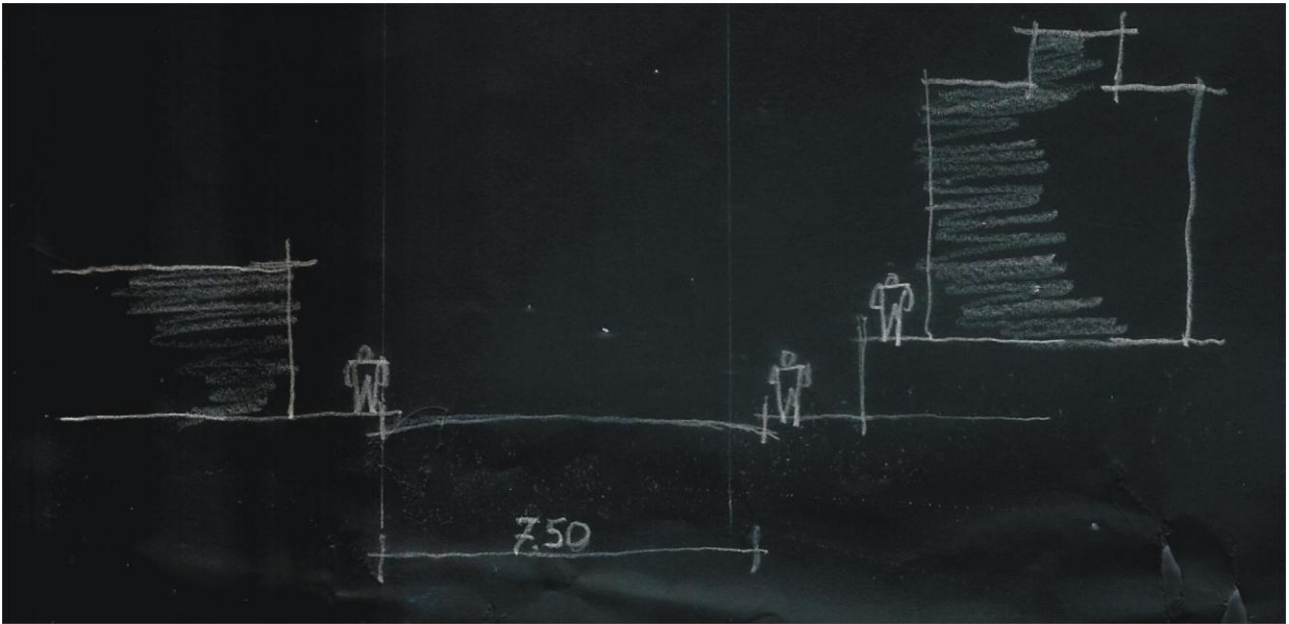


Fig. 55 – Croqui rua Manuel Castelo Branco.

Rua Dr. Pergentino Maia

Classificação: VC1

Sentido: Oeste-Leste

Caixa Carroçável: 7,00m

Velocidade Máxima: 40Km/h

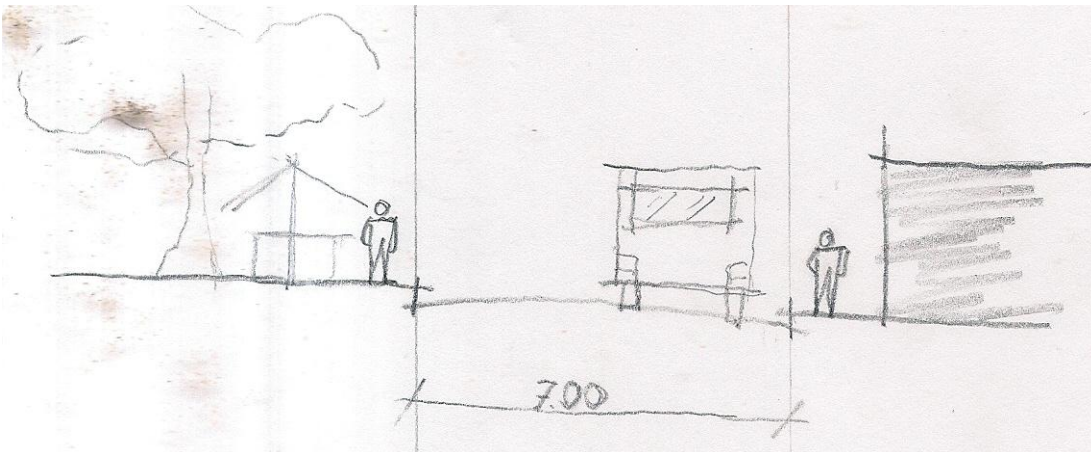
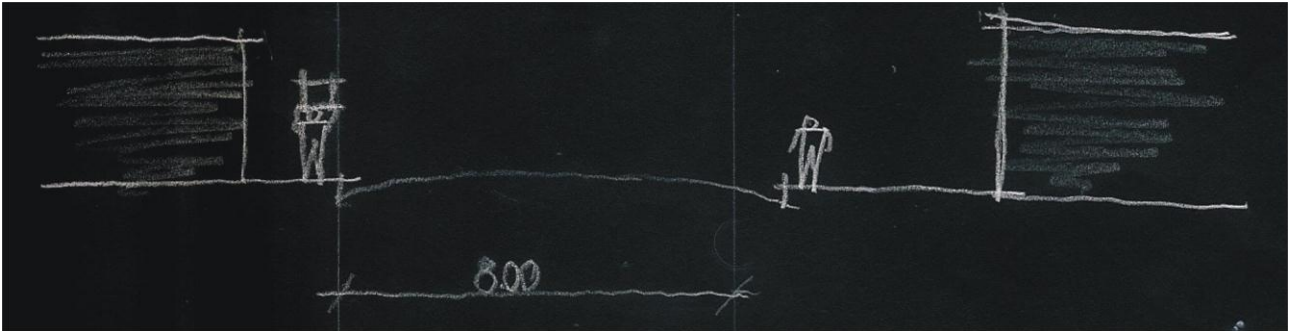
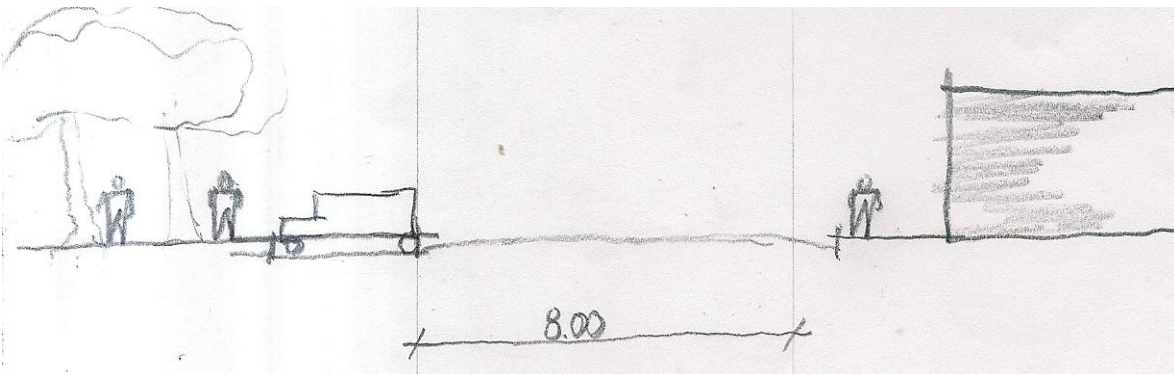


Fig. 56 – Croqui rua Dr. Pergentino Maia.

Rua Joaquim Bento******Classificação: VC2**Sentido: Leste-Oeste / Oeste-Leste**Caixa Carroçável: 8,00m**Velocidade Máxima: 40Km/h***Fig. 57 – Croqui rua Joaquim Bento.****Rua Joaquim Bezerra***Classificação: VL**Sentido: Leste-Oeste / Oeste-Leste**Caixa Carroçável: 8,00m**Velocidade Máxima: 30Km/h***Fig. 58 – Croqui rua Joaquim Bezerra.****Rua Padre Carlos de Alencar***Classificação: VL**Sentido: Leste-Oeste**Caixa Carroçável: 8,00m**Velocidade Máxima: 30Km/h*

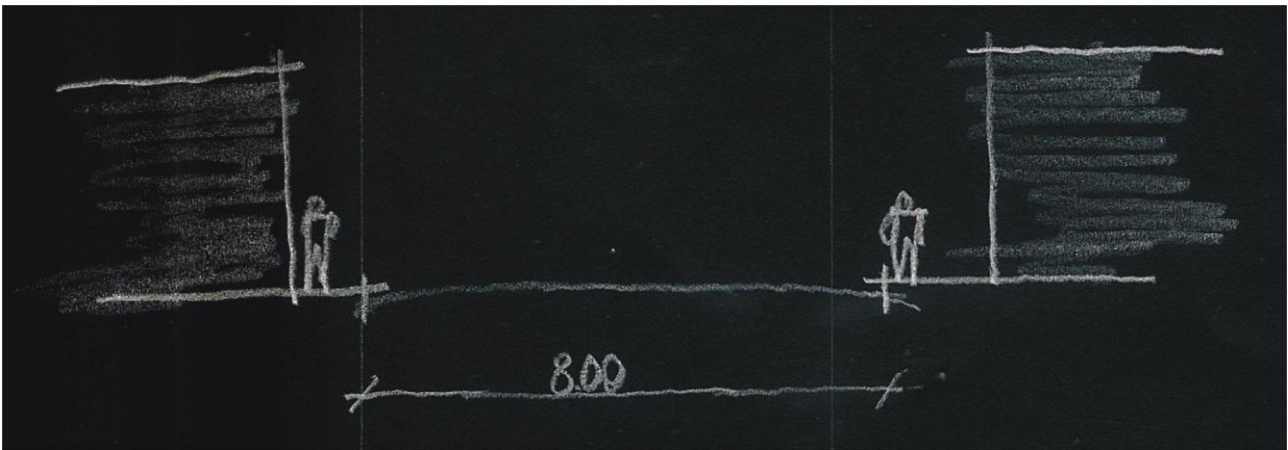


Fig. 59 – Croqui rua Padre Carlos de Alencar.

Av. Washington Soares

Classificação: VE1

Sentido: Norte-Sul / Sul-Norte

Caixa Carroçável: 15,00m/15,00m

Velocidade Máxima: 80Km/h

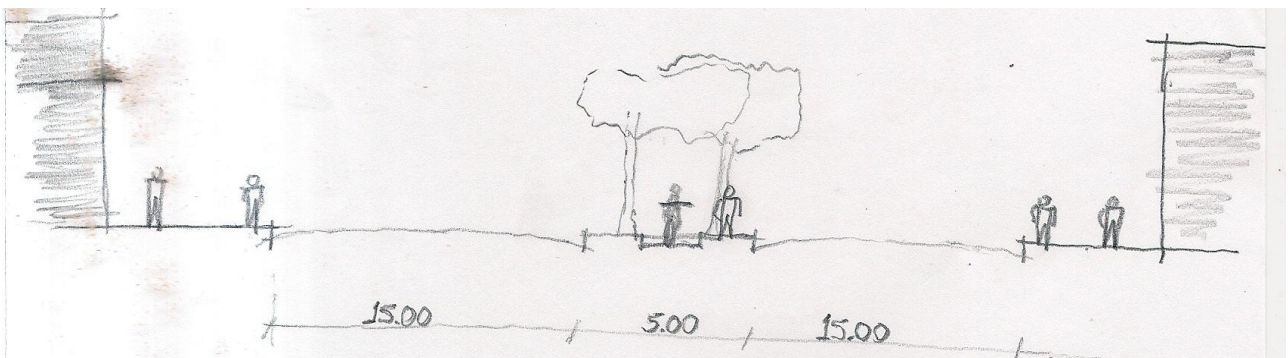


Fig. 60 – Croqui av. Washington Soares.

BR-116

Classificação: VLR

Sentido: Norte-Sul / Sul-Norte

Caixa Carroçável: 20,00m/20,00m

Velocidade Máxima: 80Km/h

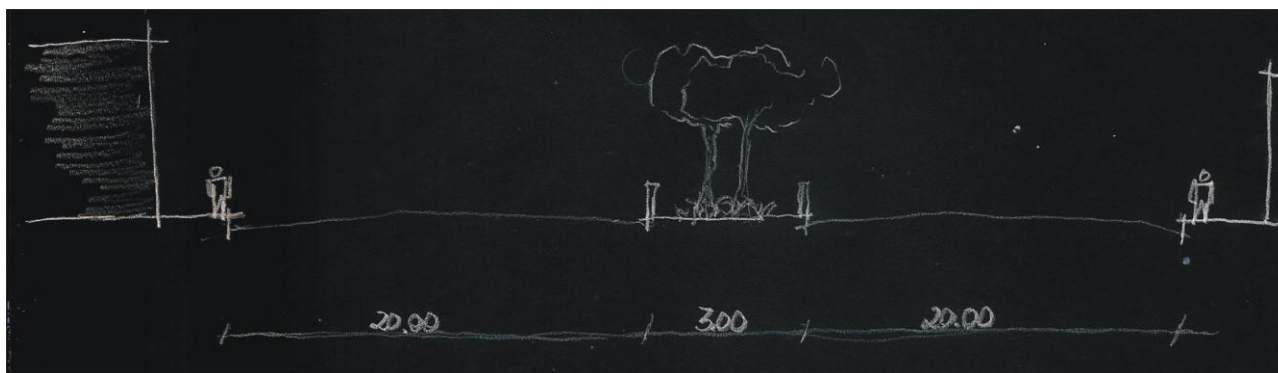


Fig. 61 – Croqui BR-116.

Observações:

* O trecho 1 corresponde aos cruzamentos com as ruas Padre Carlos de Alencar até a Joaquim Bezerra e das ruas Manuel Castelo Branco até a rua Eduardo Porto.

** O trecho 2 corresponde aos cruzamentos com as ruas Joaquim Bezerra até a Manuel Castelo Branco.

*** O trecho 3 corresponde do cruzamento com a rua Eduardo Porto em diante, ao Sul.

**** A rua Eduardo Porto tem o nome de Av. Gurgel do Amaral quando entra da rua Padre Pedro de Alencar para o Leste. A Oeste, na direção do terminal, o trecho ainda não existia, até a 2ª gestão do prefeito Juraci Magalhães (1997-2001), até o momento da bifurcação com a rua Ten. Jurandir Alencar, quando houveram as obras de abertura de via neste trecho para desafogar o trânsito.

***** O fato da Rua Eduardo Porto estar classificada como VLR, revela uma diretriz para a mesma e não uma situação atual (que se mostra uma VC1). Portanto a velocidade máxima permitida pode ser tratada de forma dúbia. A situação atual nos mostra uma velocidade máxima de 40Km/h, ao se transformar em VLR a via passa a ter velocidade máxima de 80Km/h.

***** A rua Manuel Castelo Branco tem o nome de rua Ten. Jurandir Alencar após cruzar com a rua Padre Pedro de Alencar.

***** A rua Joaquim Bento tem o nome de rua Joaquim Felício a partir do cruzamento com a rua Cel. Guilherme Alencar em sentido Oeste-Leste.

3.11. Sistema Viário de Acesso

Aproveitando que o assunto são vias e sabendo que vias é um assunto diretamente ligado ao transporte, tratemos agora de mostrar como o serviço público de transporte (ônibus e vans) atendem a população que quer ter acesso a região do centro do bairro. Dentro da acessibilidade a região estudada pode-se abrir um leque de observações e citações em relação a este tema. O órgão da prefeitura responsável pelo sistema de transporte urbano da cidade é a Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza S. A. (ETUFOR). Em 1992 entrou em vigor o sistema de integração do transporte público (SIT-FOR) que deu ao usuário a oportunidade de deslocamento a grandes distâncias usando terminais de integração que fazem com que o

passageiro pague menos passagens do que outrora. O centro de Messejana teve como ajuda primordial para seu crescimento essa idéia de integração do transporte público, já que foi um dos bairros contemplados com um destes terminais, juntamente com os bairros do Papicu, Parangaba (que conta também com o terminal Lagoa) Siqueira, Antônio Bezerra e Conjunto Ceará. O terminal de Messejana se instalou bem próximo ao grande “miolo” comercial, possibilitando assim que o seu acesso fosse muito mais facilitado do que outrora. Do terminal partem ônibus para os mais diversos locais, fora e dentro da chamada “Grande Messejana” e grande parte passa pelo centro comercial aqui estudado, levando a população a este destino, o que nos faz concluir que apesar de problemas em relação a acesso como, acessibilidade universal, ocupação de passeios e vias públicas estreitas, o acesso direto do bairro, lindeiro ou não, até o centro comercial se dá de uma forma tranqüila e sem maiores problemas se considerarmos somente a questão do número de linhas disponíveis para esta área. No total 19 (dezenove) linhas de ônibus e 3 (três) linhas de transporte alternativo (vans), cruzam o centro de Messejana vindas de diversos pontos da cidade, desde locais centrais mais distantes, a bairros vizinhos. Abaixo alguns dados oficiais do terminal, oferecidos pela ETUFOR, em seu site.



Fig. 62 – Vista aérea do terminal de Messejana.
Fonte: ETUFOR.

Endereço: *Av. Perimetral, 650.*

Localização: *Messejana, SER VI.*

Inauguração: *01 de Julho de 1992.*

Frota Operante: *220*

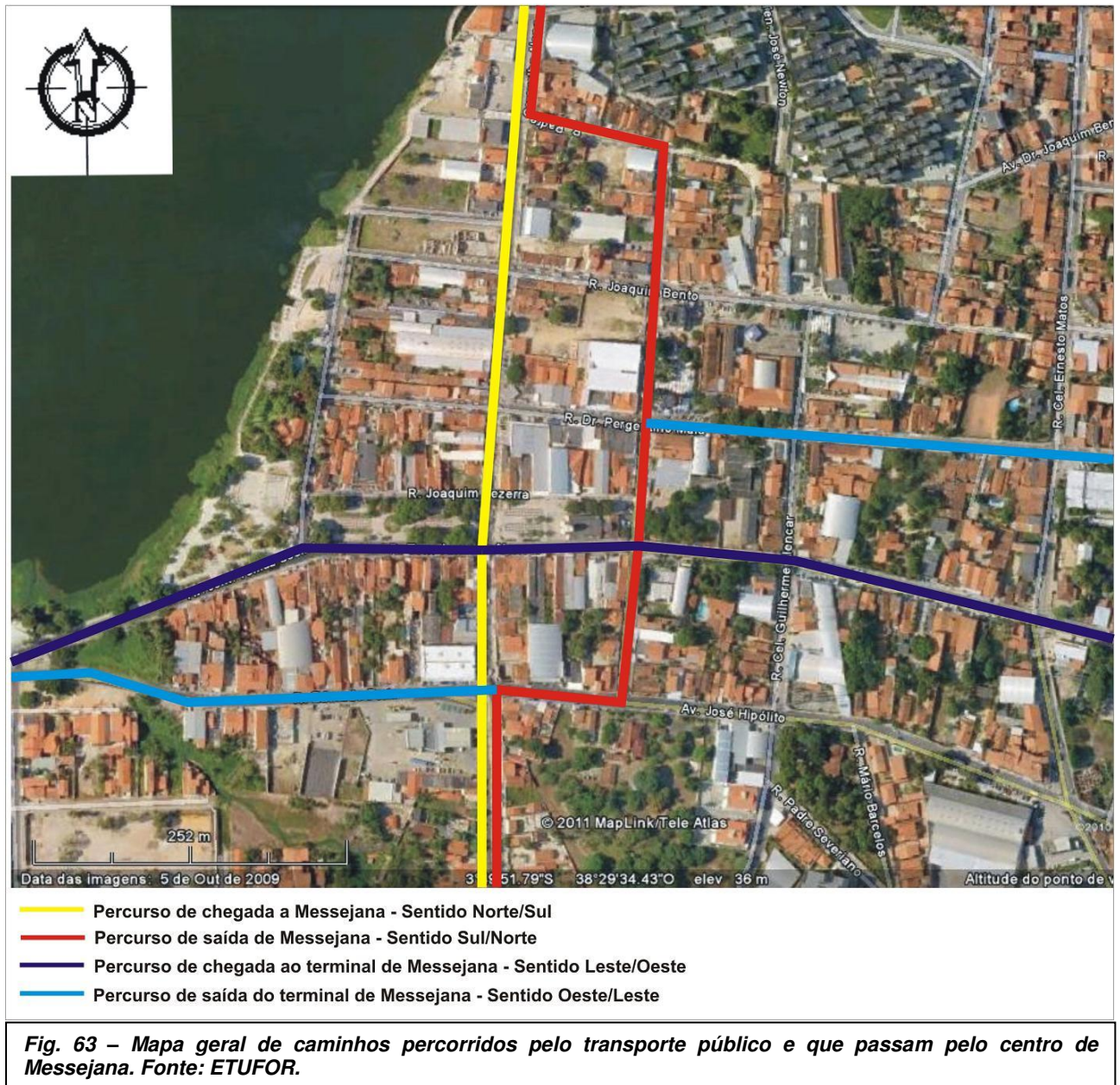
Viagens programadas por dia: *2.408*

Demanda transportada por dia: *132.276*

Linhas de ônibus: 39

Como dito anteriormente, Messejana é cortada por três grandes eixos de ligação da cidade. No limite leste do bairro pela Av. Washington Soares (VE1), que liga Messejana ao Norte/Nordeste da cidade, a regiões importantes como prestadoras de serviços como Papicu e Aldeota. No limite oeste pela BR-116 (VLR), importante rodovia interestadual, que liga o bairro ao centro da cidade e outros importantes pontos como o Benfica e Pici. Cortando Messejana em sentido Oeste/Leste temos a Rua Eduardo Porto (VLR), que liga Messejana ao leste da cidade e auxiliar a ela, mas em sentido Leste-Oeste, a rua Manuel Castelo Branco (VC1) que faz ligação direta com o bairro da Parangaba. Na fig. 63 podemos observar estas vias num traçado das principais linhas de ônibus que cortam o bairro para dar acesso a diferentes pontos da cidade. Por Messejana ser um grande ponto nodal para a cidade de Fortaleza, linhas intermunicipais também cruzam a cruzam, o que fez Messejana ter seu próprio terminal rodoviário de ônibus, ao lado do

terminal de ônibus comum, de onde saem diversos veículos para diferentes pontos, fora da cidade. Abaixo segue uma lista de linhas de ônibus e vans que atendem o acesso ao centro comercial, com seus respectivos nomes de linha, de que terminal vem até chegar a Messejana e a principal via da acesso ao bairro.



3.11.1. Principais linhas de ônibus:

052 - Grande Circular 2

Origem: Terminal do Papicu vindo da Av. Washington Soares.

Curiosidade: O ônibus faz a integração entre os terminais: Papicu/Messejana/Siqueira/Antônio Bezerra/Papicu, nesta ordem, em ligação direta pela avenida.

053 - Messejana/Papicu – Via Washington Soares

Origem: Terminal do Papicu vindo da Av. Washington Soares.

Curiosidade: Este faz a mesma linha Papicu/Messejana do Grande Circular 2, com a diferença que somente fica entre estes dois terminais)

068 - Messejana/Papicu

Origem: Terminal do Papicu vindo pela Av. Washington Soares

Curiosidade: Um rota alternativa vinda por dentro do bairro Cidade dos Funcionários, passando pelo Cambeba.

026 – Antônio Bezerra/Messejana

Origem: Terminal de Antônio Bezerra vindo da Av. Frei Cirilo

Curiosidade: O ônibus vem pela Bezerra de Menezes, Aguanambi até chegar a BR-116 e pegar a Av. Frei Cirilo.

600 – Messejana/Frei Cirilo/Expresso

Origem: Centro da cidade, vindo pela Av. Frei Cirilo.

Curiosidade: O ônibus vem da Estação Coração de Jesus, no centro, diretamente pela BR-116 mas sobre o anel viário para chegar a Av. Frei Cirilo antes de chegar ao terminal.

650 – Messejana/BR Nova/Expresso

Origem: Centro da cidade, vindo pela BR-116.

Curiosidade: O ônibus vem da Estação Coração de Jesus, no centro, diretamente pela BR-116, mas diferente do Messejana/Frei Cirilo, ele a percorre de forma ininterrupta até poucos quarteirões do terminal.

3.11.2. Linhas Secundárias de ônibus (locais)

618 – Parque Santa Rosa/Messejana, 628 – Sítio São João/Parque Santa Maria, 630 – Itamaraty/Elizabeth II, 632 – Alto Alegre 2/Messejana

Origem: Bairros periféricos ao sul.

Curiosidade: Todos vêm do sul da cidade, de bairros com o mesmo nome da linha, pela rua Padre Pedro de Alencar entrando pelo centro desviando pela rua Eduardo Porto até chegar a rua Cel.

Francisco Pereira,

616 – Lagoa Redonda 1, 617 – Lagoa Redonda/Abreulândia, 619 – Paupina, 626 – Lagoa Redonda 2, 641 – Guajerú 1, 642 – Guajerú 2, 656 – Messejana/Sabiaguaba, 676 – Cj. Curió, 686 – Conjunto São Bernardo.

Origem: Bairros periféricos a leste.

Curiosidade: Todos vêm do leste, com exceção do ônibus 619 que vem do sul, de bairros com o mesmo nome da linha.

3.11.3. Transporte Alternativo (Vans)

25 – Parque Santa Maria/Liceu

Origem: Colégio Liceu do Ceará, bairro de Jacarecanga.

Curiosidade: A linha é um meio alternativo para o passageiro vindo das áreas centrais da cidade, cruza Messejana até terminar sua linha no bairro Parque Santa Maria.

03 – Paupina/Pici

Origem: Campus do Pici.

Curiosidade: A linha leva passageiros a região do Iguatemi/UNIFOR e atende a uma escassez de ônibus direto para a região da Aldeota e áreas institucionais da UFC, como o Campus do Benfica e Pici.

12 – Cj. Palmeiras/Papicu

Origem: Bairro Papicu.

Curiosidade: A linha atende a uma outra carência nos ônibus do terminal de Messejana, acesso direto ao bairro Papicu e adjacências. A linha cruza o bairro de Messejana e segue até o bairro Cj. Palmeiras mais a oeste.

3.12. Classificação de Limites e Barreiras

Os limites são pontos, vias ou objetos edificados que marcam o fim ou início de uma área. Eles tem classificação extremamente variável dependendo de pessoa para pessoa porque cada um poderá ter conceitos diferentes sobre em que ponto da via ou do bairro ele já não considera como centro, por exemplo, já que o centro comercial de Messejana não tem limites oficial, exceto o limite oficial da feira legalizado pela prefeitura. Baseado na classificação de Kevin

Lynch (1918), os limites aqui se classificarão de duas maneiras: ponto limite (ponto em que se considera a passagem para outra área da região mas que permanece dentro de um plano geral) e limite fragmentário (um tipo de limite que tende a fragmentar o espaço, ou seja, que demarca a saída de uma área a outra, saindo daquele plano geral antes citado, neste caso, a área-estudo), considerando logicamente apenas limites gerais da área, desconsiderando, para este sub-tópico, limites pontuais, como os limites das praças ou da feira, por exemplo.

Limite Norte

Limite: Linha imaginária que dá continuidade a rua Padre Carlos de Alencar.

Áreas separadas: Av. Frei Cirilo e sua transformação em rua Padre Pedro de Alencar.

Tipo: limite fragmentário

Observações: Esta rua e sua ligação com a Av. Frei Cirilo funciona como uma espécie de ponto de saída da região do mercado, dando acesso a região da lagoa, tendo por isso mesmo um caráter de limite fragmentário do espaço.

Limite Sul

Limite: Rua Eduardo Porto/Av. Gurgel do Amaral

Áreas separadas: Área residencial da área comercial

Tipo: limite fragmentário

Observações: Esta definição de área residencial para comercial é totalmente relativa e foi colocada apenas para fins de melhor entendimento geral do limite já que antes e depois desta via limite tanto há comercio (que cresce em número para o norte) quanto residências (que crescem em número para o sul).



Fig. 64 – Limite Norte: rua Padre Carlos de Alencar. Fonte: Acervo.



Fig. 65 – Limite Sul: rua Eduardo Porto. Fonte: Acervo.

Limite Leste

Limite: Rua Cel. Ernesto Matos

Áreas separadas: Área residencial da área comercial

Tipo: ponto limítrofe

Observações: Vale aqui a mesma observação sobre a relatividade desta classificação comercial e residencial dita para o limite Sul. Esta rua é considerada ponto limítrofe e não fragmentário porque a continuação da rua Joaquim Bento após o cruzamento com a rua limite é considerada muito importante como área-estudo até o final da praça.

Limite Oeste

Limite: Entorno urbanizado da lagoa de Messejana

Áreas separadas: Área residencial da área comercial

Tipo: limite fragmentário

Observações: Vale aqui a mesma observação sobre a relatividade desta classificação comercial e residencial dita para o limite Sul e Leste. O entorno urbanizado da lagoa funciona como limite fragmentário por ser um limite que demarca uma clara separação entre o centro comercial e uma outra área já bem diferente do centro comercial propriamente dito e demarcado anteriormente neste tópico. O limite tem na Rua Cap. Afrânio e seu cruzamento com a rua Ten. Jurandir Alencar, suas principais vias limítrofes.



Fig. 66 – Limite Leste: rua Cel. Ernesto Matos.
Fonte: Acervo.



Fig. 67 – Limite Oeste: rua Cap. Afrânio. Fonte: Acervo.

3.13. Classificação de Pontos Nodais

Os pontos nodais são pontos que esclarecem direções a serem tomadas (LYNCH, 1918), normalmente são conexões de vias ou de concentração de alguma atividade característica, em muitos casos podem ser também limites ou até marcos. Vale lembrar também que

Ponto Nodal: Quadra do mercado.

Localização: Cercada, em sentido horário, pelas ruas Cel. Francisco Pereira, Joaquim Bento, Cel. Guilherme Alencar e Dr. Pergentino Maia.

Observações: Ponto nodal central de nossa área, é um ponto de “decisão” do pedestre ou motorista de automóvel tanto particular quanto coletivo já que funciona aos moldes de uma rotatória, guardando as devidas proporções, o observador neste momento tem a opção de seguir para o Norte até a nova junção com a Av. Frei Cirilo até chegar a BR-116 ou rumar para o Leste até chegar a Av. Washington Soares, isto logicamente considerando o sentido das duas vias. É um ponto importante também por ser onde se concentra grande quantidade de atividades em seu entorno, como a feira permanente. Aqui se percebem importantes marcos como a caixa d’água e o edifício dos correios.

Ponto Nodal: Cruzamento da Praça da Igreja Matriz.

Localização: Cruzamento entre a rua Padre Pedro de Alencar e a rua Manuel Castelo Branco.

Observações: É importante lembrar antes de mais nada que não só o cruzamento funciona como importante ponto nodal mas todo conjunto da praça. Neste importante ponto nodal é que existe a quebra do corredor comercial da rua Padre Pedro de Alencar e existe um rasgo na quadra que trás continuidade de visão para o observador além da bela vista da arquitetura da igreja. Neste ponto de grande tráfego o usuário pode decidir ir na direção da BR-116 (ao Sul no caso do automóvel) ou à Av. Washington Soares ao Leste e ao terminal de ônibus e viaduto da BR-116 a Oeste (sentido do automóvel). Nele se percebe importantes pontos do centro como a praça e a igreja, além da abertura da rua Padre Pedro de Alencar.

Ponto Nodal: Bifurcação da rua Padre Pedro de Alencar

Localização: Cruzamento entre a rua Padre Pedro de Alencar e a rua Eduardo Porto..

Observações: Considerado ponto nodal, mas também um limite ao Sul para o centro de Messejana, este ponto nodal é de vital importância e de trânsito consideravelmente caótico, que fica quase intransitável quando algum acidente acontece neste trecho, já que é um encontro de vias que vem em três sentidos diferentes e ali convergem. Dá acesso a praça da igreja ao Norte, a continuação da rua Padre Pedro de Alencar até a BR-116 ao Sul (sentido da via), a Av. Washington Soares a Leste (sentido da via) e ao terminal de Messejana a Oeste , ou seja, importantes marcos e limites da região que dão acesso a outras região da cidade de Fortaleza.

Ponto Nodal: Píer da lagoa de Messejana.

Localização: Encontro da Av. Jorn. Thomas Coelho e Ten. Jurandir de Alencar.

Observações: Como ponto nodal mais afastado de nossa região de estudo específico, mas de vital importância para seu acesso, este encontro de vias tem como principais acessos, a Av. Washington Soares a Leste, passando pelos limites do centro e o terminal de ônibus a Oeste, todos estes no sentido da via, já que a Av. Jorn. Thomas Coelho é de mão dupla através da união entre as convergentes ruas Ten. Jurandir Alencar e Eduardo Porto. Dentro do assunto deste limite, coloco também o próprio terminal de ônibus de Messejana, que funciona como importante ponto de articulação do bairro.



Fig. 69 – Bifurcação da rua Padre Pedro de Alencar. Fonte: Acervo.



Fig. 70 – Encontro da rua Padre Carlos de Alencar com a Av. Frei Cirilo. Fonte: Acervo.

3.14. Classificação de Marcos

Chegamos ao momento de classificar os marcos da região em estudo que nada mais são do que “o contraste entre figura e plano de fundo [...]” (LYNCH, 1918, p. 88) mas que não estão necessariamente no nosso perímetro de intervenção, pois existem alguns de extrema importância para o local mas que não se inserem neste perímetro, sobretudo no que tange a acessos e localização do centro. Estão incluídos ainda os valores desse marcos como de: localização (importância como guia geográfico para o usuário), uso (valor como marcos utilizado pela população para alguma atividade), histórico (referente a história do bairro e sua tradição), singularidade (marco de destaque visual que se destaca perante todo o plano de fundo). Esta classificação está baseada em todo o decorrer do texto de análise que veio anteriormente e agora aponta de forma específica cada um deles.

Marco: Lagoa de Messejana.

Localização: Margem com a Av. Frei Cirilo.

Valores: Localização, histórico, uso e singularidade.

Observação: Com seu entorno urbanizado desde 2003, a lagoa de Messejana funciona como o maior marco daquela região, até porque é impossível pensar Messejana sem que não nos venha a cabeça a imagem da lagoa. Seu espelho d'água é tombado, juntamente com o da lagoa de Parangaba, pela Lei nº 6201 de 27 de Maio de 1987. Para maiores informações sobre a lagoa, ver sub-tópico 4.4. Lagoa de Messejana: “*Um patrimônio tombado, mas esquecido*”, na p. 87.

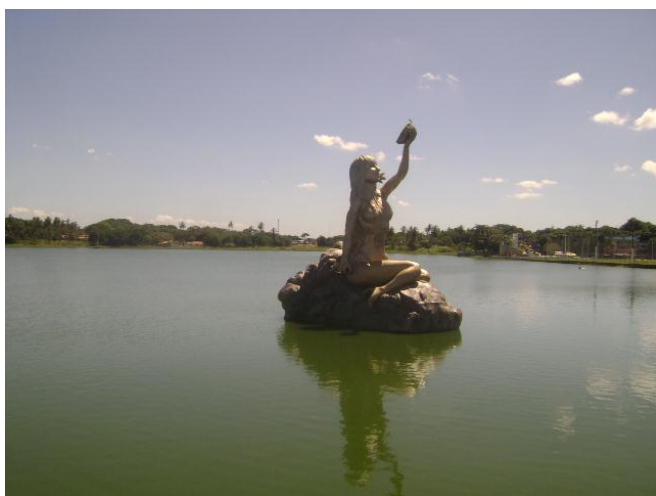


Fig. 71 – Estatua de Iracema e a própria lagoa funcionando como marcos do bairro. Fonte: Acervo.

Marco: Estátua de Iracema

Localização: Na beira da lagoa que faz margem com a Av. Frei Cirilo.

Valores: Localização, histórico e singularidade.

Observação: Construída em 2003 e inaugurada juntamente com a urbanização da lagoa, a estátua de Iracema apesar de estar

fora da área-estudo específica, funciona como marco de localização importantíssimo,

sobretudo para “avisar” ao observador sobre a chegada ao centro comercial de Messejana. Podemos considerar assim que a estátua é um marco dentro de um marco, que é a lagoa.

Marco: Edifício dos Correios

Localização: Esquina entre as ruas Joaquim Bento e Cel. Francisco Pereira.

Valores: Localização, uso.

Observação: O edifício dos correios tem em sua arquitetura de caráter claramente modernista, um papel secundário como marco, mas que funciona também como limite, oposto da caixa d'água, da praça do mercado.

Marco: Caixa d'água

Localização: Na praça do mercado, esquina entre as ruas Dr. Pergentino Maia e Cel. Francisco Pereira.

Valores: Localização e singularidade.

Observação: Construída nos anos 50 e desativada pela CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Ceará) na década de 80, devido ao novo sistema de abastecimento de água, a caixa d'água funciona como marco devido a sua grande altura que identifica a chegada à praça, funcionando assim, também como limite físico da mesma.



Fig. 72 – Edifício dos Correios. Fonte: Acervo.



Fig. 73 – Caixa d'água em destaque na skyline da paisagem. Fonte: Acervo.

Marco: Igreja Matriz de Messejana

Localização: Praça da Igreja Matriz, esquina entre as ruas Manuel Castelo Branco e Cel. Francisco Pereira.

Valores: Localização, uso, histórico e de singularidade.

Observação: A igreja tem sua fachada principal voltada para a rua Padre Pedro de Alencar mas como está consideravelmente recuada, por isso a via não foi considerada como localização. A igreja tem papel de um dos marcos principais do centro e trás em benéfico contraste entre tradição e a modernidade das lojas.

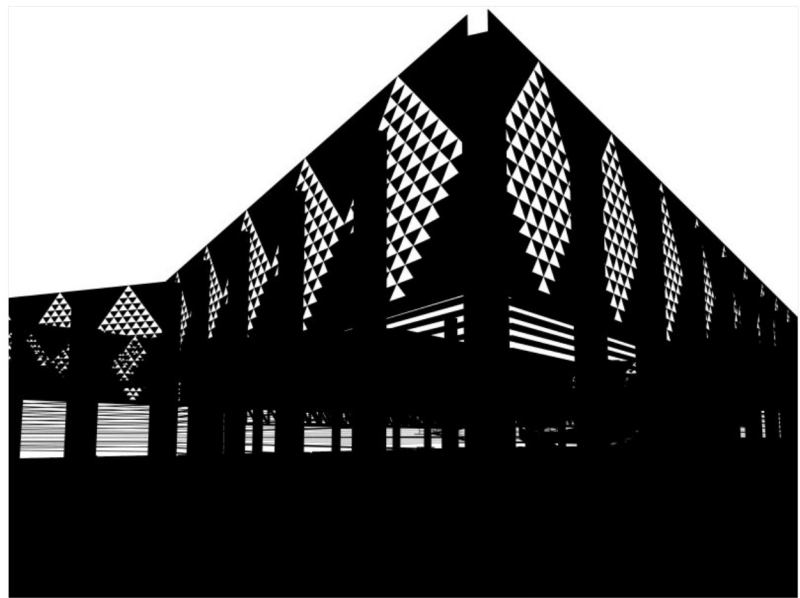
Marco: Terminal de Messejana

Localização: Cercado em sentido horário pelas ruas: Jorn. Thomas Coelho, Santa Clara de Assis, Taquatiara e Granja Castelo.

Valores: Localização, uso e singularidade.

Observação: Apesar de estar bem mais afastado de nossa área de interesse, o terminal de ônibus de Messejana (que também envolve neste caso o terminal rodoviário) é de importância vital para acessos a nossa área através de transporte coletivo e portanto terá que ser levado em consideração devido a sua localização tão próxima.

“a presença dos trabalhadores nos espaços públicos da cidade é assegurada por regras e códigos informais conhecidos por seus integrantes, com o estabelecimento de uma combinação de princípios de solidariedade, de hierarquia.” (FRÚGOLI, 1995)



CAPÍTULO 04

Análise Legislação Urbana



4. Análise Legislação Urbana

4.1. Introdução: “*Transição incompleta de leis*”

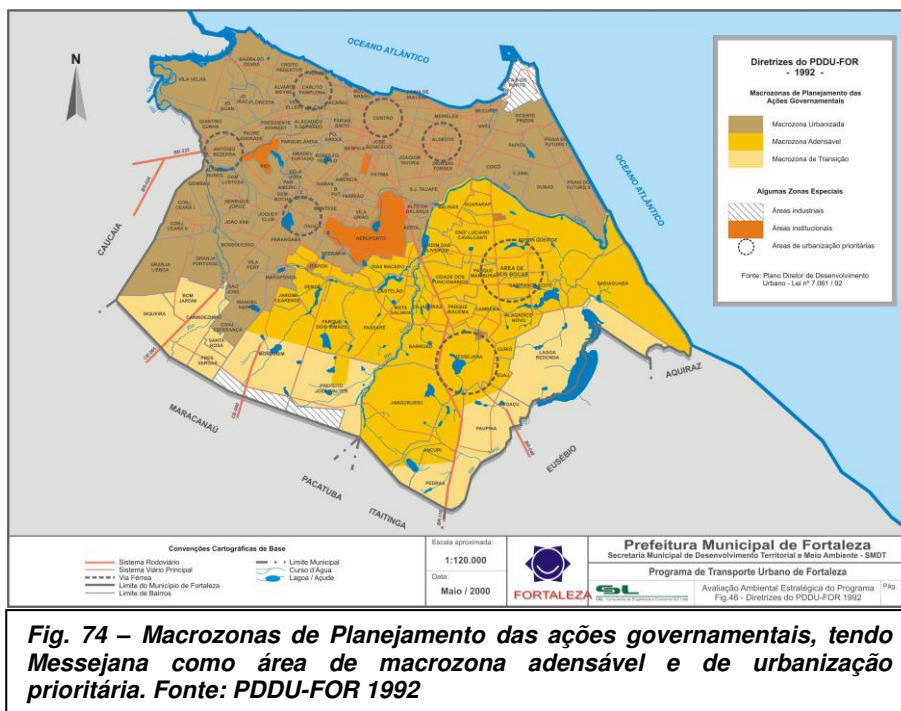
O levantamento de aspectos urbanos se faz necessário para uma boa base de dados urbanísticos do local de forma a serem usados mais a frente na proposição e elaboração de idéias, identificando problemas e potencialidades na região que serão explorados da melhor forma possível de modo a auxiliarem na produção de melhorias para a área em forma de projeto prático. Este deverá conter desde o levantamento de aspectos naturais, administrativos e de infra estrutura até condicionantes históricos, culturais, sóciopolíticos e econômicos. Aqui se encontram um conjunto de informações sobre a área em caráter meramente analítico da realidade encontrada, não cabendo a este tópico uma postura crítica direta quanto a situação atual de cada aspecto, salvo monumentos considerados oportunos por este que vos escreve. Caberá a análise, uma breve descrição dos aspectos de cada sub-tópico de modo a haver um bom entendimento da situação atual da região pelo leitor. Este levantamento será baseado sempre em fontes devidamente citadas, sejam elas governamentais, de institutos de pesquisa ou mesmo através de observação “*in loco*”.

Até o início do ano de 2009 a lei aprovada vigente de diretrizes urbanas era o PDDU-FOR (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza) aprovado no ano de 1992, que segundo o seu Título II do Capítulo II, “*define as macrodiretrizes, as diretrizes setoriais nos aspectos estruturantes e condicionantes do desenvolvimento, o ordenamento das funções urbanas, compatíveis com as determinações da Lei Orgânica, para viabilização da política urbana no horizonte do ano 2.000*”. Seguido do plano diretor, foi elaborada e aprovada em 1996 a LUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo) sob as diretrizes do PDDU-FOR, que ditava leis e formas de uso e ocupação do território da cidade de Fortaleza de acordo com a classificação de cada região ou área específica. De forma um pouco atrasada foi aprovada em 2009 pela Câmara de Vereadores, o chamado PDP (Plano Diretor Participativo) resultado de uma série de plenárias, audiências e oficinas, que promoveram a interação entre três esferas de poder: O Poder Público, Sociedade Civil e Poder Econômico. O PDP como lei aprovada está agora em vigor em substituição do PDDU-FOR, porém a nova LUOS ainda não foi elaborada, portanto o PDP e a LUOS-96, ao permanecerem atualmente “*em vigência são, portanto, instrumentos legais de orientação das práticas urbanas dos agentes públicos e privados*” (MAMEDE, 2008).

4.2. Messejana segundo a LUOS/96: “*A lei como ela é? Ou como ela era?*”

Primeiramente abro este tópico com uma observação importante, ele será baseado na análise da LUOS (Lei de Uso e Ocupação do Solo) criada pela lei nº 7987, de 23 de Dezembro de

1996. No que tange ao bairro de Messejana poderia ser uma análise imensa, visto que lendo seus 257 artigos, observa-se que a grande parte deles poderia ser aplicado para uma análise de nossa área segundo a lei urbanística que o rege, entretanto, para fins de melhor síntese do tópico, irei trabalhar apenas com artigos mais importantes, que dizem respeito mais diretamente ao objetivo deste trabalho e que sejam essenciais para um bom entendimento da região, segundo sua lei. Infelizmente o novo plano diretor ainda não foi contemplado com uma atualização da LUOS, portanto a LUOS 1996 ainda permanece vigente como instrumento legal, portanto é que me resta para análise, mas é sempre bom deixar claro que apesar da análise citar características e diretrizes do PDDU-FOR, isso terá como objetivo apenas o rebatimento coerente com a LUOS atualmente em vigor, estando o autor perfeitamente ciente da desatualização deste plano, já que o



Plano Diretor Participativo (PDP) aprovado em 2009 pela Câmara de Vereadores de Fortaleza, veio a substituí-lo como instrumento legal.

De acordo com a LUOS, ainda sob as já desatualizadas diretrizes do PDDU-FOR, o bairro de Messejana está enquadrado dentro de uma Macrozona Adensável que está

definida como: “[...]área do município atendida em parte pelo sistema de abastecimento d’água, sem sistema de coleta de esgotos, onde se verifica uma tendência de expansão das atividades urbanas, possibilitando o ordenamento e direcionamento da implantação da infra-estrutura sem prejuízo da ocupação existente[...]”, mas a mesma lei subdividiu as macrozonas em várias microzonas de densidade populacional em função das atividades existentes, das condições do solo, da infra-estrutura e da densidade populacional existentes e projetadas para os próximos dez anos, e Messejana, conseqüentemente também a sua região em estudo, encontra-se classificada como Microzona Adensável ZA1 (ver fig. 74 e 75), juntamente com o Parque Iracema.

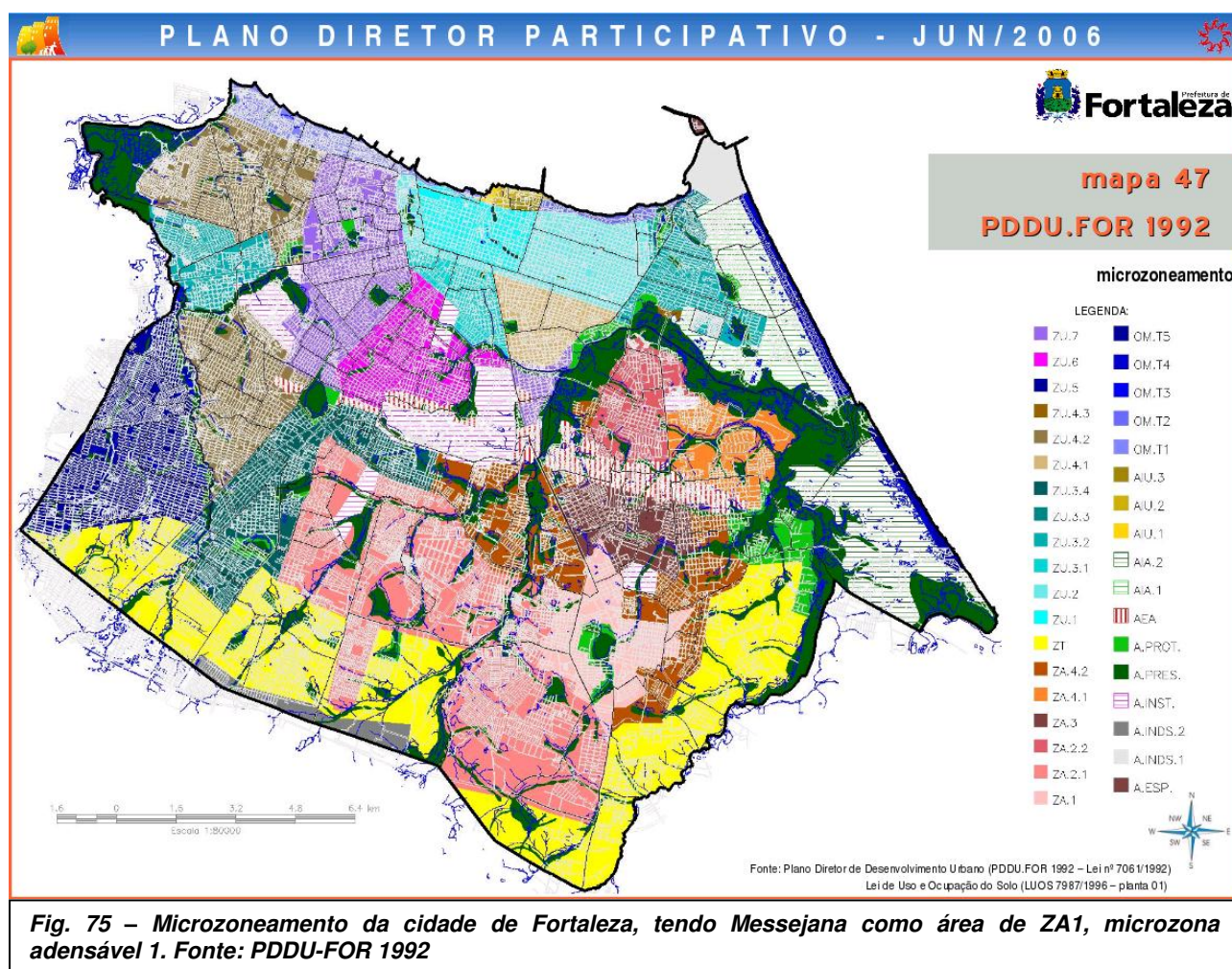


Fig. 75 – Microzoneamento da cidade de Fortaleza, tendo Messejana como área de ZA1, microzona adensável 1. Fonte: PDDU-FOR 1992

Começamos então nossa análise da LUOS tendo em vista que dentro de Messejana existe uma grande área considerada como de preservação, trata-se da área da lagoa de Messejana e seus arredores, como se pode observar no mapa de zoneamento ambiental da fig. 85 oferecido pela Prefeitura de Fortaleza. Dentro da delimitação em estudo, a única área que pode ser considerada de preservação é a Lagoa de Messejana, que teve seu espelho d'água de 33,7hectares (Fonte: Relatório de Batimetria das Lagoas de Fortaleza - Instituto de Ciências do Mar/LABOMAR/UFC) tombado no ano de 1987, juntamente com o espelho d'água da lagoa da Parangaba, pelo projeto de lei 002/97 do vereador Emanuel Teles, na gestão da prefeita Maria Luiza (Fonte: SECULTFOR e Site Oficial da Câmara Municipal de Fortaleza).

Dentro desta condição, a lagoa deveria, a partir de então, passar a receber tratamento especial de bem tombado pelo município (ver sub-tópico 4.4. Lagoa de Messejana: “Um patrimônio tombado, mas esquecido” na p. 87), mas além de Patrimônio Cultural, trata-se também de área de preservação ambiental. Na Seção II (Da Área de Preservação) do Art. 82º ao 87º, encontramos então as leis específicas para este tipo de localização. Como dito anteriormente, analisarei aqueles que tenham mais impacto no objetivo do trabalho mostrando se a lei vem ou não sendo posta em prática. Os pontos essenciais desta Seção II a ser tratado neste tópico são o §2º do Art. 83º que diz que “Nas Áreas de Preservação já ocupadas com usos e atividades

inadequados, ficam proibidas quaisquer mudanças de uso e acréscimo na área construída e impermeabilizada. [...]” e o Art. 84º que diz que *“Fica proibida a construção de muros nos limites dos terrenos, podendo a delimitação do lote, ou gleba ser feita por cercas vivas, gradis ou cercas de arame. [...]”*. Observando a lagoa num panorama geral observa-se com facilidade a ocupação irregular de suas margens que mostram dentre outras ocupações, a de residências particulares a Oeste, que apesar de não terem delimitação murada, ocupa o que deveria ser faixa de praia das margens de espelho d’água tombado, segundo leis patrimoniais, o Clube da Caixa Econômica Federal a Nordeste e um restaurante (antigo “Tremendão”) a Leste, ambos além criar barreiras muradas em parte de seu perímetro voltada para lagoa, também não respeitam o que deveria ser faixa de praia de acesso público, no caso do restaurante ainda aplica-se um recente desvio da lei (final de 2009 para início de 2010), mais precisamente do §2º do Art. 83º, obra esta que ainda hoje é objeto de desconfiança da população que nunca soube da legalidade ou não da mesma. Em 2003, com a obra de urbanização da lagoa, houve a oportunidade de revisar esta área e suas ocupações irregulares das margens, porém nada foi feito e o projeto de urbanização simplesmente teve que se adequar a ocupação já consolidada no local. Na Seção III (Da Área de Proteção), temos também fontes importantes para a área da lagoa já que a região lindeira a mesma trata-se de área de proteção que *“compreende as áreas contíguas às Áreas de Preservação, constituindo-se em uma área de transição [...]”* segundo o Art. 88º desta Seção que se estende até o Art. 93º. Estas leis nos levam então a uma análise dos anexos 5 (Tabela 5.1), 7 (Tabela 7.1), 8 (Tabelas 8.1 a 8.4) e 9 (Tabelas 9.1 a 9.6) da LUOS, algumas delas seguem nomeadas como anexo 04 ao final deste trabalho. Os anexos 5 (Indicadores urbanos da ocupação), 8 (Adequação das atividades ao sistema viário) e 9 (Quadro resumo da adequação de atividades por classe ao tipo de via) da LUOS, são anexos que por hora não interessam pois tratam de índices que logicamente não poderão ser analisados aqui pela necessidades de dados muito específicos e levantamento adequado, o que não interessa a um nível como esse de simples análise. Já o anexo 7 (Adequação dos subgrupos por classe as zonas especiais) é importante ser citado aqui pois nos mostra em sua tabela 7.1 (Área de Proteção) que atividades “CSM” (Comércio e Serviços Múltiplos), que é o que acontece com mais frequência ali, são inadequados a este tipo de região e a atividade “R” (Residencial), só é considerada adequada na classe 1, e permitida com restrições nas classes 4, 6, 8 e 10.

Messejana está classificada também como área de Urbanização Prioritária, as leis específicas para este tipo de área encontraremos na Seção IX (Das Áreas de Urbanização Prioritária) desta lei do Art. 139º ao 145º, vistas no anexo 05 deste trabalho. O Art. 139º define, área de urbanização prioritária da seguinte forma:

“Art. 139 – As Áreas de Urbanização prioritária são aquelas que, por sua localização em setores adensados da cidade, dispendo de ligações viárias

permitindo o intercâmbio com setores internos e externos ao município, se destacam pela atração que exercem como locais de desenvolvimento de atividades geradoras de renda, configurando-se como pólos alternativos à área central tradicional [grifo nosso], requerendo, pois, tratamento prioritário quanto à ordenação e direcionamento da ocupação e à implantação da infra-estrutura urbana, compatível com o adensamento das atividades.”



Fig. 76 – Ocupação do passeio pelo comércio formal. Fonte: Acervo.



Fig. 77 – Recuo insuficiente, problema acentuado ainda mais pela parada de ônibus colocada no local. Fonte: Acervo.

Nesta Seção é interessante observar com calma, para fins de uma apreensão geral do que acontece naquela região rebatendo a lei sobre ela, o Art. 143º *“Dos recuos exigidos para os lotes lindeiros às vias comerciais da Áreas de Urbanização Prioritária, inclusive o da ZU-1, será deduzida e incorporada ao passeio faixa de terreno suficiente para perfazer uma largura mínima de 3,00m (três metros), exceto a faixa destinada ao estacionamento.”* pois está mais que claro que não existem no centro de Messejana, passeios com larguras tão generosas, seja em que via for e os que chegam perto disto são ocupados pelo comércio ambulante, como podemos observar na fig. 78, que mostra claramente o desrespeito a larguras mínimas de passeio ao cidadão, previstas no §3º que nos leva especificamente ao Código de Obras e Posturas do Município criado pela lei nº 5.530 de 23 de Dezembro de 1981 e legislação complementar, onde existem dados mais detalhados, mais especificamente no Capítulo XL (Dos Passeios), do Art. 605º ao 614º, ver anexo 06. O código ainda fala sobre a obrigação de manter a declividade natural que evite degraus, devendo receber pavimentação anti-derrapante, apesar de certa homogeneidade no nivelamento das calçadas, ainda existem áreas como da rua Cel. Francisco Pereira com certas mudanças de níveis que não respeitam o pedestre e impedem muitas vezes o acesso universal previsto no §4º, ainda sobre esse inciso, vale ressaltar que as calçadas apresentam certa homogeneidade de nivelamento mas o seu evidente desgaste torna a passagem do cadeirante ou qualquer cidadão com necessidades especiais de locomoção um pouco mais difícil. Onde existe um bom cuidado no vencimento de níveis diferentes é na praça da igreja, pavimentada em pedra portuguesa e que em

seu declive da rua Cel. Francisco Pereira para a rua Padre Pedro de Alencar tem um passeio rampado que respeita a declividade natural do terreno (pedido no §4º) acontecendo ao lado da Igreja Matriz, permitindo um passeio facilitado a qualquer cidadão, porém o acesso a igreja propriamente dita ainda se dá por degraus.



Fig. 78 – Vista de passeio com acessibilidade deficiente tanto pela degradação quanto pela ocupação irregular. Fonte: Acervo.



Fig. 79 – Saída da escola Angélica Gurgel, onde os alunos saem quase que direto na via pelo tamanho diminuto do passeio. Fonte: Acervo.

Um dos grandes problemas existentes no centro comercial de Messejana é o fato de por ter sido formada de maneira informal e num processo natural, ou seja, sem qualquer tipo de planejamento, acabou por se criar um problema enorme com uma carência de um serviço essencial a pólos comerciais como esse, o estacionamento, previsto no Título IV (Do Sistema Viário e do Estacionamento) no Capítulo I (Do Sistema Viário) que dá entre outras diretrizes, o número de vagas para deficientes físicos em relação ao número total. O que se vê hoje em dia são carros estacionados em passeios, mostrando mais uma vez a privatização do espaço público, é certo que a maioria esmagadora dos consumidores dos serviços oferecidos no centro de Messejana compõe-se de cidadãos que não dispõem de veículo próprio, porém, como o objetivo (pelo menos a nível deste tópico) é a análise do complexo comercial rebatido na lei urbanística vigente, conclui-se não estar dentro dos padrões exigidos. (Ainda sobre a questão estacionamento, temos edificações como os colégios Telina Barbosa (Rua Padre Pedro de Alencar) e Angélica Gurgel (Rua Dr. Pergentino Maia), que além de não possuírem estacionamento adequado, não tem área de aglomeração de alunos, que chegam ou saem da escola, apenas o colégio Telina Barbosa possui pequena baía de estacionamento com número de vagas totalmente inadequado para uma escola. Existe ainda o sério problema com estacionamento do mercado e área de carga e descarga não só para este mas como para a feira também, o que existe hoje é uma baixa na praça do mercado, na rua Cel. Francisco Pereira, que não se mostra suficiente para a enorme demanda. Não vale a pena aqui citar lei por lei e destrinchar cada uma delas rebatendo no centro de Messejana, em vias gerais o levantamento



Fig. 80 – Imagem de veículos estacionados no meio fio, ocupando espaço da via irregularmente. Fonte: Acervo.

fotográfico, as observações *in loco* e até mesmo os mapas mostram com clareza que não existe qualquer tipo de legalidade no quesito estacionamento e carga e descarga nesta região mas se o leitor mesmo assim sentir a necessidade de maiores esclarecimentos, o Código de Obras e Posturas no seu Capítulo XXVII (Espaços de Estacionamento de Carga e Descarga) em sua Seção I (Regras Gerais), do Art. 404^º ao 412, nos oferece informações mais detalhadas sobre cotas

de afastamento e larguras mínimas.

Alguns anexos da LUOS são de extrema importância para esta análise, foram separados então alguns deles considerados essenciais para o bom cumprimento dos objetivos deste tópico que é analisar a área-estudo segundo a legislação urbanística, lembrando novamente que a maioria das leis e anexos aqui citados estão fixados em anexo ao final deste trabalho caso o leitor sinta necessidade de maiores detalhes.

O anexo 3 (Características para as Vias de Circulação) da LUOS nos mostra padrões mínimos de largura de via em seção normal (considerada aqui como recomendada) e seção reduzida (seção mínima tolerável). Como visto no sub-tópico 3.10. Classificação de Vias, na p. 53, que caracteriza especificamente cada uma das vias envolvidas neste trabalho, há uma predominância esmagadora de vias coletoras, com apenas duas vias consideradas locais (desconsiderando obviamente a Av. Washington Soares, que neste momento não é pertinente para análise já que se situa bem longe de nossa área-estudo). Para vias coletoras recomenda-se uma largura de 24,00m com mínimo de 18,00m, caixa carroçável de 18,00m com mínima de 12,00m, passeio lateral de 3,25m com mínima de 3,00m e canteiro central de 1,50m, sendo este dispensável em caso de uso de seção reduzida. Rebatendo estes dados em nossas vias vemos que todas as vias coletoras estão em desacordo com as dimensões mínimas de todos os itens, tendo suas caixas carroçáveis variando entre 6,00m e 9,00m, um pouco longe dos 12,00m mínimos exigidos em seção reduzida e com passeios que variam de 1,50m a 2,50m. As exceções a regra estão nas caixas carroçáveis da Av. Frei Cirilo, que apresenta largura de 15,00m, totalmente aceitável para o padrão recomendável, e da rua Padre Pedro de Alencar que apresenta largura de 20,00m só que apenas a partir de seu cruzamento com a rua Eduardo Porto, já que seu trecho a partir do cruzamento com a rua Padre Carlos de Alencar apresenta apenas 8,00m de caixa), valor 4,00m maior que os 16,00m recomendáveis, além disso, ambas apresentam canteiro central de 1,50m (com pequenas variações totalmente aceitáveis), porém ambas pecam no

questo largura de passeio, que varia de 1,50m a 2,00m. Já para as duas vias locais envolvidas o anexo nos recomenda largura de 14,00m com mínima de 11,00m, caixa carroçável de 9,00m com mínima de 7,00m e passeio lateral de 2,50 com mínima de 2,00m. Neste caso, tanto a rua Capitão Afrânio, quanto a rua Padre Carlos de Alencar apresentam larguras consideradas aceitáveis de acordo com esta lei, tendo pequenas variações consideradas toleráveis, inclusive em relação ao passeio, já a rua Joaquim Bezerra apresenta apenas 6,00m de leito carroçável, portanto em desacordo com a seção mínima exigida, mas apresenta passeio considerado aceitável.

O anexo 5 (Indicadores Urbanos da Ocupação) da lei, nos apresenta uma série de indicadores urbanos para cada área, porém para uma análise precisa, seria necessário um levantamento detalhado de cada edificação existente, o que logicamente não poderá ser feito aqui, então o único índice a ser citado aqui é o que fala sobre altura máxima da edificação, que para Messejana que é considerada Macrozona Adensável, a tabela 5.1 do anexo 5 da LUOS nos diz que é aceitável altura máxima de 72,00m, mas nossa área contém edificações, em sua esmagadora maioria, térreas e com uma ou outra de dois pavimentos, portanto não há problemas quanto a gabarito das edificações, que poderá ocorrer apenas com a atual construção de grandes empreendimentos residenciais no decorrer da Av. Frei Cirilo e rua Padre Pedro de Alencar, que valerá uma análise mais detalhada em sub-tópico específico, 6.4. A Paisagem e suas transformações temporais: “*O Fenômeno imobiliário*”, na p.104.

O anexo 6 (Classificação das Atividades por Grupo e Subgrupo) da LUOS, nos mostra como dividir em classes cada edificação (classificação que será importante para análise do anexo 7) e dá também o número de vagas de estacionamento necessária para cada uma delas (para fins de melhor síntese do sub-tópico generalizo o grupo de atividades da área como sendo o grupo comercial, nos subgrupos de varejo e atacado). Como dito anteriormente o problema com estacionamento em nossa área é algo a ser tratado com muita atenção já que a carência deste serviço está evidente. Como complemento ao anexo 6, temos o anexo 7 (Adequação dos Subgrupos por Classe às Zonas Especiais), que classifica cada atividade como adequada, inadequada, permitida com restrições e projeto especial. Messejana tem como área especial apenas a região do entorno da lagoa, considerada, área de proteção e esta análise já foi tratada em parágrafos anteriores, que concluiu que as atividades daquele entorno são em sua maioria consideradas inadequadas para este tipo de região especial.

Chegando ao anexo 9 (Quadro Resumo da Adequação das Atividades por Classe ao Tipo de Via) temos um quadro geral que classifica cada atividade como adequada, inadequada, permitida com restrições e projeto especial, mas desta vez de acordo com a classificação da via. Trabalhando com o fato de haver atividades comerciais em vias coletoras/comerciais (que é nomeada como CSM – Comércio e Serviços Múltiplos) chegamos então as tabelas 9.4 e 9.5, que dizem que estas atividades são sim adequadas a este tipo de via. Para as vias locais, são

considerados inadequados apenas estabelecimentos de classe 2, (que de uma forma geral são os que ultrapassam os 80m²) que são inexistentes, ao menos onde ocorrem essas vias.

4.3. Messejana e o PDP: “*Novas diretrizes para uma nova metrópole*”

Até o ano de 2007, Fortaleza era regida pelo PDDU-FOR (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza), aprovado na primeira gestão do prefeito Juraci Magalhães em janeiro de 1992, que fornecia diretrizes da política urbana de Fortaleza para os dez anos seguintes, devendo ser reavaliada e aprovada passado este período, *“além de ser uma tentativa de imprimir racionalidade à máquina administrativa significava atualização da prefeitura aos preceitos legais e fiscais[...]*” (MAMEDE, 2008). Seu conteúdo veio a reiterar a Constituição de 1988 que estabelecia uma descentralização do poder com consequente autonomia do governo municipal. Como dito anteriormente, o plano diretor de 1992 deveria ter sido um plano de diretrizes para os dez anos seguintes, ou seja, até o ano de 2002, quando deveria ser reavaliada e aprovada novamente tendo como base o crescimento da cidade neste período. Dez anos se passaram e Fortaleza continuou regida pelo mesmo plano de 1992, claramente desatualizado com a realidade da nossa capital que neste período cresceu absurdamente, tanto social quanto economicamente, um exemplo disso é se encontra na tabela 03 da fig. 81, onde vemos o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) que duplicou de 2002 para 2008 e na tabela 04 da fig. 82 que nos mostra o crescimento populacional da cidade juntamente com o estado e o país de 2000 para 2010 (Fonte: Censo IBGE 2010).

A solução para este impasse foi uma revisão, apesar de bastante atrasada, do plano diretor de diretrizes urbanas de Fortaleza, que trouxe a elaboração do chamado Plano Diretor Participativo (PDP), aprovado pela Câmara de Vereadores em 2009, em acordo com o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, que além de obrigar a formulação ou revisão de plano diretor para municípios com mais de vinte mil habitantes, condiciona também bases participativas, através de plenárias, audiências e oficinas, levando assim a interação entre três esferas de poder: O Poder Público, Sociedade Civil e Poder Econômico. Ele envolve a elaboração de três tipos de planejamento: o Orçamento Participativo (OP), Plano PluriAnual (PPA), e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

Evolução do PIB de Fortaleza						
(Apresentação de contas regionais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2008) ⁽³⁷⁾						
PIB				PIB per capita		
Ano	PIB	Aumento nominal	% no estado	Ano	PIB per capita	Aumento nominal
2002	R\$ 14.423.062	—	49,8%	2002	6.415	—
2003	R\$ 15.549.352	▲ R\$ 1.126.290	46,9%	2003	6.788	▲ 373
2004	R\$ 17.562.202	▲ R\$ 2.012.850	46,7%	2004	7.529	▲ R\$ 744
2005	R\$ 19.734.557	▲ R\$ 2.172.355	48,2%	2005	8.309	▲ R\$ 780
2006	R\$ 22.537.716	▲ R\$ 2.803.159	48,7%	2006	9.325	▲ R\$ 1.016
2007	R\$ 24.474.012	▲ R\$ 1.936.296	48,6%	2007	10.066	▲ R\$ 741
2008	R\$ 28.350.622	▲ R\$ 3.876.610	47,1%	2008	11.461	▲ R\$ 1.395
Estimativa para 2009	R\$ 30.500.000	▲ R\$ 2.149.378	46,8%	Estimativa para 2009	12.460	▲ R\$ 999
Estimativa para 2010	R\$ 35.000.000	▲ R\$ 4.500.000	46,6%	Estimativa para 2010	14.000	▲ R\$ 1.540

Fig. 81 Tab. 03 – Tabela de crescimento do PIB da cidade de Fortaleza de 2002 a 2010. Fonte: IBGE.

Município	População em 2010	Município	População em 2000
1- São Paulo	11.244.369	1- São Paulo	10.434.252
2- Rio de Janeiro	6.323.037	2- Rio de Janeiro	5.857.904
3- Salvador	2.676.606	3- Salvador	2.443.103
4- Brasília	2.562.963	4- Belo Horizonte	2.238.526
5- Fortaleza	2.447.409	5- Fortaleza	2.141.402
6- Belo Horizonte	2.375.444	6- Brasília	2.051.146
7- Manaus	1.802.525	7- Curitiba	1.587.315
8- Curitiba	1.746.896	8- Recife	1.422.905
9- Recife	1.536.934	9- Manaus	1.405.835

Fig. 82 Tab. 04 – Tabela de crescimento populacional da cidade de Fortaleza de 2000 para 2010 em relação a outros estados do país. Fonte: IBGE 2010.

Para rebater bem o novo plano diretor com a área de Messejana, serão utilizados seis mapas de zoneamento urbano e classificação: Macrozoneamento, Zoneamento Urbano, Zoneamento Ambiental, Zonas Especiais, Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), Classificação Viária. Farei aqui um comentário rápido sobre cada mapa de forma que haja bom entendimento desta nova classificação e ao mesmo tempo não haja um excesso de informação, que a neste momento não se faz necessária. Aproveitando a classificação farei um breve comentário também sobre como outras importantes zonas da cidade se encaixaram dentro deste novo critério de zoneamento. Serão explicitadas apenas as definições das zonas que interferem diretamente no bairro,

No mapa da fig. 83 temos um esquema de *Macrozoneamento* mostrando que a região de Messejana continua com a lagoa e seus arredores como área proteção ambiental assim como já o era no PDDU-FOR. Vale reiterar que o espelho d'água da lagoa foi tombado no ano de 1987, juntamente com o espelho d'água da lagoa da Parangaba e apresenta rica diversidade biológica, e portanto foi inteligentemente colocada como *Macrozona de Proteção Ambiental* definida no Art. 60 do PDP como “*composta por ecossistemas de interesse para a preservação ambiental, bem como por áreas destinadas a recuperação ambiental e ao desenvolvimento de usos e atividades sustentáveis*”. Outras importantes área contempladas com esta classificação foram a região do riacho Pajeú, do Cocó, da lagoa da Parangaba, da Sabiaguaba, dentre outras destas áreas esverdeadas no mapa. As demais áreas estão classificadas como de *Ocupação Urbana*.

No mapa da fig. 84 temos um esquema de *Zoneamento Urbano* que coloca todo o bairro de Messejana como *Zona de Ocupação Moderada 2 (ZOM 2)* que segundo o Art. 98 “*caracteriza-se pela insuficiência ou ausência de infra-estrutura, carência de equipamentos públicos, tendência de intensificação da implantação de equipamentos privados comerciais e de serviços de grande porte e áreas com fragilidade ambiental destina-se ao ordenamento e controle do uso e ocupação do solo condicionados a ampliação dos sistemas de mobilidade e de implantação do sistema coleta e tratamento de esgotamento sanitário*”, em amarelo, tendo a região da lagoa como *Macrozona de Proteção Ambiental*, em verde. Uma importante região a ser citada aqui é a do centro que foi dividida como de *Ocupação Consolidada e Preferencial 1 e 2*. Outro fato curioso é que a Oeste da cidade, região historicamente ocupada por camadas mais populares da população, a região foi classificada como de *Requalificação Urbana*.

No mapa da fig. 85 temos um esquema de *Zoneamento Ambiental* e novamente segue lembrada a região da lagoa e seu entorno, tendo a mesma como *Zona de Proteção Ambiental 1 (ZPA 1)* que no Art. 63 nos diz que “*se destina a preservação integral dos ecossistemas e dos recursos naturais, garantindo a reserva genética da fauna e flora e seu habitat, podendo ser utilizada para fins de pesquisa científica, monitoramento, educação ambiental e o uso indireto dos recursos naturais, não envolvendo o consumo, coleta, dano ou destruição dos mesmos*”, e seu entorno, sobretudo a Oeste, como *Zona de Recuperação Ambiental (ZRA)* que segundo o Art. 73 “*compõe-se por áreas com atributos ambientais relevantes, destinadas a recuperação e conservação dos recursos naturais e paisagísticos, cujo uso e ocupação do solo devem ser controlados de forma a assegurar a qualidade ambiental*”.

No mapa da fig. 86 temos um esquema de *Zonas Especiais*. Nenhuma área do bairro de Messejana foi contemplada dentro desta classificação. Temos neste mapa importantes zonas como a *Zona Especial de Interesse de Orla (ZEIO)*, as *Áreas de Influência do Aeroporto* que se dispõe perpendicularmente ao acesso do Centro da cidade de Fortaleza a Messejana e mais a Sul uma pequena *Área Industrial* no bairro Prefeito José Walter.

No mapa da fig. 87 temos um esquema de *Zonas Especiais de Interesse Social* (ZEIS). Especificamente no perímetro da área-estudo não há este tipo de zona, mesmo porque a mesma está consolidada como de atividade comercial, mas no bairro de Messejana como um todo existem uma área pontual contemplada como de *Conjuntos e Loteamentos* (ZEIS 2). Como se pode observar no mapa, a maioria das regiões da cidade classificadas como ZEIS, estão a Norte e a Oeste.

No mapa da fig. 88 temos um esquema de Classificação Viária. Em tópico anterior, já foram classificadas as vias e mostrado suas características e como estas interferem nos acessos ao bairro de Messejana e mais precisamente a nossa área-estudo. O que se deve observar neste mapa é que as duas principais vias de tráfego rápido que dão acesso de Messejana para o resto da cidade, Av. Washington Soares (*Via Estrutural 1 – VE 1*, que no Art. 59, em seu inciso II é definida como via “*com capacidade de absorver significativos volumes de tráfego, que suportam moderados níveis de adensamento dos lotes lindeiros, bem como equipamentos de médio porte*”) e BR-116 (*Via de Ligação Regional – VLR*, que no Art. 59, em seu inciso I é definida como via “*com capacidade de absorver elevados volumes de tráfego, que suportam altos níveis de adensamento dos lotes lindeiros, bem como equipamentos de grande porte*”), são respectivamente os limites Leste e Oeste exatos da delimitação oficial do bairro. Um outra VLR corta o bairro, trata-se da Rua Gurgel do Amaral/Eduardo Porto que vem do Leste cortando a Av. Washington Soares, passa por Messejana e segue para o Oeste da cidade (Distritos do Mondubim e Parangaba e sobe para o Noroeste, na direção do Distrito de Antônio Bezerra.

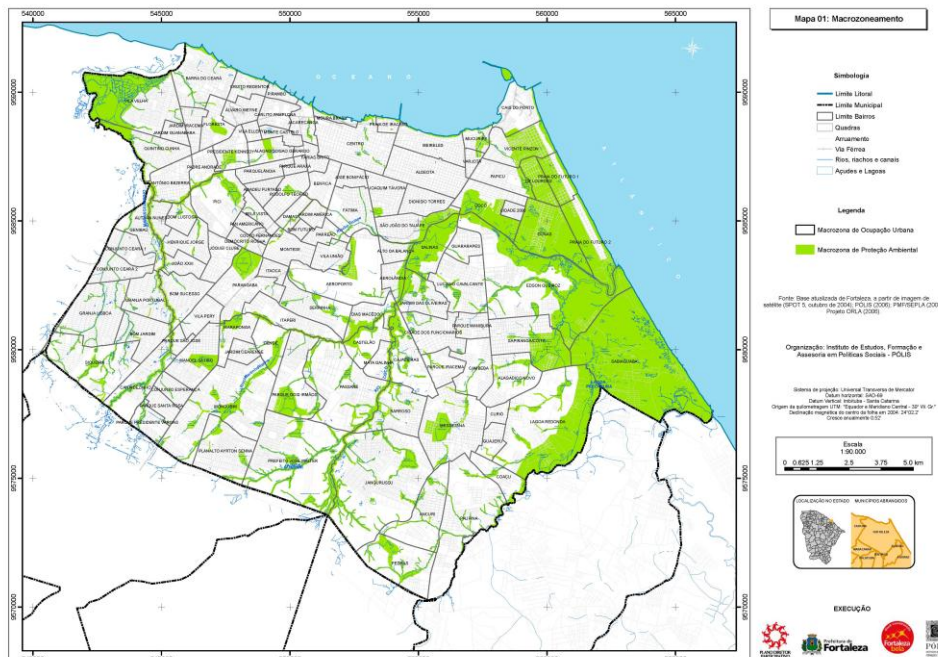


Fig. 83 – Mapa de Macrozoneamento da cidade de Fortaleza. Fonte: Plano Diretor Participativo de 2007 (PDP 2007).

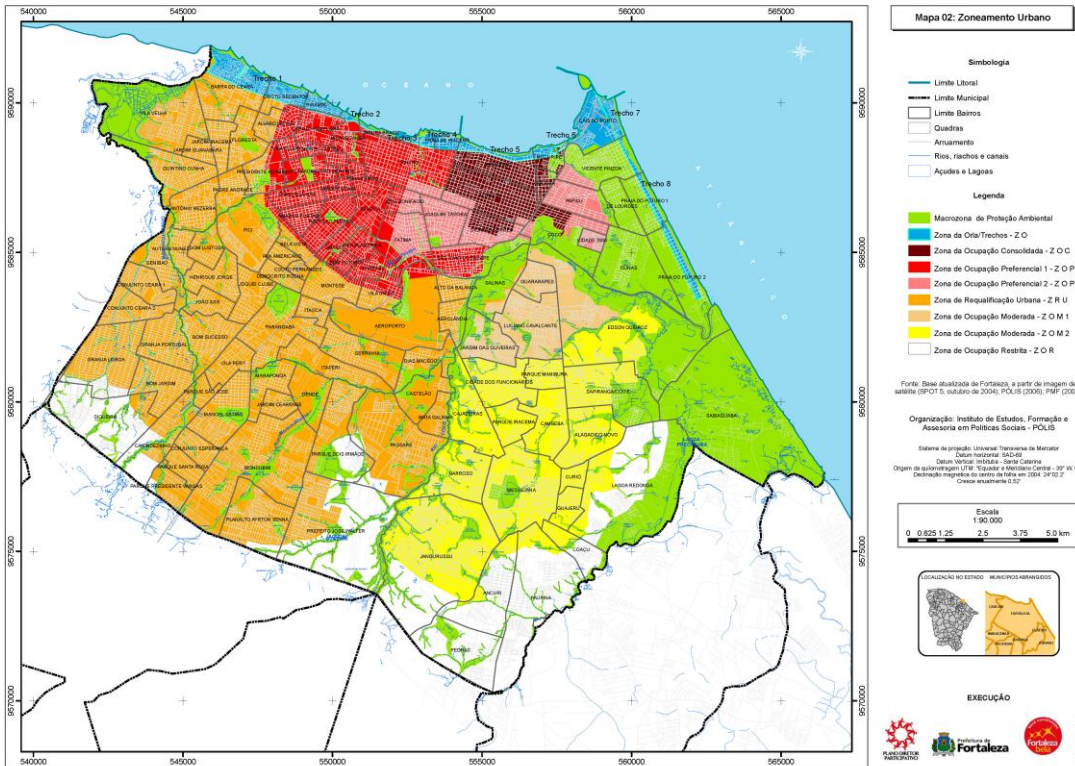


Fig. 84 – Mapa de Zoneamento Urbano da cidade de Fortaleza. Fonte: PDP 2007.

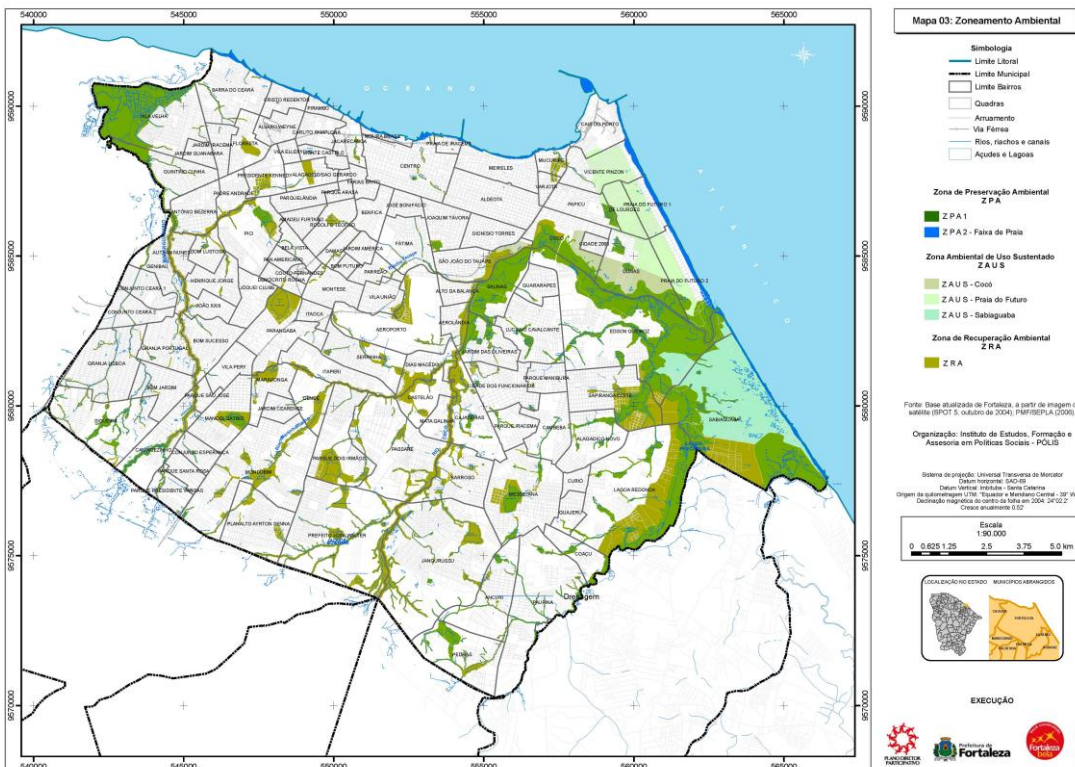


Fig. 85 – Mapa de zoneamento ambiental da cidade de Fortaleza. Fonte: PDP 2007.

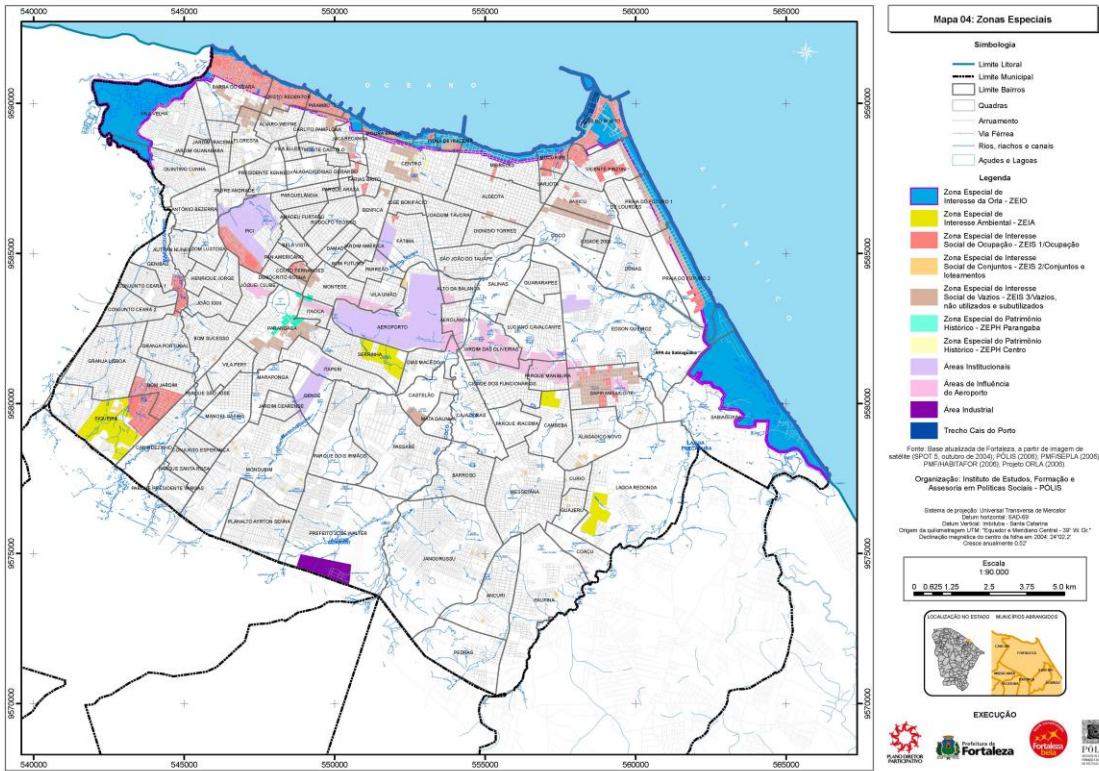


Fig. 86 – Mapa de Zonas Especiais da cidade de Fortaleza. Fonte: PDP 2007.

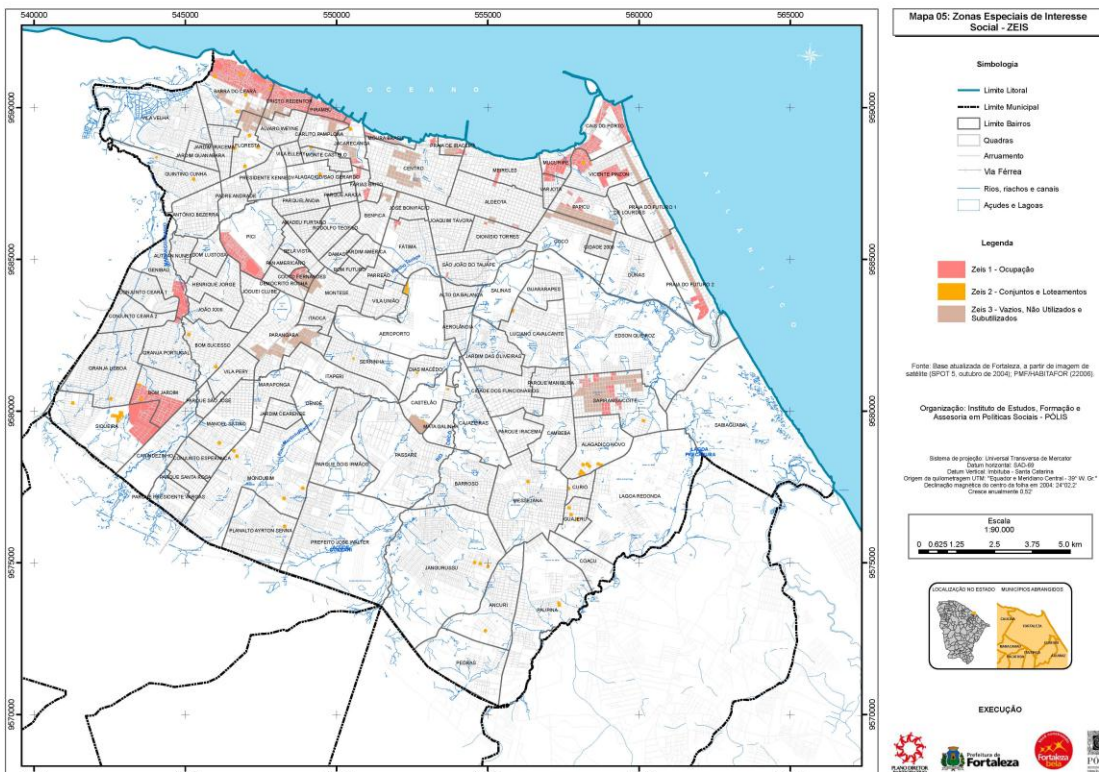


Fig. 87 – Mapa de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) da cidade de Fortaleza. Fonte: PDP 2007.

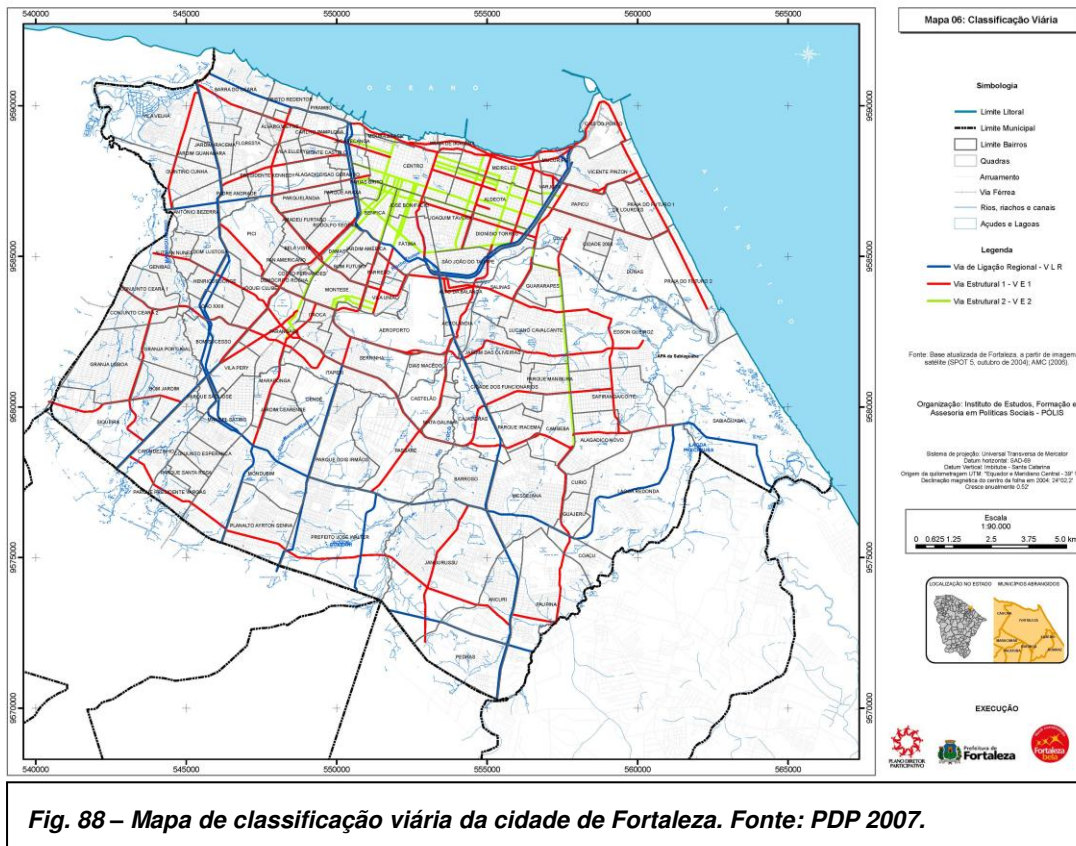


Fig. 88 – Mapa de classificação viária da cidade de Fortaleza. Fonte: PDP 2007.

4.4. Lagoa de Messejana: “Um patrimônio tombado, mas esquecido”



Fig. 89 – Vista da lagoa de Messejana a partir da Av. Frei Cirilo. Fonte: Acervo.

Depois de uma análise do antigo PDDU-FOR e das leis atualmente vigentes PDP e LUOS, sinto que o objetivo deste tópico está cumprido já que analisou de forma bastante sintética e direta as leis que norteiam os caminhos do urbanismo da cidade de Fortaleza, mostrando como a lei age, ou deveria agir sobre a região determinando classificações, usos e modos de ocupação

tanto do bairro quanto de seu entorno. Para complementar e fechar com “chave de ouro”

nossa análise da legislação urbana em relação ao bairro, senti a necessidade de alguns comentários sobre um importante marco de Messejana que faz parte da história do lugar desde os seus primeiros esboços de ocupação, pelos índios Potiguaras, já que este assunto tratará de uma outra lei urbanística a ser levada em consideração, as leis patrimoniais. Trata-se da Lagoa de Messejana, que tem seu espelho d'água tombado pelo Município desde 1987.

Antes de tentarmos entender o que torna a Lagoa de Messejana tão especiais a ponto

de se tornarem patrimônios culturais, precisamos primeiramente entender o que é esta denominação e qual a sua importância. Caracteristicamente entendemos a palavra patrimônio como algo relativo a bens, posse de algo, idéia de pertencer a alguém ou a um grupo de pessoas, idéia de direito a algo. Já a palavra cultura nos dá a entender como o cultivo do saber, valores, idéias e modos de agir de um povo, desenvolvimento intelectual. Fazendo a união das duas palavras temos como Patrimônio Cultural um bem(material ou imaterial), uma posse de todo um povo que deve ser cultivada em nome da preservação de uma série de valores e costumes que aquele bem carrega dentro de si, tendo esta preservação que ser função urbana essencial a ser cumprida no âmbito da cidade.

Entendido o conceito de Patrimônio Cultural começamos nossa análise pela Lagoa de Messejana procurando entender o porque do tombamento de seu espelho d'água e o conseqüente ganho deste título. Como dito anteriormente, a lagoa faz parte da história do bairro desde os seus primeiros esboços de ocupação pelos índios Potiguaras, que refugiados do Rio Grande do Norte, procuravam um novo lar e viram na beira da majestosa lagoa, um bom local para a subsistência de seu povo. Os anos se passaram e a lagoa foi testemunha de uma série de transformações sofridas pelo local. Já no séc. XX, a lagoa era o local onde as pessoas se reuniam aos finais de semana e onde foram feitas festividades que ficaram na história de Messejana, além de “brindar” o bairro com uma bela vista e um pôr-do-sol de fazer inveja até mesmo aos grandes pontos turísticos da cidade. Tendo tudo isso em vista, a lagoa acabou virando quase que um símbolo, uma marca do local e ganhou assim a afetividade do povo daquela região, sendo personagem essencial da cultura local. Além disso, a lagoa foi assunto corrente nas obras do escritor cearense José de Alencar, um dos filhos ilustres do bairro, como em sua obra mais conhecida, Iracema, em que *“a virgem dos lábios de mel, tomava banho e saía correndo até a Praia de Iracema, chegando a seu destino ainda com os cabelos molhados, tal a sua rapidez”* (ALENCAR, 1865).

Visto todos esses argumentos, podemos entender o porquê do tombamento de seu espelho d'água e sua conseqüente transformação em Patrimônio Cultural, pois rebatendo na definição deste título, anteriormente explicado, a lagoa é um bem comum a todos e carrega dentro de si uma série de costumes, valores e idéias que dão identidade ao bairro e a sua população que tem um carinho especial a ela.

Fazendo um rebatimento com fatores históricos patrimoniais podemos justificar seu tombamento através das teorias de Alôis Riegl que defendia que para um bem ser considerado como um Patrimônio Cultural deveria ser levado em conta alguns fatores como o fator social, seu valor artístico e de uso, sua contemporaneidade e anciandade pois *“só a investigação do sentido ou dos sentidos atribuídos pela sociedade ao monumento histórico permite fundar uma prática. Daí uma dupla abordagem – histórica e interpretativa”* (CHOAY, 2001). Percebe-se sem dificuldades então que a lagoa carrega todos estes valores defendidos por Riegl para que um bem

seja considerado como Patrimônio Cultural. Só que diferentemente do que vem acontecendo com a lagoa, não basta apenas o tombamento como prova de valor para um bem, e sim a sua preservação como Patrimônio Cultural que é demonstrando o respeito a um local de importância cultural e histórica tão relevante não só ao bairro de Messejana como a toda cidade de Fortaleza e o Estado do Ceará.

Antes de tratar do assunto que diz respeito ao tombamento propriamente dito do espelho d'água da Lagoa de Messejana será apresentado aqui alguns dados físicos referentes a lagoa que segundo algumas pesquisas, apesar de ser considerada de médio porte, é a segunda maior lagoa do Município e faz parte da maior bacia hidrográfica de Fortaleza, a bacia do rio Cocó, como você pode observar na mancha B de cor alaranjada na fig. 90.

Porte: *Médio Porte.*

Localização: *Bacia do Rio Cocó, no eixo do rio Coaçu, no bairro da Messejana.*

Coordenadas Geográficas: *03°49'39"latitude sul; 38°29'35"longitude oeste.*

Espelho d'água: *33,7 hectares.*

Volume: *865.785 m³.*

Perímetro: *2.607m*

Profundidade: *Média - 2,86, Máxima - 4,88, Mínima - 0,62*

Utilização: *pesca, lazer, lavagem de roupas e banhos de animais.*

Fonte: *Relatório de Batimetria das Lagoas de Fortaleza - Instituto de Ciências do Mar/LABOMAR/UFC*

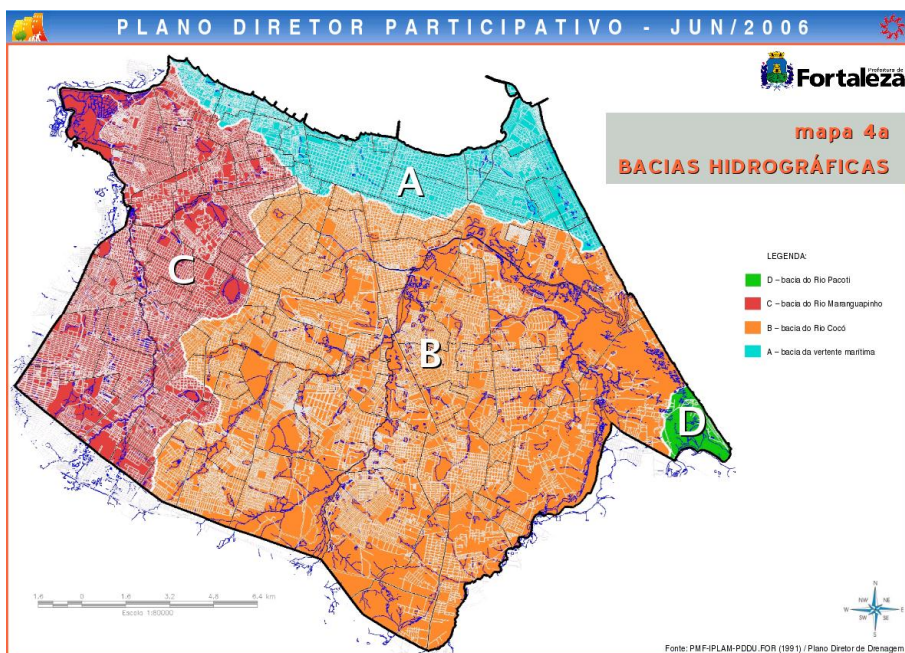


Fig. 90 – Mapa de bacias hidrográficas da cidade de Fortaleza mostrando Messejana dentro da bacia do Rio Cocó, identificada com a letra B e na cor laranja. Fonte: PDP 2007.

O tombamento ocorreu por projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Vereadores do Município de Fortaleza no ano de 1987. Vale ressaltar ainda que o mesmo projeto de lei tombou não só o espelho d'água da Lagoa de Messejana mas também o espelho d'água da Lagoa da Parangaba. Seguem abaixo alguns dados oficiais colhidos na

SECULTFOR e no site oficial da Câmara na internet e no anexo 07 deste trabalho, a cópia do documento original.

Projeto de Lei: 002/97.

Lei: 6201 de 27 de Maio de 1987.

Vereador: *Emanuel Teles*

Gestão Municipal: *Prefeita Maria Luiza.*

Leis relevantes em vigor: *PDDU – 5122 – A/1979 e Legislação Patrimonial.*

Fonte: SECULTFOR e Site Oficial da Câmara Municipal de Fortaleza.

Assim como toda a atividade urbana dentro da cidade, os bens tombados e sua preservação também são regidos por uma série de lei ditadas pelo plano diretor da cidade. O plano do Município de Fortaleza não é diferente e faz algumas citações referentes a preservação e a valorização do patrimônio cultural de interesse artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Onde há bens tombados são criadas Zonas Especiais dentro da cidade conhecidas como Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Paisagístico, Histórico e Cultural – ZEPH, aonde dentro delas são ditadas leis especiais independentes das que regem a cidade como um todo. Há ainda as leis patrimoniais que dão rígidas regras de como intervir num espaço tão especial como este. Leis como estas parecem sempre muito bem intencionadas mas infelizmente em grande parte dos casos, entre eles se insere o caso da Lagoa de Messejana, vem sendo ignoradas de forma criminosa. É importante agora uma observação sobre como o PDP tratou as zonas especiais em seu Mapa 04, colocado aqui na fig. 86, relacionado ao assunto da lagoa. Observamos no mapa que existe uma falha em sua elaboração já que a região do bairro de Messejana, ou pelo menos a região da lagoa, não está descrita como ZEPH.



Fig. 91 – Vista da lagoa de Messejana e o restaurante Salzano (antigo “tremendão”)

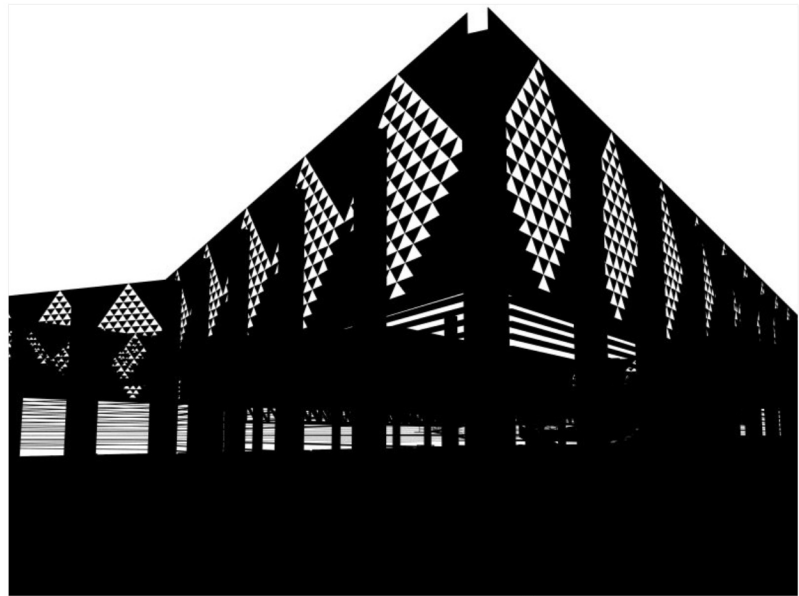
No ano de 2003, na gestão do então Prefeito Juraci Magalhães, a prefeitura urbanizou completamente o entorno da Lagoa de Messejana que estava em estado de calamidade até então. De acordo com notícia veiculada no Portal Verdes Mares na internet, ao todo R\$ 600.000 (seiscentos mil reais) foram aplicados na urbanização do local além da fabricação, em 2004, de uma estátua em fibra de vidro com 12m (doze metros) de altura e 16 (dezesesseis) toneladas da Índia

Iracema, como forma de homenagem ao escritor cearense, nascido em Messejana, José de

Alencar. Calçadas foram urbanizadas, quiosques foram locados, guarda corpos colocados e até um grande pier na lagoa foi criado, tudo muito bonito aos olhos leigos, e que inclusive conseguiu diminuir consideravelmente a poluição na lagoa, mas que infelizmente não passou de um grande desobedecimento das leis patrimoniais disfarçado de boa ação. As leis patrimoniais dizem que num espelho d'água tombado é obrigatório que se crie ao seu redor uma área de domínio público, o que não aconteceu na urbanização feita, pois ainda hoje um famoso restaurante, um grande clube pertencente a uma grande rede de bancos e casas de alto padrão a beira da lagoa simplesmente se apropriam do espaço que deveria ser de domínio público, é certo que muitos destas casas e estabelecimentos já estavam lá quando do tombamento do espelho d'água da lagoa, porém além de tratar-se de espelho d'água tombado a lagoa também considerada área de preservação e a LUOS nos diz no §2º do Art. 83º que *“Nas Áreas de Preservação já ocupadas com usos e atividades inadequados, ficam proibidas quaisquer mudanças de uso e acréscimo na área construída e impermeabilizada. [...]”* e o Art. 84º que diz que *“Fica proibida a construção de muros nos limites dos terrenos, podendo a delimitação do lote, ou gleba ser feita por cercas vivas, gradis ou cercas de arame. [...]”*. Parece bem conveniente, para grandes empresários da especulação imobiliária que constroem seus condomínios aproveitando o crescimento imobiliário do bairro, a valorização de uma área antes degradada, pois ninguém quer morar a beira de uma lagoa poluída e de entorno não urbanizado, mas este polêmico assunto será tema para tópicos mais a frente.



“Portanto, sobreviver na rua subverte as leis e os padrões formais do mercado na sociedade capitalista alicerçada no trabalho assalariado, esta apropriação dos espaços públicos pelos trabalhadores de rua altera usos esperados com um contra-uso que é estabelecido por disputas/tensões/resistências pelo direito ao trabalho.”
(CUNHA, 2009)



CAPÍTULO 05

Análise Uso e Ocupação



5. Análise Uso e Ocupação

5.1. Introdução: “*Doas cidades num só bairro*”

Tida até então como uma zona do bairro predominantemente residencial e institucional, o centro de Messejana começou a atrair grandes empresários donos de estabelecimentos comerciais que passaram a olhar o centro de Messejana com outros olhos depois do sucesso da feira instalada desde a metade do séc. XX e no estabelecimento de alguns pontos comerciais pioneiros. “*Através da pesquisa de mercado descobrimos um grande potencial econômico nesta região da grande Messejana e acabamos sendo pioneiros*”, observa o Gerente da Loja Rabelo de Messejana, segundo ele, um dos estabelecimentos pioneiros na região. Num processo gradual, aos poucos as residências começaram a perder lugar para os pontos comerciais que cada vez mais passaram a tomar conta daquela área atraídos pelo forte potencial econômico que a região começava a mostrar. É nesse contexto que o Mercado Popular se expande, em meio a um processo de mudança nas funções urbanas do local que passava de residencial para comercial. A paisagem urbana foi se configurando de forma não planejada, mas sim atendendo a essa nova necessidade de espaços para o crescimento do comércio, muitas vezes em detrimento do espaço público já que estabelecimentos privados acabaram por muitas vezes desobedecendo leis urbanísticas principalmente ao que diz respeito a cotas de afastamento da edificação, acessibilidade, circulação mínima e estacionamentos, assunto este que foi abordado no capítulo 04, mais precisamente a partir da p. 73. A posse ou acesso ao uso da terra e seu controle (domínio) são as premissas básicas para a realização da expansão urbana. A partir daí, a construção de moradias é o principal processo implementado, sendo a infra-estrutura, os equipamentos e os serviços necessários implantados, realizados ou facilitados pelo estado, através de leis, subsídios e investimentos de acordo com a importância relativa de cada área. Agora, trata-se desse mesmo espaço, apropriado socialmente e territorializado. Então, sendo a terra uma mercadoria cujo valor de troca depende principalmente de sua localização estratégica e logística (implicando distâncias e conteúdos), características do entorno, funções, potencial tecnológico, etc, ficam o uso do solo urbano e as maneiras de ocupá-lo diretamente subordinados a estas condições nas modalidades de governos atuais, cada vez mais “controlador” e menos “executor”, apesar das características únicas que seu poder político lhe confere, como principal agente produtor de espaço, bem como grande consumidor, e único regulador do uso do solo. Atua também como proprietário fundiário e promotor imobiliário, e é aí que se insere no “mercado de terras” como os demais agentes.

O mercado imobiliário, com a participação de todos esses agentes, passa a ser o determinante na configuração territorial desta área de expansão urbana, de onde se está considerando a reorganização espacial decorrente do próprio processo (mais do que se

considerar somente a própria estruturação urbana). Mas, como nem todos os habitantes ocupam terrenos dos quais se detém o direito de propriedade, criam-se duas cidades, a “legal” e a “ilegal”: a primeira, de acordo com a regulamentação jurídica (ao menos em tese), a segunda, em desacordo, nas chamadas “invasões”, ocupações efetuadas sobretudo em áreas “não-urbanizáveis”, das quais grande parte dos habitantes estaria também vinculada ao setor informal da economia, e mesmo em grande parte dos parcelamentos urbanos “reconhecidos”, porém não-registrados legalmente.

O levantamento de aspectos urbanos se faz necessário para uma boa base de dados urbanísticos do local de forma a serem usados mais a frente na proposição e elaboração de idéias, identificando problemas e potencialidades na região que serão explorados da melhor forma possível de modo a auxiliarem na produção de melhorias para a área em forma de projeto prático. Este deverá conter desde o levantamento de uso do solo de uma forma geral. Aqui se encontram um conjunto de informações sobre a área em caráter meramente descritivo da realidade encontrada, não cabendo a este tópico uma postura crítica quanto a situação atual de cada aspecto. Caberá ao sub-tópico a seguir, uma breve descrição dos seus aspectos de modo a haver um bom entendimento da situação atual da região pelo leitor. Este levantamento será baseado sempre em fontes devidamente citadas, quando necessário, sejam elas governamentais, de institutos de pesquisa ou mesmo através de observação “*in loco*”. O roteiro básico foi baseado no “*Manual de Paisagismo*” desenvolvido pelo professor Ricardo Bezerra do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará e está dividido em: Residencial, Comércio, Serviços, Institucional (Escola, Saúde, Administração, Serviço Público e Lazer) e Domínio (Público, Semi-Público e Privado).

5.2. Uso do solo urbano: “*Mantendo paradigmas do centro comercial brasileiro*”

Este sub-tópico citará de forma não aprofundada como acontece o uso do solo urbano dentro do perímetro delimitado. Observe a fig. 92 e sua legenda para ter apreensão geral de como esta ocupação ocorre.

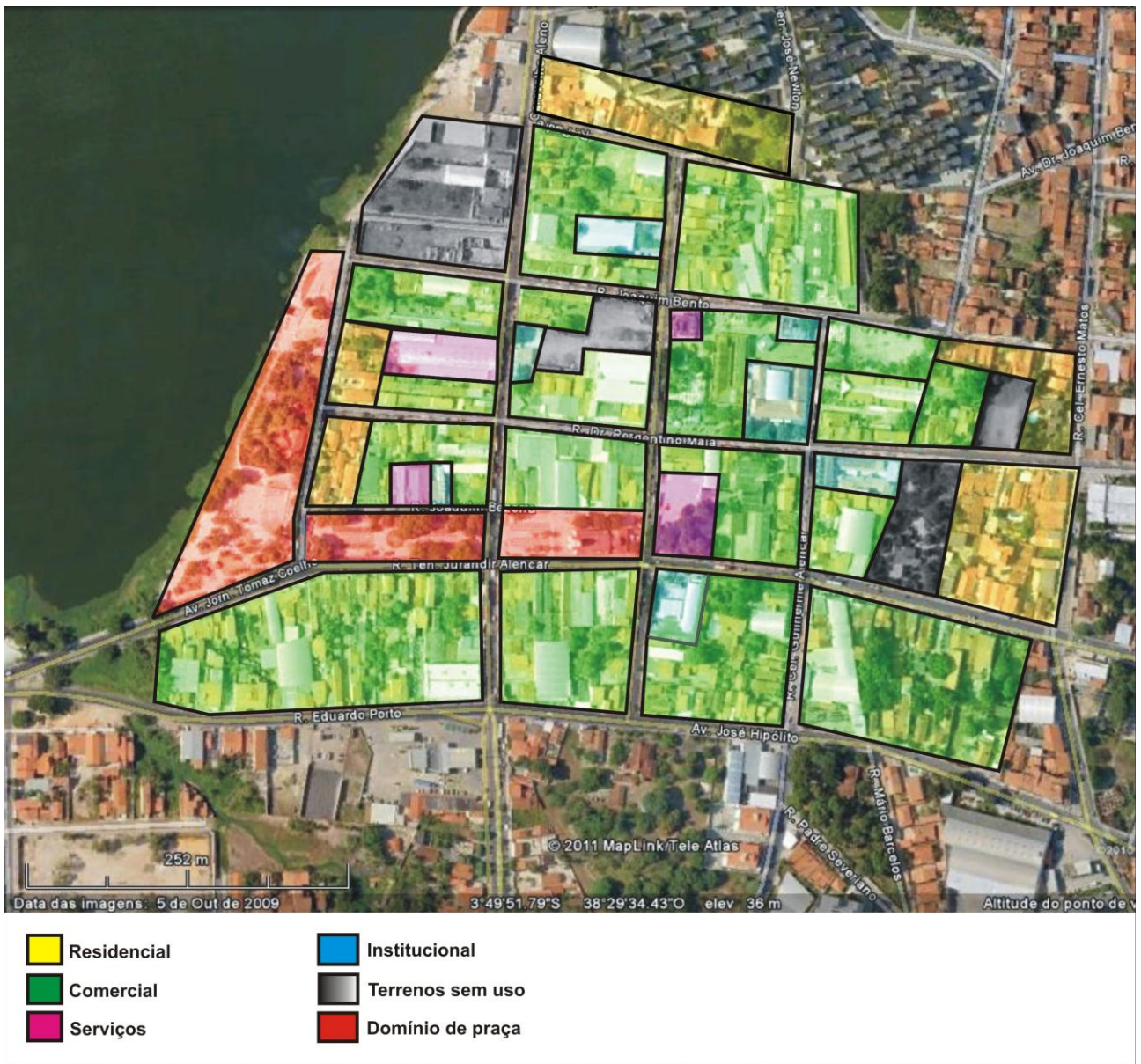


Fig. 92 – Mapa geral de usos do centro de Messejana.

5.2.1. Residência:

Atualmente, dentro do perímetro a ser estudado quase não existem residências de caráter relevante numeralmente falando, como acontece perifericamente a esta delimitação, ao contrário do de décadas atrás quando toda aquela área era predominantemente residencial, de caráter unifamiliar. Observe a fig xx que demarca os poucos terrenos aonde ainda existem residências naquela região específica e seu entorno.

5.2.2. Comercio:

Tema corrente neste trabalho, o comércio é a atividade predominante na região delimitada para estudo, se estabeleceu através de pesquisa de mercado de empresários pioneiros que trouxeram, através do sucesso de seus empreendimentos no bairro, um estímulo a outros comerciantes para se estabelecerem no local. O mercado varejista formal ocupa áreas lindeiras as vias em todo o seu perímetro. O mercado atacadista também é forte e se estabelece em sua

maioria na rua Joaquim Bento. A feira é outro tema que será abrangido de forma ampla no trabalho aqui exposto já que se apresenta como uma espécie de “peça chave” na problemática urbana do centro de Messejana. A feira tem caráter sazonal e permanente. A permanente se estabelece em sua grande maioria na praça do mercado popular, mas também se dilui pelas calçadas do centro de forma não concentrada em forma de ambulantes. Na praça há venda predominantemente de roupas e calçados em geral mas com alguns variantes, sobretudo na feira que acontece fora da praça do mercado. Esta traz ofertas desde frutas e hortaliças a eletro eletrônicos. Já na feira sazonal uma imensidão de pessoas toma boa parte do centro, fechando inclusive as ruas Joaquim Bento e Cel. Guilherme Alencar (por um quarteirão até seu cruzamento com a rua Dr. Pergentino Maia), nela a oferta de produtos é ainda maior e variada. A feira gera cerca de 3.000 (três mil) empregos indiretos, segundo dados do site *portalmessejana.com.br*, e uma grande circulação de capital. As fotos das fig. 93 dá idéia de como estas ocupações ocorrem e como elas convivem entre si.



Fig. 93 – Imagem do comércio formal dividindo espaço com ambulantes da feira. Fonte: Acervo.



Fig. 94 – Corredor de comércio formal, característico em todo o centro. Fonte: Acervo.

5.2.3. Serviços:

O centro de Messejana vem cada vez mais se caracterizando pela variedade de serviços oferecidos no setor terciário da economia, tanto formais quanto informais. No serviço formal, podemos encontrar agências dos maiores bancos em funcionamento no Brasil, agência própria de correios, lojas das mais variadas, de depósitos de construção a loja de variedades e eletrodomésticos, além de uma boa variedade de farmácias. Já no serviço informal podemos encontrar, locados nas praças e calçadas, dezenas de ambulantes que também oferecem serviço variado. Por questões de melhor síntese das informações julguei como desnecessário detalhar o tipo de serviço de cada ponto comercial. As fotos das fig. 95 e 96 mostram dois exemplos de serviços oferecidos na região.



Fig. 95 – Edifício dos Correios cercado por feirantes aos domingos. Fonte: Acervo.



Fig. 96 – Aos fundos do corredor de ambulantes, a obra do novo Banco do Brasil de Messejana. Fonte: Acervo.

5.2.4. Institucional:

Escola:

Escola de 1º Grau Profª. Telina Barbosa da Costa (pública) - Rua Padre Pedro de Alencar S/N¹

Escola Municipal de 1º Grau Angélica Gurgel (pública) - Rua Dr. Pergentino Maia, 375.

Escola Patronato Pe. Luís Barbosa Moreira (particular – ensino infantil ao pré-vestibular) - Rua Guilherme Alencar, 121.

Saúde:

Centro de Zoonoses de Messejana - Rua Joaquim Bento, 244.

Administração:

O grande ponto concentrador da administração do bairro fica na SER VI - Secretaria Regional 6, na rua Padre Pedro de Alencar, 789, que, portanto, não se encontra dentro da delimitação aqui estudada. Existe ainda atrás do Mercado de Messejana uma subdivisão da secretaria de meio ambiente da SER VI, a Secretaria de Serviços Urbanos, onde acontece a fiscalização direta dos permissionários, fica na rua Joaquim Bento, esquina com a rua Cel. Guilherme Alencar.. É lá onde os feirantes procuram seus direitos como trabalhador registrado, mediante o pagamento de uma taxa a secretaria, utilizada em serviços oferecidos aos mesmos, como manutenção e aluguel de terreno para guarda de barracas, dentre outros, segundo depoimento do responsável pelo setor de feiras, Estevam da Silva.

¹. O Edifício da escola Telina Barbosa é o mesmo onde funcionava a sub-prefeitura de Messejana quando existia esse sistema de divisão na cidade de Fortaleza no início do sec. XX.

Serviço Público:

Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) – Rua Manuel Castelo Branco, 284.

Cartório de Messejana – Rua Joaquim Bezerra, 79.



Fig. 97 – Edifício do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).



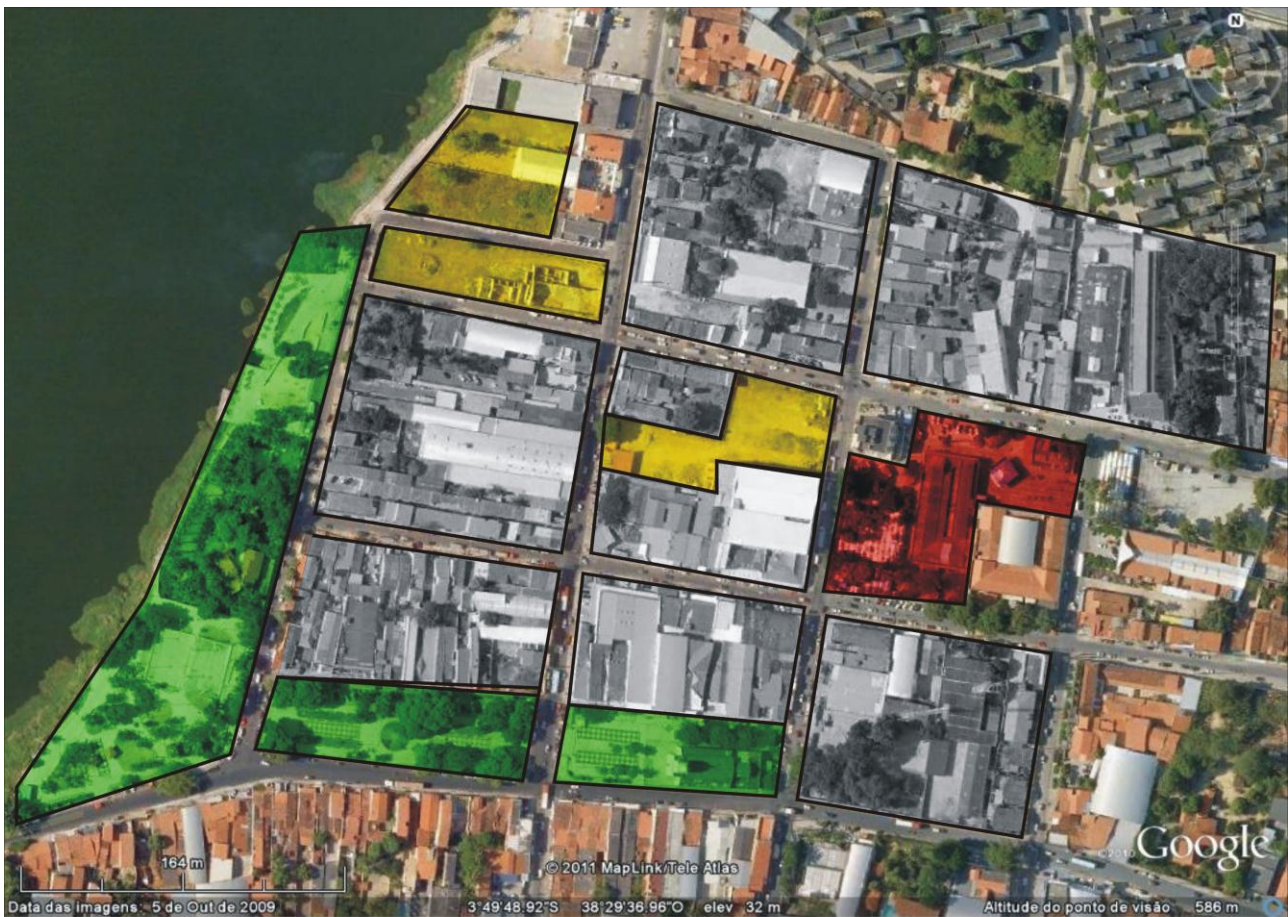
Fig. 98 – Escola Angélica Gurgel. Fonte: Acervo.

Lazer (Áreas Livres):

Quando se fala em área de lazer, voltamos diretamente para o ponto do conflito entre espaço público e privado quando a necessidade de lazer e comércio acabam por disputar o mesmo espaço.

5.2.5. Domínio:

Dentro desta categoria teremos, três classificações: Público, Semi-Público e Privado, como vimos na categoria anterior que fala sobre áreas de lazer, esta temática é detalhadamente estudada neste trabalho, já que está intimamente ligada aos objetivos do mesmo. O que se pode adiantar de antemão é que a privatização do espaço público vem sendo uma das principais problemáticas da área. Na fig. 99, segue um esquema de manchas com suas respectivas legendas, de cada uma dessas classificações, mas ainda desconsiderando seus conflitos entre si, devido ao caráter meramente analítico do tópico, como dito anteriormente. Assim este mapa reunirá tanto os esquemas de praças e locais de lazer com os demais, separando-os de acordo com a sua classificação, trazendo assim um apanhado geral sobre o uso público e privado do espaço. O Semi-Público está aqui classificado como os espaços públicos que acabaram sendo privatizados, seja pela feira ou por qualquer outro uso indevido ou não. Já o particular são os espaços regularmente privatizados, sendo esta classificação caracterizada principalmente pelo comércio formal.



- Domínio Público
- Terrenos sem uso atual
- Domínio Semi-Público
- Domínio Privado

Fig. 99 – Mapa dos domínios específicos do centro de Messejana.

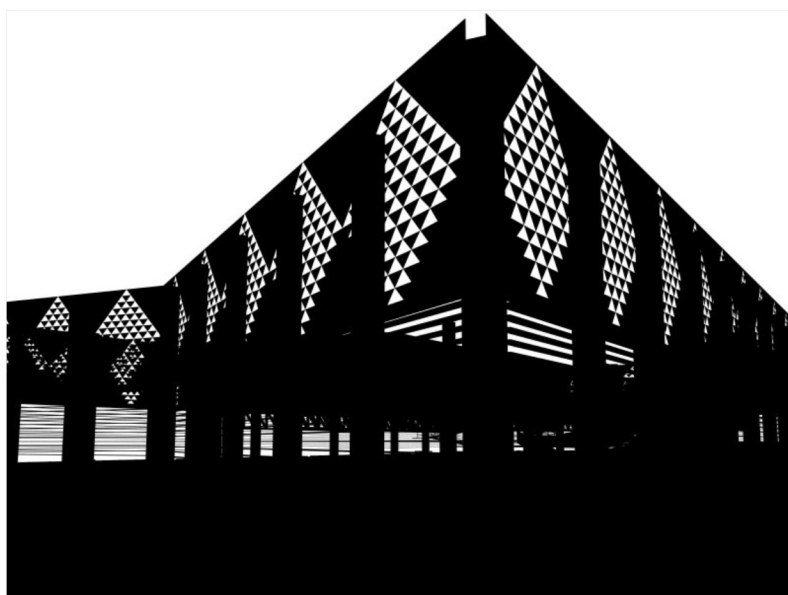
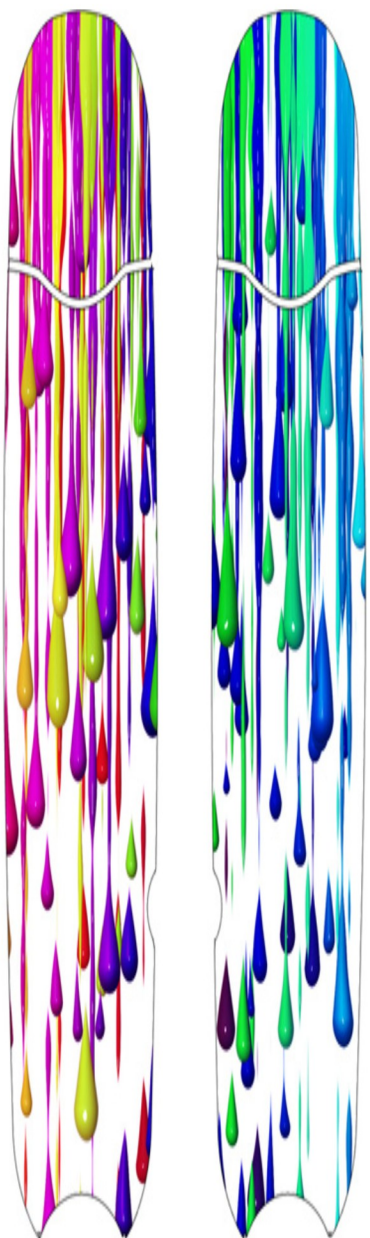


Fig. 100 – Ocupação de terreno durante a semana. Fonte: Acervo.



Fig. 101 – Ocupação do mesmo terreno durante a feira de domingo. Fonte: Acervo.

“Toda a sociedade que pretende assegurar a liberdade aos homens deve começar por garantir-lhes a existência.” (Léon Blum)



CAPÍTULO 06

Análise Socio-Econômica



6. Análise Sócio-Econômica

6.1. Introdução: “...e se quebram velhos paradigmas do planejamento urbano”

Apropriação dos espaços pelos usuários é o que de fato mais importa em um projeto. É em função e a partir dela que dimensionamos, construímos uma idéia. O descaso com o público é intrínseco a sociedade brasileira por fatores antropológicos. Esse descaso é não só em relação a questão da posse, mas sobretudo, pela relação predatória e insustentável do usuário com o espaço. E a partir das relações espaciais entendemos a estrutura sócio-espacial-econômica, fundamental para nos situarmos enquanto agentes transformadores do mesmo. A geografia e o planejamento territorial sofreu grande transformação a partir da década de 1970 quando teve que se adequar a novos paradigmas da realidade social, processo esse que vinha ocorrendo nas grandes cidades já que *“é cada vez mais evidente que não podem existir idéias sem território e que qualquer território potencializa conteúdos estratégicos políticos. As investigações feitas sobre o modo de apropriação espacial permitem uma melhor compreensão dos problemas da exclusão social, da esgotabilidade energética e matérias-primas e da contaminação planetária. Evoluem as concepções sobre a paisagem e modifica-se também a imagem da natureza. Esta metamorfose leva a abandonar pontos de vista mecanicistas do território”* (RODRIGUES, 2005). Abandona-se então o caráter exclusivamente tecnicista do planejamento urbano e é dado lugar a uma nova forma de pensar a geografia da cidade e como ela deve interagir com aquele que deve ser a principal preocupação daqueles que intervêm no território, o usuário. Esta nova forma de pensar consiste em dar oportunidade de discussão do espaço urbano mas agora sob um olhar social, político e econômico, vendo nas problemáticas sociais, um ponto essencial para um bom planejamento do espaço. Isso aconteceu graças *“a uma reflexão epistemológica que permitiu retirar o carácter [sic] neutral ou universal em que viviam as ciências do território, a arquitectura [sic] e o urbanismo”* (RODRIGUES, 2005).

Sendo agora o urbanismo não mais dependente apenas de um forma mecanicista e técnica de se pensar, faz-se necessário para nossa área-estudo uma reflexão sobre como este território acontece sob a ótica social, política e econômica. Analisarei então este espaço com a consciência de que quem produz o espaço urbano é a sociedade com a supervisão, ou não, do estado, incorporando novas áreas, reordenando as já incorporadas e criando a infra-estrutura adequada a satisfação de suas necessidades, organizando-o para o seu cotidiano, através do mercado imobiliário dos demais agentes produtores do espaço. E isso é comandado pelas classes dominantes que são, não por acaso, as de maiores rendimentos. Como produtores do espaço os ambulantes, principal problemática urbana enfrentada no bairro, na medida que agem diretamente no conflito que há na privatização do espaço público e na questão do contra-uso (LEITE, 2004) e *“buscamos suas explicações nas relações sociais estabelecidas nesses locais, nas mudanças dos*

padrões de produção e reprodução social, levando em conta a intervenção do Estado e a luta política dos trabalhadores. Utilizamos a lógica no sentido de que as coisas se constituem de contradições e forças antagônicas, movimentos e transformações constantes, e estão em contínua relação e inter-relação com outros fenômenos” (CUNHA, 2009).

6.2. A feira e o espaço público: “O contra-uso e seus porquês”

Como a principal e mais marcante problemática do centro de Messejana está ligada a privatização do espaço público, o que nos leva diretamente a problemática da feira (apesar de estabelecimentos comerciais tidos como formais também ocuparem espaço público com a utilização do passeio com a exposição de produtos ou ocupam com vagas de estacionamento de forma irregular, como visto nas fig. 102 e 103), darei enfoque a esta forma de privatização do espaço público, pois interfere mais diretamente nos objetivos do trabalho, até porque uma forma de controle da privatização de espaço público pelo comerciante formal se dá por uma rigorosa fiscalização que garanta o cumprimento de leis urbanas colocadas pela LUOS, Plano de Diretor e Código de Obras e Posturas do Município. Já na questão da feira, comércio informal e ambulantes de uma forma geral, a questão já não é tão simples, já que envolve uma série de fatores sociais, políticos e econômicos que devem ser levados em consideração antes da simples política de repressão que já mostrou-se ineficiente no tratamento deste que é um dos maiores e mais complexos problemas da sociedade urbana contemporânea.

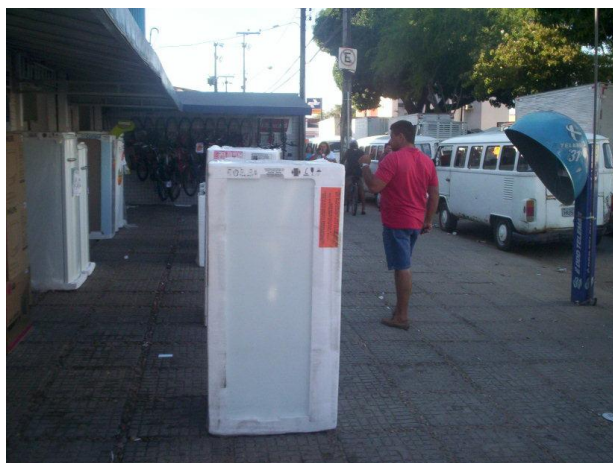


Fig. 102 – Passeio sendo ocupado com exposição de produtos. Fonte: Acervo.



Fig. 103 – Passeio sendo ocupado com estacionamento. Fonte: Acervo.

O problema da privatização do espaço público é algo intrínseco as grandes cidades brasileiras. Seja por questões, econômicas, sociais, políticas, de educação, emprego ou qualquer outro motivo, o problema está lá e deve ser combatido, mas cabe aqui uma reflexão sobre como combater esse problema de forma saudável e que possa trazer benefícios a toda a população. O espaço público não é só aquela área física demarcada técnica e juridicamente pelo órgãos responsáveis pelo planejamento urbano mas sim possuir um aspecto lúdico fazendo dele um local

não só de circulação de pessoas mas de interação social, de encontro, aglomeração, troca de idéias e culturas, características essas que vão dar “cara” ao espaço público, pois “*o modo como o espaço público produzido facilita ou dificulta as práticas sociais, é um aspecto que ajuda a identificar e caracterizar o cenário*” (VIEIRA et al., 2010). No caso da feira de Messejana, o lúdico se apresenta de diversas formas: as cores das roupas, a tipologia cultural das pessoas e suas relações, a música dos bares, enfim, o ver e ser visto. Sabendo que o espaço público se caracteriza não só pela delimitação física mas pela oportunidade do cidadão interagir socialmente com as pessoas e com o meio em que vive, entramos então na complexa questão do contra-uso, conceito proposto por Leite (2004) em sua obra “*O contra-uso da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*”, na qual o autor diz que o espaço público é um local em que ocorrem manifestações públicas que subvertem ou não o uso esperado por urbanistas, planejadores e estudiosos do assunto, entrando agora então o conceito de contra-uso que tem sua etimologia definida no Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa (2008) como “contra” – Em sentido oposto ao de; Em contradição com; [...] - “uso” – Ato ou efeito de usar; costume, hábito; - ou seja, é o ato de usar o espaço de forma oposta ou contraditória a definição de uso, neste caso, do espaço público, imposta por padrões sociais e históricos. Este contra-uso dentro do contexto do bairro de Messejana se vê na localização de ambulantes¹ em boa parte das ruas do bairro lindeiras ao mercado tanto durante a semana, quando somente a praça do mercado e parte da praça aos fundos do mesmo é ocupada de forma concentrada, quanto no domingo, quando a tradicional feira de Messejana ocupa quase que totalmente os arredores do mercado num raio de cerca de aproximadamente duas quadras, quando a partir de então ela se dilui pelo bairro em locais pontuais chegando a ter ambulantes até o terminal de ônibus.



Fig. 104 – Contra-uso do espaço através da ocupação da rua e do passeio pelos ambulantes. Fonte: Acervo.



Fig. 105 – Representação do lúdico na feira através de diferentes cores e texturas. Fonte: Acervo.

¹. Entende-se aqui ambulante como trabalhador de rua, seja ele feirante/permissionário ou não.

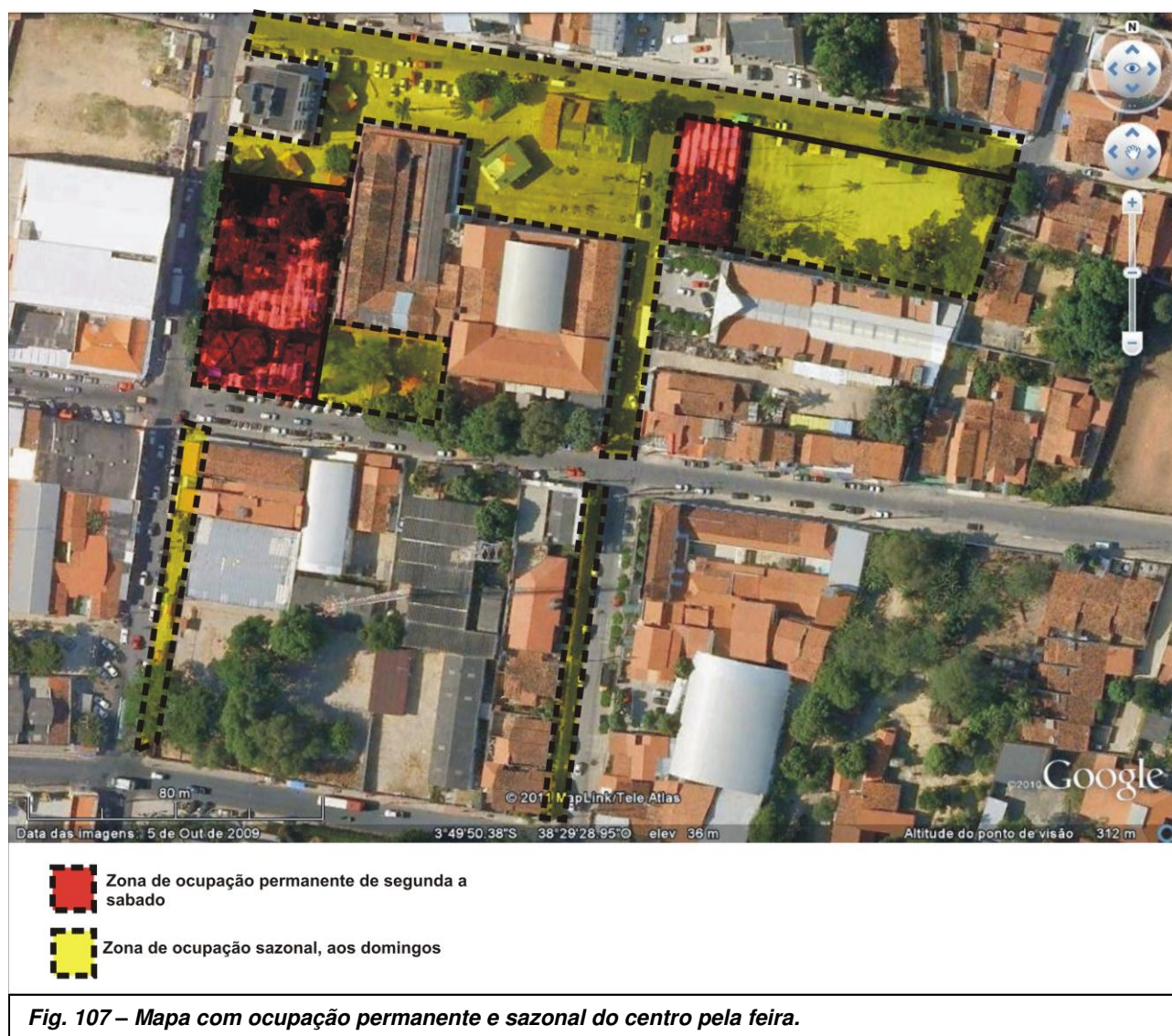
Atualmente a Prefeitura de Fortaleza, mais especificamente em sua Secretaria Regional VI (SER VI), trabalha com um sistema de cadastramento de feirantes para melhor controle deste contingente, tanto ambulantes da feira permanente quanto da sazonal passam por um cadastro onde os mesmos preenchem uma ficha (ver anexo 08), com dados pessoais que *“não só dá a eles o direito de se manter legalmente como ambulante como serve até mesmo como comprovante de renda em caso de empréstimos, compras a prestação e outras necessidades que exijam esse tipo de documentação”*, informa Estevam da Silva, agente administrativo responsável pelo setor de feiras. Através deste cadastro o feirante de certa forma acaba conseguindo um meio quase que formal de ter “o pão de cada dia”, na medida que apesar de não lhe garantir direito trabalhistas, lhe dá a tranquilidade de poder trabalhar sem o medo de sofrer os mesmos abusos que sofrem os ambulantes do centro da cidade de Fortaleza que frequentemente tem que fugir do conhecido “rapa” da polícia, que apreende produtos dos ambulantes instalados de forma ilegal no centro, repressão essa que nunca funcionou, na medida que novos “rapas” acontecem e os ambulantes continuam exercendo o contra-uso do espaço público do centro da cidade, mostrando que não é só com esse tipo de política repressiva que haverá um ordenamento do centro (DANTAS, 2005). Existe desta forma um forte paradoxo na



Fig. 106 – Charge que detona o “capitalismo selvagem”. Fonte: Acervo.

feira de Messejana, pois se de um lado existe o contra-uso do espaço público, que podemos inclusive chamar de privatização do mesmo, por outro a Secretaria de Serviços Urbanos da SER VI cuida do ordenamento dos feirantes, funcionando como órgão fiscalizador e promovedor de um diálogo entre feirante e prefeitura fazendo com que a feira e seus permissionários cadastrados trabalhem de forma legalizada, já que têm o aval da prefeitura para

trabalhar, num lógica de, talvez não de “vista grossa”, mas de ilegalidade permissiva, normatividade extralegal, auto-regulação, afirmação do direito ao trabalho (MALAGUTI, 2000) pelo feirante que depende e tira dali sua sobrevivência, vítima de um sistema capitalista cruel em que o pobre tem que literalmente “sobreviver” quebrando paradigmas da sociedade capitalista assalariada, ou como diria Karl Marx, *“o capitalismo gera seu próprio coveiro”* na medida que os oprimidos pelo sistema não tem outra saída senão subvertê-lo.



A partir deste ponto a discussão poderia se prolongar por muitas páginas mais já que cabe discussões sobre o que gera esta ida do povo para o trabalho na rua, para o trabalho autônomo, sua “ilegalidade” e todos os problemas implícitos ao trabalho do ambulante, por questões de melhor síntese do trabalho e para não haver “fuga do assunto”, que consequentemente acontecerá se prolongarmos a discussão dessas causas, farei uma abordagem mais resumida. A discussão começa pela questão do desemprego que aflige boa parte da população brasileira e não permite a todos a posse de um emprego formal assalariado que lhe garanta a sobrevivência, apesar da considerável melhora do índice nacional de desemprego que segundo dados do IBGE nos mostrava um Brasil em 2002 com índice de 12,6% que deu um salto de qualidade em 2011 para 6,7% (IBGE, jan. 2011), estando o índice individual da cidade de Fortaleza em 11,2% em março de 2011, segundo o Departamento Interestadual de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). O índice pode parecer baixo, mas numa cidade de população estimada de 2.447.409 hab. e um eleitorado de 1.421.936 eleitores (Censo IBGE, 2010), que pela idade poderemos ter como base para a quantidade aproximada de população

economicamente ativa, esses 11,2% representam um número aproximado de 160.000 hab. em idade ativa, sem emprego formal, ou seja, um número enorme de cidadãos que precisam de um meio honesto (pelo menos a maioria pensa assim) de sobrevivência, isso sem contar aqueles que estão empregados, mas necessitam de uma renda extra para completar a renda familiar já que muitos têm que “se virar” com um salário mínimo, que é quatro vezes menor que o valor mínimo necessário para uma vida digna no Brasil, afirmação essa confirmada pela pesquisa divulgada pelo Dieese no ano de 2011, baseado em todos os direitos garantidos pela Constituição, apontando que o salário mínimo ideal para o brasileiro deveria ser de R\$2.293,31, em números exatos considerando o mês de maio de 2011.

**Estimativas ⁽¹⁾ do Número de Pessoas de 10 Anos e Mais, segundo Condição de Atividade
Região Metropolitana de Fortaleza
Abr./10, Mar./11, Abr./11**

Condição de Atividade	Estimativas			Variações			
	(em mil pessoas)			Absoluta		Relativa (%)	
	Abr/10	Mar/11	Abr/11	Abr-11/ Mar-11	Abr-11/ Abr-10	Abr-11/ Mar-11	Abr-11/ Abr-10
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	2.994	3.048	3.053	5	59	0,2	2,0
População Economicamente Ativa	1.728	1.762	1.765	3	37	0,2	2,1
Ocupados	1.545	1.598	1.592	-6	47	-0,4	3,0
Desempregados	183	164	173	9	-10	5,5	-5,5
Em Desemprego Aberto	112	109	118	9	6	8,3	5,4
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	36	-	-	-	-	-	-
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	35	32	28	-4	-7	-12,5	-20,0
Inativos com 10 Anos e Mais	1.266	1.286	1.288	2	22	0,2	1,7

Fonte: Convênio IDT/Sine-CE, STDS, Fundação Seade-Dieese e MTE/FAT.

(1) Projeções populacionais baseadas na Contagem de 2007.

**Fig. 108 Tab. 05 – Tabela de pesquisas de emprego e desemprego na região metropolitana de Fortaleza.
Fonte: Departamento Interestadual de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).**

Período	Salário mínimo nominal	Salário mínimo necessário
2011		
Maio	R\$ 545,00	R\$ 2.293,31
Abril	R\$ 545,00	R\$ 2.255,84
Março	R\$ 545,00	R\$ 2.247,94
Fevereiro	R\$ 540,00	R\$ 2.194,18
Janeiro	R\$ 540,00	R\$ 2.194,76
2010		
Dezembro	R\$ 510,00	R\$ 2.227,53
Novembro	R\$ 510,00	R\$ 2.222,99
Outubro	R\$ 510,00	R\$ 2.132,09
Setembro	R\$ 510,00	R\$ 2.047,58
Agosto	R\$ 510,00	R\$ 2.023,89
Julho	R\$ 510,00	R\$ 2.011,03

Fig. 109 Tab. 06 – Tabela de cálculo de salário mínimo necessário baseado em todos os direitos garantidos ao brasileiro pela constituição de 1988. Fonte: Dieese.

Pois bem, além do fator desemprego, outro ponto não poderá passar em branco dentre todos que envolvem a questão da ilegalidade e o conseqüente contra-uso do espaço público, a questão da educação fruto da políticas educacionais defasadas implantadas no nosso país. Boa parte desta população economicamente ativa e desempregada está nesta situação por apresentar baixo nível de escolaridade e mesmo considerando que na década de 1940, 56,8% da população brasileira não sabiam ler nem escrever e esse número caiu para 12,1% em 2007 (IBGE, 2007), ainda podemos ver como considerável o número não só de analfabetos como de cidadãos com escolaridade inferior a quatro anos de estudo como mostra a tabela 07 na fig. 110, que compara a proporção de escolaridade no meio urbano e rural, no Brasil e em suas regiões em separado entre os anos 1993 e 2005. Temos então um “efeito dominó” na problemática sócio-econômica do meio urbano, uma baixa escolaridade e a conseqüente falta de preparação técnica para atender as demandas do mercado de trabalho geram desempregados (é sempre bom lembrar que não são todos que estão na informalidade por falta de oportunidade trabalho mas para complementação de renda), que traz a informalidade como meio de sobrevivência que por sua vez gera o contra-uso do espaço público.

Proporção (%) da população de 15 anos e mais de idade com escolaridade inferior a quatro anos de estudo, por situação de domicílio e ano, segundo regiões Brasil, 1993, 1997, 2001 e 2005

Região	Urbana				Rural				Total			
	1993	1997	2001	2005	1993	1997	2001	2005	1993	1997	2001	2005
Brasil	29,2	26,0	22,8	19,3	62,4	57,8	54,1	45,8	35,8	32,0	27,5	23,5
Norte **	34,1	31,0	26,6	21,9	70,6	61,0	57,7	43,8	36,0	32,5	27,7	27,1
Nordeste	41,2	38,0	33,9	28,5	76,4	72,3	67,3	56,7	53,8	49,7	43,2	36,3
Sudeste	24,8	21,7	18,3	15,8	55,6	48,7	45,1	38,4	28,1	24,5	20,5	17,5
Sul	24,4	21,7	18,7	15,6	37,7	33,4	33,4	29,5	27,5	24,3	21,4	18,0
Centro-Oeste	29,6	25,0	23,3	19,0	50,4	48,7	44,8	36,8	33,5	29,0	26,1	21,4

Fonte: IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

* Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá em 1993, 1997 e 2001.

** População rural apenas para o estado do Tocantins em 1993, 1997 e 2001.

Fig. 110 Tab. 07 – Tabela de comparação de escolaridade entre os anos de 1993, 1997, 2001 e 2005, nos meios urbano e rural. Fonte: IBGE.

Depois deste breve resumo sobre os principais causadores da informalidade que gera o contra-uso do espaço público, poderemos agora continuar analisando a feira como fenômeno atuante nesta transformação do meio urbano. Digo transformação porque sua informalidade e o modo como se apropria do meio urbano nos mostra uma nova forma de se utilizar do espaço público (CUNHA, 2009), o usufruto como meio de vida, o que não seria de tanto mal se considerarmos que é um meio honesto de se viver, porém isso esbarra diretamente num outro problema, a privatização do espaço público, ou seja, a ocupação permanente de um espaço que deveria ser de todos, é como o direito de sentar no banco de uma praça, você pode ficar o tempo que quiser, mas não pode impedir que outro venha e se utilize dele enquanto você vai fazer um lanche, por exemplo, é simples assim, ou como diria o velho ditado “seu direito acaba quando começa o do outro”, trata-se de uma ética do direito mútuo em nome da boa convivência, mas não

digo isso em defesa da retirada do ambulante em nome da desprivatização do espaço público, muito pelo contrário, digo isso para apresentar o problema que deve ser discutido de forma a serem encontradas soluções que variam desde a sua retirada para um local mais apropriado até a consolidação de vez do local como espaço de feira, trabalhando de forma que não fira o direito de ir e vir do cidadão, ocupando um passeio, por exemplo, não dando alternativas para o pedestre.

Pelas minhas longas conversas e entrevistas tanto com aqueles que regulamentam e fiscalizam o espaço da feira de Messejana, quanto com os próprios feirantes, confirma-se que os ambulantes se mantêm fortes como grupo trabalhador através de uma organizada rede hierárquica de representantes, ajuda mútua, regras e códigos conhecidos apenas por eles (FRÚGOLI, 1995), além de uma forte fiscalização do próprio local de trabalho que não permite, por exemplo, no caso da feira de Messejana, a chegada de um ambulante aleatório não registrado na secretaria para aquela delimitação de feira legalizada (ver limites no anexo 01), mostrando o grande valor que eles dão ao local de trabalho, ou seja, ao local que lhes dá o “pão de cada dia”. Essas conversas ainda evidenciaram a unanimidade quanto a concordância em se construir um espaço coberto (um grande mercado) para abrigá-los, *“para nós seria a realização de um sonho, já que atualmente trabalhamos em situação precária, principalmente no inverno”*, relata Francisco das Chagas, permissionário na área de frutas e verduras da feira de Messejana a cerca de 6 (seis) anos. Além disso foram descobertos indicadores sociais que apontam a vinda para este tipo de comércio por motivos de desemprego em sua esmagadora maioria.

Dentro do contexto do comércio no centro de Messejana, podemos logicamente incluir os mais de 60 (sessenta) permissionários do mercado público que por terem um local de trabalho fixo se mantêm bem mais “aliviados” que o ambulante que trabalha na rua, pois seu ponto está lá garantido (é comum a herança de pai para filho do ponto comercial) e o mesmo já não passa por tantos problemas exceto o de manutenção do local que por vezes se mostra ineficiente, o que resulta em freqüentes intervenções de reforma realizadas pela prefeitura, como a que foi iniciada em 2010 e entregue em 2011, que infelizmente só “faz o remendo” e não o modifica de forma que esta intervenção seja duradoura. Segundo, Lea Silva, agente administrativa responsável pela administração do mercado, houve reuniões antes e depois da reforma para fechar acordos com os permissionários como por exemplo, locais onde poderiam ficar enquanto a reforma era feita e novas regras para o uso saudável do espaço agora renovado. Em conversa com permissionários do local, os mesmos consideram “negociável” a questão de se construir um grande mercado público que abrigasse permissionário da feira e do mercado atual ao mesmo tempo.

6.3. O centro e sua economia: “*Auto-suficiência suficiente?*”

Vimos no tópico anterior que a feira de Messejana, a exemplo de outras feiras e aglomerações de comércio popular ambulante, funciona criando uma nova forma de usar o espaço público de forma a absorver choques sociais no mercado de trabalho (CUNHA, 2005) ligados principalmente a taxa de desemprego e a falta de uma política educacional sólida que contribua para um maior grau de instrução dos cidadãos e uma conseqüente boa formação profissional. Vimos também que o espaço em contra-uso da feira passa então a ser visto não só como uma área de compra e venda de produtos mas também um ambiente de interação social, de encontro, circulação e mistura de idéias que se unem para se formar o espaço social da feira. Feito isso, tivemos então uma reflexão sob o ponto de vista social do meio urbano. Cabe agora uma breve análise sobre os impactos econômicos que a feira de Messejana trás para o bairro já que um ambiente que envolve a passagem de tantas pessoas e se mantém por tantos anos com grande sucesso, certamente gera uma circulação enorme de capital, que fatalmente gera crescimento econômico direto e indireto tanto a nível de bairro quanto de cidade.

A cidade de Fortaleza passou por intensas transformações em sua estrutura política e econômica vindas do final da década de 1980 através de políticas do governo para modernização do território com o intuito de receber a internacionalização da economia e incentivos fiscais para a indústria terciária e turismo, esta ultima merece atenção especial já que alavancou de forma considerável a economia do estado. O governo do estado investiu pesado neste setor que atualmente é um dos maiores geradores de renda para o Ceará. Pudemos observar em tópicos anteriores, um acentuado crescimento do PIB da cidade de Fortaleza, este bastante alavancado pela política de incentivo ao turismo. Este crescimento da economia alavancou de forma significativa a expansão urbana na medida em que trouxe mais capital para ser investido na infraestrutura da cidade, expansão essa também gerada pelo crescimento demográfico da cidade que só cresceu com o passar dos anos.

Como dito em tópicos anteriores, Messejana por duas vezes se viu antecipada da cidade de Fortaleza, de 1760 até 1839 quando foi oficialmente anexada a capital e de 1878 (ano da nova emancipação) a 1921 quando é definitivamente incorporada ao território de Fortaleza. Isso mostra que a economia do bairro sempre se mostrou direta ou indiretamente auto-suficiente, é tanto que passada uma década do séc. XXI ainda existem militantes defensores de uma nova emancipação do bairro a categoria de Município alegando, dentre outros motivos, ser um local que já tem sua autonomia econômica. Não entrando na discussão sobre a emancipação ou não de Messejana, nem tomando uma posição crítica sobre o embate, essa autonomia realmente existe. O centro de Messejana e sua feira surge a vários anos como plano alternativo para moradores do sul da cidade e de municípios vizinhos como Horizonte, Pacajús e Aquiraz, que não tem mais a necessidade de atravessar a cidade para ir ao centro comercial de Fortaleza já que em Messejana encontra todo tipo de serviço essencial. Dentro do centro existe uma enorme circulação de capital

no mercado formal, mas os mais de 1.500 (mil e quinhentos) permissionários da feira de Messejana aos domingos (Fonte: SER VI) representam boa parte desta circulação de capital, na medida que apesar de surgir como um serviço prioritariamente para as classes C, D e E, aparecem em quantidade suficiente para que seu sistema de compra e venda atinja diretamente a economia do bairro.

Tabela de Classificação em classe social de acordo com a renda mensal (2006)			
Classe	Classificação	Intervalo de Renda (R\$)	Renda mensal domiciliar (R\$)
A1	alta	acima de 10.190	17.403
A2	média alta	de 6.210 a 10.190	7.846
B1	média média	de 3.822 a 6.209	4.461
B2	média baixa	de 2.150 a 3.821	2.397
C	baixa alta	de 1.036 a 2.149	1.370
D	baixa média	de 479 a 1.035	776
E	baixa baixa, pobres	até 478	401

Fig. 111 Tab. 08 – Tabela de classificação em classe social de acordo com a renda mensal. Fonte: Cetelem e Instituto de Pesquisa Ipsos.

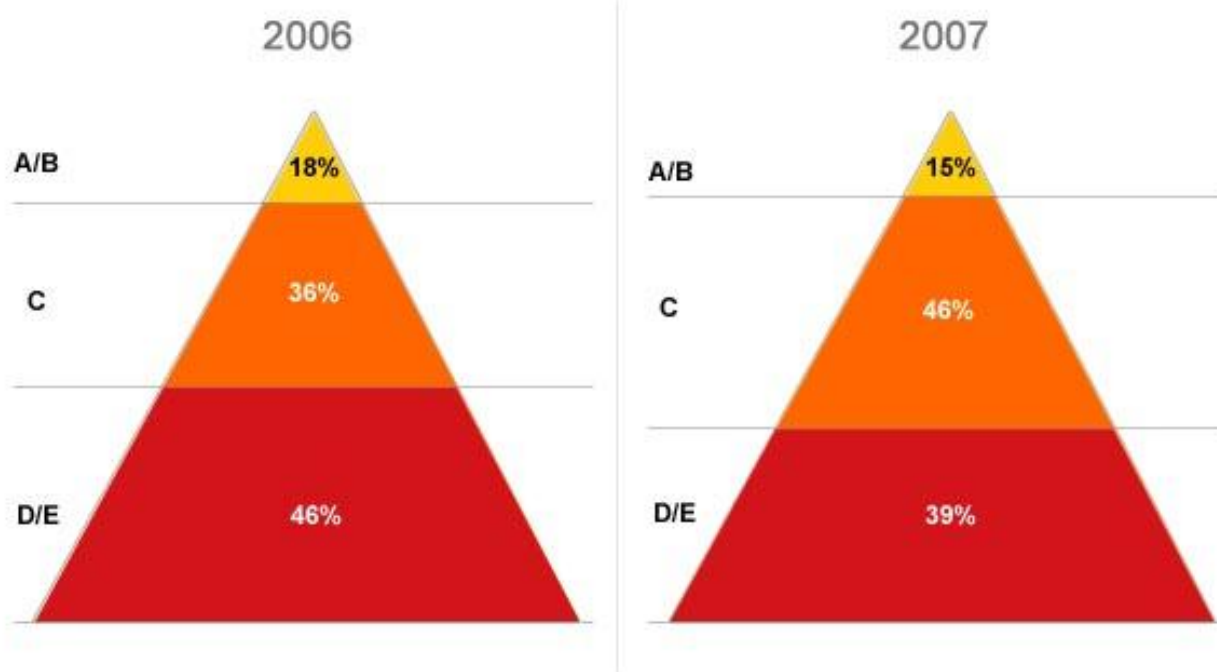
O giro de capital dentro do centro de Messejana, tanto no comércio informal quanto no formal, é enorme devido principalmente a atender um público, em sua maioria, de classes C, D e E, onde está a grande maioria da população, que é cada vez mais exigente quanto a qualidade a um preço acessível, uma população que cresceu acentuadamente e que vem ganhando grande poder de compra principalmente depois de medidas econômicas, como o plano real, que controlou a inflação, e medidas de caráter social, praticada desde o início da década de 2000, o que veio a provocar a ascensão de boa parte da população para classes acima das que estavam (da classe E para D, da classe D para C, etc), esse fenômeno trouxe consigo um grande potencial consumidor para esta população. Esses produtos chamados “populares” poderiam ser definidos genericamente como um bem desenvolvido para o consumo de um segmento social de renda mais baixa, ou seja, um produto sem grande sofisticação, mas de baixo custo e qualidade suficiente para consumo, mas Giovinazzo et al. (2004), vai mais longe e complementa a definição de produtos populares como *“aqueles bens posicionados, predominantemente para as classes C, D e E e cujo efeito-renda é negativo, ou seja, um acréscimo de renda deverá ocasionar uma substituição deste bem, ou desta marca popular, por um bem ou marca não-popular”* (GIOVINAZZO et al., 2004, p.4). Este é um público em crescimento devido ao fenômeno de ascensão social já citado, foi este fenômeno de ascensão e consequente aumento de poder de compra que trouxe para Messejana filiais de grandes estabelecimentos comerciais acompanhados também de pequenas lojas, vindos depois do sucesso de lojas pioneiras que encontraram o potencial econômico do bairro através de pesquisas de mercado e devido a força de giro de capital gerada pela feira. Com suas estratégias de conquista de público baseadas em estabelecer liderança de custo, diferenciação e enfoque (PORTER, 1989) e de facilitação da compra através de concessão de crédito e adaptação de soluções mercadológicas a realidade social que se quer atingir, estas empresas conseguiram conquistar esse público e tirar dele seu lucro, oferecendo

produtos de boa qualidade a preços acessíveis. Estas empresas vêm em estratégias como a economia de escala, uma boa forma de produzir este efeito de maior produtividade sem aumento de custos. Sobre a economia de escala, Bannock (1988) nos dá uma definição geral em seu Dicionário da Economia:

“Existe economia de escala quando a expansão da capacidade de produção de uma firma ou indústria causa um aumento dos custos totais de produção menor que, proporcionalmente, os do produto. Como resultado, os custos médios de produção caem, a longo prazo” (BANNOCK et al., 1988)

As empresas que investem em produtos populares têm esse investimento baseado no alto volume de contingente nas classes consumidoras deste tipo de produto, enquanto as classes A e B, apesar de comprar um produto mais caro, estão em menor volume, além disso, a possibilidade de pessoas das classes C, D e E adquirir, mesmo que de forma corriqueira, um produto voltado para as classes A e B é bem maior que estas consumirem os produtos voltado para as classes C, D e E, pois, pelo menos em teoria, possuem menor qualidade. Este pensamento de organização de classes consumidoras que baseia o investimento do comerciante é trazido de forma bem clara na chamada Pirâmide de Produtos, colocada por Slywotzky e Morrison (1998) quando dizem que as variações na renda e nas preferências do cliente possibilitam a construção das pirâmides de produtos, modelo que deve ser utilizado em mercados diversos, nos quais os produtos de preço baixo e alto volume estão na base. Este exemplo de organização da sociedade em classes de consumo, rebatido na realidade brasileira, pode ser visto na fig. 112, que nos dá um gráfico de forma piramidal, feito pelo Instituto de Pesquisas Ipsos, que divide a população brasileira em três classes de consumo, A/B, C e D/E. Além do percentual de divisão, podemos observar o aumento da classe C, de 36% para 46%, enquanto as classes A/B caem três pontos percentuais (e as classes D/E em sete pontos, entre os anos de 2006 e 2007, denotando um fenômeno conhecido na mídia e na linguagem de estudiosos em geral como “ascensão da classe C” e que já pode ser visto como uma tendência. Em entrevista ao site G1, Franck Vignard-Rosez, diretor-executivo de Marketing, Parcerias e Novos Negócios da Cetelem Brasil, empresa que encomendou a pesquisa, disse: *“Em 2006, tínhamos medo de que o crescimento fosse apenas pontual, por conta das eleições, mas agora vimos que é contínuo”*. No anexo 09, o leitor poderá ver na íntegra mais detalhes revelados na pesquisa que mostra dentre outros detalhes, uma diminuição em desigualdade de renda e um aumento desta nas classes C e D/E.

POPULAÇÃO BRASILEIRA POR CLASSE DE CONSUMO



Fonte: Pesquisa Cetelem/Ipsos

Fig. 112 – Gráfico de distribuição da população em classes sociais de acordo com a sua participação em cada uma delas. Fonte: Pesquisa Cetelem/Ipsos

6.4. A Paisagem e suas transformações temporais: “O Fenômeno imobiliário”

Tida até então como uma zona do bairro predominantemente residencial e institucional, o centro de Messejana começou a atrair grandes empresários, do final da década de 1990 para o início dos anos 2000, donos de estabelecimentos comerciais que passaram a olhar o centro de Messejana com outros olhos depois do sucesso no estabelecimento de alguns pontos comerciais pioneiros. *“Através da pesquisa de mercado descobrimos um grande potencial econômico nesta região da grande Messejana e acabamos sendo pioneiros”*, observa o Gerente da Loja Rabelo de Messejana, um dos estabelecimentos pioneiros na região. Num processo gradual, aos poucos as residências começaram a perder lugar para os pontos comerciais que cada vez mais passaram a tomar conta daquela área atraídos pelo forte potencial econômico que a região começava a mostrar. É nesse contexto que o Mercado Popular se expande, em meio a um processo de mudança nas funções urbanas do local que passava de residencial para comercial. A paisagem urbana foi se configurando de forma não planejada, mas sim atendendo a essa nova necessidade de espaços para o crescimento do comércio, muitas vezes em detrimento do espaço público já que estabelecimentos privados acabaram por muitas vezes desobedecendo

leis urbanísticas principalmente ao que diz respeito a cotas de afastamento da edificação, acessibilidade, circulação mínima e estacionamentos, assunto este abordado no cap. 04, sobre legislação urbana.

A posse ou acesso ao uso da terra e seu controle (domínio) são as premissas básicas para a realização da expansão urbana. A partir daí, a construção de moradias é o principal processo implementado, sendo a infra-estrutura, os equipamentos e os serviços necessários implantados, realizados ou facilitados pelo Estado (através de leis, subsídios, investimentos, etc.) de acordo com a importância relativa de cada área. Agora, trata-se desse mesmo espaço, apropriado socialmente, territorializado. Então, sendo a terra uma mercadoria cujo valor de troca depende principalmente de sua localização estratégica e logística, implicando distâncias e conteúdos, características do entorno, funções, potencial tecnológico, etc., ficam o uso do solo urbano e as maneiras de ocupá-lo diretamente subordinados a estas condições nas modalidades de governos atuais, cada vez mais “controlador” e menos “executor”, apesar das características únicas que seu poder político lhe confere: principal agente produtor de espaço, bem como grande consumidor, e regulador do uso do solo; atua também como proprietário fundiário e promotor imobiliário, e é aí que se insere no “mercado de terras” como os demais agentes. O “mercado imobiliário”, com a participação de todos esses agentes, passa a ser o determinante na configuração territorial desta área de expansão urbana, de onde se está considerando a reorganização espacial decorrente do próprio processo (mais do que se considerar somente a própria estruturação urbana). Mas, como nem todos os habitantes ocupam terrenos dos quais se detém o direito de propriedade, criam-se duas cidades, a “legal” e a “ilegal”: a primeira, de acordo com a regulamentação jurídica; a segunda, em desacordo, nas chamadas “invasões”, ocupações efetuadas sobretudo em áreas “não-urbanizáveis”, das quais grande parte dos habitantes estaria também vinculada ao setor informal da economia, e mesmo em grande parte dos parcelamentos urbanos “reconhecidos”, porém não-registrados legalmente.

Infelizmente a necessidade de conservação e preservação dos bens considerados de relevância histórica para uma cidade assim como a de um bom planejamento da cidade acaba sempre esbarrando no predatório capital imobiliário. Não há como negar a importância do planejamento urbano para uma cidade, porém muitas vezes esse planejamento é ditado pelo sistema em que ela se insere. No exemplo da lagoa, este capital acabou agindo de forma ativa já que seu tratamento urbanístico se deu de forma a atender um futuro investimento imobiliário naquela região que pode ser percebido facilmente nos dias atuais através de grandes condomínios de médio e alto padrão que estão sendo construídos próximos aquela lagoa. Atualmente existe dentro do eixo que vai do anel viário de desvio da BR-116 que dá início a Av. Frei Cirilo, até o anel viário de reencontro com a mesma BR, já como rua Padre Pedro de Alencar, quatro grandes empreendimentos residenciais com prazos de entrega para meados de 2011 e final de 2012, que atenderão a um público que varia de classe média para média-alta e que

apesar de estar fora do perímetro específico de estudo do bairro, surgem como fortes agentes transformadores daquela região direta ou indiretamente. Um deles se encontra no eixo correspondente a Av. Frei Cirilo, outros dois no trecho que corresponde a rua Padre Pedro de Alencar, inclusive o maior de todos eles, um grande condomínio residencial de casas duplex e apartamentos. E no meio desse trajeto, mais precisamente na Av. Gurgel do Amaral, encontramos outro condomínio residencial de apartamentos.



Fig. 113 – Imagem em maquete eletrônica do condomínio Vitalice. Fonte: MRV Engenharia.

Empreendimento 01

Título: *Vitalice Condomínio Clube*

Responsável: *MRV Engenharia*

Descrição: *Condomínio residencial de apartamentos.*

Prazo de Entrega: *Dez/2012*

Endereço: *Av. Frei Cirilo*

Preço: *A partir de R\$121.000*



Fig. 114 – Imagem em maquete eletrônica do condomínio Forte Iracema. Fonte: MRV Engenharia.

Empreendimento 02

Título: *Forte Iracema*

Responsável: *MRV Engenharia*

Descrição: *Condomínio residencial de apartamentos.*

Prazo de Entrega: *Dez/2012*

Localização: *Av. Gurgel do Amaral.*

Preço: *A partir de R\$119.000*



Fig. 115 – Imagem em maquete eletrônica do condomínio Acqua Viva. Fonte: CRD Engenharia.

Empreendimento 03

Título: *Complexo Acqua Viva Naturalist Home Resort*

Responsável: *CRD Engenharia*

Descrição: *Condomínio residencial de casas e um conjunto de três torres de apartamentos. Esta é apenas uma parte do complexo, que conta com empreendimento também no bairro de Maraponga.*

Prazo de Entrega: *A partir de Jul/2011.*

Localização: *Rua Uberlândia, 700 (Rua paralela a Padre Pedro de Alencar).*

Preço: *A partir de R\$125.000 (apartamentos) e 250.000 (casas).*



Fig. 116 – Imagem em maquete eletrônica do condomínio Ideal – Vilas de Messejana. Fonte: Rossi e Diagonal Engenharia.

Empreendimento 04

Título: *Ideal – Vilas de Messejana*

Responsável: *ROSSI e Diagonal Engenharia*

Descrição: *Condomínio de 17 torres de apartamentos de cinco pavimentos*

cada, com 2 e 3 quartos, acompanhados de “Open Mall” lindeiro a rua e a frente do conjuntos de edifícios.

Prazo de Entrega: *Março/2012*

Localização: *Av. Padre Pedro de Alencar*

Preço: *A partir de R\$80.000*

Estes empreendimentos são frutos de um fenômeno de transferência imobiliária para as periferias de Fortaleza, sobretudo para o Sul da cidade. Na fig. 117 encontramos um mapa geral com a localização destes empreendimentos. Como dito em capítulos anteriores, a

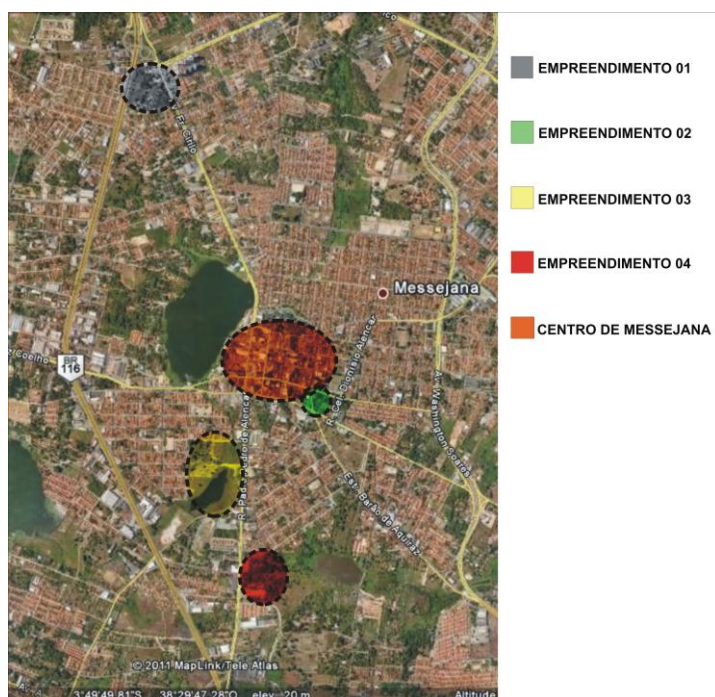


Fig. 117 – Mapa geral de empreendimentos residenciais do entorno do centro de Messejana.

especulação imobiliária é um fenômeno histórico e no Distrito de Messejana como um todo, agiu diretamente sobre sua configuração. Os bairros ao redor de Messejana que hoje configuram o Distrito, eram grandes sítios, que dentro da Vila se comportavam como pequenos “feudos” (FREITAS, 2010) que tinham certa auto-suficiência, até que em 1870 a região é assolada por uma grande seca que obrigou os proprietários destas terras a lotearem parte de suas propriedades para vender a grandes

especuladores fundiários. Este processo acabou dando origem a grandes loteamentos residenciais, em sua maioria

de caráter popular, que culminaram na geração dos bairros hoje vigentes, grande parte batizados com o mesmo nome dos sítios que eram outrora, alguns exemplos disso são os bairros de Alagadiço Novo, Curió e Barroso. Isso nos mostra que o fenômeno da especulação imobiliária no bairro vem desde o séc. XIX e só cresceu nos dias atuais. Este fenômeno atinge diretamente também o centro de Messejana propriamente dito. Está prevista a construção de um grande *shopping center* em terreno, atualmente em desuso (usado corriqueiramente como estacionamento), na rua Cel. Francisco Pereira, esquina com a Rua Joaquim Bento, de frente para a praça do mercado. Segundo dados coletados *in loco* o terreno pertence ao mesmo dono da rede de lojas Rabelo. Infelizmente não há maiores detalhes sobre o empreendimento, sabe-se apenas que ele virá em breve e segundo Edmar Freitas, funcionário público da SER VI e ex-chefe da Secretaria de Serviços Urbanos, o empreendimento deverá desapropriar a Escola Prof^a Telina Barbosa da Costa, sediada no edifício onde, na primeira metade do séc. XX, sediava a sub-prefeitura de Messejana, na rua Padre Pedro de Alencar, edifício de relevância histórica para o bairro, o que não impede que o capital privado consiga a desapropriação, mesmo tratando-se de escola municipal.

A especulação imobiliária não é nada mais que um plano a longo prazo de valorização do capital pois “a propriedade da terra, no fundo intacta, reconstituída pelo capitalismo, pesa sobre o conjunto da sociedade” (LEFEBVRE, 1999, p.160), ela age diretamente como meio transformador do espaço urbano e dita sua expansão. Esta mesma especulação transformadora do meio trás consigo uma série de problemas para a cidade como uma desigual distribuição de infra-estrutura, o encarecimento do preço da moradia e a perda do valor social da terra urbana.

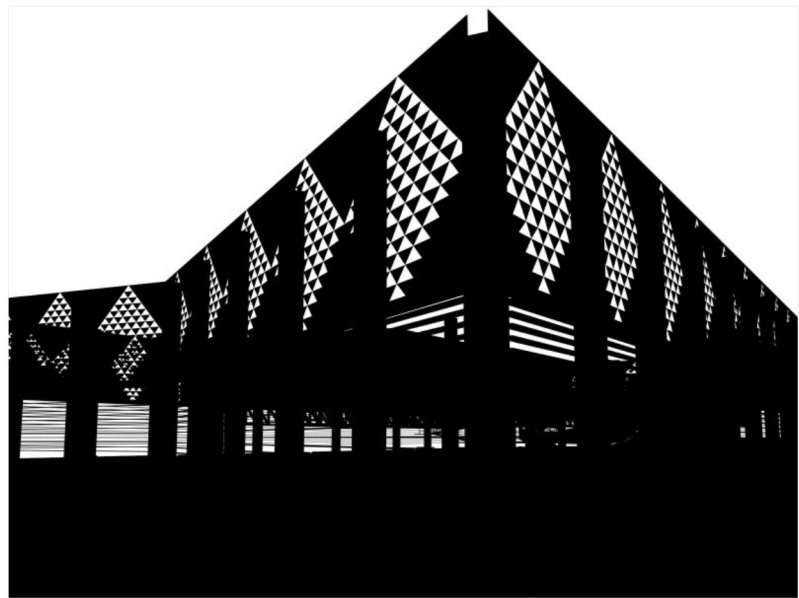
Uma das maiores conseqüências desta ação predatória é o que vem acontecendo atualmente as paisagens dos grandes centros urbanos: ocupação desordenada de vários bairros e um aumento gradativo de loteamentos e condomínios fechados, muitas vezes, construídos de forma ilegal e não-planejada. O espaço urbano não é apenas o lugar onde o cidadão vive, mora, trabalha, nem só o local onde o capital obtém lucros, é, principalmente, o objeto em si da extração dos ganhos capitalistas. Ferrari (2009) nos fala sobre as conseqüências negativas da especulação imobiliária:

“Os prejuízos resultantes da especulação são muitos e abrangem tanto aspectos sociais, como ambientais e econômicos. A terra então perde seu valor social, de assentamento, pois o valor mercantil e a busca pelo lucro se tornam os interesses principais por parte dos agentes imobiliários. Por trás do processo da especulação imobiliária existem diversos fatores que levam a esse encarecimento no preço da moradia em certas regiões, e os maiores prejudicados são os moradores, tanto os futuros locatários quanto a vizinhança local, pois toda a estrutura urbana pode ser afetada por essa mudança.” (FERRARI, 2009, p.23-24)

Na cidade, além do capital em geral, o trabalhador enfrenta o capital imobiliário que, articulado a outros setores capitalistas (serviços públicos principalmente), orienta os investimentos públicos. A crescente submissão da terra urbana ao capital imobiliário, combinada ao arrocho salarial e a exclusão das massas do mercado imobiliário privado, ignoradas pelas políticas públicas, conduz a situação das cidades a um impasse. Para o capital imobiliário, especificamente, a cidade não é apenas um local para obtenção do lucro; ela é o próprio objeto da extração dos lucros, rendas e juros. Há uma profunda oposição de interesses nas cidades. De um lado estão os usuários, que vêem a cidade como um local para viver e desejam, de um modo geral, uma moradia de melhor qualidade possível (o que inclui localização, dimensões, durabilidade, etc.) ao preço mais baixo possível. De outro lado, o capital imobiliário, para o qual a cidade é um negócio de cuja exploração busca a máxima extração do lucro. Sobre essa questão da super valorização do lucro frente a realidade capitalista Villaça (1998) coloca que *“os valores supremos do capitalismo não são nem Deus nem o Estado, por milênios homenageados pelos centros urbanos. Seus valores são o lucro, o dinheiro, a mercadoria, o trabalho assalariado e a iniciativa privada”* (VILLAÇA, 1998, p.251). Logicamente nós como agentes produtores e usuários do espaço não podemos ir de encontro ao capital imobiliário, que hoje é uma realidade que não se pode negar, porém pode-se freá-lo através de planos estratégicos, que façam com que o planejamento urbano se integre a um “progresso” urbanístico que deixe de encarar o valor social do meio urbano de forma secundária, evoluindo para um tratamento primário, unindo de forma harmônica um bom planejamento da cidade ao capital imobiliário como agente direto transformador do meio urbano, que infelizmente não pode ser simplesmente negado, por causa de questões ligadas ao poder do dinheiro, da posse, do lucro, regra imposta pelo sistema capitalista vigente.



“Sob a perspectiva de um arquiteto comprometido com as transformações sócio-espaciais de seu tempo, “o que existe” é para ser transformado democraticamente, buscando a máxima qualidade urbanística, arquitetônica, ambiental e de condições para a convivência das diferenças, incluindo uma nova atitude na relação com a natureza, até agora vista somente como depositária das “ações”.” (JÁUREGUI, 2010)



CAPÍTULO 07

Análise Arquitetônica e Intervenções



7. Análise Arquitetônica e Intervenções

7.1. Introdução: *“Intervir para progredir, sem agredir...”*

Chegamos agora finalmente no grande objetivo deste trabalho, intervir com o objetivo de melhorar o espaço. Nos capítulos anteriores o leitor teve a oportunidade de acompanhar uma minuciosa análise urbana do centro de Messejana que nos faz agora “dominar” o espaço e, portanto, dá agora a oportunidade e a autoridade para propor diretrizes e intervenções na região de forma a resolver ou ao menos melhorar os problemas encontrados através da análise descrita em capítulos anteriores. Vimos que o bairro tem sua história concomitante a história da própria cidade de Fortaleza já que sua ocupação se deu quase que ao mesmo tempo juntamente com o bairro de Parangaba. O bairro carrega então um forte tradicionalismo inclusive em sua estrutura urbana de organização dos traçados já que ainda permanecem traços da organização das antigas Vilas de catequese dos índios. Este tradicionalismo teve seu contraste com o crescimento econômico da área a partir da década de 1940 quando dos primeiros esboços do que seria a feira de Messejana, culminando na instalação de filiais de grandes estabelecimentos comerciais e o “boom” imobiliário que se seguiu, reflexo do processo de transferência das “elites” para o Sul da cidade, ocorrido do final da década de 1990 para os anos 2000, processo esse que caminha até os dias atuais. Apesar desse crescimento, o bairro consegue ainda manter seu caráter tradicionalista não só por conservar bases de sua estrutura de Vila, com novas formas que assumem novas funções e estruturas (LEFEBRE, 1975), mas por elementos históricos do bairro que se mantém até hoje e trazem um benéfico contraste da paisagem urbana entre o velho e o novo, é o caso, por exemplo, da Igreja Matriz, construída ainda na época da catequese indígena pelos jesuítas, mas que logicamente passou por diversas reformas até chegar ao dias de hoje, tendo sua estrutura atual datada a partir de 1904 (FREITAS, 2010). Esse tradicionalismo também pode ser encontrado pela presença do antigo mercado popular e da feira (tanto a permanente quanto a sazonal) que se forma ao seu redor, dando ao lugar um caráter de tradição popular, apesar da estrutura do mercado já ter sido bem modificada pela construção de anexo que o desvirtuou de forma considerável do projeto original. Problemas de manutenção e limpeza também são correntes, um acúmulo de problemas que põem em dúvida a viabilidade de mantê-lo da forma como está, fazendo reformas que apenas maquam o problema, apenas para manter a tradição do local. O que me obriga a questionar se não existem outras formas de intervir no mercado sem maquiá-lo, mas também sem quebrar a tradição que ele ajuda a manter.

Messejana tem um incrível potencial de comércio, tanto para aquele que compra quanto para o que vende, mas como em todo grande complexo comercial de rua, se assim podemos chamar, ele vem carregado de problemas ligados principalmente a privatização de espaço público. Isso acontece tanto pela feira que não respeita os passeios e o uso do espaço da praça do mercado, hoje totalmente ocupada pela feira permanente de calçados e confecções,

quanto pelos estabelecimentos tidos como legalizados, que utilizam o espaço do passeio para exposição de seus produtos, avançando a área construída para além do permitido pela legislação e usando do que seria área de passeio para estacionamento, esse tipo de problema envolvendo legislação urbana, podemos analisar no cap. 04 deste trabalho. Falar em estacionamento é falar em outro problema sério naquela região já que simplesmente não existem espaços organizados e suficientes para que o usuário vindo de automóvel possa estacionar seu veículo. Inexiste também uma doca seca organizada para chegada de caminhões de carga. Isso evidencia que outro problema a ser tratado na resolução dos problemas na região é quanto a entrada e saída do usuário motorizado.

Messejana surge então como uma região de enorme potencial mas que ainda não está sendo usada de forma totalmente benéfica e organizada, o objetivo desta intervenção é justamente transformar essa realidade para melhor, elaborando um plano de reestruturação urbanística e arquitetônica geral, culminando com o detalhamento de uma destas intervenções para fins de cumprimento de objetivos acadêmicos de trabalho de graduação. Melhorias urbanísticas de desvio de rotas de transporte público e intervenções em vias (leito carroçável e passeio) também deverão ser pensadas de forma a trazer melhorias para o tráfego de pedestres, que tem atualmente um passeio deficiente, e de automóveis que em certos horários do dia se torna crítico principalmente pela presença de ônibus coletivos de transporte público nas relativamente estreitas ruas da região.

7.2. Reestruturação Urbana: “Revitalização ou Gentrificação?”

Revitalizar talvez não seja a principal palavra-chave para os objetivos deste trabalho, se levarmos sua definição ao “pé da letra”, mas tem relevância considerável e vale aqui uma reflexão sobre o que é revitalizar e como colocar esse tipo de ação em prática de forma inteligente e democrática. Sobretudo ao final da década de 1980 e início da década de 1990, processos de revitalização de áreas da cidade vêm sendo ações governamentais comuns, que, pelo menos em tese, buscariam dar maior qualidade de vida a um espaço tido como degradado mas com grande potencial de uso, praticando assim um “Urbanismo Social”, que sob a ótica de Jáuregui (2010):

“[...] deve ser concebido na perspectiva da mobilização produtiva do território (detecção de potenciais) e os projetos de impacto urbano devem ser elaborados sob a ótica da eco eficiência [sic] no campo dos recursos tanto materiais quanto humanos[...] Urbanismo Social, no sentido aqui sustentado, significa a consideração das condições de vida urbana em primeiro lugar, por sobre qualquer outra perspectiva, econômica ou técnica[...] Social é tudo a que se refere ao “socius”, isto é, ao conjunto das relações sociais estabelecidas, e que sempre é necessário contribuir para modificar. Sob a perspectiva de um arquiteto

comprometido com as transformações sócio-espaciais de seu tempo, “o que existe” é para ser transformado democraticamente, buscando a máxima qualidade urbanística, arquitetônica, ambiental e de condições para a convivência das diferenças, incluindo uma nova atitude na relação com a natureza, até agora vista somente como depositária das “ações”.” (JÁUREGUI, 2010, p.39)

Casos como o do bairro do Recife (conhecido também como Recife antigo), do Pelourinho em Salvador e do corredor cultural no Rio de Janeiro no Brasil e de Barcelona (Olimpíadas 1992), do *Times Square* em Nova Iorque e do bairro *Puerto Madero* em Buenos Aires no exterior, são exemplos de ações de revitalização para áreas degradadas da cidade. Com a crise econômica e financeira do início da década de 1980 o governo federal transferiu responsabilidades de políticas públicas locais para outras instâncias governamentais, como a municipal, que se viu obrigada a criar novas estratégias de desenvolvimento. A revitalização, praticada por estas instâncias, de áreas degradadas, apesar de terem características semelhantes em todo o Brasil, como sendo áreas de grande potencial turístico ou de interesse histórico, motivos aliados a problemas com marginalidade e má conservação, possuem peculiaridades que as diferenciam no modo de atuar, ligadas a história, tradição e cultura que *“torna-se uma peça central no processo de valorização e ocupação da terra urbana”* (KANASHIRO, 2002). Mas se por um lado a revitalização trás a requalificação de um espaço antes degradado, expulsa a marginalidade, renova e preserva o ambiente, por outro ela pode trazer um processo de gentrificação do espaço urbano, fazendo com que a área ganhe novos tipos de usuários através da expulsão de camadas populares em nome de interesses econômicos, sobretudo imobiliários, que hoje ditam investimentos públicos, o que me faz pensar que para alguns “interventores”, seja ele arquiteto ou não, a má qualidade do espaço urbano é diretamente proporcional a presença de camadas de população de baixa renda, mas vale ressaltar que esse fenômeno de expulsão desta população pobre acontece de forma natural quando o planejamento urbano não trabalha com o contexto social da forma de fazer urbanismo, o mesmo “Urbanismo Social” citado por Jauregui (2010), colocado aqui anteriormente. Em entrevista a revista eletrônica “Com Ciência” (2002) o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Vainer afirma que:

“A discussão está fundada na idéia de que estas áreas não possuem vitalidade. Na verdade, essas áreas têm uma extraordinária vitalidade, mas foram, em muitos casos, ocupadas por grupos sociais de baixa renda. O que está sendo feito é renegar um tipo de vitalidade e recuperar essas áreas para determinados grupos sociais” (VAINER, 2002)

Com isso, Vainer quer nos dizer que o grande problema destas áreas é a falta de investimentos públicos, exatamente porque é ocupada por população de baixa renda. Um urbanismo baseado nesse tipo de pensamento, de segregação social, é mais um fator para evidenciar que o maior problema das revitalizações do mundo globalizado está no fato de que “o urbanismo que se implementa é ainda (em geral), salvo algumas exceções, “de caráter reativo”, baseado em operações de “correção”, de situações não desejadas, e já produzidas, mais do que operações para prevenir e poder influir para evitá-las” (JÁUREGUI, 2010).

Feita a crítica, falta-me agora contextualizar sobre o que é essa tal revitalização tão falada na discussão da cidade. Segundo o dicionário Michaelis da Língua Portuguesa (2008), revitalizar quer dizer “*dar nova vida em*”, ou seja, é transformar aquilo que está “morto” ou está para “morrer”, dando para ele uma nova vida, uma nova existência, mas baseado no que foi dito a poucas linhas atrás, revitalizar deve ter como filosofia o “Urbanismo Social” definido por Jáuregui (2010) e unir o “reparar” com o “prevenir” para não cair em soluções gentrificadores e que somente maquam o problema. E baseado no pensamento de que não podemos simplesmente negar a realidade capitalista, e todos os seus pormenores, a ação deve ser uma integração sistêmica entre o pensar global e o agir local, integrando de forma coerente dimensões físicas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, criando um espaço de gestão coletiva baseado na sustentabilidade e na inovação, desta forma ganhará papel de agente estimulante e orientador de recursos públicos e privados para a cidade e toda a população, independente de sua classe social.

7.3. Intervenções urbano-arquitetônicas: “Diretrizes gerais e justificativas”

Fiz até aqui uma grande viagem por tudo que diz respeito a Messejana e seu meio urbano, uma análise minuciosa da história, da legislação, dos usos, dos espaços, dos usuários, da economia e mais todos os pormenores e agregados que vieram como consequência deste estudo, o que me faz olhar com segurança para a região e já dizer com autoridade que domino o espaço em que vou intervir, exigência básica para tal ato. Examinei a história do lugar, como ele se formou, sua bagagem histórica, sua tradição, estudei como o espaço está se comportando perante a legislação vigente, que usos estão sendo dados para o solo urbano e de que forma estão sendo ocupados, abri mão da visão do arquiteto purista para, nem que fosse por um momento, analisar o espaço como ser humano, como usuário socialmente ativo, e pude também analisar o espaço na esfera econômica e como isto pode interferir positiva e negativamente no presente e no futuro, além demonstrar consciência sobre uma revitalização democrática. Vejo que com o conhecimento do meio urbano sob controle, já posso interferir nele, de forma a criar novos caminhos, novas diretrizes, uma nova forma de ver o centro de Messejana não mais na forma de área problema de *status* irreparável, mas sim uma área cheia potencialidades, de possibilidades de crescimento organizado, que consiga continuar mantendo sua energia de bairro tradicional e

socialmente bem sucedido, no que concerne a interações e troca de experiências.

Como resultado desta extensa análise, foi rápido compreender que o maior problema da região se concentra na questão da privatização do espaço público. A feira ao mesmo tempo que surge como agente transformador da paisagem, e promovedor de troca de culturas, idéias e experiências, surge também como peça chave para este problema. O que leva a conclusão que a mesma não é de todo mal, precisa apenas ser organizada e trabalhada arquitetonicamente de forma a trazer conforto para aquele que vende, sem prejudicar o cidadão de bem. No que concerne a questão urbana, o problema na organização viária é bem claro, ruas que não suportam um trafego cada vez mais alto de veículos domésticos que tem ainda que disputar espaço nas estreitas ruas do centro do bairro com grandes veículos como ônibus de transporte coletivo e vans do transporte alternativo, isso sem contar os caminhões de frete que estão sempre participando das atividades das feiras permanente e sazonal.

Vimos anteriormente que o mercado na condição atual se encontra totalmente saturado e já se mostra, a muitos anos, incompetente, se assim podemos chamar, para atender bem a população. Mesmo com a sua reforma terminada no início do ano de 2011, sua estrutura básica de organização permanece a mesma e portanto é apenas uma questão de tempo até que os problemas de infra-estrutura, organização e higiene, que assolaram o edifício, antes da grande reforma, surjam novamente. Será necessário então a construção de um novo mercado que atenda as novas necessidades de crescimento do centro de Messejana montado sob uma nova estrutura organizacional, mas para isso será necessário a retirada da Escola Angélica Gurgel, que fica na esquina entre as ruas Dr. Pergentino Maia e Cel. Guilherme Alencar para um novo local já que a mesma está ali como “corpo estranho”, como algo que não pertence a realidade comercial da região. Sua retirada se faz necessária também por questões de ganho de espaço para resolução e conseqüente acomodação do programa de necessidades do mercado ao terreno. Neste caso a escola seria transferido para terreno localizado na rua Cel Dionísio Alencar, próximo ao Estádio Municipal Gal. Murillo Borges, o “Murillão”, lugar potencialmente perfeito para a nova localização da escola, por estar próximo do local original e por não ter tráfego tão intenso quanto no local original, algo que era motivo de imensos problemas e conflitos entre tráfego de veículos e pedestres já que o que existe atualmente é um edifício sufocado numa calçada de menos de 1,50m (hum metro e meio) de dimensão, o que gera uma área ineficiente para saída dos alunos.

Como dito anteriormente, os maiores problemas vistos na região, sob o ponto de vista do automóvel, são a falta de estacionamento e a concorrência entre carros domésticos e veículos de grande porte como ônibus e caminhões de frete. Porém, uma área de imenso potencial segue anômina ante ao centro, trata-se da área urbanizada da lagoa margeada pela rua Cap. Afrânio, uma área de enorme beleza mas que infelizmente segue abandonada. Atualmente a mesma serve apenas como rota alternativa para veículos domésticos que já conhecem bem o bairro e sabem o quanto é mais fácil trafegar por aquele caminho. Temos então finalmente a primeira diretriz do

trabalho. Trata-se de um desvio das rotas de transporte público vindas da Av. Frei Cirilo, que ao invés de seguir caminho até a praça da igreja, desviariam a direita na rua Joaquim Bento até chegar a rua Cap. Afrânio, onde dentro da área urbanizada da lagoa seria locada uma parada de ônibus numa região já revitalizada pela colocação de instrumentos de atração popular como um restaurante com vista para a lagoa e com a instalação de um Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA), no terreno onde antigamente funcionava o Cine Messejana, proposta essa que está sendo estudada pela prefeitura para ser posta em prática nos próximos anos, segundo o funcionário público da SER VI, Edmar Freitas. De lá o transporte público seguiria até o encontro com a rua Ten. Jurandir Alencar para culminar no terminal de Messejana, ou no caso do transporte alternativo da linha 25, pegar um retorno pelas ruas Santa Efigênia e Guarujá até a chegada a rua Padre Pedro de Alencar, retornando assim ao caminho original. Esse simples desvio do transporte público, desafogaria consideravelmente o trânsito sem prejudicar, ou mesmo aumentar, a rota de forma considerável, além disso, traria nova vida a um quarteirão com tanto potencial de uso pela população mas infelizmente hoje, praticamente morto e em desuso. Outro ponto importante de intervenção e que ponho como diretriz é a recuperação de algumas fachadas e passeios deterioradas e a retirada do excesso de informes publicitários que agridem violentamente a vista da paisagem do centro que mesmo tendo características comerciais não precisa necessariamente estar poluída da forma como está. Uma outra preocupação ligada a manutenção de um ambiente de caráter tradicional e de proteção do centro de Messejana contra a especulação imobiliária, seria colocar como diretriz que o estado proteja aquela região usando algumas das leis previstas no Estatuto da Cidade, listada abaixo:

Art. 5º. Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

[...]

Art. 7º. Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.

[...]

Art. 25. O direito de preempção confere ao Poder Público Municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

[...]

Art. 35º. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de

imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

[...]

II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural”.

Esses são alguns pontos previstos no estatuto da cidade que poderão ser usados como diretrizes de proteção contra um possível avanço do fenômeno da especulação imobiliária para dentro do centro propriamente dito. Na Seção II, “Do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios”, em seu Art. 5º, usa-se como forma de punir o solo comprado apenas para especulação. Unido a ele usa-se o Art. 7º, na Seção III, “Do IPTU, progressivo no tempo” para complementar esta “punição. Na Seção VIII, “Do direito de preempção”, através do Art. 25º, o poder público terá a opção de adquirir terrenos que sejam possíveis alvos de especulação, para que possa construir equipamentos que visem a melhoria do meio urbano, como o CUCA e o restaurante proposto, por exemplo. E no Art. 35º, na Seção IX, “Da transferência do direito de construir”, para manter a padronização das lojas em pavimento térreo de forma que não cresçam verticalmente e descaracterizem, por exemplo, o edifício da Igreja Matriz ou mesmo o mercado, o poder público o usaria para impedir essa verticalização.

Temos então, oito grandes diretrizes para o bairro visando sua melhoria:

1. Construção do novo Mercado de Messejana e reurbanização de todo o seu entorno, de forma a organizar a feira, tornando o espaço público novamente acessível a população sem prejudicar o trabalhador feirante.
2. Demolição e posterior transferência da Escola Angélica Gurgel, que fica na esquina entre as ruas Dr. Pergentino Maia e Cel Guilherme Alencar, para terreno na rua Cel. Dionísio Alencar.
3. Construção do CUCA Messejana no Terreno da rua Joaquim Bento, onde funcionava o antigo Cine Messejana, privilegiando o lazer, a prática de esportes e a promoção da cultura, com sua arquitetura preferencialmente privilegiando a vista para a lagoa.
4. Construção de restaurante/pizzaria na área urbanizada da lagoa, que poderia funcionar também como pólo gastronômico, margeada pela rua Cap. Afrânio, com sua arquitetura privilegiando mais uma vez a vista da lagoa e a criação de espaços para manifestações culturais como festivais de São João e comida típica.
5. Desvio de transporte público vindo da Av. Frei Cirilo, com a entrada a direita na rua Joaquim Bento, passando pelo CUCA e entrando na rua Cap. Afrânio onde estaria instalado nova

parada de ônibus próximo ao novo restaurante, dando assim uma movimentação de tráfego para aquela área, de potencial de uso tão grande.

6. Recuperação de passeios e algumas fachadas deterioradas pelo tempo.

7. Retirada de excessos de informes publicitários, de forma a despoluir visualmente a paisagem do centro, com sua quantidade regida por lei específica.

8. Uso de leis urbanísticas previstas no Estatuto da Cidade com o objetivo de barrar a especulação imobiliária no bairro, que poderia vir a descaracterizá-lo totalmente.

Foram apresentadas uma série de diretrizes, conclusões de um estudo aprofundado do bairro e seu entorno, que visam a melhoria do bairro como um todo, seus usos, acessos e uma boa harmonia entre o moderno e o tradicional, revitalizando áreas antes subutilizadas e protegendo o espaço urbano da especulação e suas consequências. Para fins de complemento de projeto de graduação acadêmica, devo escolher uma das intervenções e esmiuçá-la em detalhes, transformando-a em desenho, plantas, cortes, detalhes e tudo que um projeto arquitetônico (ou urbanístico) deve ter para se tornar exequível. Qualquer destas diretrizes poderia ser detalhada em projeto, mas eu escolhi o mais desafiador de todos eles, o projeto arquitetônico do novo Mercado de Messejana e a urbanização de seu entorno, pois entendo que um projeto como esse me trás um desafio de verdade e se há algo que eu aprendi trabalhando com arquitetura é que você sempre deve sair da zona de conforto, por melhor que ela esteja, pois ela é ilusória. Terá início a partir daqui, o processo de produção arquitetônica deste trabalho, após algumas dezenas de páginas de análises, estudos, gráficos, comparações e levantamentos me sinto pronto para o projeto, para o desenho, ou seja, para o produto final e concreto da união de várias ciências que formam esta tão bela e fascinante arte chamada arquitetura.



Fig. 118 – Vista da rua a ser eliminada pela junção dos dois lotes e criação de um só terreno. Fonte: Acervo.



Fig. 119 – Terreno do antigo cine São Luiz, terreno utilizado para construção do novo CUCA Messejana. Fonte: Acervo.




Fig. 120 – Vista da lagoa de Messejana a partir da rua Cap. Afrânio. Fonte: Acervo.



Fig. 121 – Vista geral da rua Cap. Afrânio. Fonte: Acervo.



 Caminho atual percorrido pelo transporte público

 Novo caminho a ser percorrido Pelo transporte público



Terreno para construção do CUCA Messejana



Área a beira da lagoa para reurbanização e criação de equipamentos para atração do público.

Fig. 122 – Mapa com esquema geral de intervenções urbanísticas.

7.4. Características arquitetônicas do bairro: “*Passeando pela arquitetura local*”

Uma das coisas mais importantes no ato de intervir arquitetônica e urbanisticamente no espaço urbano, além de conceitos básicos como funcionalidade e estética, é algo chamado de identidade. O Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa (2008) define identidade como “*sf 1. Qualidade daquilo que é idêntico; 2. Conjuntos de caracteres próprios[...]*”, ou seja, é o que caracteriza alguém ou algo e o difere dos outros, levando para o contexto atual desta obra, temos que identidade é o conjunto de obras arquitetônicas que poderão, ou não, ser levadas em consideração na hora de intervir no espaço, não constituindo isso, portanto, uma obrigatoriedade e sim uma atenção em analisar a arquitetura do entorno e perceber que pontos da arquitetura local poderiam ser abordados e refletidos no projeto arquitetônico a ser esmiuçado. Ou mesmo uma análise que chegue a conclusão que nada pode ser aproveitado da arquitetura local, porém esta reflexão poderá servir também para trazer consciência e bom senso a intervenção e não criar verdadeiros “elefantes brancos” que destoam a paisagem tradicional e carregada de história como é a de Messejana, um bairro especial, que teve sua história concomitante a da própria cidade de Fortaleza e por isso mesmo deve sim ser tratada de forma diferenciada. Pensar arquitetura será então pensar de uma forma aberta a tudo que ela trás dentro de si, que por ser uma arte que une a sensibilidade das ciências humanas, a rigidez da técnica, da matemática e da física, tendo ainda o trabalho de transformar tudo isso em arte funcional é que a arquitetura se destoa de qualquer tipo de ciência ativa capaz de transformar a sociedade. A visão deverá ser aberta a todas essas facetas que a arquitetura nos traz, para não cair em certos dogmas que por muito tempo dominaram a produção mundial e brasileira, acostumada a sempre seguir tendências européias desde o período colonial. Seja para não entrar na prática dos excessos chamativos do pós-moderno, ou mesmo para não cair nos encantos do funcionalismo ingênuo, do movimento moderno, colocado por Rossi (1931):

“Tal conceito de função, tomado de empréstimo da fisiologia, assimila a forma a um órgão cujas funções são as que justificam a sua formação e o seu desenvolvimento, implicando as alterações da função uma alteração da forma. Funcionalismo e organicismo, as duas correntes principais que percorreram a arquitetura moderna, revelam assim sua raiz comum e a causa da sua fraqueza e de seu equívoco fundamental. A forma é, assim, destituída de suas motivações mais complexas; de um lado o tipo se reduz a um mero esquema distributivo, uma diagrama do percurso; por outro a arquitetura não tem nenhum valor autônomo. A intencionalidade estética e a necessidade que presidem os fatos urbanos e estabelecem seus vínculos complexos não podem ser analisados posteriormente.”
(ROSSI, 1931, p.30)

Analisarei então, a partir de agora, alguns dos edifícios relevantes dentro do centro para chegar a uma conclusão do que pode, ou não, ser aproveitado de forma a criar aquela identidade que tanto ocupou os espaços do primeiro parágrafo. Atualmente existem poucos edifícios de relevância em Messejana, a grande maioria trata-se de estabelecimentos térreos de uso comercial, com um maior destaque para um ou outro que se diferencia dos demais, mas nada que mereça uma análise arquitetônica para fins de aproveitamento de sua identidade em projetos futuros.

7.4.1. Igreja Matriz

Tratemos de início de um importante marco, monumento e grande símbolo do bairro, a Igreja Matriz. A igreja teve sua história concomitante a história de Messejana, relatos históricos dão conta que os índios Potiguaras se instalaram no terreno onde hoje está a praça da Igreja Matriz, com a vinda da comitiva de Pero Coelho em 1603 e a posterior chegada dos missionários portugueses vindos de Pernambuco, padres Francisco Pinto e Luiz Figueiras, com a missão de catequizar os indígenas e foi através destes missionários que houve os contatos mais diretos entre Potiguaras e portugueses, mais precisamente entre a tribo e o padre Francisco Pinto que ganhou tamanha afeição dos índios que a sua morte em 1608 na Serra da Ibiapaba pelos índios Tocarijús, provocou grande comoção entre os índios que os fez ir buscar seus restos mortais para serem enterrados na própria aldeia, o que fez o chefe dos potiguaras ordenar a construção de uma capela em homenagem ao padre, capela essa que foi as bases para a atual Igreja Matriz de Messejana. A partir deste fato seguiu-se uma série de reformas e ampliações no decorrer dos anos até chegar a forma de hoje. Segundo alguns historiadores a capela construída pelos índios serviu de matriz para a primeira freguesia e, também, à segunda, quando foi restaurada em 1871. Em 1883 foi iniciada a reforma e ampliação da mesma. *“A Igreja Matriz, com as dimensões atuais que ela se encontra, observando uma ou outra pequena reforma, foi inaugurada em 19 de março de 1904”* (FREITAS, 2010, p.35).



Fig. 123 – Vista frontal da igreja matriz de Messejana e sua praça. Fonte: Acervo.



Fig. 124 – Vista lateral da igreja matriz de Messejana e sua praça. Fonte: Acervo.

Nos dias atuais a igreja funciona ao mesmo tempo como marco e grande ponto nodal do bairro, já que articula diversos caminhos da região. Sua posição privilegiada surge como uma espécie de rasgo na continuidade da quadra que parece se abrir ao chegar na praça da igreja que tem sua praça estendida para Oeste, sendo interrompida apenas pela passagem da rua Padre Pedro de Alencar que a corta. A igreja está locada num platô que vence a declividade entres as ruas Cel. Francisco Pereira e a Padre Pedro de Alencar, tendo sua laterais rampadas liberadas ao Norte para veículos e pedestres e ao Sul somente para pedestres pelo avanço da praça até o lote (assim como ocorre na Praça do Ferreira, no centro de Fortaleza) onde se instalaram pontos comerciais. Por causa desse declive, o acesso da rua até a igreja se dá por degraus. Por ter, segundo Freitas (2010), sua forma atual vinda dos anos 1900, época em que o ecletismo estava em alta em todo o país e ditava os rumos da arquitetura brasileira e mundial, sua arquitetura é tipicamente eclética, estilo caracterizado por uma mistura de estilos arquitetônicos clássicos para a criação de uma nova linguagem, combinando elementos que vão desde as curvas da arquitetura barroca, a simetria matemática da arquitetura clássica. No caso da Igreja Matriz, existe uma forte tendência a arquitetura colonial dos séc. XVIII e XIX, pelo uso de ornamentos simples, mas com portas e janelas em arco e uma planta em cruz, baseada em princípios clássicos da arquitetura religiosa da idade média. Suas fachadas são acompanhadas pela simetria de suas esquadrias e simples, mas marcante, ornamentação de seus contornos. Bem ao centro da fachada principal sobe uma grande torre central onde em meados do séc. XX foi instalado um relógio, hoje em desuso, esta torre mais uma vez nos mostra a forte influência da arquitetura clássica na Igreja Matriz, reiterada pelo uso do frontão grego. Não é difícil perceber que a igreja traz um benéfico e interessante contraste entre o crescimento econômico e imobiliário do bairro, fruto de uma política capitalista de ocupação do território, e traços tradicionais que remetem a história do lugar e como ele se formou baseado num esquema de organização urbana das antigas vilas nos primeiros séculos de ocupação territorial, que tinham a igreja como ponto de convergência e concentração popular.



Fig. 125 – Vista frontal aproximada da igreja matriz de Messejana. Fonte: Acervo.

Baseado na sua importância como um dos principais marcos símbolo de Messejana, que teve sua história concomitante a evolução do próprio bairro, e na sua relevância como arquitetura histórica eclética que, portanto, trás traços tanto da arquitetura colonial como clássicos e renascentistas, a Igreja Matriz se tornou um edifício de importância relevante para a preservação da memória histórica (mais precisamente arquitetônica) não só do bairro como da nossa cidade. Inserida dentro de um

contexto urbano de crescimento econômico do centro e ao mesmo tempo resgatando a memória do bairro, a igreja trás consigo um benéfico contraste entre a realidade do mundo capitalista moderno e a história e tradição do bairro, que como dito anteriormente, se confunde com a história da própria cidade de Fortaleza e sua ocupação.

7.4.2. Mercado de Messejana

Se há uma análise dentro deste tópico a ser levada em consideração como item primordial para o sucesso deste trabalho, esta análise é a da arquitetura do mercado, já que a principal intervenção arquitetônica será o projeto para o novo mercado de Messejana, restando aqui a missão de contextualizá-lo na realidade atual do bairro e chegar a uma conclusão sobre como a estrutura atual pode, ou não, se apresentar no novo projeto, de forma que o novo mercado continue mantendo a característica de comércio popular daquela região, para que não caia em fatídicos erros de intervenção que acabam descaracterizando o popular e o transformando em *shopping center*.

O mercado de Messejana data do final do período imperial, transferência para o período republicano, foi construído em 1889 com sua forma original de planta em “L”, mas com as reformas que se sucederam com o passar dos anos, sua forma original se perdeu em meio a uma série de “puxadinhos” que culminaram na planta retangular atual. O edifício está localizado na praça margeada, em sentido horário pelas ruas Cel Francisco Pereira, Joaquim Felício, Cel. Guilherme Alencar e Dr. Pergentino Maia, e é composto por cerca de 60 permissionários, que vendem produtos, em sua grande maioria, alimentícios, como peixes, carnes e derivados. Atualmente o mercado se compõe de dois corredores em forma de galeria, com cobertura em telha de amianto sustentada com tesouras de madeira num sistema de “*lanternim*” para iluminação natural e ventilação. Infelizmente toda a estrutura do mercado parece comprometida, até mesmo no que tange a questões sanitárias de manuseio e conservação de alimentos, fator que nos leva a concluir que uma intervenção arquitetônica no lugar se faz necessária não só por questões estéticas mas também de saúde dos usuários e permissionários, “*precisamos parar de confundir pobreza com imundice*”, observa Romeu Duarte, professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFC. Apesar de sua estrutura decadente, para muitos é ele que traz o caráter interiorano para o centro e acalma e destoa a região da realidade econômica capitalista imposta que põe Messejana como um grande “tabuleiro” onde especuladores e grandes empresários do ramo de comércio e serviços mechem suas peças de forma a faturar cada vez mais. O mercado realmente trás esse clima interiorano a região e ainda se mantém como forte marco de ligação entre o tradicional e o moderno mas infelizmente se encontra com sua estrutura decadente e sem condições, até mesmo sanitárias de funcionamento. Foi concluído no primeiro semestre do ano de 2011, mais uma das várias reformas já feitas, com o objetivo de recuperá-lo, mas que infelizmente não passam de pura maquiagem da realidade. A reforma consistiu, na troca e recuperação de piso

industrial e cerâmico, troca de forro, coberta, tesouras deterioradas e revestimentos das paredes, além da recuperação de bancos, tampas de visita e calçamento lindeiro. A solução é claramente temporária e o tempo é prova disso.



Fig. 126 – Vista externa do mercado de Messejana. Fonte: Acervo.

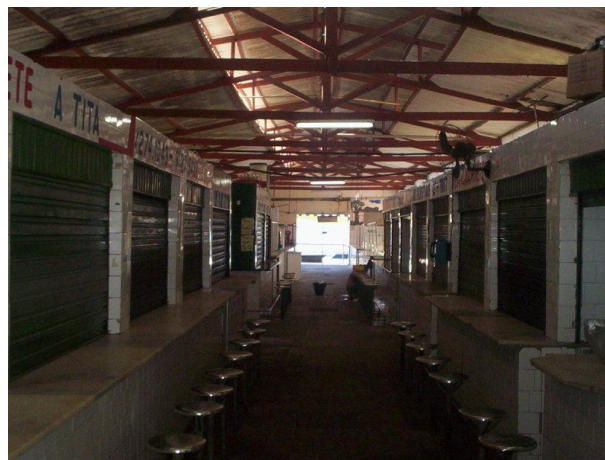


Fig. 127 – Vista de corredor interno do mercado de Messejana. Fonte: Acervo.



 Forma original do mercado, com planta em "L"

 Anexo que forma a planta atual do mercado

Fig. 128 – Mapa de localização do mercado.

7.4.3. Edifício dos Correios e Torre da Caixa D'água

Por serem dois elementos arquitetônicos que se destacam na paisagem do bairro, o edifício dos Correios e a torre da caixa d'água merecem alguma atenção, porém por não haver muito o que se dizer sobre ambos e por serem elementos de valor arquitetônico secundário, ou duvidoso, resolvi uni-los num só sub-tópico, de forma a sintetizar suas informações.

O edifício dos Correios se localiza na rua Joaquim Felício, 266, esquina com a rua Cel. Francisco Pereira. Construído em meados do século passado, esta edificação é uma das únicas a superar o pavimento térreo e trás consigo elementos clássicos da dogmática arquitetura moderna defendida por Le Corbusier, das janelas em fita, da não ornamentação da fachada, da simetria, da composição arquitetônica através de uma combinação de volumes puros, etc. Esses elementos fazem da sede dos Correios em Messejana um exemplo clássico, apesar de quase irrelevante, frente ao contexto geral da produção arquitetônica modernista cearense, da influência da arquitetura moderna no Ceará. O edifício passou recentemente por reformas que destoaram um pouco o projeto original principalmente no tratamento da fachada. Seguindo o raciocínio de caracterizar a arquitetura local, senti a necessidade de adicionar a esta revisão arquitetônica do bairro, a imponente caixa d'água, importante marco de localização da área. Ela fica na esquina entre as ruas Cel. Francisco Pereira e Dr. Pergentino Maia e funciona como um elemento de diferenciação da paisagem. A mesma foi construída no século passado para atender a demanda de abastecimento de água no bairro. Com a modernização deste abastecimento pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE), sua distribuição não contaria mais com a grande caixa d'água, que entrou em desuso e foi desativada, permanecendo lá apenas como monumento arquitetônico até hoje. Infelizmente ela está com sua estrutura comprometida, com ferragens já aparentes, e necessita de recuperação urgente.



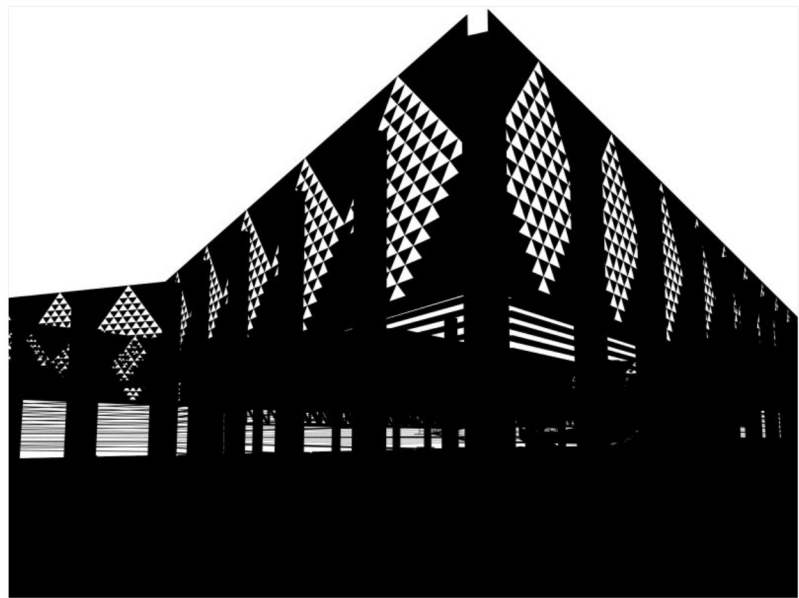
Fig. 129 – Edifícios da sede dos correios de Messejana. Fonte: Acervo.



Fig. 130 – Vista aproximada da torre da caixa d'água. Fonte: Acervo.



“Funcionalismo e organicismo, as duas correntes principais que percorreram a arquitetura moderna, revelam assim sua raiz comum e a causa da sua fraqueza e de seu equívoco fundamental. A forma é, assim, destituída de suas motivações mais complexas; de um lado o tipo se reduz a um mero esquema distributivo, um diagrama do percurso; por outro a arquitetura não tem nenhum valor autônomo.”
(ROSSI, 1931)



CAPÍTULO 08

Memorial Descritivo de Arquitetura



8. Memorial Descritivo de Arquitetura

8.1. Introdução: “Arquitetura transformando o espaço...”

Após um grande estudo do bairro e suas condicionantes, chegou a hora de detalhar uma das intervenções propostas nas diretrizes do capítulo anterior, trata-se da construção do novo Mercado de Messejana. Como dito em tópicos anteriores, do modo como se estrutura atualmente, este edifício da forma como está já não mais se justifica. Está clara a sua importância como ícone histórico do bairro e de ligação com a população local, mas infelizmente isso apenas não basta para que ele continue da forma como está, uma estrutura falida, tanto física quanto social. O mercado necessita urgentemente ser repensado de forma a unir o “reparar” com o “prevenir” (JÁUREGUI, 2010), abandonando assim esta forma atual de intervenção na cidade baseada na simples maquiagem do problema principalmente com fins de publicidade política. Um modo de intervir que mostra claramente não ser a solução dos problemas da cidade e sim um verdadeiro “câncer” a ser combatido pelos cidadãos com o mínimo de consciência política, social econômica. A feira, que atualmente ocupa o espaço público de forma “relativamente” desordenada, digo relativamente para tentar levar em consideração os esforços da SER VI em manter uma fiscalização e controle dos permissionários através de cadastro oficial, precisa também ser repensada de forma a devolver a população o direito a circulação livre mas ao mesmo tempo manter esta enorme vitalidade que a feira de Messejana trás para a região, trazendo além de força econômica e oferecimento de serviços, um forte caráter social e de cultura para a população. Além de organizar, o novo mercado poderá também reforçar Messejana como grande pólo atrativo não só para a população local mas também se inserir na rota do turismo da cidade, tomando sempre o cuidado de não segregar o local, trazendo novos usuários sem afastar os antigos.

A idéia consistirá então em liberar as ruas hoje em dia interditadas aos domingos para a feira, trazendo toda ela para dentro do novo mercado, criando um espaço externo de fluxo fácil e contínuo ao redor da nova edificação e um espaço interno que unirá num só espaço, subdividido logicamente por tipo de serviço oferecido, permissionários da feira e do mercado tradicional, facilitando também o controle por parte dos órgãos responsáveis e atendendo a um apelo dos próprios permissionários da feira que em pesquisa feita *in loco* mostram clara vontade de trabalhar num espaço fechado e coberto por achar muito mais seguro e confortável. Somado a isso, o mercado ganhará um grande estacionamento que deverá comportar boa parte dos veículos que hoje estacionam no meio-fio e impedem uma boa circulação de veículos, estreitando a via. Tudo isto deverá ser detalhado em projeto neste memorial descritivo que tem como objetivo mostrar a concepção do projeto tanto em sua estrutura quanto em sua estética. Um dos principais princípios que nortearam a concepção deste projeto arquitetônico, acima de qualquer pensamento estético ou estrutural, foi o de manter o caráter tradicional do mercado, que trás esta ambiência para a feira não pela sua estrutura física, mas por sua característica de uso, e de seus usuários, obtida

no decorrer dos anos desde a sua fundação no ano de 1889 (FREITAS, 2010) mas ao mesmo tempo dar uma nova cara para o mesmo, uma nova organização física que traga benefícios tanto para o permissionário que terá agora um espaço muito mais confortável e seguro para trabalhar quanto para o usuário que irá agora usufruir de um espaço de feira muito mais organizado e até higienicamente superior. Infelizmente todos estes estudos anteriores me levaram a conclusão de que para que seja concretizada e uma nova forma de organizar aquele centro de compras que seja bem sucedida e harmoniosa, faz-se necessário a demolição de duas edificações, o mercado tradicional e a Escola Angélica Gurgel. O mercado por se mostrar uma estrutura organizacional falida que beneficia apenas um número limitadíssimo de comerciantes e que infelizmente já mostrou que uma simples reforma do local não passa de uma maquiagem do problema que surge novamente poucos anos mais tarde, necessitando por isso mesmo ser repensado, neste caso repensado como um grande complexo que abrigue tanto permissionários do mercado atual quanto permissionários da feira de Messejana, trazendo para o lugar uma estrutura mais organizada e de regras mais rígidas quanto a conservação, sinceramente argumentos de cunho simplesmente histórico (na medida que arquitetonicamente ele não tem valor algum, fato este reiterado pelo fato da sua forma já ter sido completamente desvirtuada da original, pelo grande número de reformas que já sofreu e o ganho de anexos) em defesa da manutenção da edificação não me convencem já que o melhoramento de problemas de ordem arquitetônica e sobretudo urbanística, superam argumentos como esse, salvo raríssimas exceções, quando o edifício tem não só valor histórico, mas arquitetônico. A outra edificação a ser demolida para posterior relocação seria a Escola Angélica Gurgel, que se apresenta ali como um “corpo estranho”, dentro de uma complexa malha de atividades comerciais e de circulação tanto de pedestres quanto de automóveis, o que torna a entrada e saída dos alunos algo extremamente caótico. A idéia é que a escola seja relocada para terreno localizado na rua Cel Dionísio Alencar e circundado ainda pelas ruas Joaquim Felício, Dom Pedro I e Profº José Henrique, como pode ser visto na fig. 131, uma localização interessante tanto na questão de localização em relação a antiga escola, quanto de acessos.



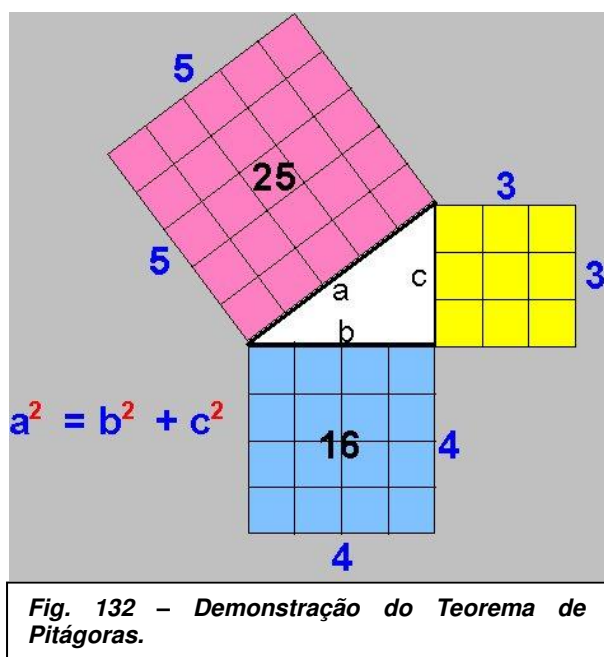
Na busca de uma boa concepção física do espaço, procurei diversas fontes e refleti sobre o que poderia servir de inspiração para a obra. Cheguei a conclusão então que não existe beleza e proporções maiores e mais perfeitas que as da natureza e das ciências, foi a partir deste ponto que baseei minha pesquisa, a beleza e as proporção da ciência, da matemática e do corpo humano rebatidas na arquitetura. O teórico Nikos A. Salingaros em sua obra “*A Theory of Architecture*” (2006) nos fala sobre a importância de novamente ligar a arquitetura e o urbanismo a escala humana, um conceito clássico recuperado em parte pelo movimento pós-moderno. Ele propõe leis matemáticas da escala, defende um papel essencial da ciência na arquitetura, e descreve as regras de coerência entre as subdivisões que podem ajudar a produzir um *design* mais agradável. Estas são, na verdade, regras estéticas originalmente provenientes da ciência e não de quaisquer fontes artísticas tradicionais. No entanto, Salingaros argumenta que esta teoria do design é mais do que os seres humanos evoluíram para apreciar. Grosso modo, Salingaros nos diz que o homem, por mais moderno que seja, guarda em seu subconsciente resquícios do homem “pré-histórico” e sua relação íntima com a natureza, agindo de acordo com instintos naturais, por isso mesmo por mais leigo que possa ser em arquitetura, este mesmo homem poderá apreender melhor um edifício que tenha proporções que se baseiam nas formas naturais. Nossa mente percebe e concebe a forma arquitetônica assim como outros mecanismos organizacionais desempenham um papel fundamental na percepção. O ser humano, mesmo em seu subconsciente prefere formas naturais, estruturas organizadas, com base em como a mente funciona. A maioria dos biólogos evolucionistas modernos aceitam a idéia de que a evolução é dependente da geometria do ambiente natural que, portanto, deve ser coerente com a estrutura biológica e sua morfologia. A busca por essa arquitetura harmoniosa me levou a aplicar a ciência e a matemática na arquitetura, método que se mostra extraordinariamente produtivo e útil na criação de novos resultados em nome de uma bem sucedida organização da informação visual (SALINGAROS, 2006). A maioria dos arquitetos sabem da aplicação histórica da matemática antiga como a relação proporcional, embora não seja esse tipo de matemática que realmente governa a forma arquitetônica em geral.

8.2 A matemática da arquitetura: “*Proporções exatas*”

Na arquitetura existem diversas formas e métodos de projetar, a busca pela arquitetura perfeita passou pelos mais diversos estilos arquitetônicos no decorrer dos séculos que foram, cada um a seu modo, contribuindo para a produção arquitetônica no mundo e influenciando a arquitetura contemporânea. E foi na matemática que encontrei uma das bases que norteará o projeto do novo mercado de Messejana. Desde antiguidade o ser humano tem um grande fascínio pelos números, mas foi com os pitagóricos (sociedade secreta fundada por Pitágoras) que pela primeira vez o número é mostrado como agente formador do universo através do lema “tudo é número”, não distinguindo forma, lei ou substância, considerando número o elo entre eles.

Pitágoras foi um filósofo e matemático grego nascido por volta de 570 a.C, fundador desta escola que punha o número como a essência de todas as coisas dedicando-se por isso mesmo a estudar suas propriedades. Segundo a escola pitagórica, o universo é regido por relações matemáticas, desde a mudança das estações do ano até a duração entre noite e dia, do movimento circular das estrelas até o movimento de rotação da terra, fato este colocado pela primeira vez pelo pitagóricos. Mas talvez a grande descoberta desta escola tenha sido na área da física e da matemática, descobrindo fundamentos importantíssimos para a produção atual, a descoberta da divisão proporcional de uma corda para obtenção de notas musicais e o mais famoso deles, o da relação entre os lados do triângulo retângulo.

Dado um triângulo retângulo com hipotenusa a e catetos b e c , o Teorema de Pitágoras nos diz que a soma do comprimento dos quadrados dos catetos é igual ao comprimento do quadrado da hipotenusa, então $a^2 = b^2 + c^2$, tal que chega-se a conclusão que conhecidos dois lados de um triângulo retângulo, o terceiro lado poderá ser encontrado pelo mesmo teorema manipulando algebricamente a equação da seguinte forma:



$$a = \sqrt{b^2 + c^2}$$

$$b = \sqrt{a^2 - c^2}$$

$$c = \sqrt{a^2 - b^2}$$

Sobre este importante filósofo, Boyer (1996) nos diz que: *“Pitágoras[...] transformou essa ciência [a matemática] numa forma liberal de instrução, examinando seus princípios desde o início e investigando os*

teoremas de modo imaterial e intelectual. Descobriu a teoria das proporcionais e a

construção de figuras cósmicas” (BOYER, 1996, p.33). O símbolo maior da escola pitagórica era o pentagrama, figura geométrica admirada por Pitágoras por suas propriedades baseadas na razão áurea, pois um pentagrama é obtido através do traçado das diagonais de um pentágono, criando um novo pentágono interno que por sua vez dará origem a um novo pentagrama com pentágono ainda menor, seguindo esta sequência indefinidamente.

Na natureza existem duas figuras geométricas que são consideradas as de mais bela configuração e harmonia, são elas o quadrado e o círculo. Foi no uso das atribuições destas duas figuras geométricas aliadas a razão de proporção da forma humana que Vitruvius realizou os primeiros estudos sobre argumentar racionalmente e dar origem a formas consideradas como belas se utilizando destas proporções. Deste estudo surgiu a famosa imagem do *homo vitruvianus*

ou homem vitruviano, desenvolvida e remodelada séculos mais tarde por Leonardo Da Vinci na renascença, que nos mostra a imagem de um homem inserido no quadrado e no círculo para demonstrar a perfeição da forma humana, imagem essa que trouxe influência dentro das artes em geral e na arquitetura, sobretudo em movimentos como o Renascimento, o Barroco e o Modernismo, que teve na figura de Le Corbusier seu principal representante, o mesmo elaborou uma nova escala harmônica de relação entre proporções humanas e a razão áurea, inscrevendo o corpo humano em um quadrado duplo. A estética platônica já dava importância aos cinco poliedros regulares e suas proporções, influência essa que foi levada para a produção artística da renascença.

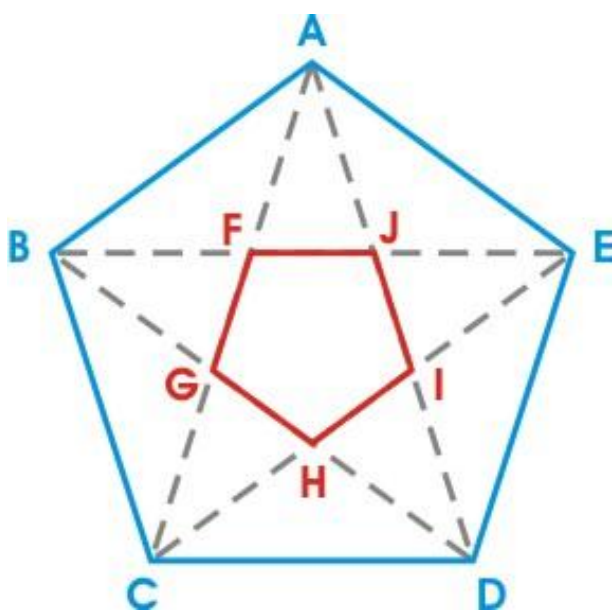


Fig. 133 – Pentagrama de Pitágoras e suas propriedades baseadas na razão áurea.



Fig. 134 – Pentagrama pitagórico e o “homo vitruvianus”.

Dentro da estética da arquitetura baseada em princípios das formas geométricas elucidadas por Pitágoras e nas proporções humanas colocadas por Vitruvio a época do classicismo greco-romano e melhoradas por Leonardo Da Vinci na renascença, um princípio sempre fascinou a produção artística desde a Grécia e Roma passando pelo Barroco e a Renascença até chegar a arquitetura moderna, trata-se da simetria, um termo de definição bem mais ampla que a da atual simetria axial tão conhecida. Vitruvius definia simetria como algo que:

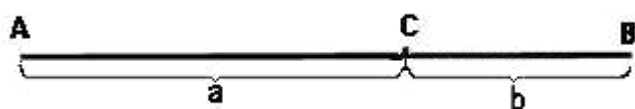
“[...] reside na correlação de medidas entre vários elementos do plano e entre cada um desses elementos e aqueles do corpo humano. Isto procede de proporção que o grego chamava de analogia. Essa simetria é regulada pelo módulo, o padrão de medida comum, que os gregos chamavam de número. Quando todas as partes do edifício são colocadas em proporção por uma correlação entre comprimento e largura, entre largura e altura, e quando estas partes têm também sua relação na simetria total do edifício, obtém-se eurhythmia.”
(SANTOS, 2007, p.01)

Conclui-se então que a simetria é condição prévia e dá origem a eurhythmia que dá a ela a harmonia formal com a matemática grega. E o maior exemplo de simetria perfeita entre as partes de um todo não poderia ser encontrado em outro lugar senão no corpo humano e suas partes, pés, mãos, braços, cabeça, tronco, etc, unidades de proporção (definida por Vitruvius como algo diferente de simetria) que formam um todo e se complementam harmonicamente formando uma razão perfeita.

8.3 A Razão Áurea: “O número mágico”

8.3.1 O número de ouro

Temos a razão áurea quando há um segmento de reta dividido em média e extrema razão dando origem a segmentos desiguais. Sobre isto, Boyer (1996) nos diz que: “A geometria tem dois grandes tesouros: um é o teorema de Pitágoras; o outro, a divisão de um segmento em média e extrema razão. O primeiro pode ser comparado a uma medida de ouro; o segundo podemos chamar de jóia preciosa” (BOYER, 1996, p.35).



Seja um segmento de reta AB dividido em média e extrema razão pelo ponto C, onde $AB = a$ e $CB = b$. Temos então, pela definição de secção áurea, a seguinte relação:

$$AB / AC = AC / CB$$

$$\text{O que nos leva a: } \frac{a + b}{a} = \frac{a}{b} = \phi.$$

Multiplicando médios e extremos temos a equação $a^2 = ab + b^2$, sendo $a \neq 0$, então: $1 = (b / a) + (b / a)^2$.

Definindo $(b / a) = x$, temos a seguinte equação do 2º grau: $x^2 + x - 1 = 0$.

Sendo assim, $a = 1$, $b = -1$ e $c = -1$

Se utilizando da fórmula da Bháskara temos que:

$$\phi = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

$$\phi = \frac{-(-1) \pm \sqrt{(-1)^2 - 4 \cdot 1 \cdot (-1)}}{2 \cdot 1}$$

$$\phi = \frac{1 \pm \sqrt{1+4}}{2}$$

Resolvendo a equação temos um resultado positivo e outro negativo, sabendo que a e b são

positivos, temos como resultado o número áureo $\phi = \frac{1 + \sqrt{5}}{2} \approx 1.618033989$. Além disso, o número áureo também poderá ser encontrado pelo uso de frações sucessivas do tipo

$$a + \frac{1}{b + \frac{1}{c + \frac{1}{d + \frac{1}{e}}}}$$

A partir deste cálculo relativamente simples, temos então o chamado “número de ouro” ou “número áureo”, que nos mostra que a divisão de um segmento de reta em média e extrema razão nos diz que o segmento AB é aproximadamente 1,618 vezes maior que o segmento de reta AC, um resultado que fez ruir as primeiras bases da escola pitagórica por mostrar que números inteiros não poderiam descrever até mesmo propriedades simples como resolver a diagonal de um cubo. Para explicitar esta descoberta voltamos então para a questão da figura geométrica cujo Pitágoras tinha tanta admiração por suas interessantes propriedades, o pentágono. Traçando suas diagonais damos origem a um pentagrama que dentro dele dá origem a um pentágono menor, essa sequência segue indefinidamente formando sempre um pentágono cada vez menor, o que nos leva a concluir que a razão da diagonal para um lado de um pentágono regular não é racional. Essa irracionalidade numérica se baseia então na autopropagação da secção áurea do exemplo da fig. 133. Temos então que a razão entre o lado do pentágono e sua diagonal é exatamente o “número áureo” ou “número de ouro”, constatando a irracionalidade numérica de sua solução. Essa incomensurabilidade numérica pôde ser constatada através do Teorema de Pitágoras para o triângulo retângulo quando este tem ambos os catetos de valor igual a uma unidade, o que nos dá uma hipotenusa igual a $\sqrt{2}$.

$$1^2 + 1^2 = x^2 \Rightarrow x^2 = 2 \Rightarrow x = \pm\sqrt{2}$$

No decorrer da história das civilizações já podemos encontrar pistas sobre o uso da secção áurea, até mesmo em civilizações que existiram antes do período clássico, de onde datam os primeiros registros de estudos oficiais sobre o tema, trata-se dos hieróglifos do Egito antigo, quando se utilizavam das proporções humanas de pés e mãos ou mesmo nos símbolos perfeitamente inscritos em retângulos áureos. Outra aplicação está no Partenon Grego, no chamado século de Péricles, que contém a razão áurea no retângulo contido na sua fachada em altura e largura, evidenciando a preocupação do arquiteto pela busca da máxima beleza e harmonia da obra. A época do renascimento é outro momento em que este estudo é aplicado na prática e de maneira destacada por Leonardo Da Vinci que chamava este de divina proporção. Leonardo já havia se destacado no estudo da razão áurea quando reestruturou as proporções do homem vitruviano de Vitruvius trazendo a este novas idéias de proporção e simetria aplicadas à

concepção de beleza humana. Em sua mais célebre obra, o quadro Monalisa, Leonardo também se utilizou da proporção áurea na busca da beleza perfeita, isto pode ser constatado principalmente no rosto de Monalisa, que permite a construção de vários retângulos áureos. Além das obras construídas pelo homem, a razão áurea pode ser encontrada também na própria natureza, nas plantas, nos animais e como dito anteriormente, no próprio homem, que foi objeto de estudo no *homo vitruvianus* de Vitruvio, aperfeiçoado séculos mais tarde por Da Vinci.

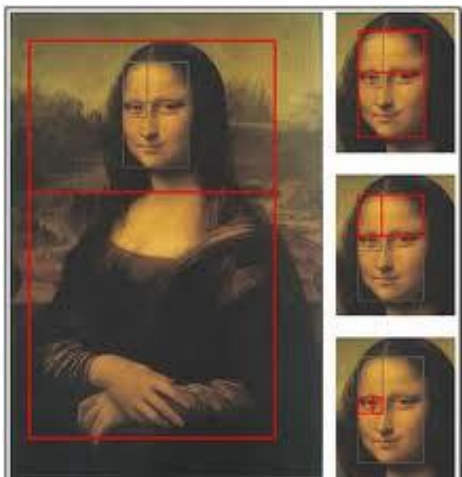


Fig. 135 – Quadro " Monalisa", de Leonardo da Vinci, mostrando proporções da seção áurea utilizadas. Fonte: Acervo.



Fig. 136 – Partenon grego rebatido no retângulo áureo. Fonte: Acervo.

8.3.2 A Sequência de Fibonacci

A Sequência de Fibonacci foi descrita por Leonardo de Pisa, também conhecido como Fibonacci, ao descrever o crescimento de uma população de coelhos. É uma sequência matemática baseada no número de ouro, onde começando o algoritmo recursivo por 0 e 1 obtêm-se o próximo número somando-se os dois números anteriores a este, formando a seguinte sequência: 0, 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55... e assim por diante. Note que a partir do número 3, dividindo-se o número pelo seu antecessor temos uma razão sempre muito próxima com o número áureo 1,618...

$$\frac{3}{2} = 1,5 \quad \frac{5}{3} = 1,666... \quad \frac{8}{5} = 1,6 \quad \frac{13}{8} = 1,625$$

Essa sucessão recursiva é definida pela fórmula:

$$F(n) = \begin{cases} 0, & \text{se } n = 0; \\ 1, & \text{se } n = 1; \\ F(n - 1) + F(n - 2) & \text{outros casos.} \end{cases}$$

Mas, genericamente pode ser definida por qualquer função g , tal que $g(n - 2) = g(n) + g(n + 1)$. Função esta que para números a e b tem o formato $g(n) = aF(n) + bF(n + 1)$, formando um espaço vetorial com as funções $F(n)$ e $F(n + 1)$ como base. Na prática o número de Fibonacci

é calculado através de potências da proporção áurea, porém para sequências muito grandes, como no caso da sua utilização em linguagem de programação, utiliza-se a equação matricial:

$$\begin{bmatrix} 1 & 1 \\ 1 & 0 \end{bmatrix}^n = \begin{bmatrix} F(n+1) & F(n) \\ F(n) & F(n-1) \end{bmatrix}$$

Dentre as diversas aplicações práticas desta sucessão recursiva podemos citar na ciência da computação, jogos, mercados financeiros, artes plásticas e arquitetura. Além disso, ela pode ser encontrada na própria natureza, como no crescimento de galhos de árvores, plantas como a samambaia, na espiral da folha de uma bromélia ou mesmo no crescimento das conchas dos caracóis e conchas do mar, mostrando a sua ligação direta com a harmonia natural.

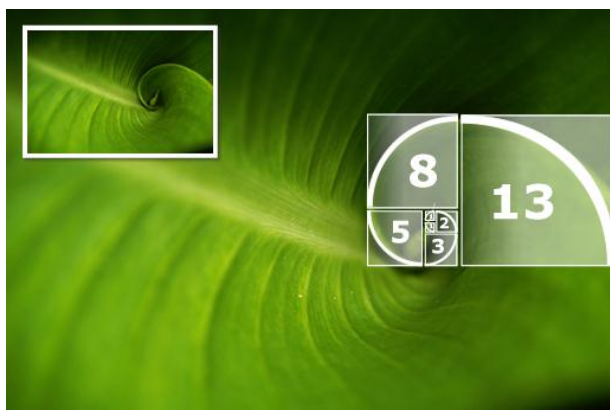


Fig. 137 – Espiral de folha de bromélia e sequência de Fibonacci. Fonte: Acervo.

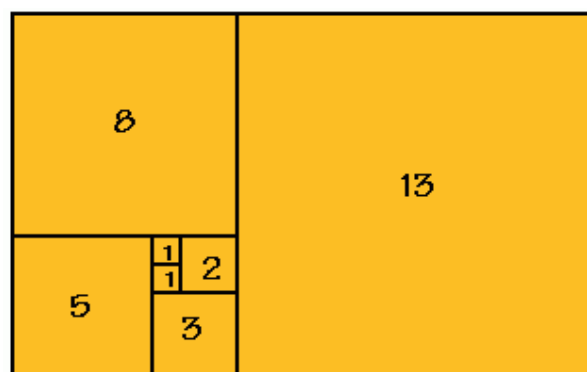


Fig. 138 – Retângulo áureo e sequência de Fibonacci. Fonte: Acervo.

8.4. O edifício e sua abstração: “Por uma abstração funcional”

Partindo do conhecimento adquirido nos parágrafos anteriores no que concerne ao uso de proporções matemáticas no ordenamento da forma arquitetônica, tidas como belas e harmoniosas, poderemos agora partir para uma conceituação da forma concebida para abrigar o programa de necessidades do novo mercado de Messejana, especificado na tabela 10 da fig. 153. É válido ressaltar que essa abstração não é gratuita, antes de sua concepção já havia a plena consciência de um ordenamento de funções além de um rigor em obedecer instrumentos legais de regulamentação da ação da arquitetura e do urbanismo, como o Código de Obras e Posturas do Município e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, cabendo ao ordenamento destas formas geométricas o abrigo funcional e estético do mercado. Primeiramente existem 5 (cinco) figuras geométricas que foram trabalhadas como primárias e utilizadas para dar forma ao edifício, tanto no pavimento térreo quanto em pavimentos superiores.

1. Um triângulo equilátero baseado nos números ternos de Pitágoras, que trata-se de números inteiros positivos a , b (catetos) e c (hipotenusa), tal que obedecem o Teorema de Pitágoras na forma $a^2 + b^2 = c^2$. Neste caso usou-se os catetos 30 e 40 e a hipotenusa 50 (ambos em metros), derivados do produto dos ternos pitagóricos 3, 4 e 5

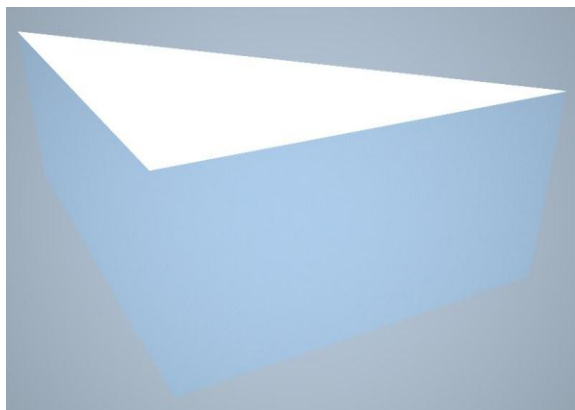


Fig. 139 – Triângulo equilátero terno de Pitágoras.

por 10, um número entendido pela escola pitagórica como místico e que servia de representação para a completude do todo.

2. A partir deste triângulo

e baseado no Teorema de Pitágoras, utilizou-se os catetos para serem

transformados em duas figuras geométricas que expandem a forma do edifício. Quadrados de 30m x 30m para o Leste e 40m x 40m para o Sul e depois para Oeste.

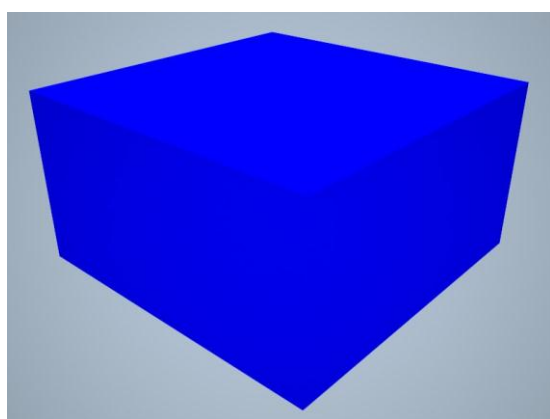


Fig. 140 – Quadrado 30,00x30,00m.

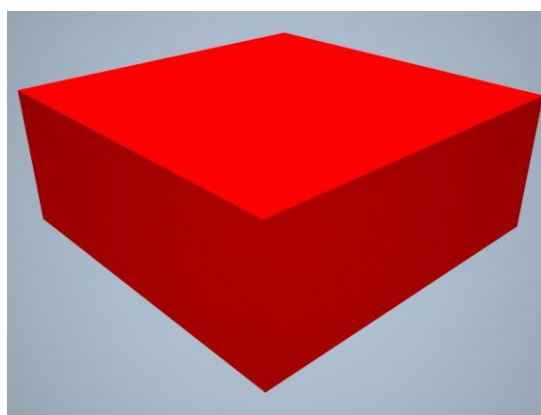


Fig. 141 – Quadrado 40,00x40,00m.

3. Partindo do princípio da razão áurea e da formação do chamado retângulo de ouro, feito os devidos cálculos baseados no número de ouro 1,618..., calculado anteriormente, os quadrados citados no item anterior são complementados pelos retângulos 30m x 18,54m e 40m x 24,72m, respectivamente, de acordo com as necessidades da resolução funcional e estética do programa. Na fig. 148 encontramos um esquema de união das figuras geométricas.

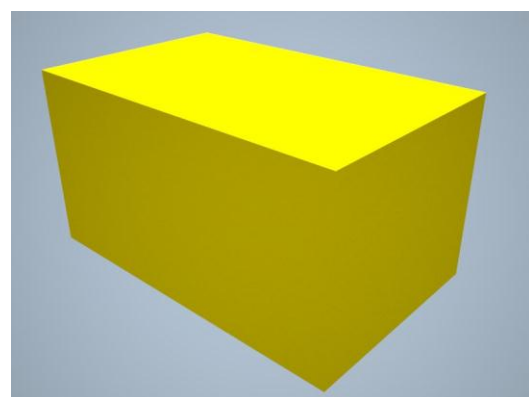


Fig. 142 – Quadrado 30,00x18,54m.

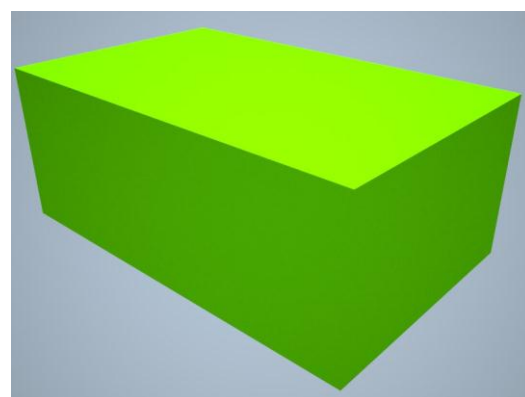


Fig. 143 – Quadrado 40,00x24,72m.

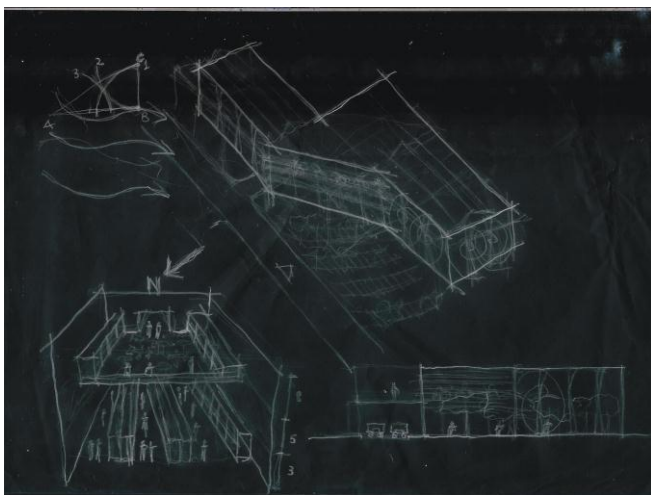


Fig. 144 – Croquis iniciais de concepção da forma.

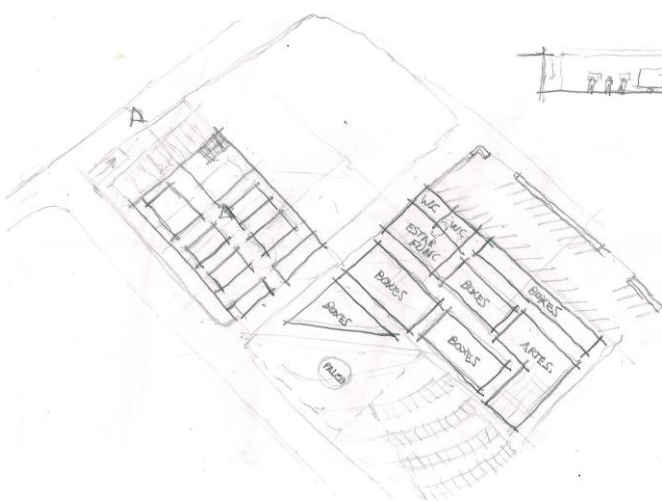


Fig. 145 – Croquis iniciais de organização funcional do edifício.

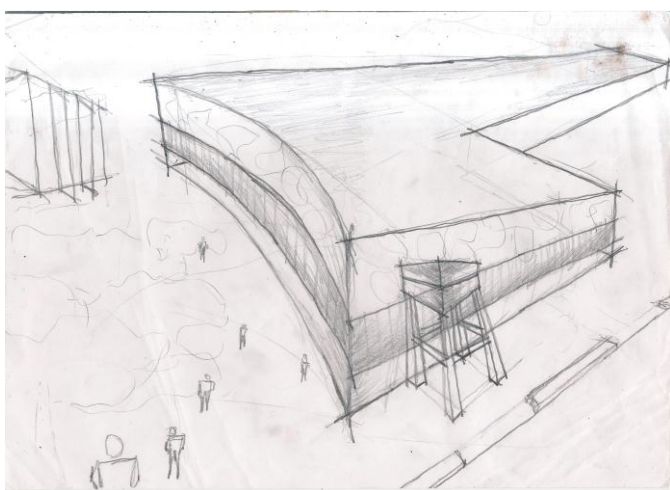
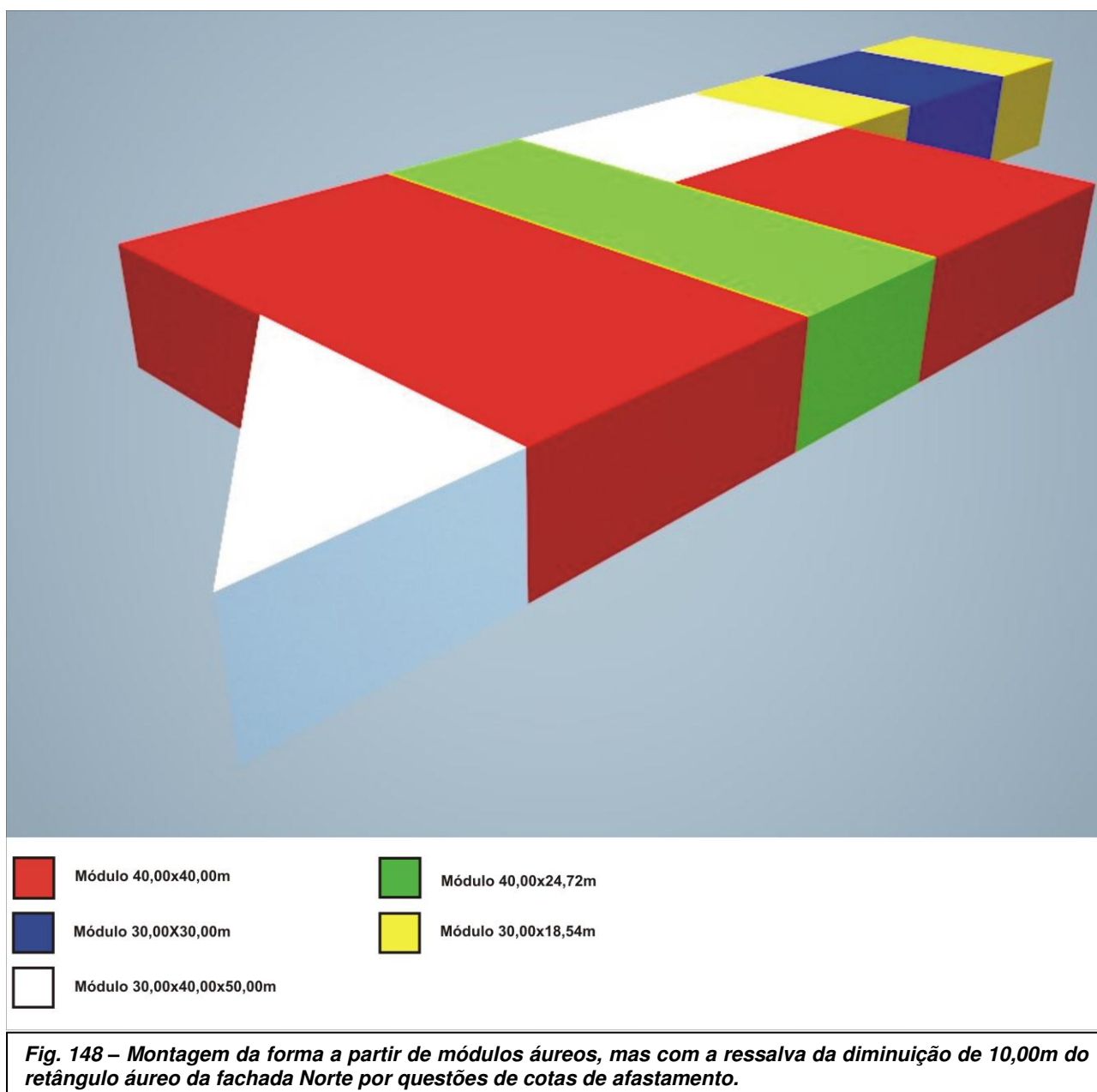


Fig. 146 – Croqui de concepção formal em perspectiva do edifício.

Realizado os devidos estudos de função, estética, compreensão e atendimento ao programa, acessibilidade, circulação e conforto ambiental, aliados a questões legais quanto a legislação arquitetônica e urbanística, foi produzido uma forma geométrica básica final de acordo com a fig. 148. Outra importante abstração numérica pensada para esta edificação foi quanto ao pé-direito, dividido em três segmentos, 3m, 5m, e 8m baseados na sequência de Fibonacci e que fazem consequentemente a edificação ganhar um tipo de revestimento ou vedação de diferentes materiais para cada um desses segmentos para trazer harmonia à vista da fachada, aliada também a questões de conforto ambiental quanto a controle na entrada dos raios solares. Nesta forma ainda foram dispostas abstrações quanto a idéias de proporções humanas no que tange principalmente a circulação (corredores entre boxes) e lugares de permanência prolongada (os próprios boxes), na medida que todos estes estão disposto em módulos divididos (com resto zero) de 0,60m (sessenta centímetros) como 0,60m; 1,20m; 1,80m; 2,40m; 3,00m; 3,60; 4,20m, lugares estes que serão melhor especificados e detalhados mais a frente.



Fig. 147 – Croqui de organização formal dos módulos para que atenda ao programa..



8.5. A arquitetura do mercado: “Uma visão geral do edifício e seus pormenores”

O mercado de Messejana tradicional hoje contém cerca de 60 permissionários, sendo 38 boxes internos de lanchonetes e açougues e 22 boxes externos com a venda de miudezas em geral, segundo a sua administração, já a feira contém cerca de 150 barracas de confecções e 45 barracas de hortifrutigranjeiros na feira semanal (segunda a sábado) e cerca de 1.500 barracas na feira tradicional aos domingos com venda diversificada com uma porcentagem aproximada de 70% de confecções/calçados, 20% de hortifrutigranjeiros e 10% de carnes, peixes e frangos. Acontece que este número, em ambos os casos, na verdade não se refere ao número de permissionários e sim de barracas ou boxes, já que é comum duas ou três barracas ou boxes serem de um mesmo dono principalmente por questões de tamanho insuficiente para mostra de suas mercadorias. Os boxes internos do mercado tradicional, por exemplo, são quase todos

ocupados em grupos de dois boxes para cada estabelecimento. Para o novo mercado, a idéia é unificar estes dois grupos de vendedores, permissionários de dentro do mercado antigo e feirantes, num único complexo comercial que servirá também como espaço para eventos do bairro quando não houver a realização da feira, sendo definido assim como um espaço multifuncional. Porém este número de 60 permissionários do mercado antigo e 1.500 feirantes será diminuído drasticamente já que o projeto envolve também o design de novos boxes/barracas (de acordo com o tipo de venda) que atendem facilmente num único ponto um permissionário que antes tinha que ter duas ou três barracas para a mostra de suas mercadorias. É necessário esclarecer aqui que no novo mercado haverá uma separação bem clara entre o que é mercado e o que é feira, entenderemos a partir de agora feira como tudo referente ao que não for alimentos, ou seja, confecções, calçados e miudezas em geral que ficarão em amplo espaço aberto e acessível de qualquer ponto já que estará aberto física e visualmente de uma ponta a outra, se constituindo quase como uma grande praça coberta, e mercado como a área de venda de produtos ligados a alimentação, como horifrutigranjeiros, carnes e peixes, que por necessitarem de maior segurança na estocagem ficam em edificação vedada com acessos previamente definidos.

Todo o edifício, construtivamente foi pensado para uma execução rápida, devido principalmente a estes permissionários não poderem ficar muito tempo sem poder exercer seu trabalho, visto que para grande parte destes cidadãos a venda de seus produtos na feira e no mercado se constitui como única fonte de renda. E é por isso que o sistema construtivo escolhido foi o da estrutura metálica, que além de uma execução rápida, têm grande resistência a esforços tanto a tração quanto a compressão e a capacidade de vencer grandes vãos sem a necessidade de adição de sistemas complementares (como a protensão em estruturas de concreto armado, por exemplo) ou grande números de apoios.

resistência à compressão:	resistência à tração:
σ aço = 1500 kg/cm ²	σ aço = 1500 kg/cm ²
σ concreto = 100 kg/cm ²	σ concreto = 10kg/cm ²
σ madeira = 85 kg/cm ²	σ madeira = 90 kg/cm ²

Fig. 149 Tab. 09 – Tabela de resistências a compressão e tração do aço em relação ao concreto e a madeira. Fonte: YOPANAN, 2007.

8.5.1. A área de feira

A forma do edifício, baseada principalmente em proporções matemáticas tem em sua fachada principal (fachada Oeste) uma vista a 45° (a hipotenusa do triângulo equilátero terno antes explicado) para uma grande praça a ser utilizada como lazer pela população. Ao adentrar no edifício por esta fachada, o pedestre encontra uma grande área aberta pensada para a realização de apresentações artísticas de artistas de rua ou atividades culturais durante a realização da feira. Logo mais a frente uma série de boxes são dispostos longitudinalmente ao edifício formando corredores de atividades comerciais de 2,40m de área livre adicionada a área de recuo dos boxes

de cerca de 0,60m por onde o usuário poderá circular. Entre cada conjunto modular de boxes haverá circulação aumentada para 4,20m. Quase que exatamente no meio dos boxes da feira o pedestre encontrará uma bateria de banheiros (masculino e feminino), dimensionados baseados no Código de Obras e Posturas do Município, acompanhados ainda de banheiro unissex acessível para deficiente físico (a norma indica o banheiro unissex já que muitas vezes o deficiente necessita de auxílio para usar o banheiro) e depósito de material de limpeza. Nos extremos dos dois banheiros duas escadas são dispostas que vem desde o subsolo passando pelo pavimento térreo até o primeiro pavimento. Num pavimento superior, com um pé-direito que segue a sequência de 3 + 5 (Fibonacci), ou seja, 8,00m, com vista em pé-direito duplo o usuário encontra a praça de alimentação e logo em seguida a administração com auditório multiuso para treinamento, palestras, apresentações artísticas, etc. Logo ao lado ligado a este espaço, via passarela o usuário adentra a área fechada e de acessos definidos, de temperatura controlada artificialmente aonde são vendidas carnes e peixes, área esta já pertencente ao mercado, que surge para aquele que está no ambiente da feira como um grande volume sacado.

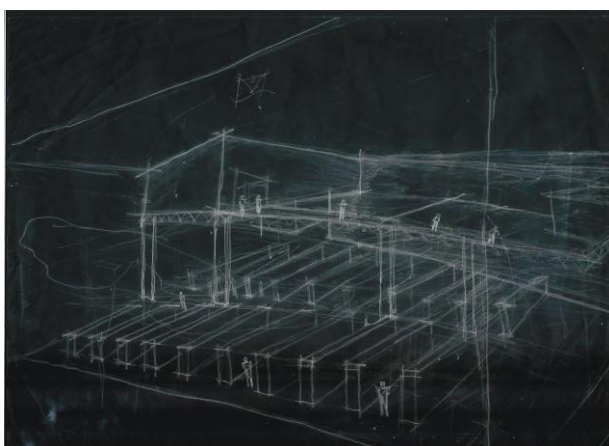


Fig. 150 – Croqui em perspectiva interna geral da área de feira.

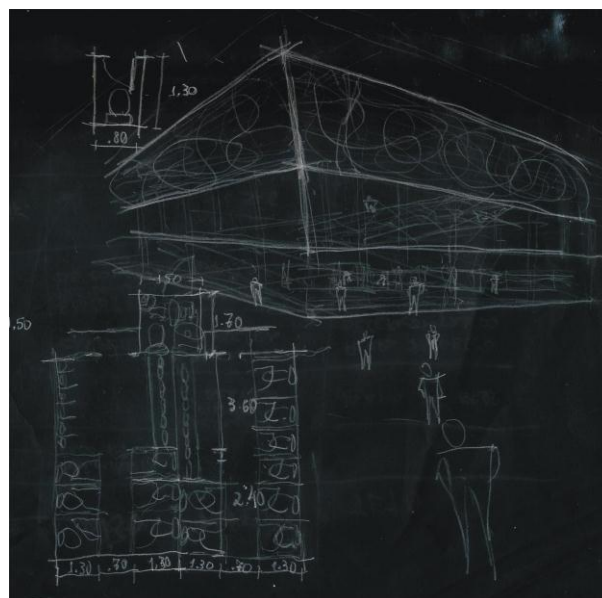


Fig. 151 – Croqui de fachada em perspectiva e de banheiro de público.

8.5.2. A área do mercado

Seguindo pelos corredores de boxes longitudinalmente no espaço da feira o usuário encontra demarcados dois acessos a uma área vedada e com acessos definidos, exceto na fachada norte, diferentemente da feira que tem mais a conformação de grande praça coberta que propriamente de um volume edificado. Ao adentrar, encontra mais uma vez boxes de venda de frutas e verduras de mesma dimensão total dos da feira, mas com outro design que atenda ao tipo de venda (ver prancha 08/08). Assim como na parte da feira, no mercado também encontra-se uma bateria de banheiros (masculino e feminino) com banheiro unissex acessível. Mais a frente, nos fundos do mercado avista-se então uma grande área de carga e descarga escavada 4,00m abaixo do nível de piso do mercado, aonde caminhões de mercadorias e de lixo têm acesso, e são

dispostas câmaras frigoríficas para estoque e controle de entrada e saída de produtos perecíveis.

Voltando ao nível dos boxes, com acesso rampado o usuário sobe para um 2º nível com vista em pé-direto duplo para ambos os lados longitudinalmente onde encontra agora barracas com dimensões maiores para atender a um novo tipo de venda. Um novo conjunto de rampas, desta vez uma em cada ponta transversal da edificação, dá acesso ao volume fechado e de temperatura controlada artificialmente, aonde o usuário encontra carnes, peixes e frangos com um maior controle de higiene e temperatura.

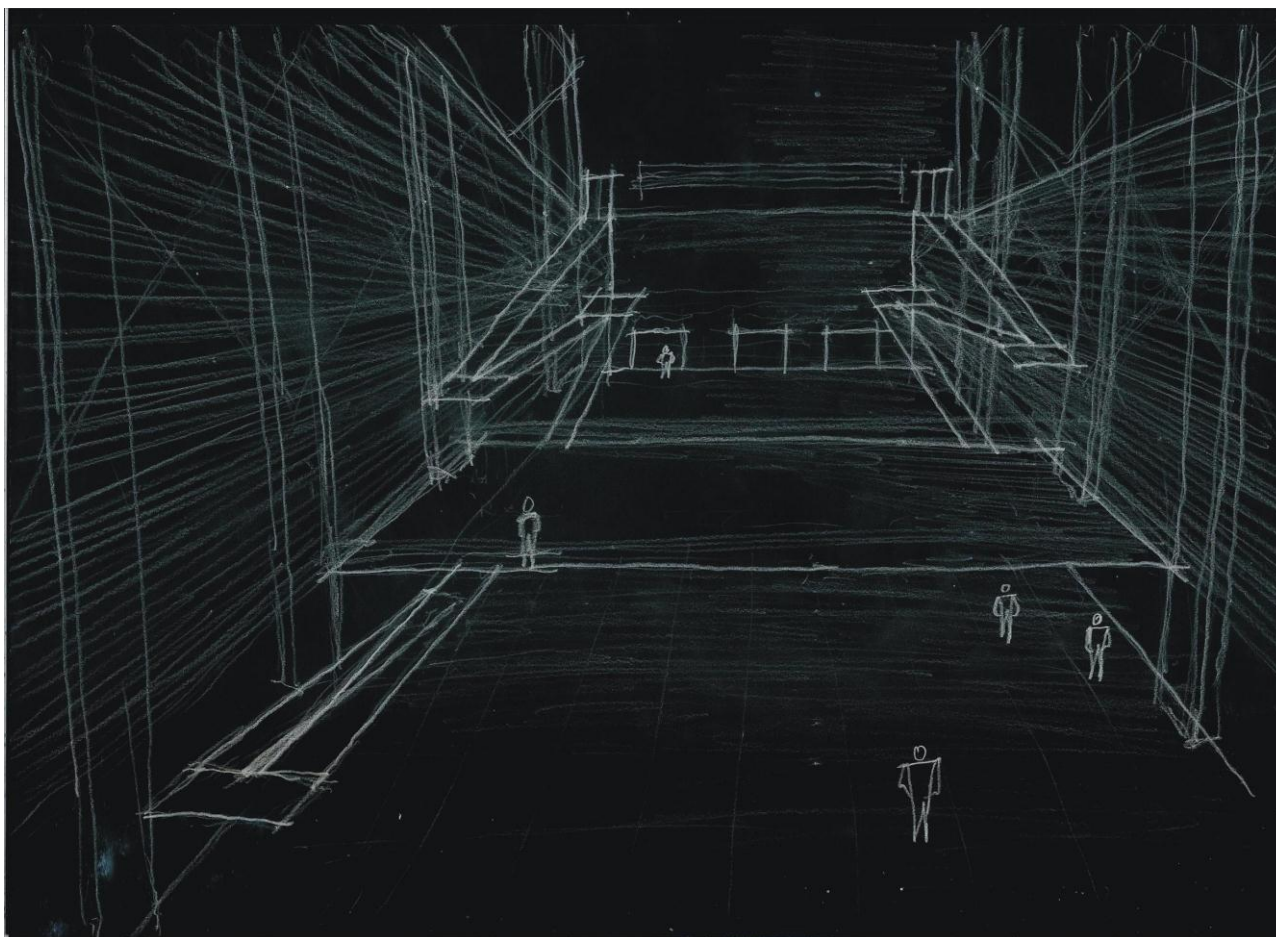


Fig. 152 – Croqui em perspectiva interna geral da área de de mercado, sem os boxes.

8.6. Programa de necessidades: “*Detalhando ambientes*”

Obedecendo a um programa pré-definido, o mercado foi projetado de forma a atendê-lo da melhor forma possível aliando a funcionalidade necessária para seu bom funcionamento e a estética para a boa apreensão do edifício por parte daquele que adentra. Abaixo encontramos a lista completa do programa de necessidades que teve sua criação e suas áreas dimensionadas a partir de estudos *in loco*, entrevistas com usuários e permissionários.

Programa de Necessidades do Novo Mercado de Messejana

Área Subsolo	3574,11
Área Térreo	9049,41
Área 1º pav.	4688,79
Área Total	17312,31

Feira

Área Subsolo	3574,11
Área Térreo	6883,37
Área 1º pav.	2188,79
Área Total	9072,16

Ambiente	Área Un. (m²)	Área Total (m²)	Quantidade
Feira de Confec./Calç./Miud.	2,88	2217,60	770
Banheiro Publico Masc.	27,55	27,55	1
Banheiro Publico Fem.	27,55	27,55	1
Banheiro Unisex Acessível	2,55	2,55	1
DML W.Cs	2,47	2,47	1
Estar dos Permissionários			
Vestiário Permis. Masc.	89,24	89,24	1
Vestiário Permis. Fem.	89,24	89,24	1
Copa/Cozinha	12,00	12,00	1
Depósito	610,16	610,16	1
Recepção e Controle	30,12	30,12	1
Administração			
Estar/Espera	24,40	24,40	1
Sala da Chefia	7,84	7,84	1
Sala de Reunião	11,20	11,20	1
Sala de Treinamento	0,00	0,00	1
Secretaria	20,67	20,67	1
Arquivo/Almoxarifado	18,80	18,80	1
Lavabo	2,55	5,10	2
Copa/Cozinha	11,67	11,67	1
DML	1,80	1,80	1
Praça de Alimentação			
Boxe de Lanchonete	7,82	70,38	9
Restaurante Almoço 01	18,40	36,80	2
Restaurante Almoço 02	16,62	16,62	1
Área de Mesas	393,20	393,20	1

Mercado

Área Térreo	2166,04
Área 1º pav.	2500,00
Mezanino	900,00
Área Total	5566,04

Ambiente	Área Un. (m²)	Área Total (m²)	Quantidade
Boxe Carne/Peixes/Frangos	4,32	777,60	180
Barraca de Hortifrutigranjeiros	2,88	806,40	280

Banheiro Publico Masc.	24,32	24,32	1
Banheiro Publico Fem.	24,32	24,32	1
Banheiro Unissex Acessivel	2,55	2,55	1
Carga e Descarga			
Recepção e controle	18,00	18,00	1
Câmara Frigorífica 01	23,65	23,65	1
Câmara Frigorífica 02	27,00	27,00	1
Sala de desossa	19,30	19,30	1
Depósito de Lixo	30,00	30,00	1
Pesagem e Recebimento	68,84	68,84	1

Fig. 153 Tab. 10 – Programa de Necessidades do novo mercado de Messejana.

Como dito anteriormente, é preciso deixar claro a separação entre as duas situações vivenciadas dentro deste complexo comercial. Atualmente aquela região é ocupada por um grande conglomerado de barracas que vendem produtos variados, de confecções a hortifrutigranjeiros e miudezas, dependendo do dia da semana, além disso, quase ao centro da praça encontramos o tradicional mercado de Messejana onde encontramos lanchonetes, frigoríficos e a venda de miudezas. O novo mercado contemplará a união destas duas tipologias de comercialização popular num único complexo comercial dividido em setores de acordo com o tipo de venda. Deverá haver uma clara separação destes setores, por isso de um lado temos o que aqui chamaremos de feira, que compreende toda comercialização de confecções, calçados e miudezas, ou seja, tudo o que não faz parte do comércio de alimentos, sementes e raízes que estará no setor que aqui chamaremos de mercado, um local mais reservado e de acesso mais controlado, tendo inclusive em seu 2º pavimento uma área fechada de temperatura artificial controlada, onde estão colocadas a venda de carnes, peixes e frangos, que também por serem alimentos perecíveis, necessitam de um maior controle de temperatura e cuidados. Abaixo uma breve explicação sobre o conteúdo de cada uma das pranchas de projeto de arquitetura anexas.

8.6.1. Prancha 01 – Planta de Situação/Locação e Coberta

A implantação do edifício foi pensada de forma a atender os 10,00m de recuo colocados pela legislação urbana apesar de o edifício, pelo seu grande porte, ser considerado projeto especial e, portanto estar com suas limitações ligadas a leis urbanas todas sujeitas a estudo de caso. Além disso, na implantação foi levada em consideração a eliminação do trecho da rua Cel. Guilherme Alencar entre as ruas Dr. Pergentino Maia e Joaquim Bento, ocasionando a união entre as duas quadras correspondentes, aproveitando quase o mesmo trecho (antes via) para acessos de entrada e saída ao subsolo onde se encontram estacionamento, depósito de barracas e banheiros dos permissionários. O edifício tem sua fachada oeste dando vista para uma grande praça arborizada criada para lazer da população que não precisará mais ser ocupada pela feira, pavimentada em pedra portuguesa e repleta de bancos e paginação que insinuam caminhos a serem percorridos pelo pedestre. Na fachada sul, a pavimentação do piso muda para

concregrama com blocos intertravados de concreto resistentes a alto trafego devido à colocação de uma área de estacionamento externo de 16 vagas que servirá essencialmente para caminhões de frete que atualmente atrapalham o trânsito por se encontrarem estacionados na beira da praça, ocupando considerável parte do leito carroçável da rua Cel. Francisco Pereira por não terem aonde estacionarem. A implantação avança para leste até que o edifício se encontra com alguns estabelecimentos colocados naquele trecho de rua que agora tem suas fachadas voltadas para dentro do complexo comercial. A antiga caixa d'água, atualmente em desuso, foi reaproveitada como caixa d'água para o edifício.

Para a cobertura foi pensada a forma mais tradicional vista nos mercados públicos pelo Brasil, no que tange a questões de iluminação natural, o uso de um sistema de lanternis que percorrem longitudinalmente o edifício em dois trechos em paralelo no sentido leste/oeste. Como solução de material para a cobertura foi colocado o uso de telha metálica trapezoidal 120 do tipo sanduíche, preenchida com EPS (isopor), com pintura eletrostática de proteção e inclinação $i=3\%$. As telhas são resistentes às cargas de ventos e têm características especiais de isolamento térmico, pois refletem o calor incidente e mantêm o ambiente termicamente protegido.



Fig. 154 – Planta humanizada de situação/locação e cobertura.



Fig. 155 – Perspectiva geral externa do edifício.

8.6.2. Prancha 02 – Planta do Térreo

Para o térreo foi pensado uma grande pavimentação em piso industrial monolítico antiderrapante 3,00mm PHML-03 a base de resina epóxi, piso este que se estende por todo o pavimento, desde a região da feira até o mercado por ser um piso de alta resistência a choques mecânicos, abrasivos intensos ou químicos, facilmente encontrados na área do mercado. Em todo o piso estão locadas pequenas perfurações que receberão o encaixe das barracas previamente projetadas, o que mostra que as barracas já terão lugar e direção fixa de ordenamento. Ainda no pavimento térreo, na área de feira encontramos os banheiros públicos masculino e feminino e periféricos a eles escadas metálicas que dão acesso tanto ao pavimento superior quanto ao subsolo. Já na área do mercado, muda-se a tipologia das barracas mas segue o sistema de encaixes ao piso. Localizado encostado a fachada sul encontramos os banheiros masculino e feminino públicos e mais ao fundo, de um lado uma escada metálica que dá acesso a região de carga e descarga, do outro dois lances de rampa que dão acesso a um mezanino onde mais barracas são locadas.



Fig. 156 – Planta humanizada do pavimento térreo.

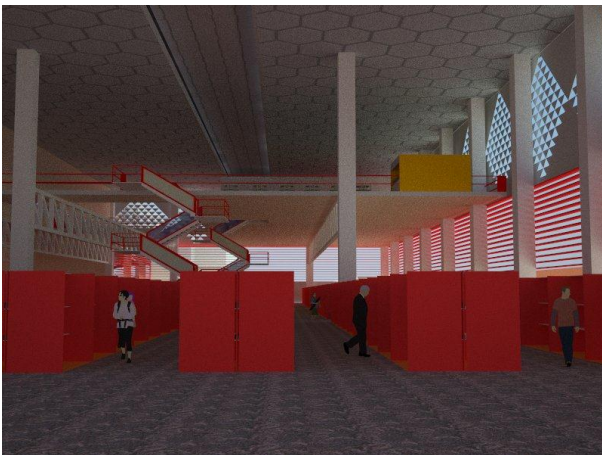


Fig. 157 – Vista frontal interna do pavimento térreo da feira.



Fig. 158 – Vista geral interna do pavimento térreo da feira.

8.6.3. Prancha 03 – Planta do Subsolo e nível -4,00

Primordialmente como forma de resolver problemas relativos a estacionamento, foi pensado um pavimento subsolo a um nível de -2,70m, que também foi aproveitado para uma área reservada aos permissionários, com banheiros próprios e depósito de barracas e pertences. É possível ao pedestre acessar este pavimento de duas formas, por rampa localizada perifericamente ao edifício, logo ao lado do estacionamento externo e por um acesso mais controlado via escada localizada ao lado do banheiro feminino do pavimento térreo, existe ainda o acesso para deficiente via plataforma elevatória. Já os veículos acessam o estacionamento por rampas duplas de entrada e saída nas fachadas norte e sul do edifício, respectivamente pelas ruas Joaquim Bento e Dr. Pergentino Maia. Para facilitar questões relativas a ventilação e renovação de oxigênio, o edifício foi colocado sobre pilotis de vãos de 10,00mx10,00m e um talude gramado desce em direção ao subsolo deixando o ambiente mais iluminado naturalmente e ventilado. O estacionamento contempla 65 vagas de 2,30mx4,50m, algo que em se tratando de projeto especial e portanto com número de vagas necessárias sujeitas a estudo, é perfeitamente justificável já que a grande maioria dos usuários e permissionários não possui carro próprio, segundo informações da Secretaria de Serviços Urbanos da SER VI, existem ainda duas vagas para deficiente físico, obedecendo ao percentual de 2% exigidos no Guia de Acessibilidade (2009)

Aos fundos da área correspondente ao mercado será escavado -4,00m abaixo do solo para servir de área de carga e descarga, com salas para controle frigorífico e depósito de lixo suficiente para o acúmulo de dois dias. Toda essa área é acessada por rampa dupla de entrada e saída pela rua Joaquim Bento.

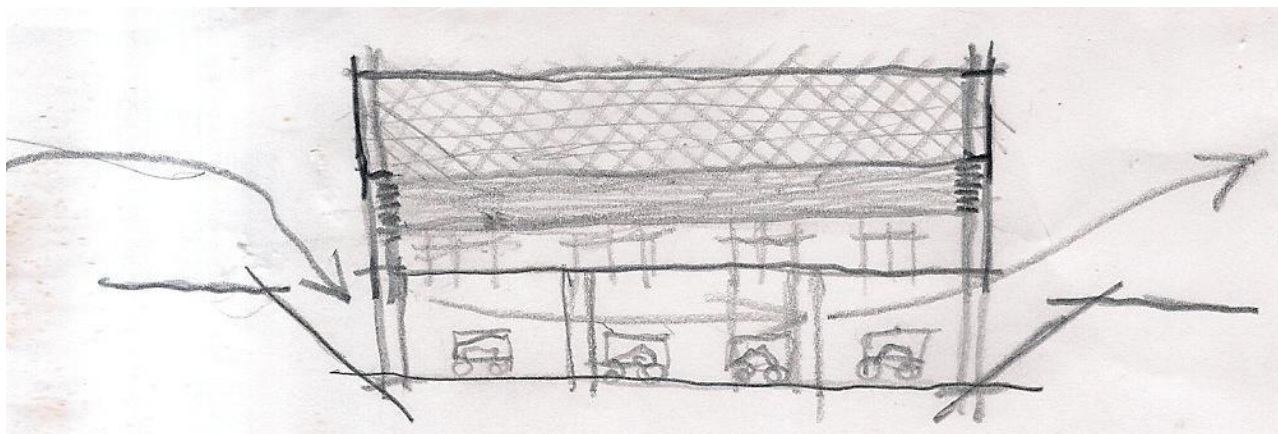


Fig. 159 – Croqui em corte mostrando sistema de ventilação do subsolo.

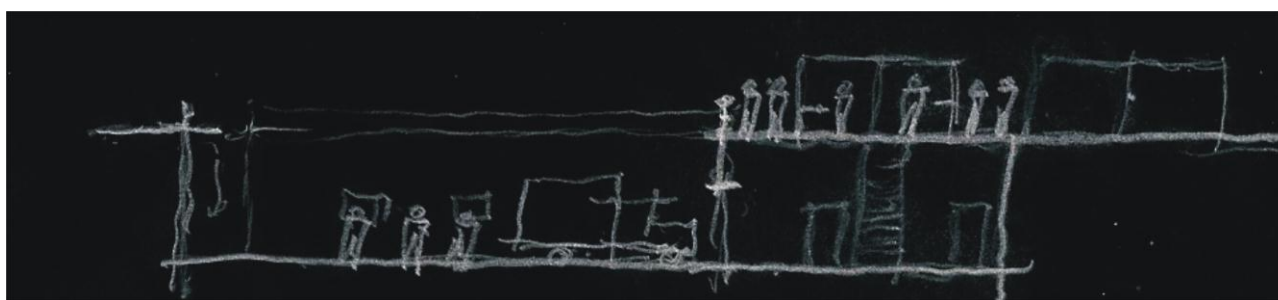


Fig. 160 – Croqui inicial de concepção da área de carga e descarga.

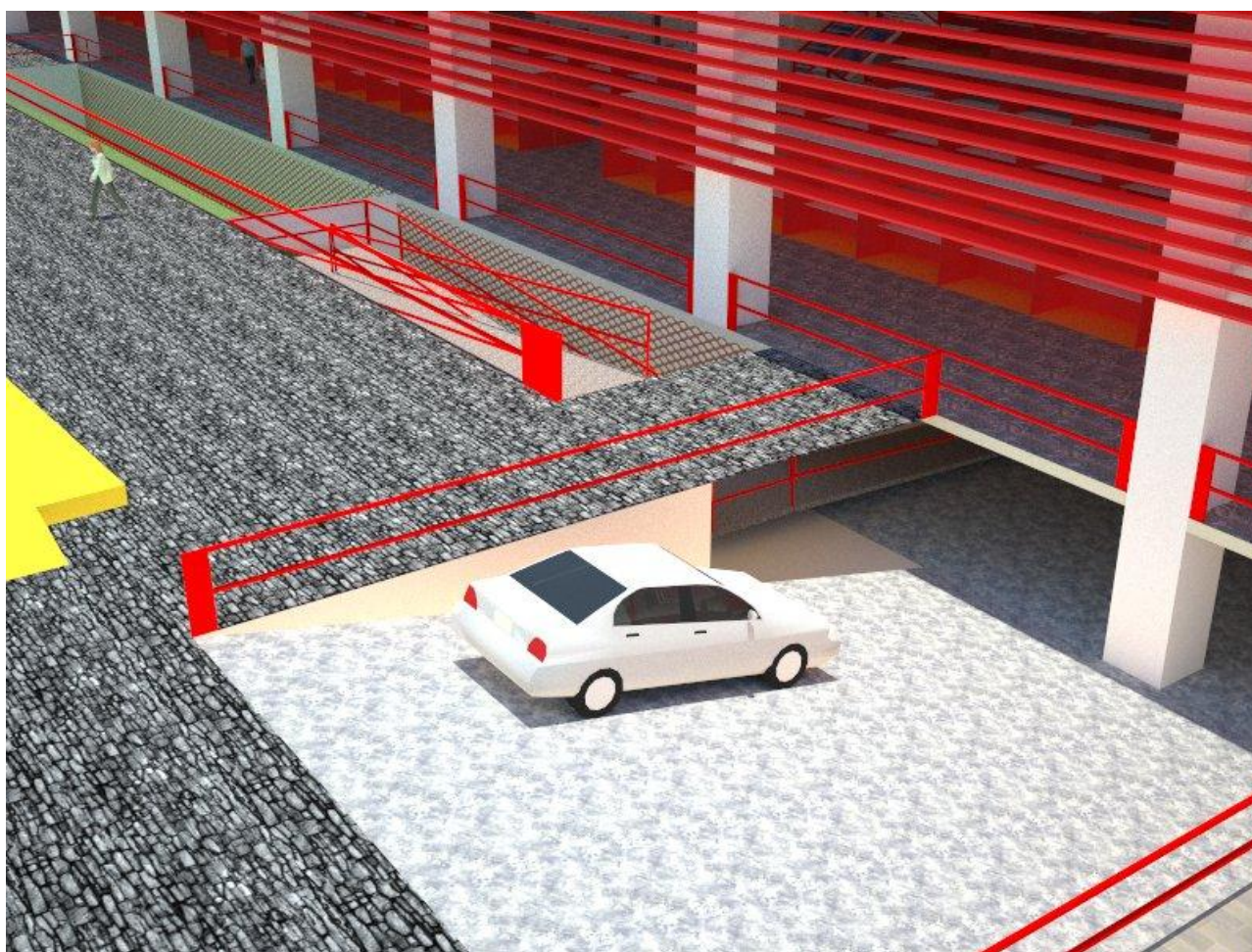


Fig. 161 – Vista externa da rua Dr. Pergentino Maia da entrada e saída para o subsolo.

8.6.4. Prancha 04 – Planta do Mezanino e 1º Pavimento

Na área do mercado existe um acesso rampado aos fundos do edifício que dá acesso a um mezanino onde barracas de tipologia de hortifrutigranjeiros dividem espaço com uma nova tipologia de boxes de comercialização, a de venda de carnes, peixes e frangos. Trata-se de uma plataforma 30,00mx30,00m de concreto protendido para evitar pilares centrais que ocupariam espaços de um bom número de boxes de comercialização. Esse mezanino pode ser acessado também pelas escadas que se iniciam no nível da área de carga e descarga, passam pelo térreo e terminam numa passarela que dá acesso direto a este local. A partir deste mezanino, duas rampas de três lances cada, são colocadas uma em cada extremo transversal do edifício e dão acesso a um volume fechado de temperatura controlada artificialmente por ser uma área mais reservada para frigoríficos e frios em geral. Já no primeiro pavimento, ao nível da área frigorífica de temperatura controlada, mas dessa vez voltada para a área da feira encontramos a praça de alimentação com nove boxes de lanchonetes e três boxes com cozinha, esta praça de alimentação conta com cerca de 70 mesas, praça esta ligada por duas passarelas a área frigorífica do mercado. Também nesse pavimento encontramos um escritório de administração do mercado e da feira e ligado a ele um auditório multiuso, ambos com paredes em sistema *dry-wall*. O acesso a este pavimento vindo da feira se dá pelas duas escadas que se iniciam no subsolo e ao nível do térreo são rentes aos banheiros públicos.

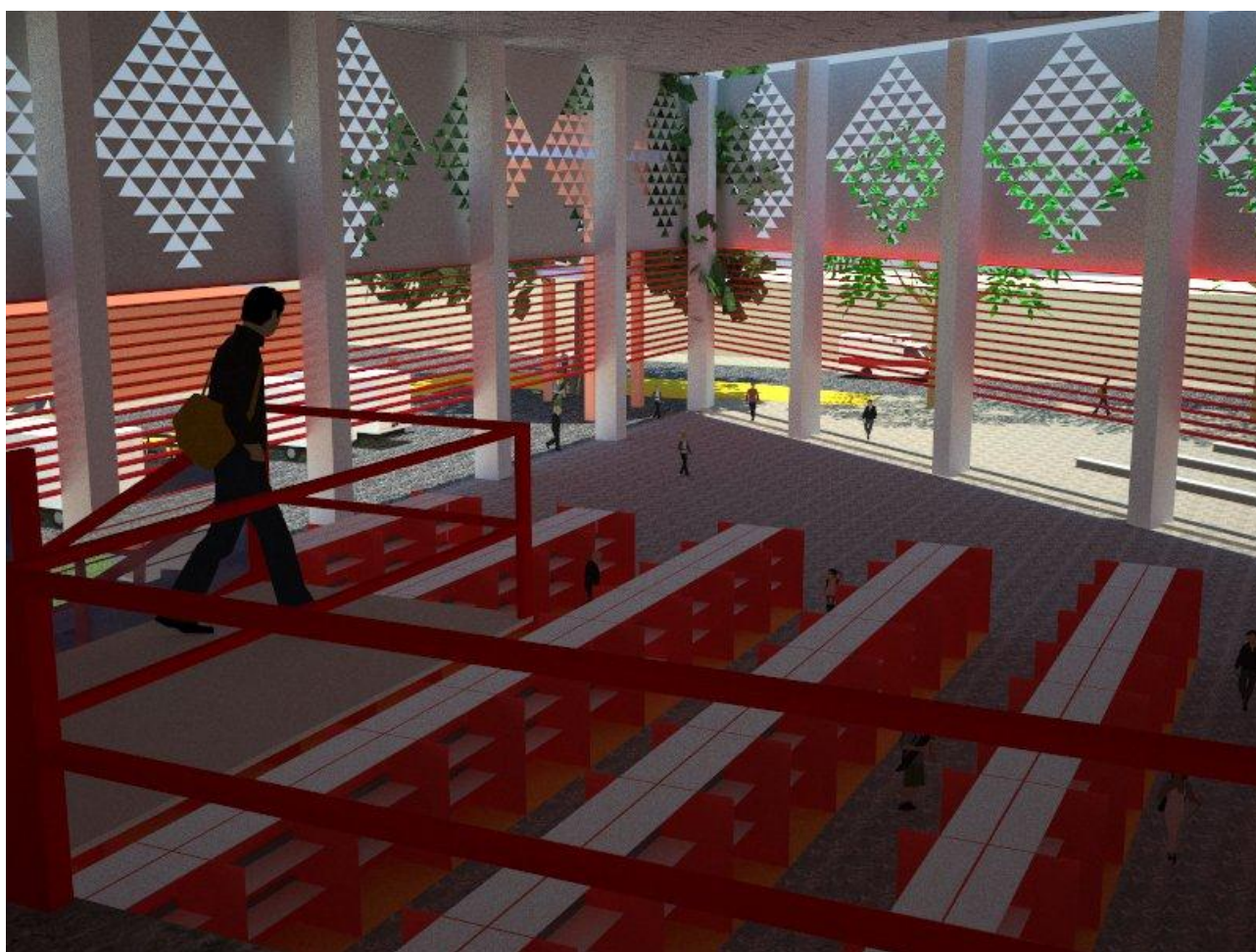


Fig. 162 – Vista da área de feira a partir da passarela do 1º pavimento.



Fig. 163 – Vista da área de mesas da praça de alimentação localizada no 1º pavimento. Auditório e administração podem ser vistos mais ao fundo.

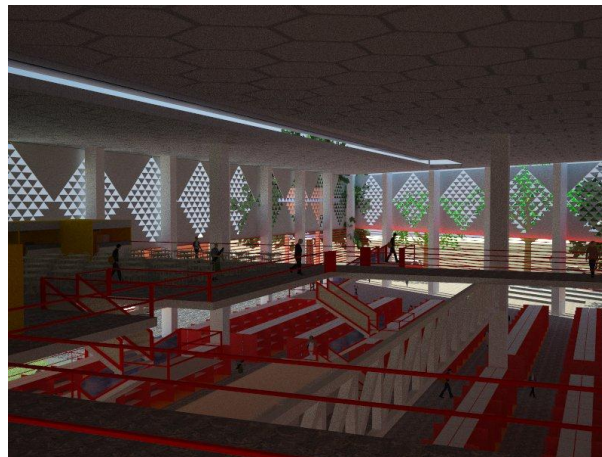


Fig. 164 – Vista geral do 1º pavimento a partir de outra passarela.



Fig. 165 – Vista aérea do mezanino da área de mercado.

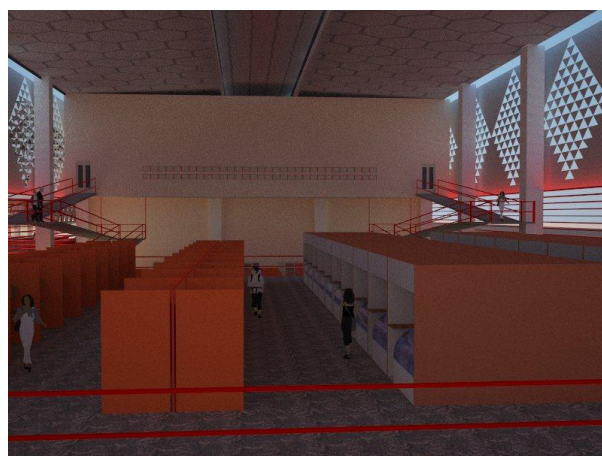


Fig. 166 – Vista do mezanino.

8.6.5. Prancha 05 – Plantas do Setor Privado dos Permissionários, Carga/Descarga e Banheiros de Público

A planta de depósito dos permissionários na verdade é um nome genérico para se referir a um setor onde foi pensada uma área restrita para uso dos permissionários, ela conta com depósito de barracas e pertences, vestiários masculino e feminino, copa e recepção/controlê. O acesso se dá de duas maneiras, pela rampa externa de três lances de inclinação $i=8\%$ cada, onde na entrada há um balcão de recepção para controle, e pelas escadas que dão em grade de ferro de abertura controlada via interfone ligado ao balcão de recepção. Uma copa com cozinha e mesas foi colocada para uso dos permissionários e logo mais a frente um grande vestiário masculino com 12 lavatórios, 11 aparelhos sanitários, 11 mictórios e 12 cabines com chuveiro e um grande vestiário feminino com 16 lavatórios, 17 aparelhos sanitários e 17 cabines com chuveiro. Ambos os banheiros possuem as mesmas características gerais, como revestimentos semelhantes (ver quadro de materiais), área de cerca de $90,00\text{m}^2$, cabine para deficiente físico de $1,70 \times 1,50\text{m}$ e cabine de sanitários de dimensões $1,30 \times 0,80\text{m}$ em parede de gesso, além disso,

ambos possuem solução de exaustão através da utilização de esquadrias do tipo boca de lobo 0,60x0,40m com peitoril de 1,70m para promover a renovação de ar. O setor de depósito de barracas trata-se de uma área com armários de ferro preparados para receber as barracas da feira de confecções desmontadas e estocá-las durante a semana, são 70 armários de dimensões 2,40x0,60m com capacidade para 10 barracas cada, totalizando uma capacidade de estoque para 700 barracas, mais do que o necessário, já que das 770 existentes, cerca de 150 delas permanecerão sempre no mesmo local para uso da feira permanente. Também nessa área de depósito foram colocados armários para guarda de pertences pessoais, são 430 armários colocados em dupla um acima do outro, totalizando 860 armários de dimensões 45,00x45,00cm por 1,20m de altura cada.

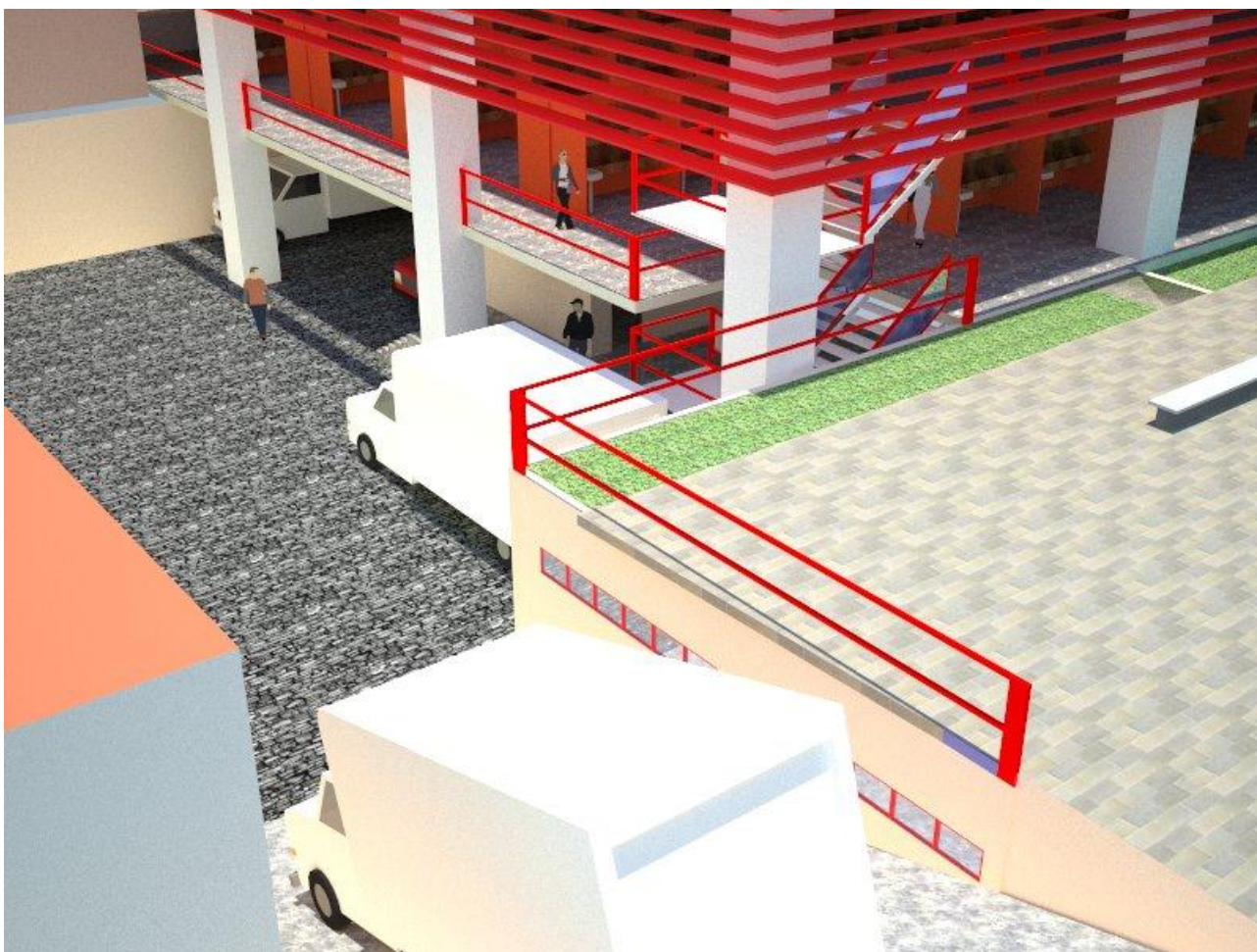


Fig. 167 – Área de carga e descarga do mercado.

A carga e descarga trata-se de uma área de entrada e saída principalmente de caminhões de produtos e de lixo. Trata-se de um setor escavado ao nível -4,00m pavimentado com blocos intertravados de concreto de alta resistência ao tráfego e raio de 8,00m inscrito de modo a dar possibilidade de manobra ao veículo de transporte que desce por uma rampa através da rua Joaquim Bento, faz a manobra e descarrega na área de pesagem e recebimento abrigada pela laje de piso do pavimento térreo e localizada em platô 1,00m acima do nível de tráfego dos veículos, neste nível estão localizadas balanças de controle de carnes e outros alimentos, estes

são levados para um setor com duas câmaras frigoríficas e uma sala de desossa, além de uma recepção para controle de entrada e saída de produtos, este tem pé-direito localizado ao nível do passeio estando assim coberto por laje impermeabilizada com capacidade para suportar tráfego de pessoas. Os produtos serão levados em carrinho de transporte via plataforma elevatória, também utilizada para acesso de deficientes, para o pavimento térreo. Existe neste setor também um depósito de lixo com capacidade de estocagem para dois dias.

Os banheiros de público possuem as mesmas características gerais de revestimento, pé-direito (2,50m) e solução de exaustão através de esquadrias do tipo boca de lobo 0,60x0,40m com peitoril de 1,70m, e cabines externas unissex de aparelho sanitário com 1,30x0,80m em alvenaria de tijolo cerâmico. Na feira, o banheiro masculino está equipado com 6 lavatórios, 6 aparelhos sanitários e 9 mictórios, já o banheiro feminino contém 10 lavatórios e 10 aparelhos sanitários. Esta bateria de banheiros da feira está equipada com um banheiro externo unissex para deficiente físico 1,70x1,50m, equipado com aparelho de exaustão eólica aérea, e DML para guarda de material de limpeza. Já no mercado, os banheiros de público masculino possuem 5 lavatórios, 6 aparelhos sanitários e 6 mictórios e os banheiros de público feminino possuem 8 lavatórios e 8 aparelhos sanitários. Esta bateria também contém um banheiro externo unissex para deficiente físico 1,70x1,50m equipado com aparelho de exaustão eólica aérea.

8.6.6. Prancha 06 – Plantas da Praça de Alimentação, Administração e Auditório

A praça de alimentação foi contemplada com visão para toda a feira em pé-direito duplo pavimentado sobre laje protendida em área de mesas de cerca de 400,00m² acessada por duas escadas metálicas e por plataforma elevatória para deslocamento vertical de deficiente físico. A praça de alimentação é margeada por corredores de boxes de serviços de alimentação compostos por 9 lanchonetes e 3 boxes com atendimento e cozinha, todos esses com corredores de serviço de 1,20m que percorrem todo o corredor de boxes. O pé-direito duplo da praça de alimentação é protegido por guarda-corpos de aço galvanizado. O boxes de lanchonete são produzidos em paredes de gesso com revestimento cerâmico nos pisos e nas paredes 3.60x2,40m equipados com freezers, fogão, e pia em aço inox com lavatório e bancada de apoio. Os boxes de lanchonete possuem duas janelas basculantes de aço de 1,00x0,40m com 1,70m de peitoril e entrada protegida por alvenaria a meia altura encimada por bancada de granito. Ambos os boxes equipados com cozinha possuem características semelhantes como a área de atendimento com espaço para caixa de atendimento e entrada protegida por alvenaria a meia altura encimada por bancada de granito, além de revestimentos idênticos aos da lanchonete e cozinha equipada com fogões, freezers e pia com lavatório e bancada de preparo em aço inox. A do tipo 01 possui duas janelas basculantes de aço 1,00x0,40m com 1,70m de peitoril, mesmas dimensões de abertura de vão na parede para passagem de pedidos, e duas portas de 0,80x2,10m para acesso a cozinha vindo tanto da área de atendimento quanto do corredor de serviço. Já do tipo 02 possui quatro destas mesmas janelas e duas das mesmas portas com as

mesmas funções das portas do tipo 01.

A administração foi pensada na verdade para ser a nova sede da Secretaria de Serviços Urbanos da SER VI, atual responsável pela administração tanto do mercado quanto da feira e agora responsável por todo o complexo. Este setor, climatizado artificialmente, foi equipado com recepção e área de espera, copa com cozinha, lavabos e DML, além de uma sala para depósito e guarda de arquivos e secretaria ligada diretamente ao balcão de recepção e com interligação direta com a sala de chefia e de reuniões que também tem acessos independentes pelo corredor central, ambos os corredores, tanto o da secretaria quanto o que parte da recepção, seguem até uma pequena rampa de concreto de inclinação $i=8\%$ que dão acesso a um grande auditório multiuso.



Fig. 168 – Vista do hall de entrada do auditório (volume branco) e administração (volume vermelho).



Fig. 169 – Praça de alimentação.

O auditório multiuso servirá para diversas atividades como palestras, treinamentos, apresentações de teatro e música e poderá ser inclusive pensado num uso para o bairro mediante autorização da administração responsável pelo complexo. Sua solução consiste em degraus de $0,90 \times 0,10$ m que vão do nível $+8,00$ ao $+10,00$ onde são locadas 19 fileiras duplas de corredor central e 7 cadeiras cada. Estas fileiras contem corredores centrais e periféricos de cerca de $1,20$ m. Todo o sistema é sustentado por alvenarias a várias alturas encimadas por placas pré-moldadas. Seus acessos se dão por três portas acusticamente protegidas, uma vinda da secretaria (porta dupla), que serviria em tese para algum palestrante ou grupo a se apresentar em platô elevado $0,30$ m que usaria a sala de reuniões como uma espécie de “camarim”, os outros acessos se dão por rampa externa de dois lances, ambos de inclinação $i=8\%$, ao nível $+8,90$ onde vagas especiais para deficiente são dispostas obedecendo ao percentual de 2% exigidos no Guia de Acessibilidade (2009) e todos os seus pormenores como a cadeiras de acompanhante. O terceiro acesso se dá aos fundos do auditório por porta acessada através de degraus. A solução acústica pensada foi primeiramente aproveitar o sistema de *dry-wall* utilizado nas paredes para criar paredes duplas com preenchimento de EPS (isopor), além disso, para eliminar o paralelismo

entre paredes (que deve ser evitado em acústica em nome da boa distribuição do som), placas de compensado de madeira rugosa são fixadas a parede de forma não paralela e desencontrada com a parede oposta com o mesmo sistema de placas, o mesmo acontecendo com o forro de gesso em relação ao piso, piso este que ganhou a solução tradicional do carpete para maior ganho em potencial acústico.

8.6.7. Prancha 07 – Cortes e Fachadas

O projeto foi contemplado com três cortes, os longitudinais A-A e B-B e o transversal C-C. O corte longitudinal A-A corta subsolo, área de barracas tanto da feira quanto do mercado, mezanino e 2º pavimento do mercado que saca na direção da feira onde estão localizados boxes de carnes, peixes e frangos além de toda área de carga e descarga, mostrando como esses níveis foram trabalhados no projeto. Já o corte longitudinal B-B, que passa somente pela feira, nos mostra os níveis da área de barracas com vista de banheiros e as duas baterias de escadas laterais a ele e no pavimento superior corta os vazios em pé-direito duplo dando visão em vista para os boxes da praça de alimentação, para a administração e auditório. Por fim o corte transversal C-C nos mostra além de corte da estrutura de sustentação do 1º pavimento, como foi trabalhado a sustentação dos níveis do auditório e o corte das janelas maximares duplas e dos boxes de carnes e peixes do 1º pavimento. Todos os cortes mostram bem o sistema de estrutura espacial de sustentação da coberta com 2,00m de altura.

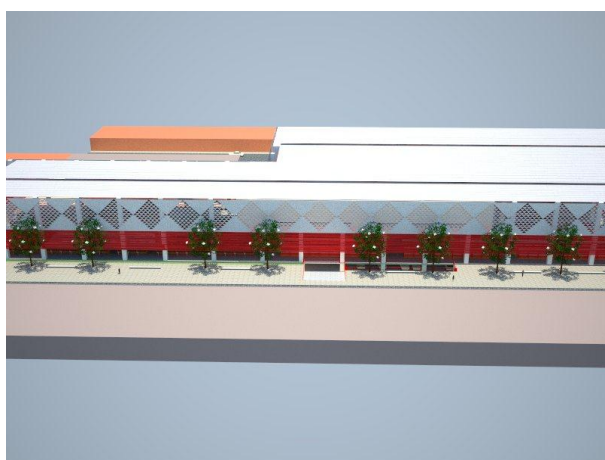


Fig. 170 – Fachada Norte.



Fig. 171 – Fachada Sul.

Na fachada é que veremos na forma mais pura o conceito estético colocado para este projeto, já que é nela que o usuário poderá apreender o edifício da forma como foi planejada. O edifício foi trabalhado em três níveis de percepção visual baseado na sequência de Fibonacci antes exposta aqui neste mesmo trabalho em parágrafos anteriores. São três níveis de “revestimento” de fachada que também funcionam bem como forma de barramento de insolação, mostrando a preocupação deste que vos fala em não aplicar conceitos abstratos de forma gratuita e em detrimento de um bom funcionamento e conforto do edifício, os três níveis são 3,00, 5,00 e 8,00m, seguindo esta sequência natural aplicada na própria natureza a apreensão do edifício pelo

usuário se tornará muito simples e rápida em acordo com princípios biológicos da mente humana. Para essa diferenciação visual dos vários níveis, foram pensados diferentes trabalhos na fachada, até o nível 3,00m a fachada está livre para passagem sendo fechada com portas de enrolar em aço galvanizado apenas nos momentos de fechamento do complexo que exceto em casos excepcionais só ocorrerá em período noturno. Já do nível 3,01 até o nível 8,00, foram trabalhados brises horizontais de concreto pré-moldado que percorrem todo o perímetro do edifício. Do nível 8,01 até o nível 16,00m chapas metálicas perfuradas fixadas aos pilares foram trabalhadas para ter efeito de recursividade, um efeito que se baseia num processo de repetição de um objeto, algo muito utilizado em diversos meios como a matemática, computação, linguagem e publicidade. As perfurações deverão ocorrer em forma de triângulos recursivos.



Fig. 172 – Fachada Leste.



Fig. 173 – Fachada Oeste.

8.6.8. Prancha 08 – Tipologia de boxes

Para um novo conceito de organização da feira e do mercado de Messejana, fez-se necessário também um novo *design* de boxes e barracas de comercialização de forma a gerar uma forma mais confortável tanto de compra quanto de venda de produtos. O desenho teve como base reivindicações levantadas *in loco* dos próprios permissionários que reclamavam tanto de abrigo contra chuva quanto tamanho insuficiente de barracas que faziam com que muitos tivessem que comercializar em mais de um ponto para poder exibir todos os produtos a venda. Com o novo desenho não haverá mais essa necessidade já que cada unidade teve o seu uso otimizado e racionalizado, além disso foi criado um espaço para que tanto comerciante quanto cliente não ocupem área de circulação. Outra preocupação levada em consideração foi a de que o espaço de feira tem caráter de paisagem mutante (já que 90% da feira funciona apenas aos domingos) e portanto cada unidade da feira criada deveria ser facilmente desmontável para estocagem. Foi criada então três tipologias de boxes: Confeções, Hortifrutigranjeiros e Carnes/Peixes/Frango.

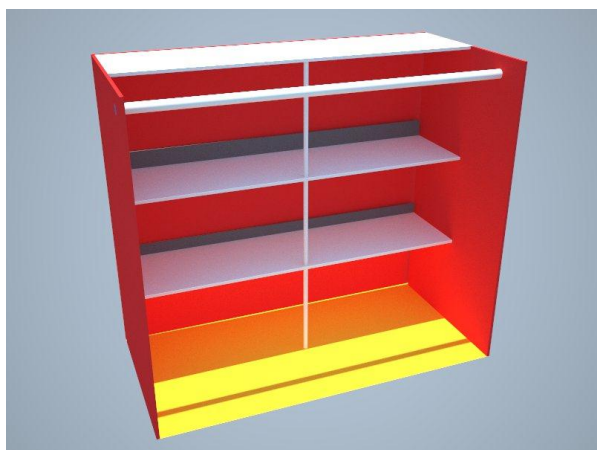


Fig. 174 – Box de confecções e miudezas.

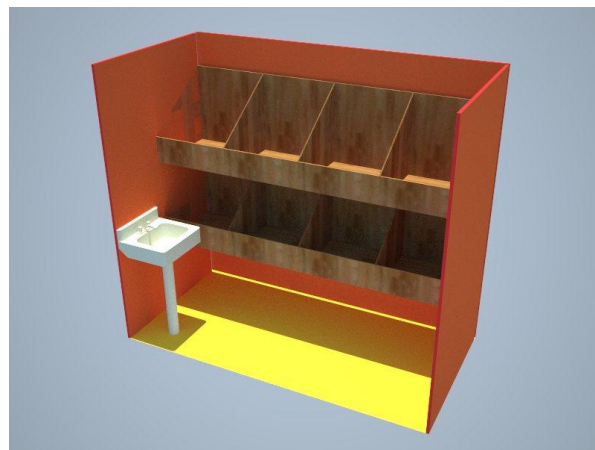


Fig. 175 – Box de hortifrutigranjeiros.

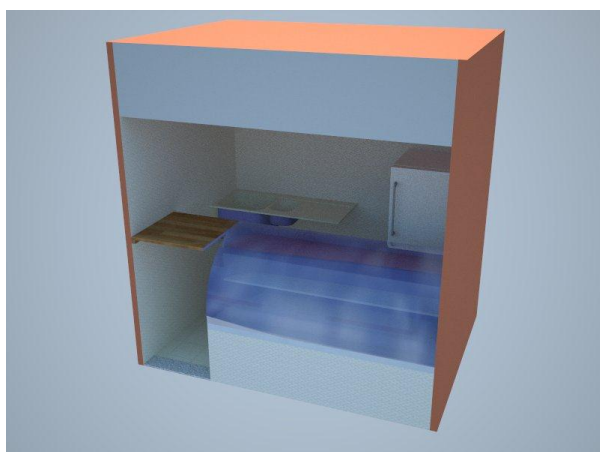


Fig. 176 – Box de carnes/peixes/frangos.

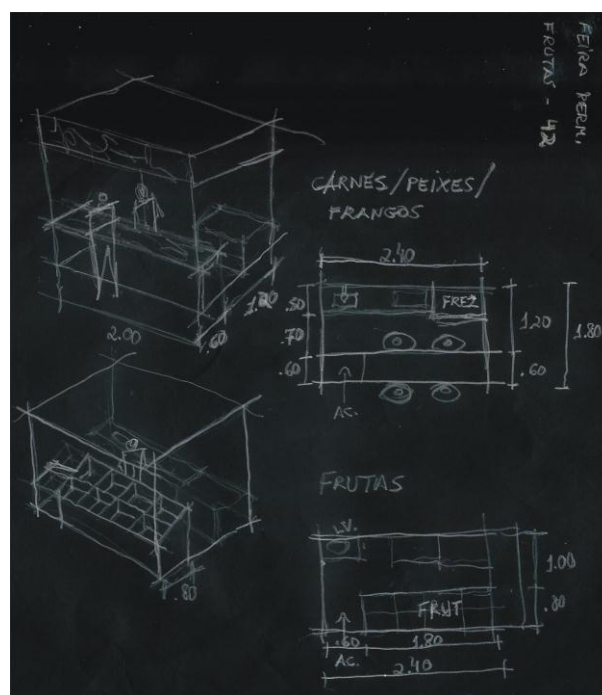


Fig. 177 – Croquis de tipologias de boxes.

Para a região da feira, que vende confecções, calçados e miudezas em geral, foi projetado um tipo de boxe de 2,40x1,20m por 2,10 de altura em aço com chapas metálicas dobráveis e três níveis de prateleiras em aço galvanizado que também receberam dobradiças em aço galvanizado para facilitar o desmonte e estocagem, todo esse conjunto é fixado ao piso em locais pré-determinados. Depois de dobrados, os boxes se conformarão em uma chapa única de 2,40x1,20m mas com apenas 0,20m de espessura. Para o mercado, as barracas de hortifrutigranjeiros foram planejadas com 2,40x1,20m por 2,10 de altura, em madeira com dois níveis de quatro caixas de mostra de frutas e verduras, totalizando oito, além disso está locada uma pia em aço inox para maior higienização dos produtos oferecidos. Para finalizar o projetos dos boxes, temos aqueles próprios para a comercialização de carnes, peixes e frangos, com 2,40x1,80m por 2,50m de altura, feitos em alvenaria de 0,10m de espessura e forro de gesso, tem

ainda frente dotada de mostruário de vidro, protegendo área de pia em aço inox com bancada de apoio para preparo e freezer, todo o conjunto tem revestimento cerâmico antiderrapante e placa de exposição de logomarca de 0,45m de altura.

8.7. Tipologia Construtiva: “Estrutura e materiais”

8.7.1. Solução Estrutural

Como dito anteriormente, todo o complexo comercial que envolve feira e mercado foi pensado para ser construído no menor tempo possível já que os permissionários tanto da feira livre quanto do mercado atual, apesar de ganharem local provisório para suas atividades não poderão ficar muito tempo sem um local fixo para comercialização de seus produtos. A solução para este problema foi a adoção da estrutura metálica em grande parte da edificação. Dentre as vantagens do uso do aço na construção podemos citar:

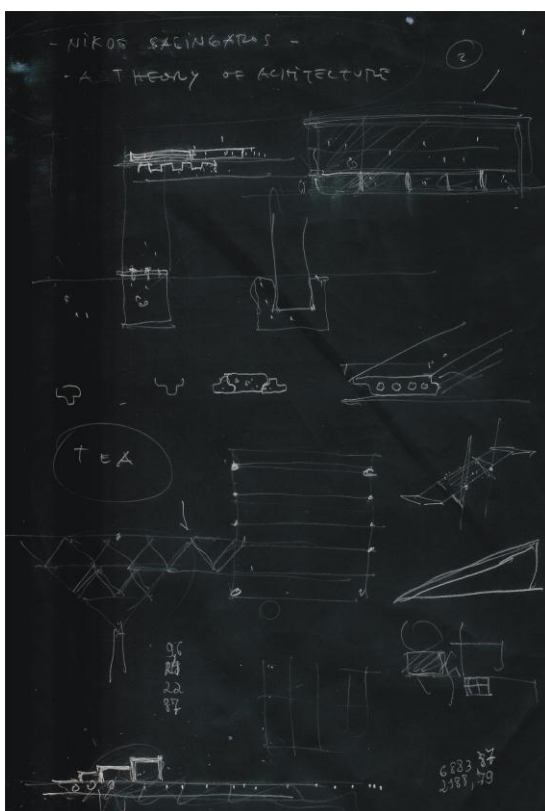


Fig. 178 – Croquis de estrutura.

1. Excelente resistência a esforços tanto de tração quanto de compressão. Resistência essa igual para os dois tipos de esforços, na ordem de 1.500Kg/cm^2

2. Menor perda de pé-direito e do próprio edifício, resultando em menor acabamento e evitando problemas com gabarito máximo de edificação fixado pela legislação vigente.

3. Menos carga na fundação devido a diminuição na dimensão dos elementos estruturais, já que uma estrutura de aço pesa cerca de seis vezes menos que uma de concreto armado convencional (YOPANAN, 2007).

4. Resultado final muito próximo ao modelo teórico já que a precisão na fabricação das peças é milimétrica.

5. Canteiro de obras mais racional e limpo.

6. Execução rápida, na ordem de 60% menos tempo que em obras com concreto armado (YOPANAN, 2007), já que são peças pré-moldadas que chegam ao canteiros prontas para montagem.

7. Estruturas facilmente desmontáveis, para o caso de uma possível relocação.

Os pilares escolhidos foram os de seção em U ligados em dupla por chapa soldada por serem considerados de boa eficiência em trabalhos de compressão por questões de distância de material do centro de gravidade. Eles estão posicionados a cada 10,00m e circundam todo o perímetro do edifício. Para as vigas foram utilizadas treliças metálicas também de perfil U soldadas entre si para formar o sistema treliçado. E por fim, se utilizando do distanciamento máximo e mínimo entre pilares (70,00m e 10,00, respectivamente) da estrutura espacial de sustentação da cobertura, ideal para grandes vãos abertos e que exijam do mínimo de pilares possível, tornando assim a treliça espacial um sistema ideal para o caso já que “as barras dispostas nos planos superiores e inferiores absorvem compressão e tração respectivamente. As barras inclinadas, por sua vez, ao absorverem o efeito de cisalhamento ficam sujeitas a tração ou compressão” (YOPANAN, 2007, p.70). Apesar do partido da estrutura metálica servir para dar rapidez a construção do complexo, o uso de lajes protendidas fez-se necessário pela necessidade de vencer grandes vãos sem um grande número de pilares que logicamente atrapalhariam a circulação e diminuiriam a quantidade de boxes consideravelmente, por isso apesar de ser um processo relativamente lento se compararmos com a estrutura metálica, ele virá para resolver problemas maiores e por isso é justificável. Essa laje é utilizada para o mezanino do mercado e 1º pavimento, sustentado por pilares ao limite ligados em diagonal com vigas treliçadas de forma que ao mesmo tempo em que o pavimento não sai da linha estética de proporção áurea do edifício os pilares de sustentação da laje assim seguem alinhados com os pilares que circundam o perímetro de todo o complexo.

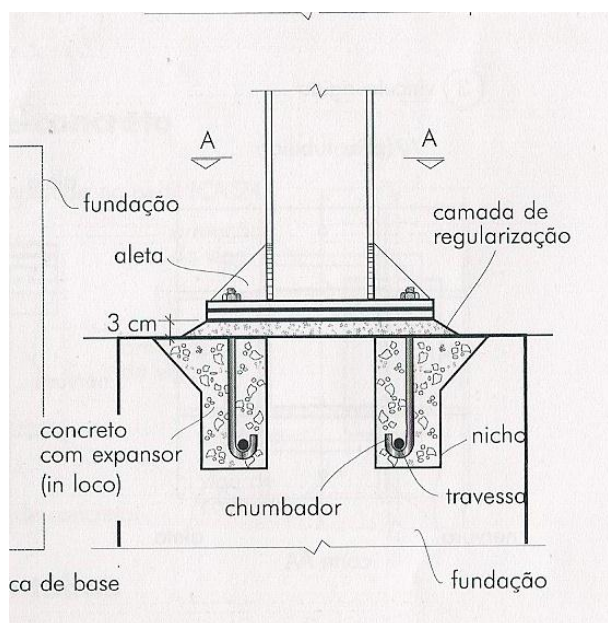


Fig. 179 – Detalhe da ligação do pilar metálico e sua respectiva fundação de concreto. Fonte: YOPANAN, 2007.



Fig. 180 – Vista em detalhe da chegada da estrutura metálica da cobertura a uma peça de espera fixada ao pilar. Fonte: Edifício da AABB Fortaleza.

8.7.2. Esquadrias

O quadro de esquadrias nos mostra a tipologia de portas e janelas especificadas para cada ambiente, segue abaixo uma breve explicação sobre cada uma delas. Todas as esquadrias obedecerão ao padrão de abertura de vão 0,05m de cada lado (largura e altura), maior que cada esquadria especificada para questões de espaço para montagem e colocação de marco, contra-marco, forramento, alisares, etc, o que for necessário dependendo do tipo de esquadria especificada.

8.7.2.1. Portas

P-1 – De 0,60m de largura por 2,10m de altura, a porta P1 é do tipo paraná padrão lisa com núcleo em sarrafos de cedro, com dobradiça reforçada 3" x 2.1/2" cromada, fechadura cromada, tipo cilindro, com maçaneta tipo comercial. A porta será do tipo de abrir e contém uma folha pintada com duas demãos de esmalte sintético de cor a definir.

P-2 – De 0,80m de largura por 2,10m de altura, a porta P2 é do tipo paraná padrão lisa com núcleo em sarrafos de cedro, com dobradiça reforçada 3" x 2.1/2" cromada, fechadura cromada, tipo cilindro, com maçaneta tipo comercial. A porta será do tipo de abrir com mola hidráulica aérea e contém uma folha pintada com duas demãos de esmalte sintético de cor a definir.

P-3 – De 0,90m de largura por 2,10m de altura, a porta P3 é do tipo paraná padrão lisa com núcleo em sarrafos de cedro, com dobradiça reforçada 3" x 2.1/2" cromada, fechadura cromada, tipo cilindro, com maçaneta tipo alavanca. A porta será do tipo de abrir e contém uma folha pintada com duas demãos de esmalte sintético de cor a definir. Esta porta é diferenciada das outras por estar dentro dos padrões exigidos para acessibilidade universal através da adoção de barra de maçaneta tipo alavanca a altura de 1,10m e puxador horizontal ao centro de 0,40m posicionado a 0,90m de altura. Na base da porta é colocado uma placa de 0,40m de altura de material resistente a impactos.

P-4 – De 1,00m de largura por 2,50m de altura, a porta P4 é do tipo porta frigorífica com visor de vidro, dobradiça reforçada 3" x 2.1/2" cromada, fechadura cromada, tipo cilindro, com maçaneta tipo comercial. A porta será do tipo de abrir com mola hidráulica aérea e contém uma folha pintada com duas demãos de esmalte sintético de cor a definir.

P-5 – De 1,20m de largura por 2,50m de altura, a porta P5 é do tipo paraná padrão lisa com núcleo em sarrafos de cedro, com dobradiça reforçada 3" x 2.1/2" cromada, fechadura cromada, tipo cilindro, com maçaneta tipo comercial. A porta será do tipo de abrir com mola hidráulica aérea e contém duas folhas pintadas com duas demãos de esmalte sintético de cor a definir.

P-6 – De 1,20m de largura por 2,50m de altura, a porta P6 é do tipo porta acústica maciça com visor de vidro, com dobradiça reforçada 3" x 2.1/2" cromada, fechadura cromada, tipo cilindro, com maçaneta tipo comercial. A porta será do tipo de abrir com mola hidráulica aérea e contém uma folha pintada com duas demãos de esmalte sintético de cor a definir.

P-7 – De 3,20m de largura por 2,10m de altura, a porta P7 é do tipo alumínio e vidro, fechadura cromada, tipo cilindro, com maçaneta tipo comercial. A porta será do tipo de correr e contém duas folhas móveis e duas fixas em alumínio anodizado e vidro 4,00mm.

P-8 – De 10,00m de largura por 3,00m de altura, a porta P8 é do tipo de enrolar em aço galvanizado do tipo chapa raiada vazada pintada com duas demãos de esmalte sintético.

8.7.2.2. Janelas, Grades e Combogós

J-1 – De 0,60m de largura por 0,40m de altura e peitoril de 1,70m, a janela J1 será do tipo boca de lobo em alumínio anodizado e vidro 4,00mm. Para as janelas dos banheiros o vidro será do tipo jateado.

J-2 – De 0,60m de largura por 0,40m de altura e peitoril de 1,70m, a janela J2 será do tipo boca de maximar dispostas lado a lado até completar o vão. Será em alumínio anodizado e vidro 4,00mm..

J-3 – De 1,00m de largura por 0,40m de altura e peitoril de 1,70m, a janela J3 será do tipo basculante de aço e vidro 4,00mm. Para as janelas dos banheiros o vidro será do tipo jateado.

C-1 – De 3,60m de largura por 2,50m de altura e ocupando a parede de piso a teto, o combogó C1 será de faces intercaladas de forma a não dar visão interna para quem vê de fora. Serão em concreto pintado.

C-2 – De 40,25m de largura por 2,50m de altura e ocupando a parede de piso a teto, o combogó C2 funcionará como parede de combogós e protegido internamente por cortina de acionamento manual. Serão em concreto pintado.

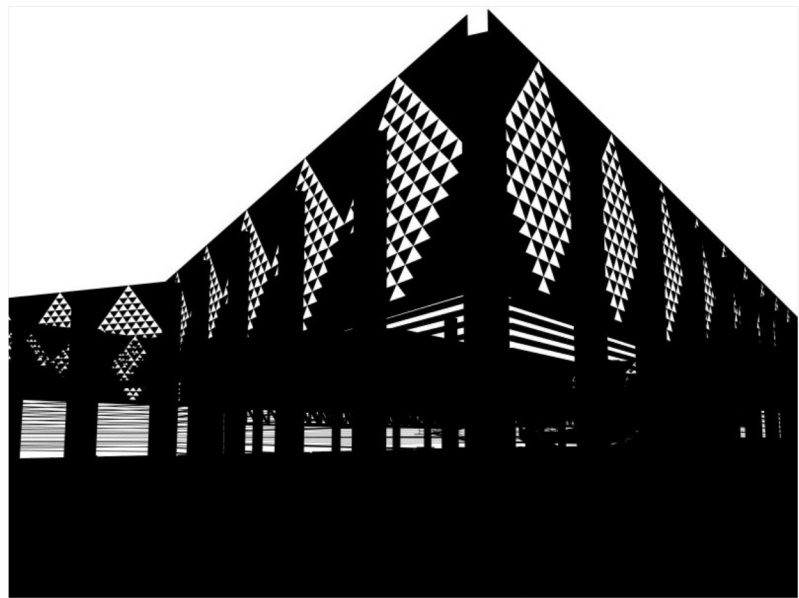
G-1 – De 3,60m de largura por 2,50m de altura e ocupando a parede de piso a teto, o gradil G1 será em aço galvanizado e terá portão de acionamento automatizado via interfone.

8.7.3. Escadas, Rampas e Guarda-Corpos

Para as escadas foi utilizada estrutura metálica em peças diagonais que ligam os pisos de cada degrau, sem espelho de altura que variam de 0,165m a 0,18m de altura, em peças pré-fabricadas e prontas para encaixe na obra. Para as rampas também se utilizou da estrutura metálica através de vigas de seção I e longarinas transversais de sustentação das placas de tráfego. Os guarda-corpos serão em aço galvanizado colocados a 1,10m de altura e com balaustre horizontal a meia altura, estarão parafusados a rampas e escadas. A ultima forma de deslocamento vertical trata-se das plataformas de elevação com acionamento mecânico que servirão tanto para deslocamento de deficiente físico quanto de carrinhos de transporte de mercadorias.



“A filosofia do design que informa o conceito da Aldeia Humana reconhece o que os indivíduos desejam em suas vidas cotidianas; O que eles querem ver e sentir em suas vizinhanças, seus lares e seus locais de trabalho; uma sensação de calma, permanência e beleza intemporal, servida mas não dominada pelas maravilhas da tecnologia. Devolver a vida aos prazeres da privacidade e amizade em cenários feitos para a escala humana. Construir com previdência e restaurar com cuidado. Olhar primeiro para as pessoas.” (Ben Park)



CAPÍTULO 09

Conclusão



9. Conclusão

Após este longo caminho percorrido que passou primeiramente por uma análise teórica da arquitetura e do urbanismo, passou pela análise minuciosa das premissas urbanas do centro de Messejana e como ela se apresenta dentro daquele contexto e culminou na colocação de diretrizes para sua melhoria e com o projeto detalhado do novo mercado de Messejana, desde a teoria conceitual estética da forma concebida até detalhes construtivos e estruturais, posso agora concluir este trabalho com a sensação de dever cumprido.

Vimos aqui que Messejana trata-se de um sub-centro comercial da cidade de Fortaleza que cresceu muito, especialmente na última década (anos 2000), crescimento esse que transformou este centro em uma região quase que totalmente alta suficiente, o que provocou até o renascimento da idéia de emancipação do bairro para município assim como já o foi por duas vezes durante os seus mais de 400 anos de existência, uma história concomitante a da própria cidade de Fortaleza, um dos motivos que transforma o bairro em uma área especial da cidade que deve, portanto, ser pensado com muito cuidado e de forma diferenciada pelo seu valor histórico, econômico e social, também por se situar na secretaria regional de maior contingente populacional de Fortaleza, a SER VI. Devido ao seu crescimento em diversas instâncias, o bairro é alvo agora de intensa especulação imobiliária e grandes empreendimentos residenciais já estão em fase de construção nos arredores daquele centro. O centro de Messejana ganhou notoriedade através da instalação da tradicional feira de Messejana aos domingos, desde a década de 1940, que cresceu para uma feira permanente e contribuiu direta e indiretamente para trazer grandes lojas de departamento para a região, porém como toda grande região comercial no Brasil, Messejana sofre com problema relacionado principalmente a desorganização do espaço urbano que culmina em usos indevidos do espaço, um fenômeno também conhecido como privatização do espaço público.

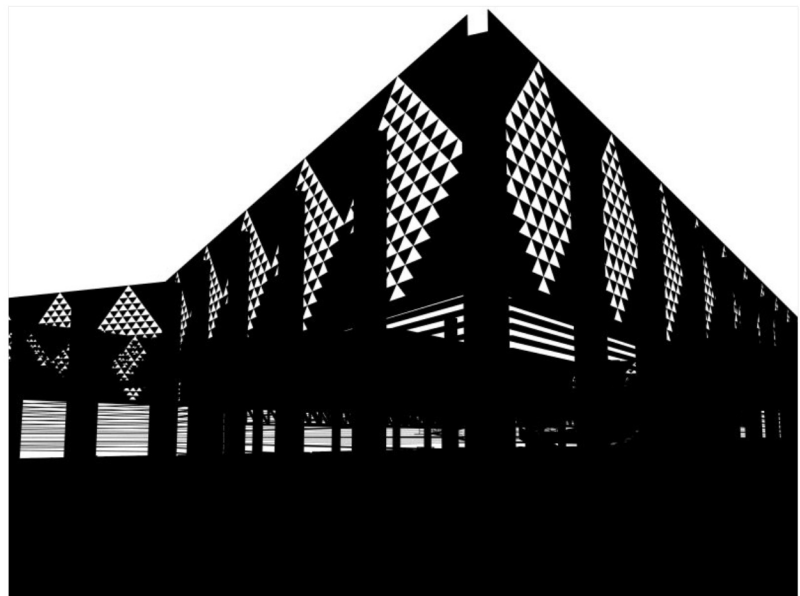
A produção dos projetos aqui presentes nas páginas que se seguiram anteriormente veio com o objetivo de solucionar problemáticas urbanas da melhor forma possível pontuando problemas e encontrando, até mesmo nesses problemas, potencialidades que podem ser aproveitadas. Revitalizar não é exatamente a palavra para a intervenção aqui proposta já que vida a região tem até demais. É uma área em que a circulação de capital ocorre livremente e podemos encontrar interações sociais muito interessantes, o grande problema consiste na reestruturação deste espaço com o objetivo de dar organização a essas atividades de forma a não haver conflitos entre os mais diversos agentes do meio urbano. Outro ponto importante colocado aqui é o conceito de Urbanismo Social, enunciado por Jáuregui (2010), um conceito de urbanismo que se baseia no social, na *“consideração das condições de vida urbana em primeiro lugar, por sobre qualquer outra perspectiva, econômica ou técnica [...]”* (JÁUREGUI, 2010). Isso foi aplicado e esperam-se bons resultados já que no centro de Messejana, mesmo com a forte circulação de capital, grande especulação imobiliária ao seu redor e intensa circulação de produtos, não há algo

mais admirável e digno de se enaltecer do que as fortes relações sociais existentes naquele meio, uma região de caráter popular rica em história e diversidade cultural. Procurou-se, por isso, mesmo organizar o espaço tomando o máximo cuidado em não cair nas armadilhas do urbanismo moderno, a gentrificação, um urbanismo que segrega populações e as exclui do processo de evolução do espaço de acordo com a sua classe social. Idéias como a expansão do centro para áreas antes inutilizadas como a da rua Cap. Afrânio deverão desafogar o trânsito e dar vida a uma rua antes abandonada e esquecida pelo bairro, mas de enorme potencial de uso por estar localizada a beira da lagoa de Messejana e ter, exatamente por isso, uma bela paisagem a ser contemplada pelo usuário.

Para coroar esse intenso estudo urbano não só do centro, mas de todo o bairro de Messejana e seus arredores, um projeto de arquitetura foi trabalhado nos mínimos detalhes. Este projeto poderia ser qualquer uma das diretrizes propostas, o CUCA Messejana, os restaurantes a beira da lagoa ou até mesmo detalhes de equipamento urbano, mas o escolhido foi o que para mim trazia maior desafio, o novo mercado de Messejana, um grande complexo comercial com o objetivo de unir permissionários da feira e do mercado público num único edifício. Mesmo com a forte história que carrega, o antigo mercado já não mais se justificava apenas pela sua história e portanto, teve que ser eliminado, assim como a escola Angélica Gurgel, essa transferida para novo local, mais reservado e ideal para a localização de escola. No projeto do mercado, ainda com o conceito de não gentrificar o espaço, foi pensado um edifício que se baseia em teoria arquitetônicas que dizem respeito a íntima ligação do ser humano com a proporção natural das formas, para isso a matemática e a proporção áurea foi utilizada para criar uma harmonia no elemento edificado de forma que o usuário possa apreender o edifício da melhor forma possível. O projeto então contemplou ao mesmo tempo a funcionalidade e a estética da forma justificada em teorias matemática e de formação de elementos da natureza.

Para finalizar, termino este texto e, conseqüentemente, este trabalho com um depoimento pessoal. Este trabalho foi pensado para ser um grande resumo de tudo o que aprendi em minha vida acadêmica, incluindo períodos de estagio em escritórios de arquitetura. Um trabalho de graduação que me ensinou muito e que passeou por praticamente todas as áreas da formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo e acredito que foi um bem sucedido estudo urbano e arquitetônico que me coloca agora como um cidadão pronto para enfrentar o mercado de trabalho. Da teoria da arquitetura, passando por sociologia e economia urbana, da estética do ambiente construído a concepção estrutural e tipologias construtivas, uma grande viagem pelo mundo da arquitetura, a profissão mais bela do mundo.

"[...]é impossível encontrar frases de efeito para um capítulo de anexos." (NOBRE, 2011)



CAPÍTULO 10

ANEXOS



10. ANEXOS

Anexo 01. Relação de feiras sob a responsabilidade da SER VI.

Setor de Serviços Urbanos – SER VI Relação de endereços – Feiras Livres

Feira do Conjunto Palmeiras

Endereço: Rua Canguru, entre as Ruas Dalva de Oliveira e Av. Val Paraíso – Conj. Palmeiras – Jangurussu. **Dia de funcionamento:** Segunda Feira, das 05:00 às 13:00

Feira do Dias Macedo

Endereço: Rua Boa Ventura, entre as Ruas Bandeira de Melo e Pedro Dantas – Dias Macedo. **Dia de funcionamento:** Terça Feira, das 05:00 às 13:00

Feira do Barroso II

Endereço: Rua Eldorado, entre as Ruas Regina de Fátima e Av. Padaria Espiritual – Barroso **Dia de funcionamento:** Terça Feira, das 05:00 às 13:00

Feira do Conjunto Alvorada

Endereço: Rua José Severiano, entre as Ruas Olegário Memória e Rua Raquel Pestana – Edson Queiroz **Dia de funcionamento:** Quarta Feira, das 05:00 às 13:00

Feira do Parque Dois Irmãos

Endereço: Av. Coletora Norte Sul, entre B e D – Pq. Dois Irmãos
Dia de funcionamento: Quarta Feira, das 05:00 às 13:00

Feira do Tancredo Neves

Endereço: Av. Plácido Castelo, entre as Ruas Carmem Miranda e Rua Trápia – Tancredo Neves- Jardim das Oliveiras
Dia de funcionamento: Quinta Feira, das 05:00 às 13:00

Feira da Aerolândia

Endereço: Rua Capitão Gustavo, entre a BR 116 e Rua Tenente Roma – Pça do Mercado da Aerolândia
Dia de funcionamento: Quinta Feira, das 05:00 às 13:00

Feira do Pq. Santa Maria

Endereço: Rua Honorato Silva, entre as Ruas Cel. José de Moura e João Crispim – Pq. Santa Maria - Ancuri
Dia de funcionamento: Sexta Feira, das 05:00 às 13:00

Feira do Edson Queiroz

Endereço: Rua Luiz Francisco Antonio, entre as Ruas Roberto Silva e Rua Humaitá – Edson Queiroz **Dia de funcionamento:** Sábado, das 05:00 às 13:00

Feira do São Cristóvão

Endereço: Av. Castelo de Castro, entre as Av. Contorno Sul e Av. Perimetral – São Cristóvão – Jangurussu **Dia de funcionamento:** Sábado, das 05:00 às 13:00

Feira de Messejana:

Endereço: Rua Cel. Francisco Pereira, Cel. Joaquim Felício e Cel. Guilherme Alencar – Pça. Do Mercado de Messejana
Dia de funcionamento: Domingo, das 05:00 às 13:00

Francisco Estevam da Silva
Encarregado de Feira
Mat: 16.520 SER-VI

Anexo 02. Art. 168 do Plano diretor participativo da cidade de Fortaleza.

Parágrafo único - O Sistema Viário compreende a pista, a calçada, o acostamento e o canteiro central.

Art. 168 - O Sistema Viário tem seus componentes classificados como segue:

I - Via de Ligação Regional (VLR) - Vias com capacidade de absorver elevados volumes de tráfego, que suportam altos níveis de adensamento dos lotes lindeiros, bem como equipamentos de grande porte;

II – Via Estrutural 1 (VE1) - Vias com capacidade de absorver significativos volumes de tráfego, que suportam moderados níveis de adensamento dos lotes lindeiros, bem como equipamentos de médio porte;

III – Via Estrutural 2 (VE2) - Vias com capacidade de absorver moderados volumes de tráfego e que suportam baixos níveis de adensamento dos lotes lindeiros;

IV – Via Complementar 1 (VC1) - Vias destinadas a coletar o tráfego das vias VC2, VL e VCS para as vias estruturais e que suportam moderados níveis de adensamento dos lotes lindeiros;

V – Via Complementar 2 (VC2) - Vias destinadas a atender ao tráfego local, com moderados volumes de tráfego e com baixos níveis de adensamento dos lotes lindeiros;

VI – Via Local (VL) - Vias destinadas a atender ao tráfego local, com baixos volumes de tráfego e com baixos níveis de adensamento dos lotes lindeiros;

VII – Via de Comércio e Serviços (VCS) - Vias destinadas a atender ao tráfego local, com consideráveis volumes de tráfego e com uso dos lotes lindeiros predominantemente de comércios e serviços;

VIII – Via Paisagística (VP) - Vias destinadas a atender a baixos volumes de tráfego, com o objetivo de valorizar e integrar áreas especiais, de preservação, de proteção, de faixas de praia, de recursos hídricos, de dunas e de orla marítima, com uso do solo lindeiro restrito.

IX – Via para Pedestres (VPE) - vias destinadas à circulação prioritária de pessoas;

X – Via para Ciclistas (VCI) - vias destinadas exclusivamente para a circulação de ciclos.

Parágrafo 1º – A classificação das vias de que trata este artigo está indicada no Mapa 6, Anexo 6 desta lei.

Parágrafo 2º - A reclassificação das vias regionais e estruturais de que se trata esse artigo esta indicada na Tabela 1, Anexo 9.

Anexo 03. Art. 61 do Código Brasileiro de Trânsito sobre as velocidades máximas permitidas em cada tipo de via.

Art. 61. A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito.

§ 1º Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de:

I - nas vias urbanas:

- a) oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido;
- b) sessenta quilômetros por hora, nas vias arteriais;
- c) quarenta quilômetros por hora, nas vias coletoras;
- d) trinta quilômetros por hora, nas vias locais;

II - nas vias rurais:

a) nas rodovias:

1) *110 (cento e dez) quilômetros por hora para automóveis, camionetas e motocicletas; (Redação dada pela Lei nº 10.830, de 23.12.2003)*

2) noventa quilômetros por hora, para ônibus e microônibus;

3) oitenta quilômetros por hora, para os demais veículos;

b) nas estradas, sessenta quilômetros por hora.

§ 2º O órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com circunscrição sobre a via poderá regulamentar, por meio de sinalização, velocidades superiores ou inferiores àquelas estabelecidas no parágrafo anterior.

Art. 62. A velocidade mínima não poderá ser inferior à metade da velocidade máxima estabelecida, respeitadas as condições operacionais de trânsito e da via.

Art. 63. (VETADO)

Art. 64. As crianças com idade inferior a dez anos devem ser transportadas nos bancos traseiros, salvo exceções regulamentadas pelo CONTRAN.

Art. 65. É obrigatório o uso do cinto de segurança para condutor e passageiros em todas as vias do território nacional, salvo em situações regulamentadas pelo CONTRAN.

Art. 66. (VETADO)

Art. 67. As provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta à circulação, só poderão ser realizadas mediante prévia permissão da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via e dependerão de:

EAG	PE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EDS				PE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ECL	A			A PE		-	-	-	-	-	-					-
EAR			PE	-	-	-	-	-	-	-	-					-
EAI	PE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EVP	PE	PE	PE	PE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EAT	PE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UA	PE	P (IV) PE	PE	A PE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

OBS: A - ADEQUADO I - INADEQUADO P - PERMITIDO COM RESTRIÇÕES PE - PROJETO ESPECIAL

RESIDENCIAL - Residencial - (R), Misto - (M); **COMERCIAL** - Comércio Varejista - (CV), Comércio Atacadista - (CA), Inflamáveis - (INF); **COMERCIO E SERVIÇO** - Comércio e Serviços Múltiplos - (CSM); **SERVIÇOS** - Serviços Bancários e Afins - (SB), Hospedagem - (H), Prestação de Serviços - (PS), Serviço de Alimentação e Lazer - (SAL), Serviço Pessoal - (SP), Serviço de Oficinas e Especiais - (SOE), Serviço de Educação - (SE), Serviço de Saúde - (SS), Serviço de Utilidade Pública - (SUP); **INDUSTRIAL** - Atividades Adequadas ao Meio Urbano - (IA); Atividades Inadequadas ao Meio Urbano - (II); Atividades Nocivas ou Perigosas ao Meio Urbano - (IN); **INSTITUCIONAL** - Equipamento para Atividades Administrativas Governamental - (EAG); Equipamento para Atividades de Defesa e Segurança - (EDS), Equipamento para Atividades Cultural e Lazer - (ECL), Equipamento para Atividade Religiosa - (EAR), Equipamento para Atividade Insalubre - (EAI), Equipamento para Venda de Artigos Diversificados em Caráter Permanente - (EVP), Equipamento para Atividades de Transportes - (EAT); **URBO-AGRÁRIO** - Extração de Minerais - (UA1); Agropecuária - (UA2), Extração Vegetal - (UA3), Pesca e Aquicultura - (UA4).

NORMAS

- I - O Uso Misto será adequado se a atividade não residencial for também adequada
- II - São adequadas as atividades (S.S.)
- a) 85.15.41 - Consultório
- b) 85.13.81 - Posto de Saúde
- III - São adequadas as atividades (S.U.P.)
- a) 64.20.31 - Serviço de telecomunicações - Posto
- b) 64.11.41 - Serviços postais e telegráficos - Posto
- IV - São adequadas as atividades (U.A.)
- a) 01.21.00 - Horticultura, cultura de condimentos e medicinais

NORMAS GERAIS

- a) A adequação dos Projetos Especiais (PE) poderá ser alterada em função de estudos específicos, respeitado o disposto no TÍTULO III, CAPÍTULO I;
- b) A classe do subgrupo deverá observar a adequação à zona e ao sistema viário.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA ANEXO 8 - ADEQUAÇÃO DAS ATIVIDADES AO SISTEMA VIÁRIO TABELA 8.1 - SUBGRUPO RESIDENCIAL - R

CLASSE R	USO	VIA EXPRESSA				VIA ARTERIAL I				VIA ARTERIAL II				VIA COLETORA				VIA COMERCIAL				VIA LOCAL			
		RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	RECUSOS	
		FT	LT	FD	NORMAS Anexo 8.1	FT	LT	FD	NORMAS Anexo 8.1	FT	LT	FD	NORMAS Anexo 8.1	FT	LT	FD	NORMAS Anexo 8.1	FT	LT	FD	NORMAS Anexo 8.1	FT	LT	FD	NORMAS Anexo 8.1
1	A	4,00	1,50	3,00	05,17	A	4,00	1,50	3,00	05,17	A	4,00	1,50	3,00	05,17	A	4,00	1,50	3,00	05,17	A	4,00	1,50	3,00	05,17
2	A	5,00	3,00	3,00	08	A	5,00	3,00	3,00	08	A	5,00	3,00	3,00	08	A	5,00	3,00	3,00	08	A	5,00	3,00	3,00	08
3	A	4,00	1,50	3,00	05,17	A	4,00	1,50	3,00	05,17	A	4,00	1,50	3,00	05,17	A	4,00	1,50	3,00	05,17	I	-	-	-	-
4 PE	A	4,00	1,50	3,00	Objeto de estudo	A	4,00	1,50	3,00	Objeto de estudo	A	4,00	1,50	3,00	Objeto de estudo	A	4,00	1,50	3,00	Objeto de estudo	I	-	-	-	-
5	A	5,00	3,00	3,00	07	A	5,00	3,00	3,00	07	A	5,00	3,00	3,00	07	A	5,00	3,00	3,00	07	I	-	-	-	-
6 PE	A	5,00	3,00	3,00	Objeto de estudo	A	5,00	3,00	3,00	Objeto de estudo	A	5,00	3,00	3,00	Objeto de estudo	A	5,00	3,00	3,00	Objeto de estudo	I	-	-	-	-
7	A	3,00	1,50	3,00	05,17	A	3,00	1,50	3,00	05,17	A	3,00	1,50	3,00	05,17	A	3,00	1,50	3,00	05,17	I	-	-	-	-
8 PE	A	3,00	1,50	3,00	Objeto de estudo	A	3,00	1,50	3,00	Objeto de estudo	A	3,00	1,50	3,00	Objeto de estudo	A	3,00	1,50	3,00	Objeto de estudo	I	-	-	-	-
9	A	5,00	3,00	3,00	08	A	5,00	3,00	3,00	08	A	5,00	3,00	3,00	08	A	5,00	3,00	3,00	08	I	-	-	-	-
10 PE	A	5,00	3,00	3,00	Objeto de estudo	A	5,00	3,00	3,00	Objeto de estudo	A	5,00	3,00	3,00	Objeto de estudo	A	5,00	3,00	3,00	Objeto de estudo	I	-	-	-	-
11	A	5,00	3,00	3,00	08	A	5,00	3,00	3,00	08	A	5,00	3,00	3,00	08	A	5,00	3,00	3,00	08	A	5,00	3,00	3,00	08

A - ADEQUADO I - INADEQUADO PE - PROJETO ESPECIAL, VER CAPÍTULO PROJETO ESPECIAL
OBS - O RECUSO DE FRENTE PARA O USO UNIFAMILIAR, CLASSES 1, 3, 4, 7 E 8 NA ZU-1 E ZU-2 SERÁ DE 3,00M.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
ANEXO 8 - ADEQUAÇÃO DAS ATIVIDADES AO SISTEMA VIÁRIO
TABELA 8.2 - SUBGRUPO MISTO - M

CLASSE M	USO	VIA EXPRESSA			NORMAS Anexo 8.1	VIA ARTERIAL I			NORMAS Anexo 8.1	VIA ARTERIAL II			NORMAS Anexo 8.1	VIA COLETORA			NORMAS Anexo 8.1	VIA COMERCIAL			NORMAS Anexo 8.1	VIA LOCAL			NORMAS Anexo 8.1					
		FT	LT	PD		FT	LT	PD		FT	LT	PD		FT	LT	PD		FT	LT	PD		FT	LT	PD						
1	A	4,00	3,00	3,00	08.10.17	A	4,00	3,00	3,00	05.10.17	A	4,00	3,00	3,00	05.10.17	A	4,00	3,00	3,00	08.10.17	A	4,00	3,00	3,00	05.09.17	A	4,00	3,00	3,00	05.09.17
2	A	7,00	3,00	3,00	08.10.19	A	7,00	3,00	3,00	05.10.19	A	7,00	3,00	3,00	05.10.19	A	7,00	3,00	3,00	08.10.19	A	5,00	3,00	3,00	05.09.18	A	5,00	3,00	3,00	05.09.18
3	A	7,00	3,00	3,00	08.10	A	7,00	3,00	3,00	08.11	A	7,00	3,00	3,00	08.11	A	7,00	3,00	3,00	08.10	A	7,00	3,00	3,00	08.09.19	A	5,00	3,00	3,00	05.09
4	A	7,00	3,00	3,00	08.10.19	A	10,00	3,00	3,00	05.11.18	A	10,00	3,00	3,00	02.08.11, 19	A	7,00	3,00	3,00	08.10.18	A	5,00	3,00	3,00	05.09.19	I	-	-	-	-
5	A	7,00	3,00	3,00	08.10.19	A	10,00	3,00	3,00	05.11.19	A	10,00	3,00	3,00	02.08.11, 18	A	7,00	3,00	3,00	08.10.18	A	5,00	3,00	3,00	05.09.19	A	7,00	3,00	3,00	05.09.18
8	A	7,00	3,00	3,00	02.08.10, 13.19	A	7,00	3,00	3,00	02.05.11, 13.18	A	7,00	3,00	3,00	02.05.11, 13.18	A	7,00	3,00	3,00	02.08.10, 13.18	A	5,00	3,00	3,00	05.09.19	A	7,00	3,00	3,00	02.05.09, 18
7	A	7,00	3,00	3,00	02.08.10, 12.19	A	10,00	3,00	3,00	05.11.12, 18	A	10,00	3,00	3,00	02.08.11, 12.18	A	7,00	3,00	3,00	08.10.12, 18	A	5,00	3,00	3,00	05.09.12, 19	A	7,00	3,00	3,00	05.10.12, 18
8	A	7,00	3,00	3,00	07.10	A	10,00	3,00	3,00	07.11	A	10,00	3,00	3,00	08.11	A	7,00	3,00	3,00	07.10	A	7,00	3,00	3,00	08.09.19	I	-	-	-	-
9	A	10,00	3,00	3,00	02.07.10, 19	A	10,00	3,00	3,00	02.08.11, 18	A	10,00	3,00	3,00	02.07.11, 18	A	10,00	3,00	3,00	02.07.10, 18	A	7,00	3,00	3,00	08.09.19	I	-	-	-	-
10	A	10,00	3,00	3,00	02.07.10, 12.19	A	10,00	3,00	3,00	02.08.11, 12.18	A	10,00	3,00	3,00	02.07.11, 12.18	A	10,00	3,00	3,00	02.07.10, 12.18	A	7,00	3,00	3,00	08.09.12, 19	I	-	-	-	-
11	A	10,00	5,00	5,00	02.07.10, 12	A	10,00	5,00	5,00	02.07.10, 12	I	-	-	-	-	A	10,00	5,00	5,00	02.07.10, 12	A	7,00	3,00	3,00	08.09.19	I	-	-	-	-

A - ADEQUADO I - INADEQUADO PE - PROJETO ESPECIAL, VER CAPÍTULO PROJETO ESPECIAL
OBS: Para as normas 18 e 19 é permitido encostar nas laterais apenas a atividade não residencial.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
ANEXO 8 - ADEQUAÇÃO DAS ATIVIDADES AO SISTEMA VIÁRIO
TABELA 8.3 - SUBGRUPO COMÉRCIO VAREJISTA - CV

CLASSE CV	USO	VIA EXPRESSA			NORMAS Anexo 8.1	VIA ARTERIAL I			NORMAS Anexo 8.1	VIA ARTERIAL II			NORMAS Anexo 8.1	VIA COLETORA			NORMAS Anexo 8.1	VIA COMERCIAL			NORMAS Anexo 8.1	VIA LOCAL			NORMAS Anexo 8.1					
		FT	LT	PD		FT	LT	PD		FT	LT	PD		FT	LT	PD		FT	LT	PD		FT	LT	PD						
1	A	7,00	3,00	3,00	08.10.19	A	7,00	3,00	3,00	05.10.19	A	7,00	3,00	3,00	01.05.10, 19	A	7,00	3,00	3,00	08.10.18	A	5,00	3,00	3,00	05.09.18, 19	A	5,00	3,00	3,00	05.09.18, 19
2	A	7,00	3,00	3,00	08.10.19	A	10,00	3,00	3,00	05.10.19	A	10,00	3,00	3,00	02.08.10, 19	A	7,00	3,00	3,00	08.10.18	A	5,00	3,00	3,00	05.09.18, 19	I	-	-	-	-
3	A	10,00	3,00	3,00	02.07.10, 19	A	10,00	3,00	3,00	02.08.11, 19	A	10,00	3,00	3,00	03.07.11, 18	A	10,00	3,00	3,00	02.07.10, 19	A	7,00	3,00	3,00	08.09.19	I	-	-	-	-
4	A	10,00	3,00	3,00	02.07.10, 12.19	A	10,00	3,00	3,00	02.07.12, 18	I	-	-	-	-	A	10,00	3,00	3,00	02.07.10, 12.18	A	7,00	3,00	3,00	08.09.12, 19	I	-	-	-	-
PJT 1	A	10,00	10,00	10,00	03.07.10, 12.13.14	A	10,00	10,00	10,00	03.07.11, 12.13.14	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-
PJT 2	A	10,00	10,00	10,00	03.08.10, 12.13.14	A	10,00	10,00	10,00	03.08.11, 12.13.14	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-
PJT 3	A	10,00	10,00	10,00	03.08.10, 12.13.14	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-

A - ADEQUADO I - INADEQUADO PE - PROJETO ESPECIAL, VER CAPÍTULO PROJETO ESPECIAL

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA
ANEXO 8 - ADEQUAÇÃO DAS ATIVIDADES AO SISTEMA VIÁRIO
TABELA 8.4 - SUBGRUPO COMÉRCIO ATACADISTA E DEPOSITO - CA

CLASSE CA	USO	VIA EXPRESSA			NORMAS Anexo 8.1	VIA ARTERIAL I			NORMAS Anexo 8.1	VIA ARTERIAL II			NORMAS Anexo 8.1	VIA COLETORA			NORMAS Anexo 8.1	VIA COMERCIAL			NORMAS Anexo 8.1	VIA LOCAL			NORMAS Anexo 8.1					
		FT	LT	PD		FT	LT	PD		FT	LT	PD		FT	LT	PD		FT	LT	PD		FT	LT	PD						
1	A	7,00	3,00	3,00	08.10	A	7,00	3,00	3,00	05.10	A	7,00	3,00	3,00	02.08.10	A	7,00	3,00	3,00	05.10	A	5,00	3,00	3,00	05.09.18	I	-	-	-	-
2	A	10,00	3,00	3,00	02.08.10, 12	A	10,00	3,00	3,00	08.10.12	A	10,00	3,00	3,00	02.07.10, 12	A	10,00	3,00	3,00	02.08.10, 12	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-
3	A	10,00	5,00	3,00	02.07.10, 12	A	10,00	5,00	3,00	02.07.11, 12	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-
PJT 1	A	10,00	10,00	10,00	03.07.10, 12	A	10,00	10,00	10,00	02.07.11, 12	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-
PJT 2	A	10,00	10,00	10,00	03.08.10, 12	A	10,00	10,00	10,00	04.08.11, 12	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-
PJT 3	A	10,00	10,00	10,00	04.08.10, 12	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-	I	-	-	-	-

A - ADEQUADO I - INADEQUADO PE - PROJETO ESPECIAL, VER CAPÍTULO PROJETO ESPECIAL

Anexo 05. Art. 139º a 145º da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Fortaleza.

Art. 136. As Áreas Institucionais são aquelas onde as edificações ou grupo de edificações abrigam atividades do Grupo Institucional nos setores de administração, defesa, segurança, saneamento, transportes, cultura, esporte, lazer, abastecimento, e do Grupo Serviços, Sub-grupo • Educação (universidades), que pelo porte e natureza das atividades são considerados Projetos Especiais.

Parágrafo único. A regulamentação do parcelamento, uso e ocupação destas áreas deverá cumprir os dispositivos previstos para os Projetos Especiais.

Art. 137. Ficam definidas na estrutura urbana e delimitadas na Planta 1, as seguintes Áreas Institucionais: "Campi" do Pici, da UNIFOR, do Itaperi, o Centro Administrativo e os Aeródromos Pinto Martins e Alto da Balança.

Art. 138. O Poder Executivo poderá delimitar novas Áreas Institucionais, caso as julgue necessárias.

SEÇÃO IX DAS ÁREAS DE URBANIZAÇÃO PRIORITÁRIA

Art. 139. As Áreas de Urbanização Prioritária são aquelas que, por sua localização em setores adensados da cidade, dispoem de ligações viárias permitindo o intercâmbio com setores internos e externos ao município, se destacam pela atração que exercem como locais de desenvolvimento de atividades geradoras de renda, configurando-se como polos alternativos à área central tradicional, requerendo, pois, tratamento prioritário quanto à ordenação e direcionamento da ocupação e à implantação da infraestrutura urbana, compatível com o adensamento das atividades.

Art. 140. As Áreas de Urbanização Prioritária, compreendem os seguintes núcleos:

- I • Centro;
- II • Aldeota;
- III • Carito Pamplona;
- IV • Antonio Bezerra;
- V • Parangaba;
- VI • Montese;
- VII • Messejana;
- VIII • Seis Bocas.

Art. 141. O parcelamento, o uso e ocupação do solo, nestas áreas, obedecem aos mesmos padrões das microzonas de densidade onde estão inseridas, sem prejuízo dos padrões propostos em planos urbanísticos específicos.

Art. 142. As vias comerciais são exclusivas das Áreas de Urbanização Prioritária, e a adequação das atividades por classe às mesmas estão contidas nos Anexos 8 e 9, Tabelas 8.1 a 8.27 e 9.1 a 9.8, partes integrantes desta Lei.

Parágrafo único. As vias comerciais, das Áreas de Urbanização prioritária que não se encontram definidas nesta Lei, serão identificadas quando da elaboração dos projetos urbanísticos para as referidas áreas.

Art. 143. Dos recuos exigidos para os lotes lindeiros às vias comerciais das Áreas de Urbanização Prioritária, exclusiva a da ZU-1, será deduzida e incorporada ao passeio faixa de terreno suficiente para perfazer uma largura mínima de 3,00m (três metros), exceto a faixa destinada ao estacionamento.

§1º. As áreas deduzidas em cumprimento ao disposto neste artigo passarão a integrar as faixas de domínio público de uso comum do povo.

§2º. As deduções decorrentes deste artigo não serão reduzidas da área do terreno para efeito do cálculo dos Índices de Urbanísticos.

§3º. Os passeios deverão, além de observar o disposto no Capítulo XL da Lei nº 5630, de 17 de dezembro de 1981, Código de Obras e Posturas do Município de Fortaleza, manter, no sentido longitudinal a declividade natural, evitando degraus, e receber pavimentação padrão e antiderrapante de acordo com especificação fornecida pelo Instituto de Planejamento do Município - IPLAM.

§4º. Os passeios deverão adequar-se às necessidades dos deficientes físicos quanto ao rebaixo no meio fio e à implantação de barreiras arquitetônicas que dificultem o deslocamento dos mesmos.

Art. 144. Será permitida a construção de galeria comercial, no térreo dos prédios, devendo apresentar as seguintes características:

I - estar situada no pavimento térreo da edificação constituindo-se em acesso transversal ao logradouro público;

II - ter comprimento mínimo igual a 2/3 (dois terços) da profundidade do lote, sendo que nos lotes de esquina prevalecerá sua maior dimensão;

III - as lojas devem ter acesso pela galeria, cujas dimensões serão: largura mínima de 8,00m (seis metros) e pé direito mínimo de 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros) quando coberta;

V - os pisos das galerias deverão estar todos no mesmo nível sem descontinuidade entre eles, assim como entre eles e as calçadas;

VI - os pisos das galerias, quando descobertas, deverão ser de materiais antiderrapantes.

Parágrafo único. Não serão computados para o cálculo do Índice de Aproveitamento (I.A.) as áreas de lojas ao longo da galeria de passagem interna e a área da própria galeria.

Art. 145. Nas Vias Comerciais das Áreas de Urbanização Prioritária, exclusiva a da ZU-1, o Índice de Aproveitamento permitido - I.A. da microzona na qual estão inseridas, será acrescido de 0,5 (zero vírgula cinco) para o subgrupo - Comércio e Serviços Múltiplos - CSM, respeitado o disposto na Lei que regulamenta o Solo Criado.

SEÇÃO X

Anexo 06. Capítulo XL (Dos Passeios) do Código de Obras e Posturas do Município.

CAPÍTULO XL - DOS PASSEIOS

Art. 605 – Todos os proprietários de imóveis edificados ou não, com frente para vias públicas, onde já se encontrem implantados os meios-fios, são obrigados a construir ou reconstruir os respectivos passeios e mantê-los em perfeito estado de conservação e limpeza, independentemente de qualquer intimação.

Art. 606 – Consideram-se como inexistentes não só os passeios construídos ou reconstruídos em desacordo com as especificações técnicas e regulamentares, como também os respectivos consertos

feitos nas mesmas condições.

§ 1º - Somente serão tolerados consertos de passeios quando a área em mau estado de conservação não exceder 1/5 (um quinto) da área total e desde que não fique prejudicado o aspecto estético e harmônico do conjunto.

§ 2º - O não atendimento ao parágrafo anterior importa em ser o passeio considerado ruína, devendo, obrigatoriamente, ser reconstruído.

Art. 607 – A Prefeitura poderá determinar o tipo dos passeios e as especificações que devam ser obedecidas na sua construção.

§ 1º - Quando a determinação do tipo se referir a via pública já provida de passeios, a padronização deverá ser executada à medida que forem surgindo os casos de reconstrução.

§ 2º - A declividade normal dos passeios será de 3% (três por cento), do alinhamento para o meio-fio.

§ 3º - Nos casos que exijam condições construtivas especiais, serão elas definidas por Ato do Executivo, e sua execução fiscalizada pelo órgão municipal competente.

Art. 608 – A Prefeitura poderá fixar prazos de tolerância para a execução, reconstrução ou conserto de passeios, conforme o caso, cobrando dos proprietário o custo dos serviços respectivos, sempre que:

I. Houver expirado o prazo de tolerância fixado pela Prefeitura, para execução dos serviços, sem prejuízo da cobrança da multa imposta:

II. O interesse público reclamar urgentemente a construção ou reconstrução.

Parágrafo Único – O custo dos serviços será calculado de acordo com tabela de preços de serviços em vigor no órgão competente da Prefeitura, acrescido 20% (vinte por cento) a título de administração.

Art. 609 – A Prefeitura poderá executar os serviços de construção, reconstrução ou conserto de passeio, conforme caso, cobrando dos proprietários o custo dos serviços respectivos, sempre que:

I- Houver expirado o prazo de tolerância fixado pela Prefeitura, para execução dos serviços, sem prejuízo da cobrança da multa imposta:

II- O interesse público reclamar urgentemente a construção ou reconstrução.

Parágrafo único – O custo dos serviços será calculado de acordo com tabela de preços de serviços em vigor no órgão competente da Prefeitura, acrescido de 20% (vinte por cento) a título de administração.

Art. 610 – Ficará a cargo da Prefeitura a reconstrução ou conserto necessário ao aumento ou diminuição da largura dos passeios, em virtude de modificação do alinhamento das vias.

Art. 611 – No caso dos passeios serem danificados por execução de serviços de entidades públicas

ou companhias ou empresas concessionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade de reconstrução ou conserto dos passeios ficará a cargo dessas entidades.

Art. 612 – Sempre que se proceder a obras ou serviços no passeio, é obrigatória a colocação de avisos por meio de tabuletas e de lanternas vermelhas, durante a noite.

Art. 613 – Quaisquer obras ou serviços a serem executados nos passeios deverão ter autorização prévia do órgão municipal competente.

§ 1º - Não serão permitidos jardineiras, posteamentos, caixas de luz e força, telefone ou similares, que ocupem mais de um terço da largura dos passeios, respeitado o máximo de 0,70m (setenta centímetros), contados a partir do meio-fio, devendo o espaçamento entre esses equipamentos obedecer a determinações do órgão competente da Prefeitura, sem prejuízo das normas técnicas oficiais vigentes.

§ 2º - As jardineiras de que trata o parágrafo anterior terão a altura máxima de 0,20m (vinte centímetros), contados a partir do nível do meio-fio, devendo a vegetação ser mantida dentro dos seus limites.

§ 3º - Não será permitida a colocação de trilhos ou de quaisquer outros elementos de proteção, nos passeios dos logradouros públicos.

§ 4º - Não serão permitidas a colocação ou construção de degraus de acesso a edificações, fora dos limites dos respectivos terrenos.

§ 5º - Não será permitido amarrar ou apoiar postes, paredes, edificações ou quaisquer instalações, mediante cabos de aço ou vigas de aço ou concreto, inclinados sobre passeios e nestes presos ou fincados.

§ 6º - Não será permitido que os portões existentes nos alinhamentos das vias sejam abertos sobre passeios.

Art. 614 – No Núcleo Central ou Comercial Principal AC1, delimitado conforme a legislação de Uso e Ocupação do Solo, as edificações no alinhamento deverão ter obrigatoriamente, marquises sobre passeios, observando-se o disposto nesta Lei.

CAPÍTULO XLI - DA POLUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Seção I - REGRAS GERAIS

Art. 615 – Para os efeitos desta Lei, consideram-se Poluição do Meio Ambiente a presença, o lançamento ou a liberação no ar, nas águas e no solo, de toda e qualquer forma de matéria ou energia com intensidade, em quantidade de concentração ou com características capazes de tornarem – ou virem a tornar – as águas, o ar e o solo:

I. Impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde;

II. Inconvenientes ao bem-estar público;

III. Danosos aos materiais, à fauna e à flora;

Anexo 07. Cópia do documento original de tomabmento do espelho d'águas das lagoas de Messejana e Parangaba. *Fonte: SECULTFOR e Site Oficial da Câmara Municipal de Fortaleza.*



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DIGITALIZADO

EM: 31/03/2008

DATA 04/02/1987

Região

FUNCIONÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 002/87

ASSUNTO

Tombar os espelhos de água das lagoas de
Messejana e Parangaba, na forma que
indica.

VEREADOR: Manuel Teles

LEI Nº 6201 DE 27/05/1987 - sancionada

DIOM Nº 8654 DE 26/06/1987

ARQUIVO _____

Anexo 08. Ficha de cadastramento de permissionários da feira.



Prefeitura de
Fortaleza



SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL - V I

FICHA DE CADASTRAMENTO DE FEIRANTES - FEIRAS LIVRES

NUMERO _____

FOTO

DADOS PESSOAIS

NOME _____ DN ____/____/____

ESTADO CIVIL _____ NATURALIDADE _____

ESCOLARIDADE _____

PAI _____ - MÃE _____

ENDEREÇO _____ NUMERO _____

BAIRRO _____ C E P. _____

CONJUGE _____ DEPENDENTES _____

IDENTIDADE _____ CPF _____

DADOS OPERACIONAIS

TEMPO EM EXERCICIO _____ LOCAL DE TRABALHO _____

TIPO DE VENDAS _____ DATA DE CADASTRO ____/____/____

RENOVAÇÕES

____/____/____ ____/____/____ ____/____/____

____/____/____ ____/____/____ ____/____/____

Encarregado de feiras

Feirante

Anexo 09. Pesquisa noticiada pelo site G1 em 26 de março de 2008 sobre ascensão de classes sociais no Brasil. Fonte: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL364370-9356,00-CLASSE+C+AGORA+TEM+MAIS+BRASILEIROS+QUE+CLASSES+DE+DIZ+PESQUISA.html

Classe C agora tem mais brasileiros que classes D/E, diz pesquisa

Estudo aponta diminuição na desigualdade de renda entre as classes A/B, C e D/E.

Classes D/E deixaram situação de déficit no orçamento doméstico.

Do G1, em São Paulo

Pesquisa encomendada pela Cetelem, financeira do grupo francês BNP Paribas, em parceria com o Instituto de Pesquisa Ipsos, mostra que as classes D/E de consumo encolheram nos últimos três anos. Pela primeira vez nesse período, de acordo com o levantamento, a classe C concentra o maior número de brasileiros.

Segundo o estudo, em 2005, 15% da população brasileira estava nas classes A/B de consumo, 34% na classe C e 51%, nas classes D/E. Em 2006, houve uma migração: 18% estavam nas classes A/B, 36% faziam parte da classe C e 46% estavam nas classes D/E.

A virada aconteceu no ano passado. Agora, 46% estão na classe C e 39%, nas classes D/E. Em 2007, As classes A/B de consumo voltaram ao percentual de 15%, verificado em 2005.

O diretor-executivo de Marketing, Parcerias e Novos Negócios da Cetelem Brasil, Franck Vignard-Rosez, diz que a migração entre as classes significa um aumento na qualidade de vida. Segundo ele, a análise dos últimos anos mostra a consolidação de uma tendência.

“Em 2006, tínhamos medo de que o crescimento fosse apenas pontual, por conta das eleições, mas agora vimos que é contínuo”, disse.

Segundo ele, ao entrar na classe C, o consumidor passa a ser mais exigente na hora de comprar produtos e serviços. “Vemos um aumento da exigência do consumidor em termos de produtos e serviços. Antes, a pessoa queria apenas uma TV. Hoje, ela quer uma TV de tela plana”, afirma.

Dinheiro sobrando

Os dados mostram ainda que aumentou a renda disponível das classes D/E, ou seja, o resultado entre o que se ganha e o que se gasta - o orçamento doméstico. O indicador ficou negativo em R\$ 17 em 2005. Em 2006, houve uma melhora, e a renda disponível ficou positiva em R\$ 2, chegando a R\$ 22 em 2007.

A tendência também aparece na classe C, mas com menor intensidade. Em 2005, a renda disponível foi de R\$ 122, passando para R\$ 191 em 2006 e caindo para R\$ 147 em 2007. Já as classes A/B tiveram queda de 20% neste indicador nos últimos três anos, saindo de R\$ 632 em 2005, chegando a R\$ 518 em 2006 e atingindo R\$ 506 no ano passado.

Renda x classes

A pesquisa aponta uma diminuição na desigualdade de renda. O rendimento médio cresceu nas classes D/E, passando de R\$ 545 em 2005, para R\$ 571 em 2006 e atingindo R\$ 580 em 2007.

Já nas outras classes, houve redução. Nas classes A/B, a renda média foi de R\$ 2.484 em 2005, R\$ 2.325 em 2006, e de R\$ 2.217 em 2007. A classe C também apresentou uma variação decrescente: o rendimento foi de R\$ 1.107 em 2005, R\$ 1.162 em 2006 e ficou em R\$ 1.062 no ano seguinte.

Celular e computador

O brasileiro também quer comprar mais. Passou de 19% para 24% a pretensão de compra de telefone celular, e de 17% para 20% a intenção de compra de um computador para casa. Adquirir uma propriedade é um desejo de 13% dos entrevistados. Esse índice era de 11% em 2006.

Gastar em decoração também é sonho de consumo para 18% das pessoas. A intenção de compra de um carro passou de 16%, em 2006, para 17%, em 2007.

Já em itens como eletrodomésticos, lazer e viagem, TV Hi-Fi e vídeo, equipamentos esportivos e moto, houve redução na pretensão de compra.

Nota para o Brasil

Na pesquisa, os entrevistados deram notas para a situação atual do país. O resultado mostra que o otimismo é maior entre os brasileiros do que entre os europeus.

A média dada na pesquisa feita no Brasil foi de 5,3, em uma escala de 0 a 10. Entre os europeus, a nota média foi de 4,9. A nota para a situação no Brasil foi a maior dada desde 2005, quando a média foi de 4,7. Em 2006, foi de 5,2.

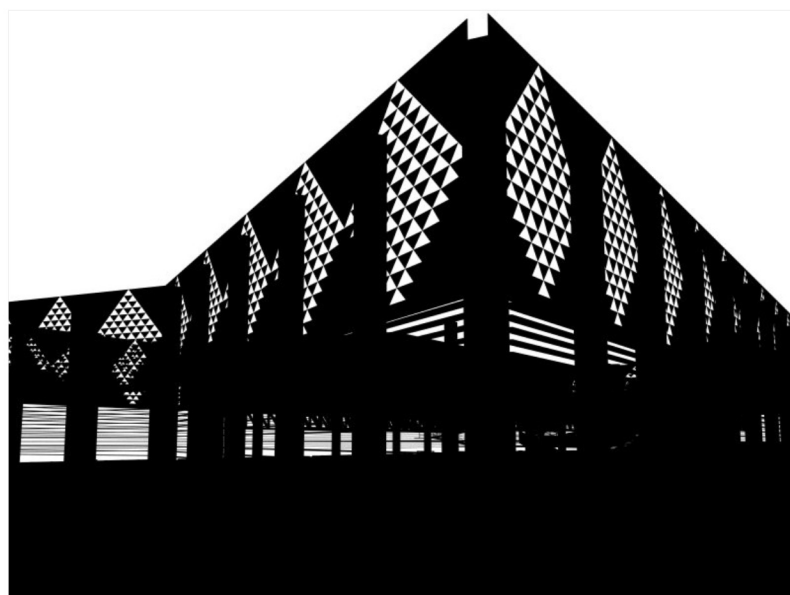
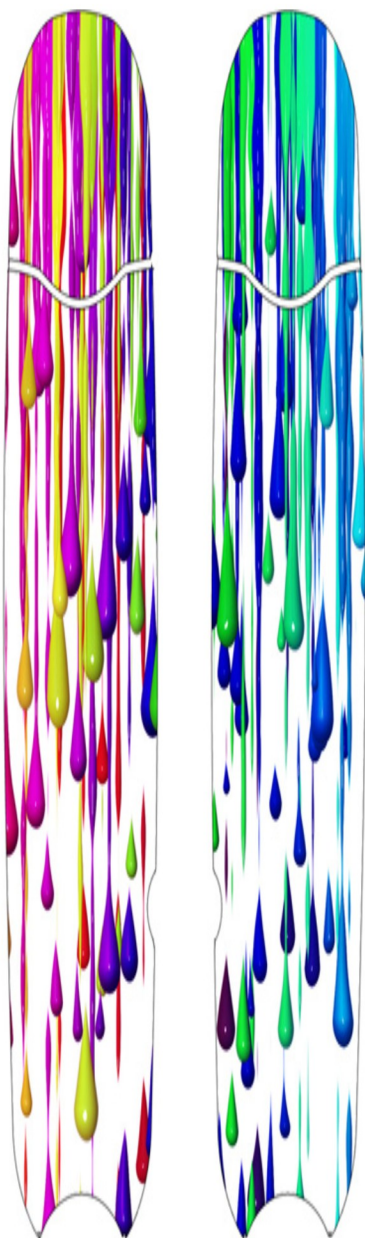
Metodologia

Para a pesquisa, foram realizadas 1,5 mil entrevistas em 70 cidades de nove regiões metropolitanas entre os dias 12 e 21 de dezembro de 2007. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos, com 95% de intervalo de confiança.

O estudo foi feito com cota representativa do eleitorado brasileiro, por sexo, idade, educação, atividade econômica e região baseados em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A amostra desenhada foi proporcional à população brasileira.

Os conceitos de classe social empregados na pesquisa são os definidos pelo Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB). O critério estima o poder de compra dos indivíduos e famílias urbanas e é fornecido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (Abep).

“A leitura engrandece a alma.” (Voltaire)



CAPÍTULO 11

Referências Bibliográficas



11. Referências Bibliográficas

- AMARAL, Ernesto Matos Gurgel do. *História de Messejana*. Fortaleza: Sociedade Educadora de Messejana, 1996.
- BANNOCK, Graham; BAXTER, Richard E.; REES, Ray. *Diccionario de economia*. México: Trillas, 1988.
- BOTELHO, Manoel H. C.; MARCHETTI, Osvaldemar. *Concreto armado eu te amo*. v.2, 2º ed. São Paulo: Editora Blücher, 2007.
- BOYER, Carl B. *História da Matemática*, revista por Uta C. Merzbach; tradução Elza F. Gomide – 2º ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1996.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Legislação Cultural Brasileira*. Brasília: MINC, 1997. 304p.
- CARVALHO, Jurandir J. *Razão Áurea*. 30 f. Monografia –, Curso de especialização para professores do ensino fundamental e médio, UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- CASTRO, José Liberal de. *Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana de Fortaleza*. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, [s.d], [s.m],.t. CVIII. p. 43-90, 1994.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio* - tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CORREA, Roberto L. *O Espaço Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1995.
- COSTA, Lucio. *Considerações sobre arte contemporânea (1940)*. In: Lucio Costa, Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- CUNHA, Aurineida M. *Trabalhadores de rua: tensões e resistências na luta pelo direito ao trabalho*. Revista Katálisis, Florianópolis, vol. 12, nº 1, jun. 2009.
- DENATRAN. *Código de trânsito brasileiro*: instituído pela lei nº 9.503, de 23-9-97. 3º edição. Brasília, 2008.
- ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1987.
- EQUIPE, de Obra. Revista. Ed. nº 12 a 16. São Paulo: Editora Pini, 2007.

- FERRARI, Walter J. *A expansão territorial urbana de Marechal Cândido Rondon: a produção da cidade a partir do campo*. 2009. 178f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.
- FRANÇA, Sérgio César de. *Aspectos Históricos da Expansão Urbana no Sudeste do Município de Fortaleza, Ceará – Brasil*. Caminhos da Geografia, Fortaleza, [s.d], outubro, 2004. p.141-157.
- FREITAS, Edmar. *Apontamentos sobre a história de Messejana*. Portal Edmar Freitas [On-line]. Disponível em: <www.edmarfreitas.com/>. Acesso em: 27 set. 2010.
- FREITAS, Edmar. *Estiagem*. Fortaleza: [s.e], 2007.
- FREITAS, Edmar. *Messejana: Um lugar mágico*. 2ª edição. Fortaleza: Edição do autor, 2010.
- FREITAS, Edmar. *Poesias de amor a Messejana*. 2ª edição. Fortaleza: Edição do autor, 2010.
- FRÚGOLI, Júnior H. *Espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- GIOVINAZZO, Renata A.; WRIGHT, James T. C. *O mercado e o desempenho das empresas focadas em bens populares no Brasil*. VII SEMEAD – Seminários em Administração. Pesquisa quantitativa política dos negócios e economia de empresas. São Paulo, Ago. 2004.
- GONDIM, Linda M. de P. (Org.). *Pesquisa em Ciências Sociais*. Fortaleza: Edições UFC, 1999.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- IMPrensa Nacional IN. *Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/01*.
- JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo. Martins Fontes, 2001.
- JÁUREGUI, Jorge Mario. *Urbanismo Social*. Revista Desafios do Desenvolvimento. Brasília, Ed. nº 63, p.39, Nov. 2010.
- KANASHIRO, Marta. *Prós e contras da revitalização de centros urbanos*. Com Ciência. São Paulo, [s.n], março de 2002. Disponível em www.comciencia.br. Acesso em 09 mar. 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Traducción de Javier González-Puyeo. Barcelona: 3ª Ed. Ediciones Península, 1975.
- LEITE, R. P. *Contra-uso da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- LIMA, Cláudio F. *A construção do Ceará: temas de história econômica*. Fortaleza: Instituto Albanisa Sarasate, 2008.

LYNCH, Kevin; *A Imagem da Cidade*, (V.Portuguesa); Edições 70, Lisboa, 1960.

MALAGUTI, Manoel L. *Crítica à razão informal: A imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo, 2000.

MAMEDE, Vera; *A metrópole e o impacto das políticas públicas na expansão urbana: Fortaleza entre 1980 e 2008*. Fortaleza, [s.d], [s.m], 2008.

MARX, Karl. *Introdução à crítica da economia política*. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1987. p. 103-125.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro I. Tradução Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MICHAELIS: *Dicionário escolar da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2008.

MIRANDA, Gustavo. *A cidade e a feira no tempo: A relação feira-cidade e os diferentes modos de ocupação do território pela feira de Caruaru*. Florianópolis, maio de 2009.

MONTENEGRO, Nadja G. S. D. SANTIAGO, Zilsa M. P. SOUZA, Valdemice C. de. *Guia de Acessibilidade: Espaço Público e Edificações*. Fortaleza: SEINFRA-CE, 2009.

NEUFERT, Ernest. *A arte de projetar em arquitetura*. Tradução da 21ª edição alemã. 13ª edição. São Paulo: Ed. Gustavo Gili, 1998.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix (Edusp), 1996.

PORTER, Michael. *Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA PMF. "*Lei de Uso e Ocupação do Solo - Lei no 7987/96; Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU-FOR - Lei no 7061/92; Síntese Diagnóstica do Município*".

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Infra-Estrutura (Seinf). Disponível em: <<http://www.seinf.fortaleza.ce.gov.br/>>. Acesso em: 07 fev. 2011.

REBELLO, Yopanan C. P. *A concepção estrutural e a arquitetura*. São Paulo: Zigurate Editora, 2005.

REBELLO, Yopanan C. P. *Bases para projeto estrutural na arquitetura*. São Paulo: Zigurate Editora, 2007.

REBELLO, Yopanan C. P. *Estruturas de aço, concreto e madeira* – Atendimento da expectativa dimensional. São Paulo: Zigurate Editora, 2005.

RODRIGUES, Jacinto. *Território e poder: O papel da Universidade Pública*. A página online, Porto, ano 14; nº 146, jun. de 2005. Disponível em: www.apagina.pt. Acesso em: 07 fev. 2011.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. Brasília: Ed. Brasiliense, 1988.

ROSSI, Aldo(1931). *A arquitetura da cidade* - tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (coleção a).

SALINGAROS, Nikos A. *A Theory of Architecture*. Solingen, Germany: Umbau-Verlag, 2006.

SANTOS, Maria M. *A matemática da arquitetura ideal*. 07 f. UFES - Universidade Federal do Espírito Santo. Curitiba: Graphica, 2007.

SERRA, Geraldo G. *Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Antônio N. R. da; SOUZA, Léa C. L. de; MENDES, José F. G. *Planejamento urbano, regional, integrado e sustentável: Desenvolvimentos recentes no Brasil e em Portugal*. São Carlos: EESC/USP, 2005.

SLYWOTZKY, A. J.; MORRISON, D. J. *A estratégia focada no lucro: desvendando os segredos da lucratividade*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STUDART, Guilherme (Barão de). *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 3v., 1973.

TÉCHNE, Revista. Ed. nº 120 a 170. São Paulo: Editora Pini, 2007-2011.

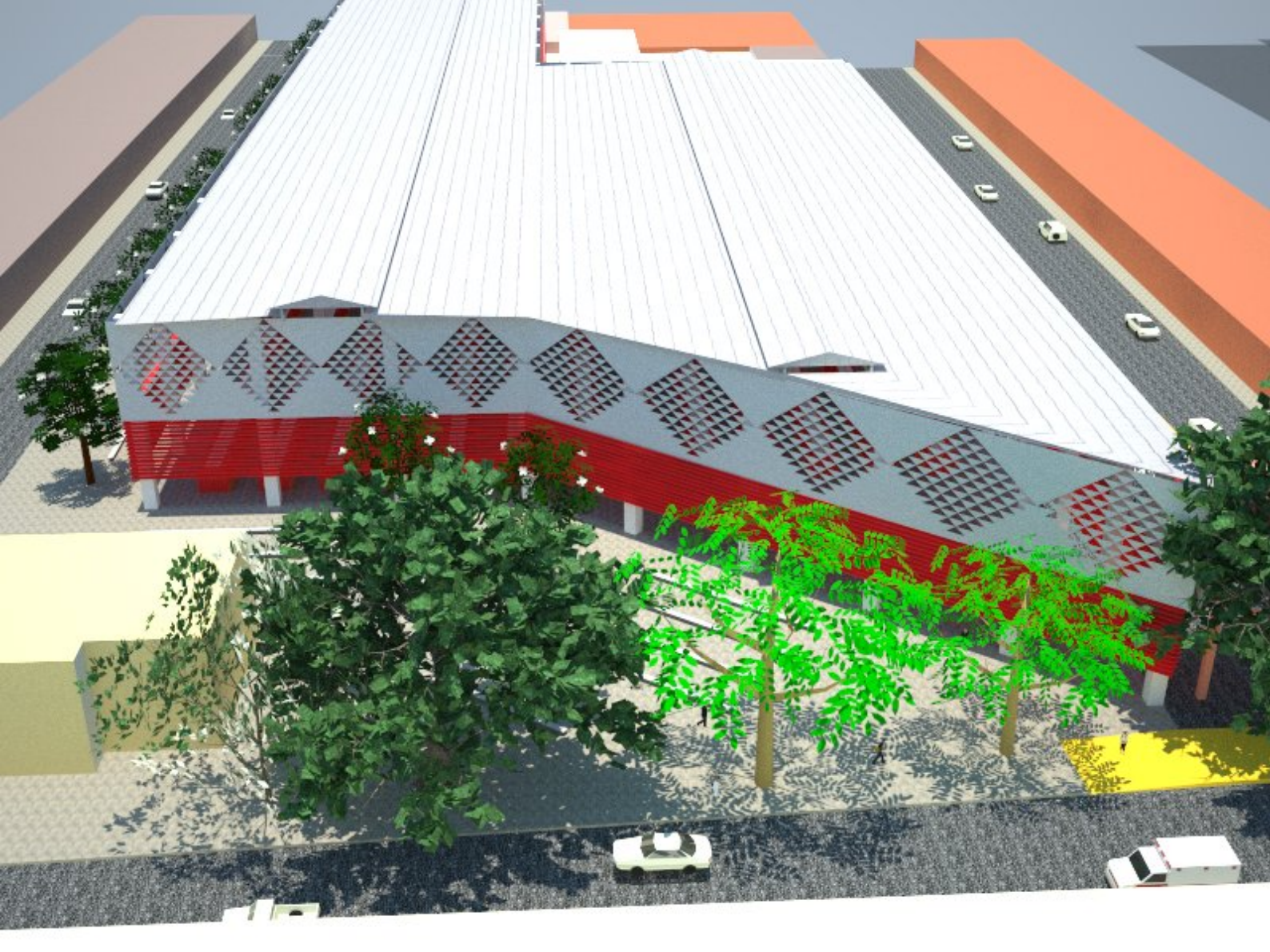
VIEIRA, Otávio A. D.; CASTROGIOVANNI, Antônio C. *Um olhar sobre a revitalização do bairro Puerto Madeira, em Buenos Aires*. Revista Rosa dos Ventos. Caxias do Sul, vol. 1, nº 1, jun. 2010.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1998.

VILLAÇA, Flávio. *O uso do solo urbano*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, 1978.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.









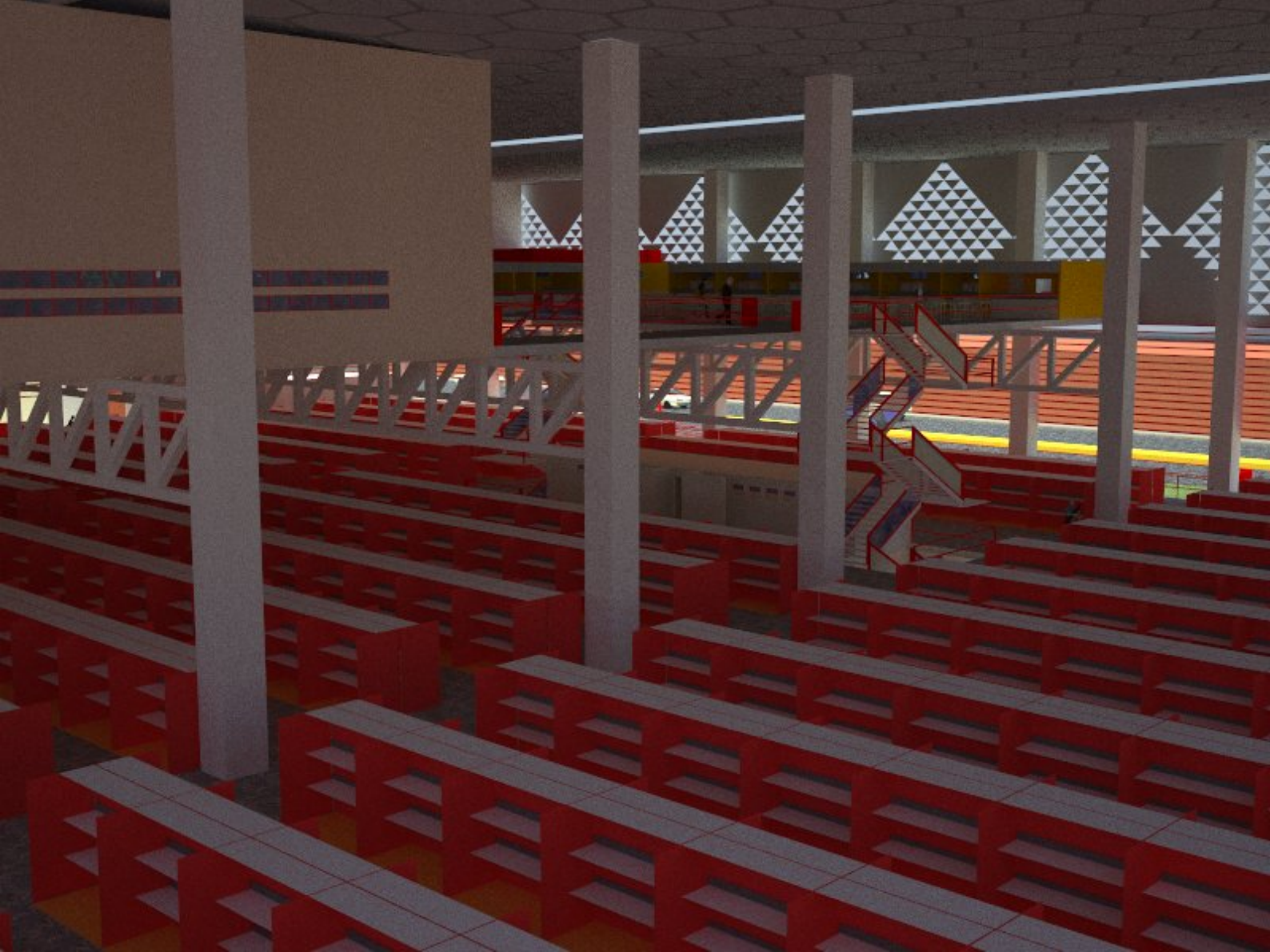




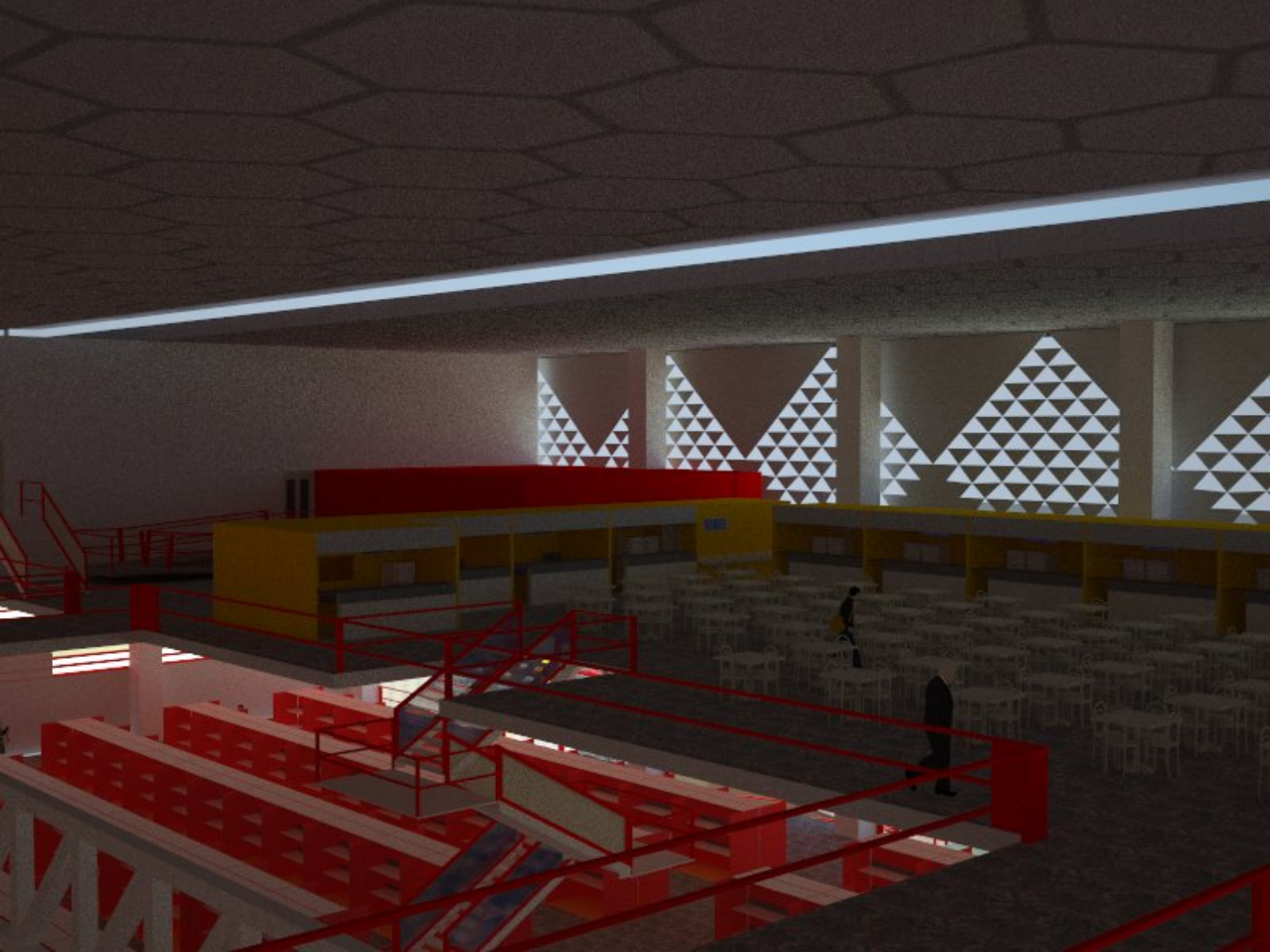


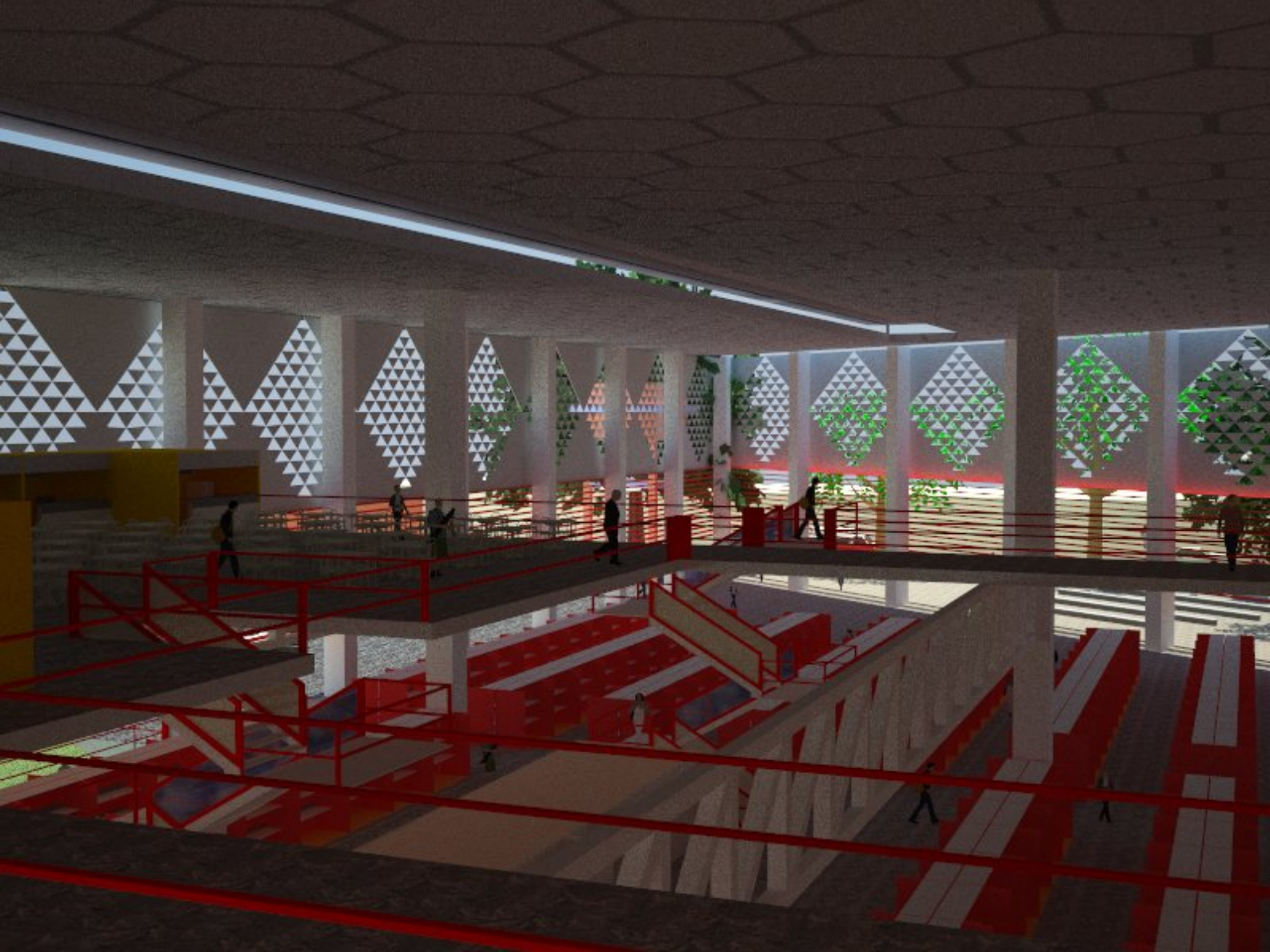


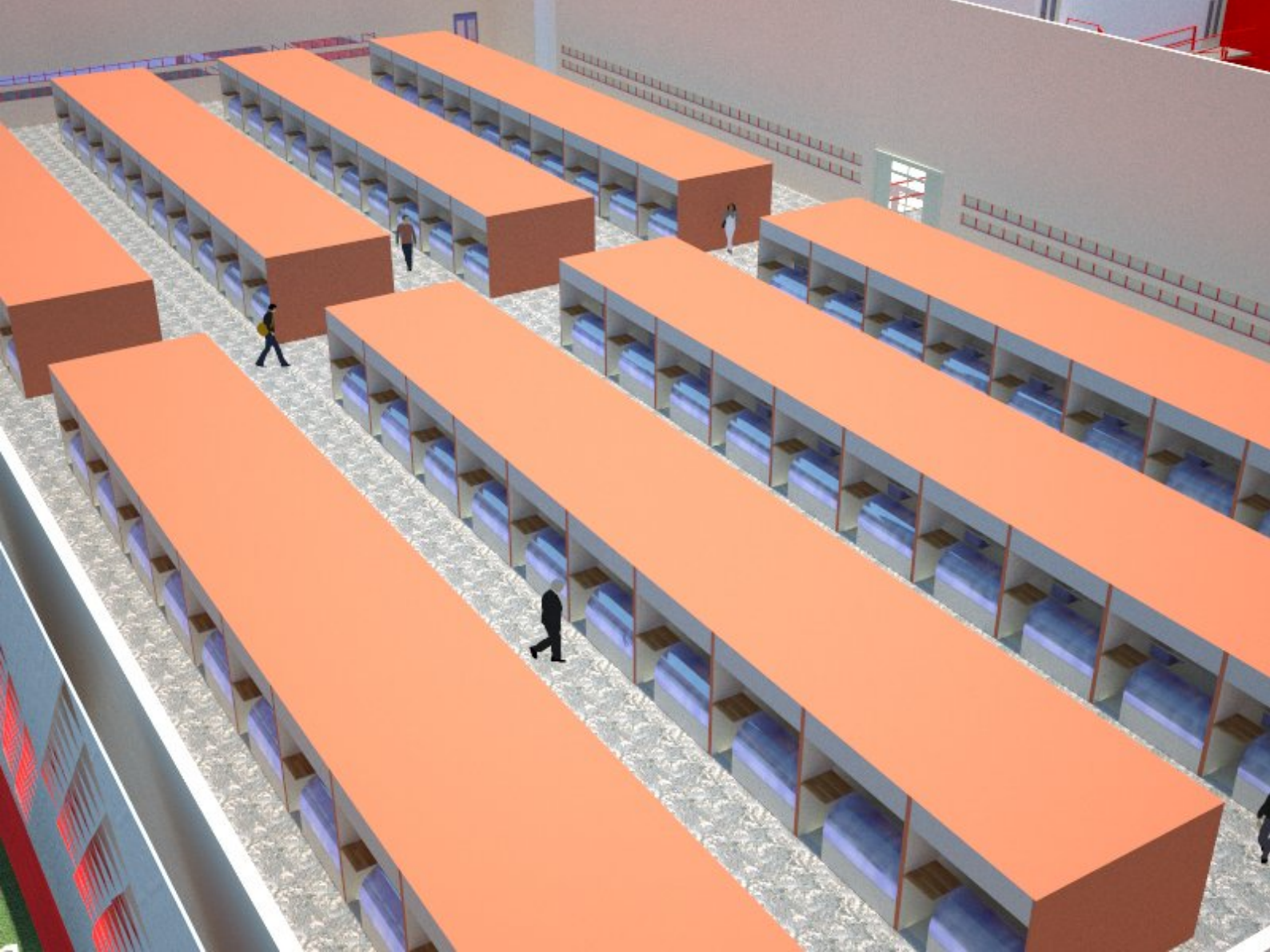














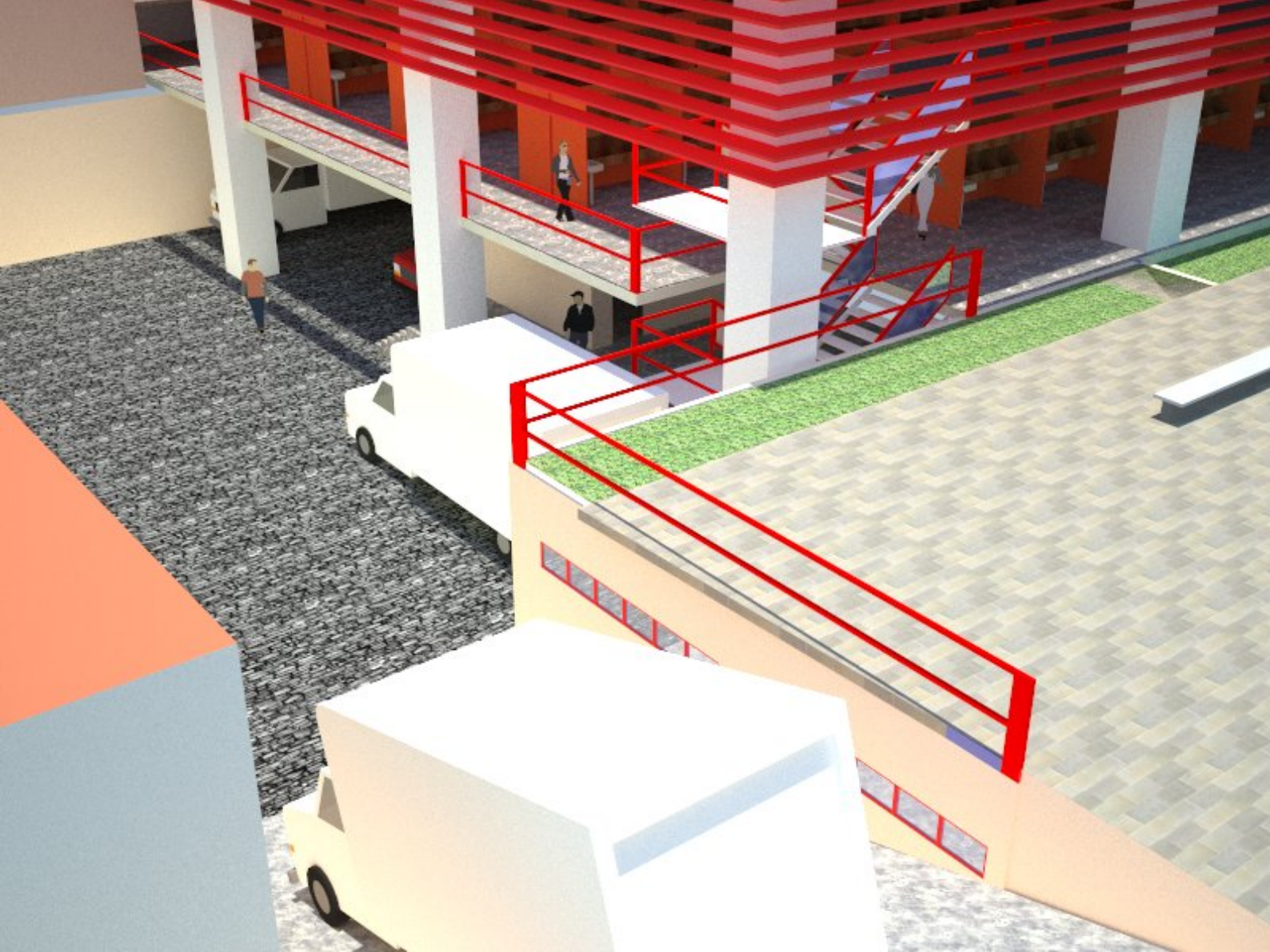


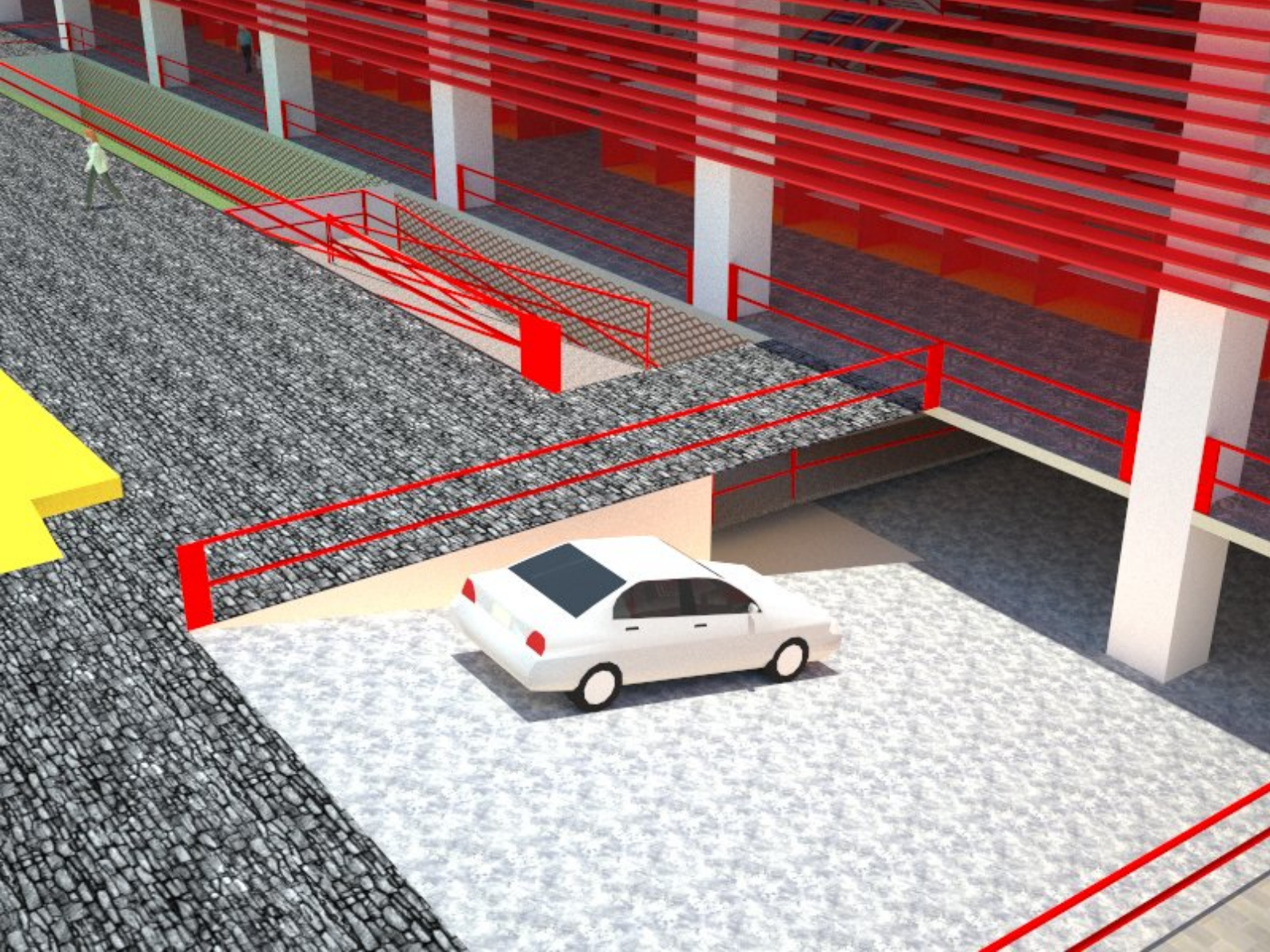


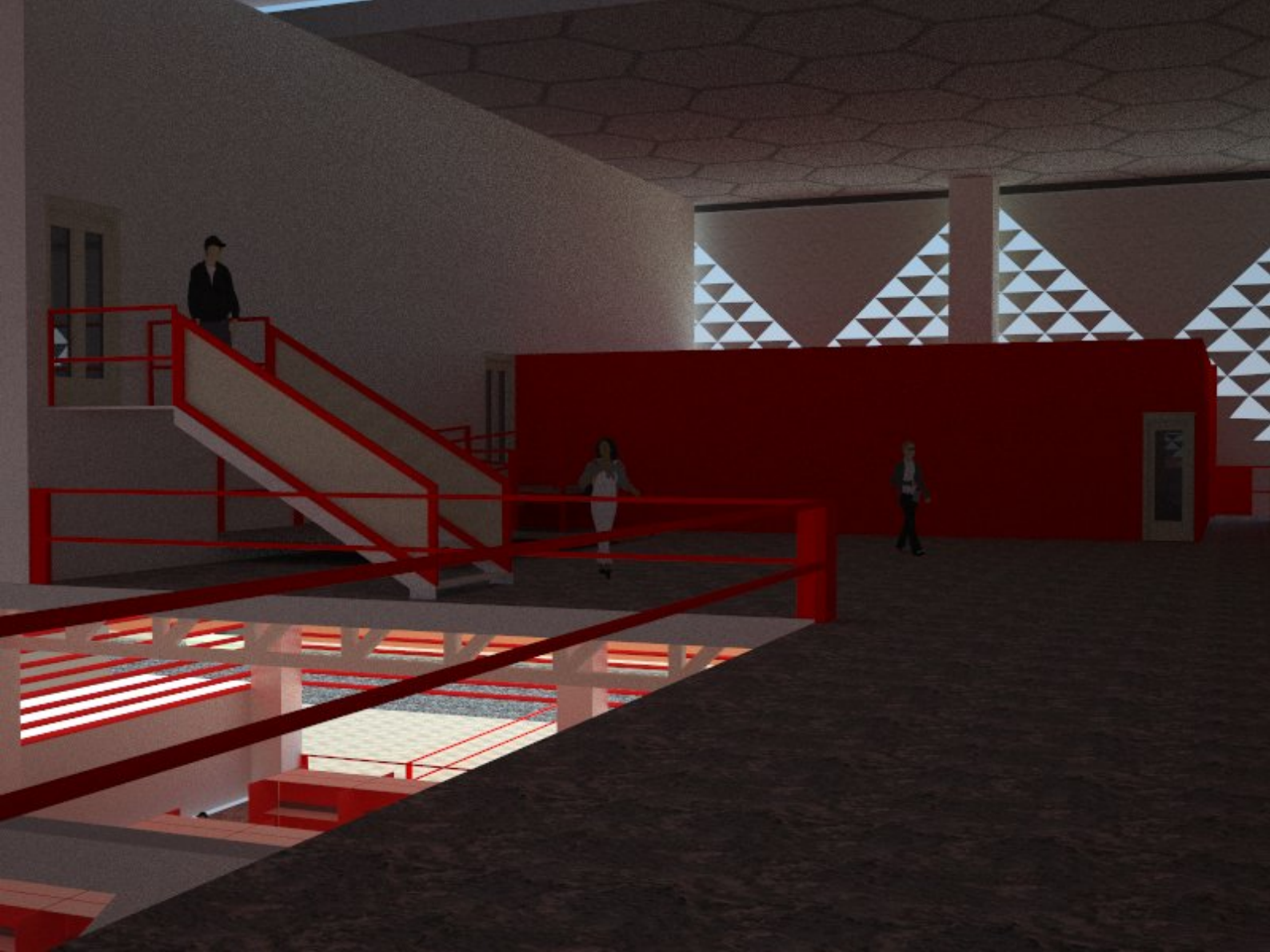




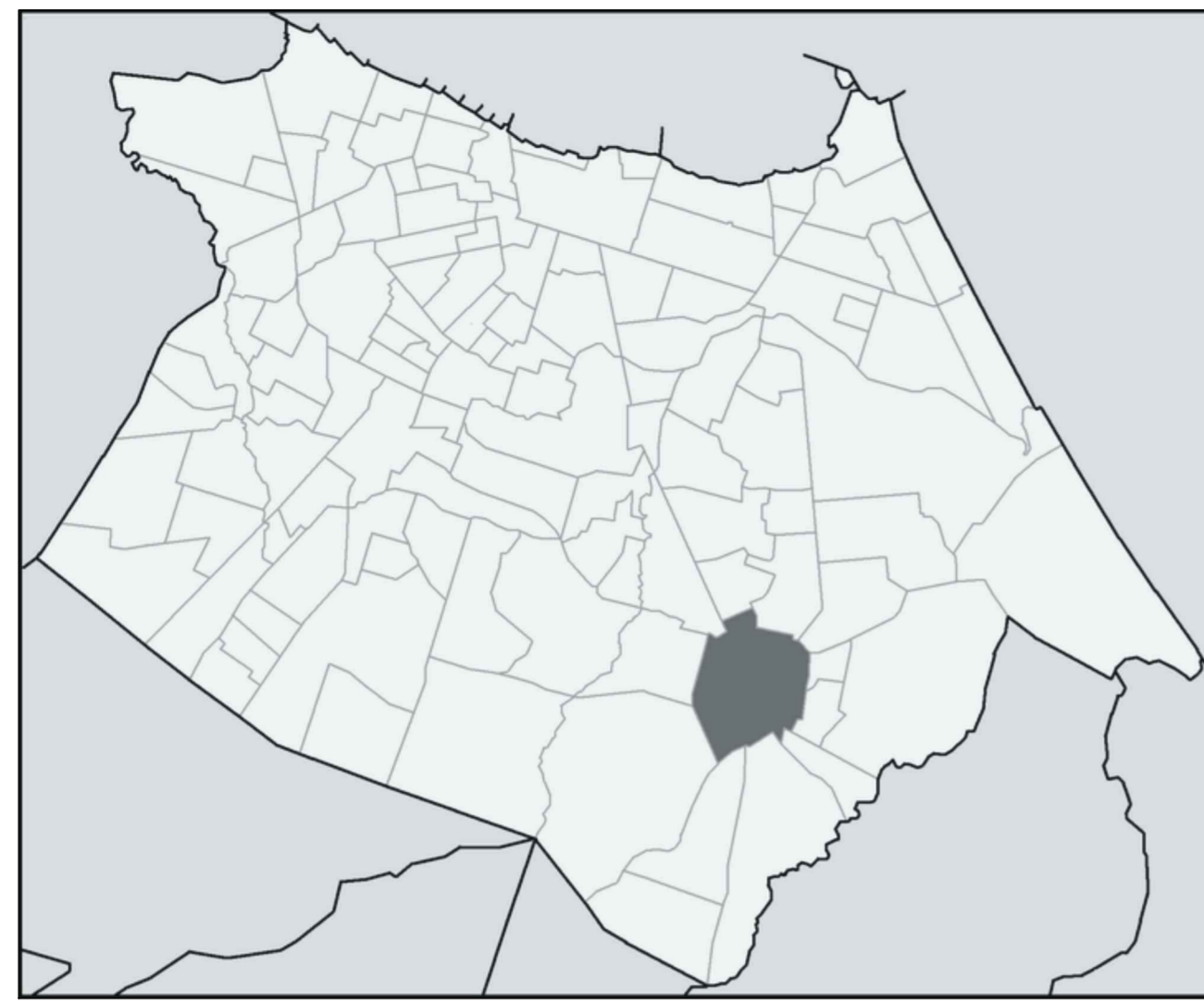








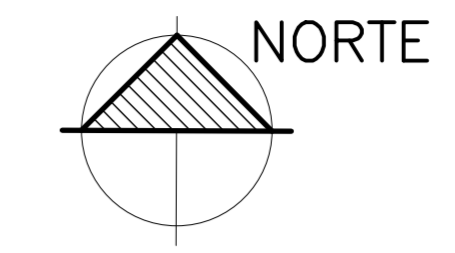




1 LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO EM RELAÇÃO A CIDADE
SEM ESCALA

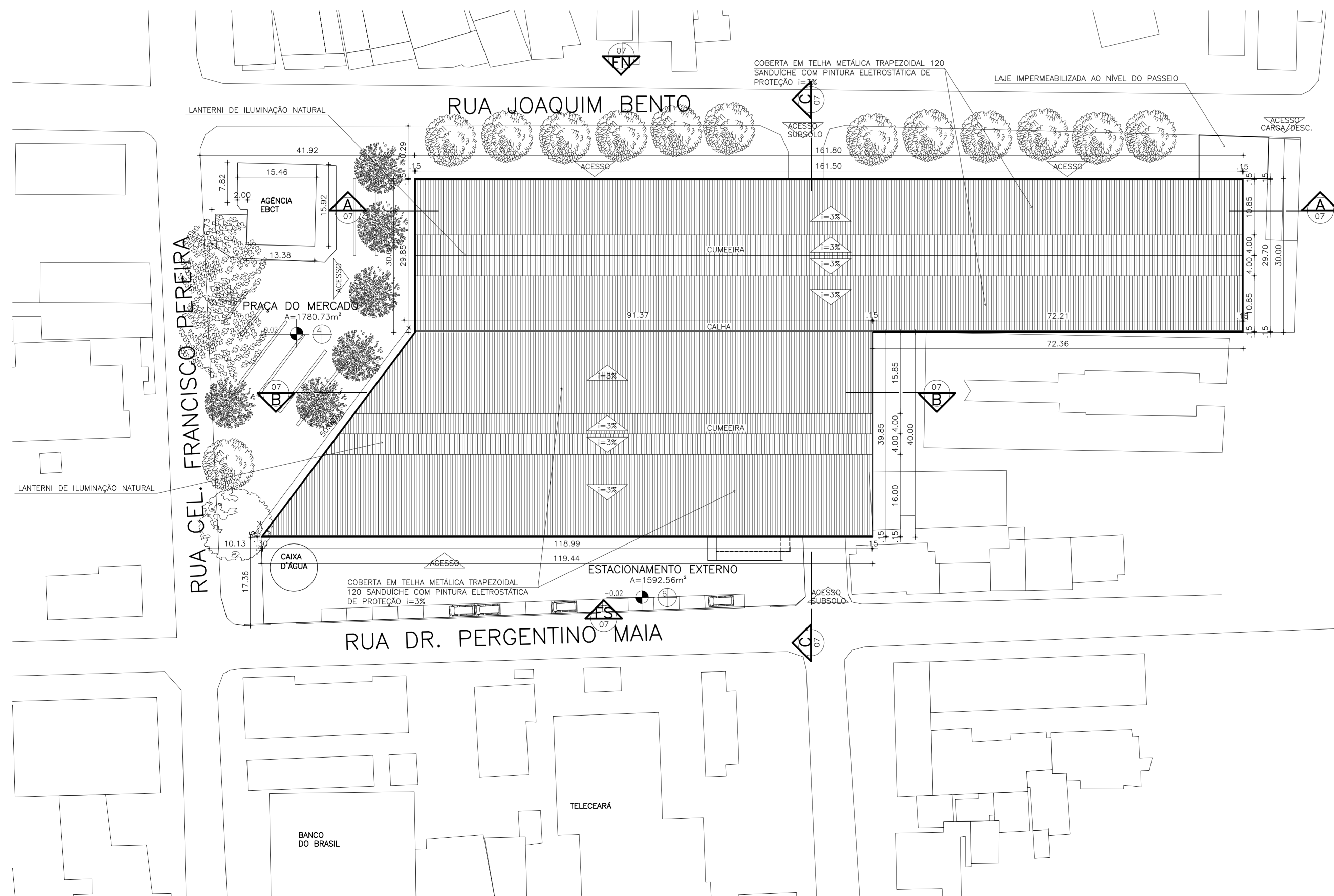


2 LOCALIZAÇÃO DO TERRENO EM RELAÇÃO AO BAIRRO
SEM ESCALA



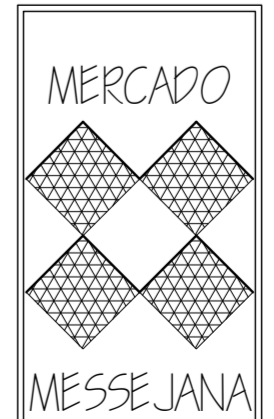
QUADRO DE ÁREAS

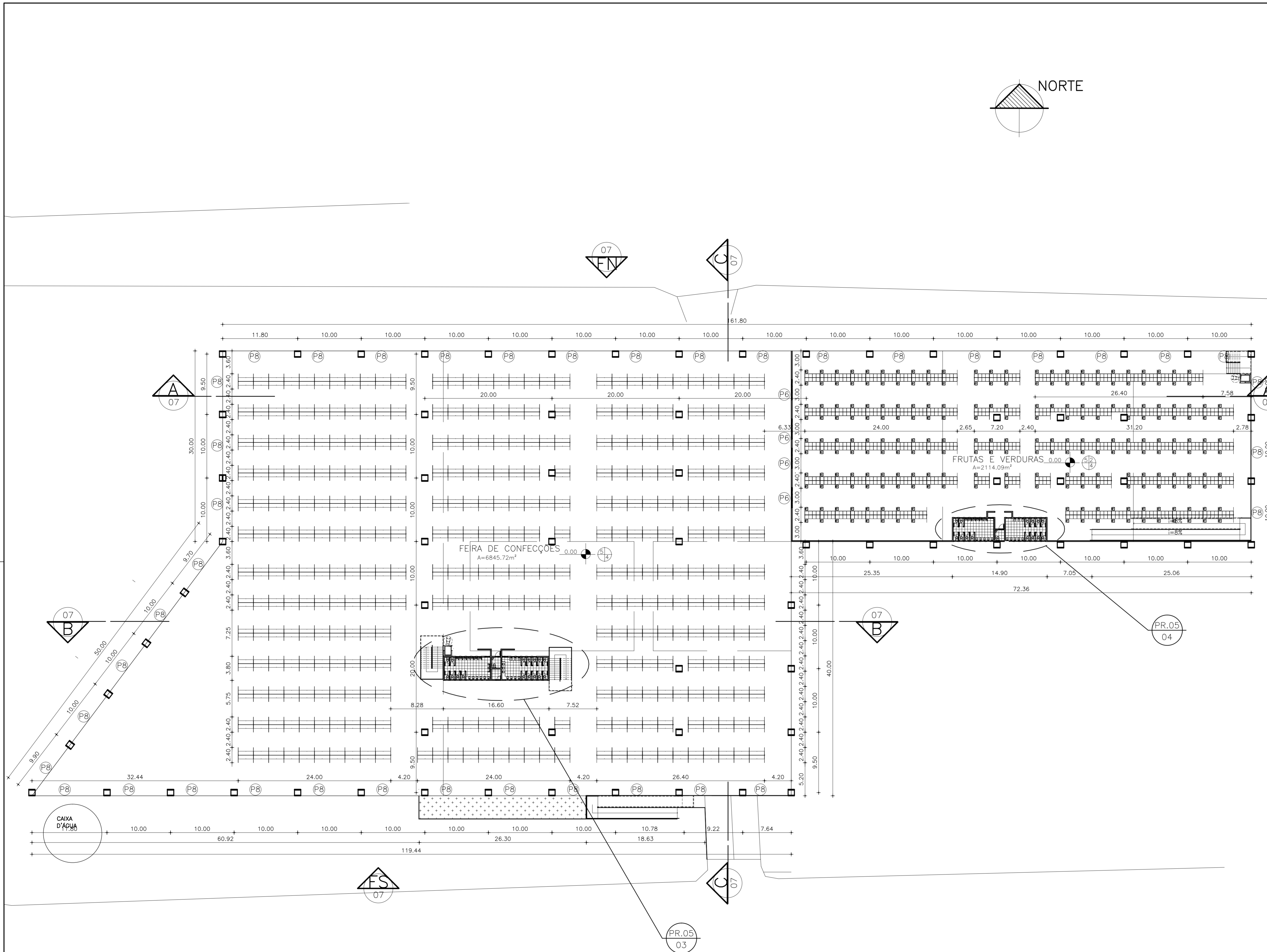
ÁREA DO TERRENO	= 15434,90 m ²
ÁREA DO SUBSOLO	= 3574,11 m ²
ÁREA DO PAV. TERREO	= 9049,41 m ²
ÁREA DO MEZANINO	= 900,00 m ²
ÁREA DO 1º PAVIMENTO	= 4688,79 m ²
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA	= 17312,31 m ²
TAXA DE OCUPAÇÃO	= 58%
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO	= 1,12
TAXA DE PERMEABILIZAÇÃO	= 41%



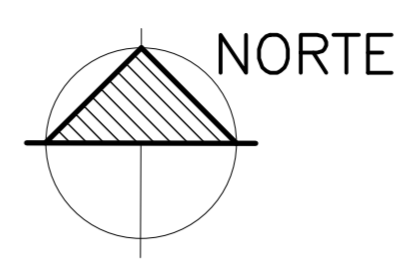
3 PLANTA DE SITUAÇÃO/LOCAÇÃO E COBERTA
ESCALA 1/500

CAGECE	SAUDE
ISS-C	ISS-P
CREA	APROVO
PROPRIETARIO:	
PROJETO:	
CALCULO:	
CONSTRUCAO:	PAGO


PROJETO DE GRADUAÇÃO
 ARQUITETURA E URBANISMO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
 ASSUNTO: **MERCADO DE MESSEJANA** PRANCHA: **01**
 CONTEUDO: **PLANTA DE SITUAÇÃO/LOCAÇÃO E COBERTA**
 AUTORIA: **YURI NOBRE** DESENHO: **YURI NOBRE** DATA: **JUN/2011**



1 PLANTA TÉRREO
ESCALA 1/300



- OBSERVAÇÕES:**
- * - TODAS AS MEDIDAS DEVEM SER CONFERIDAS NO LOCAL.
 - * - FAZER ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
 - * - QUALQUER DÓVIDA OU ALTERAÇÃO CONSULTAR O AUTOR DO PROJETO.

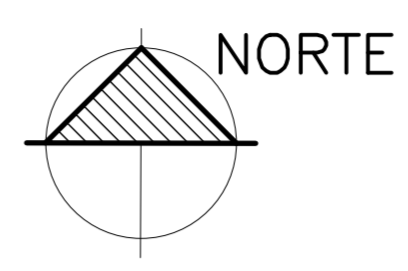
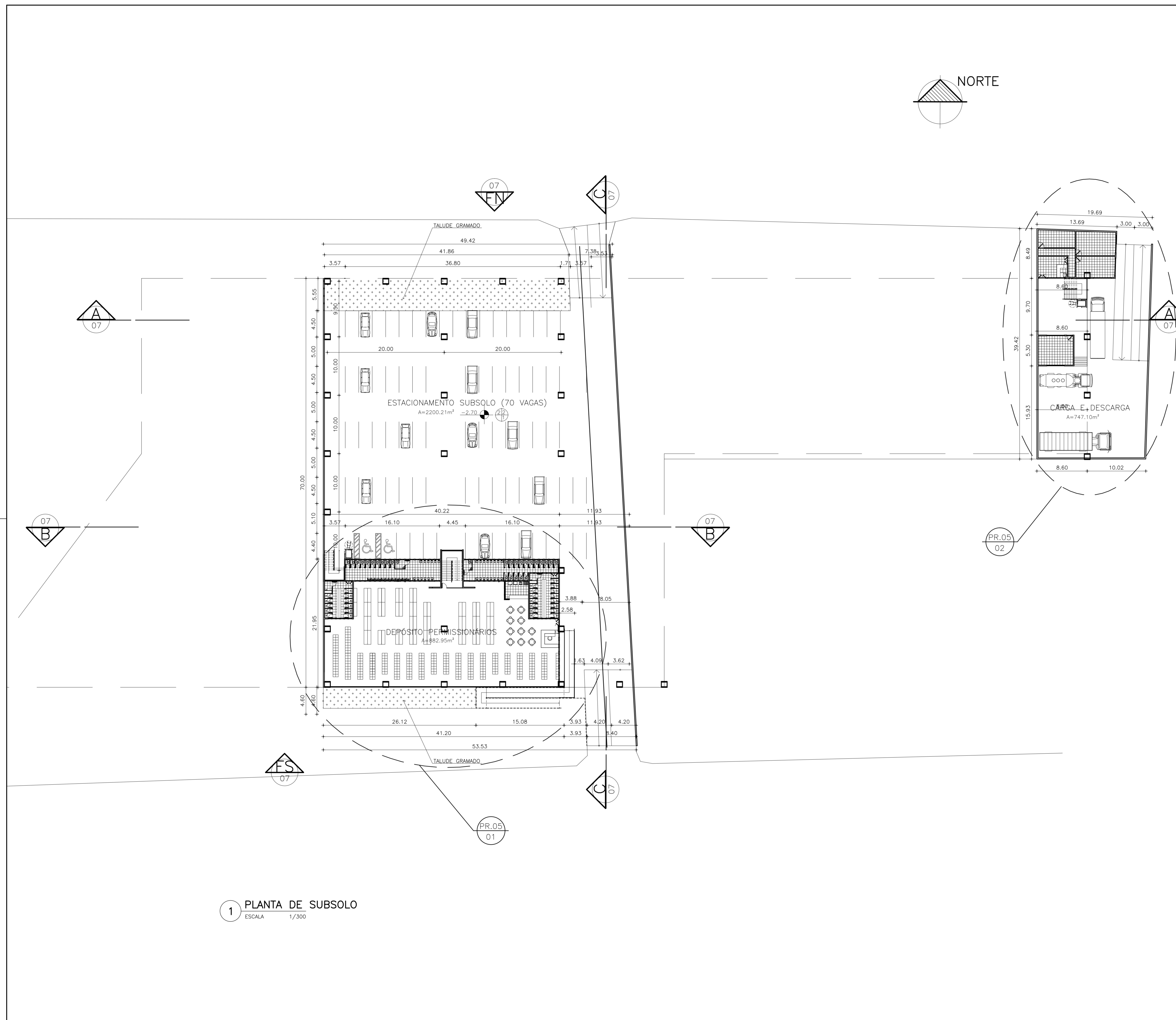
QUADRO DE ESQUADRIA

REFERÊNCIA	DIMENSÃO		PEITORIL	OBSERVAÇÕES
	LARGURA	ALTURA		
P-1	0,60	2,10	-	PORTA TIPO PARANÁ 1F.
P-2	0,80	2,10	-	PORTA TIPO PARANÁ 1F.
P-3	0,90	2,10	-	PORTA EQUIPADA PARA ACESSIBILIDADE UNIVERSAL 1F.
P-4	1,00	2,50	-	PORTA FRIGORÍFICA 1F.
P-5	1,20	2,50	-	PORTA TIPO PARANÁ 2F.
P-6	1,20	2,50	-	PORTA ACÉSTICA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO 2F.
P-7	3,20	2,50	-	PORTA DE CORRER AF. 2 FIXAS E 2 MÓVEIS.
P-8	10,00	3,00	-	PORTA DE ENROSCAR EM AÇO GALVANIZADO DO TIPO CHAPA RAUDA VAZADA NA COR PRATA.
J-1	0,60	0,40	1,70	JANELA TIPO BOCA DE LOBO.
J-2	0,60	0,40	1,70	JANELA TIPO MAXIMAR, DISPOSTAS UMA AO LADO DA OUTRA, ATÉ COMPLETAR O VAZ.
J-3	1,00	0,40	1,70	JANELAS EM BASCULANTES DE AÇO.
C-1	3,60	2,50	-	PAREDE DE COMBÓIO EM CONCRETO DE FACES INTERCALADAS DE FORMA A NÃO DAR VISÃO INTERNA.
C-2	40,25	2,50	-	PAREDE DE COMBÓIO EM CONCRETO PROTEGIDA POR CORTINA INTERNA DE ACONCOMENTO MANUAL.
G-1	3,60	2,50	-	GRADIL DE PROTEÇÃO AO ACESSO POR ESCADAS EM HORÁRIO DE FECHAMENTO DO ESPAÇO.

- ESPECIFICAÇÕES:**
- PISO**
- 1 - REVESTIMENTO CERÂMICO 45x45cm P.E.1 5 ASSENTADA SOBRE CAMADA DE REGULARIZAÇÃO EM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA DE TRAÇO VOLUMÉTRICO 1:4.
 - 2 - BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM Fck MÍNIMO DE 35MPa RESISTENTES A ALTO TRÁFEGO.
 - 3 - PISO ACARPETADO NA COR PRATA.
 - 4 - PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA PORTUGUESA ASSENTADO EM MOSAICO ESTENDIDO A UMA CAMADA DE MISTURA SECA DE CIMENTO E AREIA COM TRAÇO VOLUMÉTRICO DE 1:4.
 - 5 - PISO INDUSTRIAL MONOLÍTICO ANTIDERRAPANTE 3mm PHML-03 A BASE DE RESINA EPOXI.
 - 6 - PISO EM CONCREGRAMA COM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM Fck MÍNIMO DE 35MPa RESISTENTES A ALTO TRÁFEGO.
- PAREDE**
- 1 - REVESTIMENTO EM PASTILHAS DE VIDRO 5x5cm ASSENTADAS SOBRE O REVESTIMENTO EM EMBOÇO, UTILIZANDO-SE ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA DE TRAÇO VOLUMÉTRICO 1:3.
 - 2 - TEXTURATTO CLÁSSICO HIDORREPELENTE COM ACABAMENTO SEMI-BRILHO NA COR SALMÃO.
 - 3 - PLACAS COMPENSADO DE MADEIRA POSICIONADAS DE FORMA NÃO PARALELA A PAREDE OPOSTA.
 - 4 - PAREDE DE GESSO BRANCO ACARTONADO TIPO DRYWALL.
- TETO**
- 1 - LAJE DE FERRO COM TINTA PVA HIDORREPELENTE COM ACABAMENTO FOSCO NA COR BRANCO NEVE.
 - 2 - FERRO DE GESSO BRANCO.
 - 3 - FERRO DE GESSO BRANCO DESENCONTRADO DE FORMA NÃO PARALELA AO PISO.
 - 4 - ESTRUTURA DE COBERTA APARENTE.

CAGECE	SAUDE
ISS-C	ISS-P
CREA	APROVO
PROPRIETARIO:	
PROJETO:	
CALCULO:	
CONSTRUCAO:	PAGO


PROJETO DE GRADUAÇÃO
 ARQUITETURA E URBANISMO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
 ASSUNTO: **MERCADO DE MESSEJANA**
 PRANCHA: **02**
 CONTEUDO: **PLANTA TÉRREO**
 AUTORIA: **YURI NOBRE** DESENHO: **YURI NOBRE** DATA: **JUN/2011**



OBSERVAÇÕES:

- * - TODAS AS MEDIDAS DEVEM SER CONFERIDAS NO LOCAL.
- * - FAZER ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
- * - QUALQUER DÓVIDA OU ALTERAÇÃO CONSULTAR O AUTOR DO PROJETO.

QUADRO DE ESQUADRIA

REFERÊNCIA	DIMENSÃO		PEITORIL	OBSERVAÇÕES
	LARGURA	ALTURA		
P-1	0,60	2,10	--	PORTA TIPO PARANÁ 1F.
P-2	0,80	2,10	--	PORTA TIPO PARANÁ 1F.
P-3	0,90	2,10	--	PORTA EQUIPADADA PARA ACESSIBILIDADE UNIVERSAL 1F.
P-4	1,00	2,50	--	PORTA FRIGORÍFICA 1F.
P-5	1,20	2,50	--	PORTA TIPO PARANÁ 2F.
P-6	1,20	2,50	--	PORTA ACÉSTICA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO 2F.
P-7	3,20	2,50	--	PORTA DE CORRER AF. 2 FIXAS E 2 MÓVEIS.
P-8	10,00	3,00	--	PORTA DE ENROLAR EM AÇO GALVANIZADO DO TIPO CHAPA VAZADA NA COR PRATA.
J-1	0,60	0,40	1,70	JANELA TIPO BICA DE LOBO.
J-2	0,60	0,40	1,70	JANELA TIPO MAXIMAR, DISPOSTAS UMA AO LADO DA OUTRA, ATÉ COMPLETAR O VÃO.
J-3	1,00	0,40	1,70	JANELAS EM BASCULANTES DE AÇO.
C-1	3,60	2,50	--	PAREDE DE COMBOSÓ EM CONCRETO DE FACES INTERCALADAS DE FORMA A NÃO DAR VISÃO INTERNA.
C-2	40,25	2,50	--	PAREDE DE COMBOSÓ EM CONCRETO PROTEGIDO POR CORTINA INTERNA DE ACONCOMENTO MANUAL.
G-1	3,60	2,50	--	GRADIL DE PROTEÇÃO AO ACESSO POR ESCADAS EM HORÁRIO DE FECHAMENTO DO ESPAÇO.

- ESPECIFICAÇÕES:**
- PISO**
- 1 - REVESTIMENTO CERÂMICO 45x45cm P.E.I 5 ASSENTADA SOBRE CAMADA DE REGULARIZAÇÃO EM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA DE TRAÇO VOLUMÉTRICO 1:4.
 - 2 - BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM Fck MÍNIMO DE 35MPa RESISTENTES A ALTO TRÁFEGO.
 - 3 - PISO ACARPETADO NA COR PRATA.
 - 4 - PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA PORTUGUESA ASSENTADO EM MOSAICO ESTENDIDO A UMA CAMADA DE MISTURA SECA DE CIMENTO E AREIA COM TRAÇO VOLUMÉTRICO DE 1:4.
 - 5 - PISO INDUSTRIAL MONOLÍTICO ANTIDERRAPANTE 3mm PHML-03 A BASE DE RESINA EPOXI.
 - 6 - PISO EM CONCREGRAMA COM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM Fck MÍNIMO DE 35MPa RESISTENTES A ALTO TRÁFEGO.
- PAREDE**
- 1 - REVESTIMENTO EM PASTILHAS DE VIDRO 5x5cm ASSENTADAS SOBRE O REVESTIMENTO EM EMBOÇO, UTILIZANDO-SE ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA DE TRAÇO VOLUMÉTRICO 1:3.
 - 2 - TEXTURATTO CLÁSSICO HIDORREPELENTE COM ACABAMENTO SEMI-BRILHO NA COR SALMÃO.
 - 3 - PLACAS COMPENSADO DE MADEIRA POSICIONADAS DE FORMA NÃO PARALELA A PAREDE OPOSTA.
 - 4 - PAREDE DE GESSO BRANCO ACARTONADO TIPO DRYWALL.
- TETO**
- 1 - LAJE DE FORRO COM TINTA PVA HIDORREPELENTE COM ACABAMENTO FOSCO NA COR BRANCO NEVE.
 - 2 - FORRO DE GESSO BRANCO.
 - 3 - FORRO DE GESSO BRANCO DESENCENTRADO DE FORMA NÃO PARALELA AO PISO.
 - 4 - ESTRUTURA DE COBERTA APARENTE.

1 PLANTA DE SUBSOLO
ESCALA 1/300

CAGECE	SAUDE
ISS-C	ISS-P
CREA	APROVO
PROPRIETARIO:	
PROJETO:	
CALCULO:	
CONSTRUCAO:	PAGO

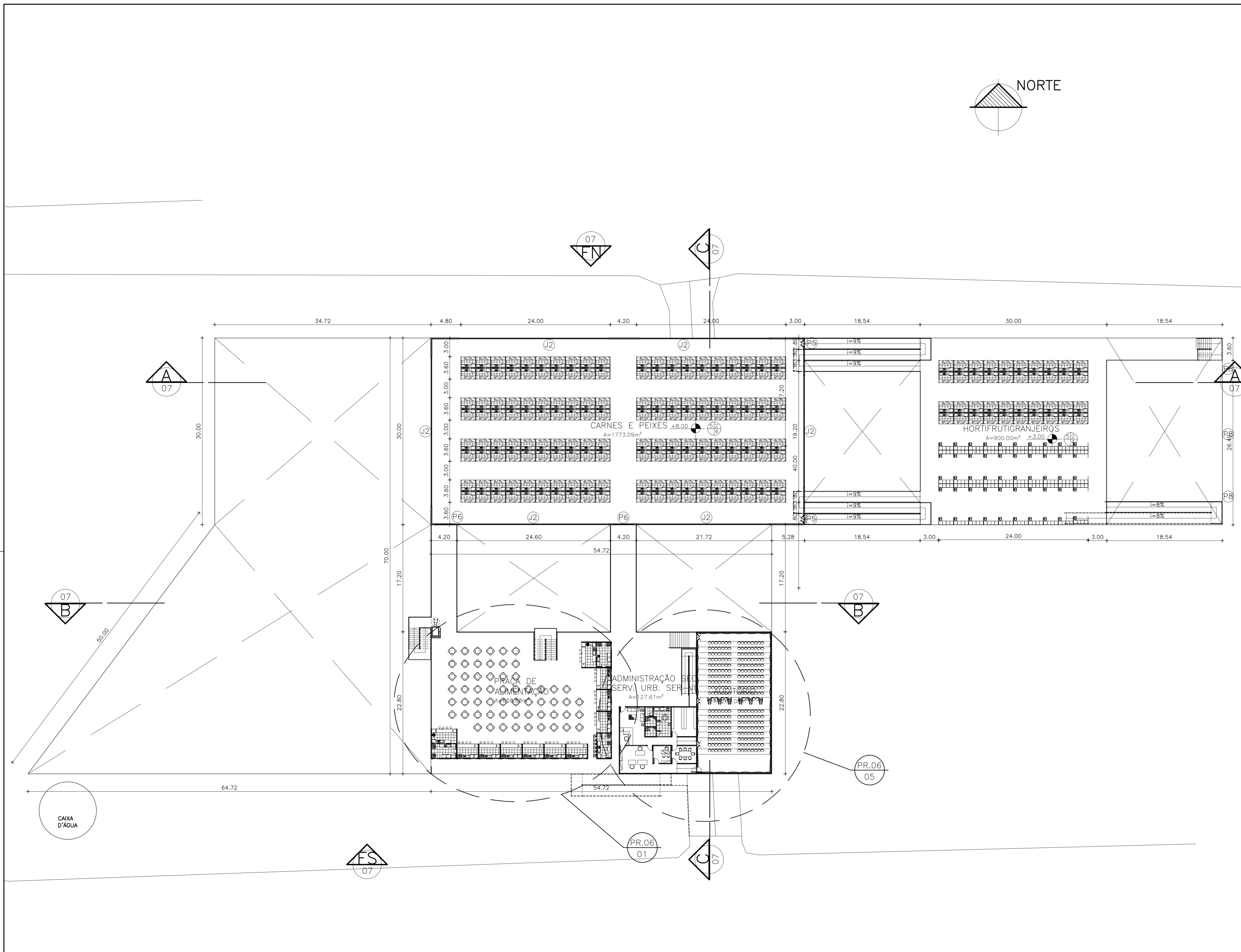
MERCADO MESSEJANA

PROJETO: **PROJETO DE GRADUAÇÃO**
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ASSUNTO: **MERCADO DE MESSEJANA** PRANCHA: **03**

CONTEUDO: **PLANTA DE SUBSOLO**

AUTORIA: **YURI NOBRE** DESENHO: **YURI NOBRE** DATA: **JUN/2011**



1 PLANTA MEZANINO E 1º PAVIMENTO
ESCALA 1/300

OBSERVAÇÕES:

- * - TODAS AS MEDIDAS DEVEM SER CONFERIDAS NO LOCAL.
- * - FAZER ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
- * - QUALQUER DÓVIDA OU ALTERAÇÃO CONSULTAR O AUTOR DO PROJETO.

QUADRO DE ESQUADRIA

REFERÊNCIA	DIMENSÃO		PEITORIL	OBSERVAÇÕES
	LARGURA	ALTURA		
P-1	0,60	2,10	-	PORTA TIPO PARANÁ 1F.
P-2	0,80	2,10	-	PORTA TIPO PARANÁ 1F.
P-3	0,90	2,10	-	PORTA EQUIPADADA PARA ACESSIBILIDADE UNIVERSAL 1F.
P-4	1,00	2,50	-	PORTA FRIGORÍFICA 1F.
P-5	1,20	2,50	-	PORTA TIPO PARANÁ 2F.
P-6	1,20	2,50	-	PORTA ACÉSTICA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO 2F.
P-7	3,20	2,50	-	PORTA DE CORRER AF. 2 FIXAS E 2 MÓVEIS.
P-8	10,00	3,00	-	PORTA DE ENROSCAR EM AÇO GALVANIZADO DO TIPO CHAPA VAZADA NA COR PRATA.
J-1	0,60	0,40	1,70	JANELA TIPO BOCA DE LOBO.
J-2	0,60	0,40	1,70	JANELA TIPO MAXIMAR, DISPOSTAS UMA AO LADO DA OUTRA ATÉ COMPLETAR O VÃO.
J-3	1,00	0,40	1,70	JANELAS EM BASCULANTES DE AÇO.
C-1	3,60	2,50	-	PAREDE DE COMBÓIO EM CONCRETO DE FACES INTERCALADAS DE FORMA A NÃO DAR VISÃO INTERNA.
C-2	40,25	2,50	-	PAREDE DE COMBÓIO EM CONCRETO PROTEGIDA POR CORTINA INTERNA DE ACONCOMENTO MANUAL.
G-1	3,60	2,50	-	GRADIL DE PROTEÇÃO AO ACESSO POR ESCADAS EM HORÁRIO DE FECHAMENTO DO ESPAÇO.

- ESPECIFICAÇÕES:**
- PISO**
- 1 - REVESTIMENTO CERÂMICO 45x45cm P.E.I 5 ASSENTADA SOBRE CAMADA DE REGULARIZAÇÃO EM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA DE TRAÇO VOLUMÉTRICO 1:4.
 - 2 - BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM Fck MÍNIMO DE 35MPa RESISTENTES A ALTO TRÁFEGO.
 - 3 - PISO ACARPETADO NA COR PRATA.
 - 4 - PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA PORTUGUESA ASSENTADO EM MOSAICO ESTENDIDO A UMA CAMADA DE MISTURA SECA DE CIMENTO E AREIA COM TRAÇO VOLUMÉTRICO DE 1:4.
 - 5 - PISO INDUSTRIAL MONOLÍTICO ANTIDERRAPANTE 3mm PHML-03 A BASE DE RESINA EPOXI.
 - 6 - PISO EM CONCREGRAMA COM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM Fck MÍNIMO DE 35MPa RESISTENTES A ALTO TRÁFEGO.
- PAREDE**
- 1 - REVESTIMENTO EM PASTILHAS DE VIDRO 5x5cm ASSENTADAS SOBRE O REVESTIMENTO EM EMBOÇO, UTILIZANDO-SE ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA DE TRAÇO VOLUMÉTRICO 1:3.
 - 2 - TEXTURATTO CLÁSSICO HIDORREPELENTE COM ACABAMENTO SEMI-BRILHO NA COR SALMÃO.
 - 3 - PLACAS COMPENSADO DE MADEIRA POSICIONADAS DE FORMA NÃO PARALELA A PAREDE OPOSTA.
 - 4 - PAREDE DE GESSO BRANCO ACARTONADO TIPO DRYWALL.
- TETO**
- 1 - LAJE DE FORRO COM TINTA PVA HIDORREPELENTE COM ACABAMENTO FOSCO NA COR BRANCO NEVE.
 - 2 - FORRO DE GESSO BRANCO.
 - 3 - FORRO DE GESSO BRANCO DESENCENTRADO DE FORMA NÃO PARALELA AO PISO.
 - 4 - ESTRUTURA DE COBERTA APARENTE.

CAGECE	SAUDE
ISS-C	ISS-P
CREA	APROVO
PROPRIETARIO:	
PROJETO:	
CALCULO:	
CONSTRUCAO:	PAGO

MERCADO MESSEJANA

PROJETO : **PROJETO DE GRADUAÇÃO**
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ASSUNTO : **MERCADO DE MESSEJANA**

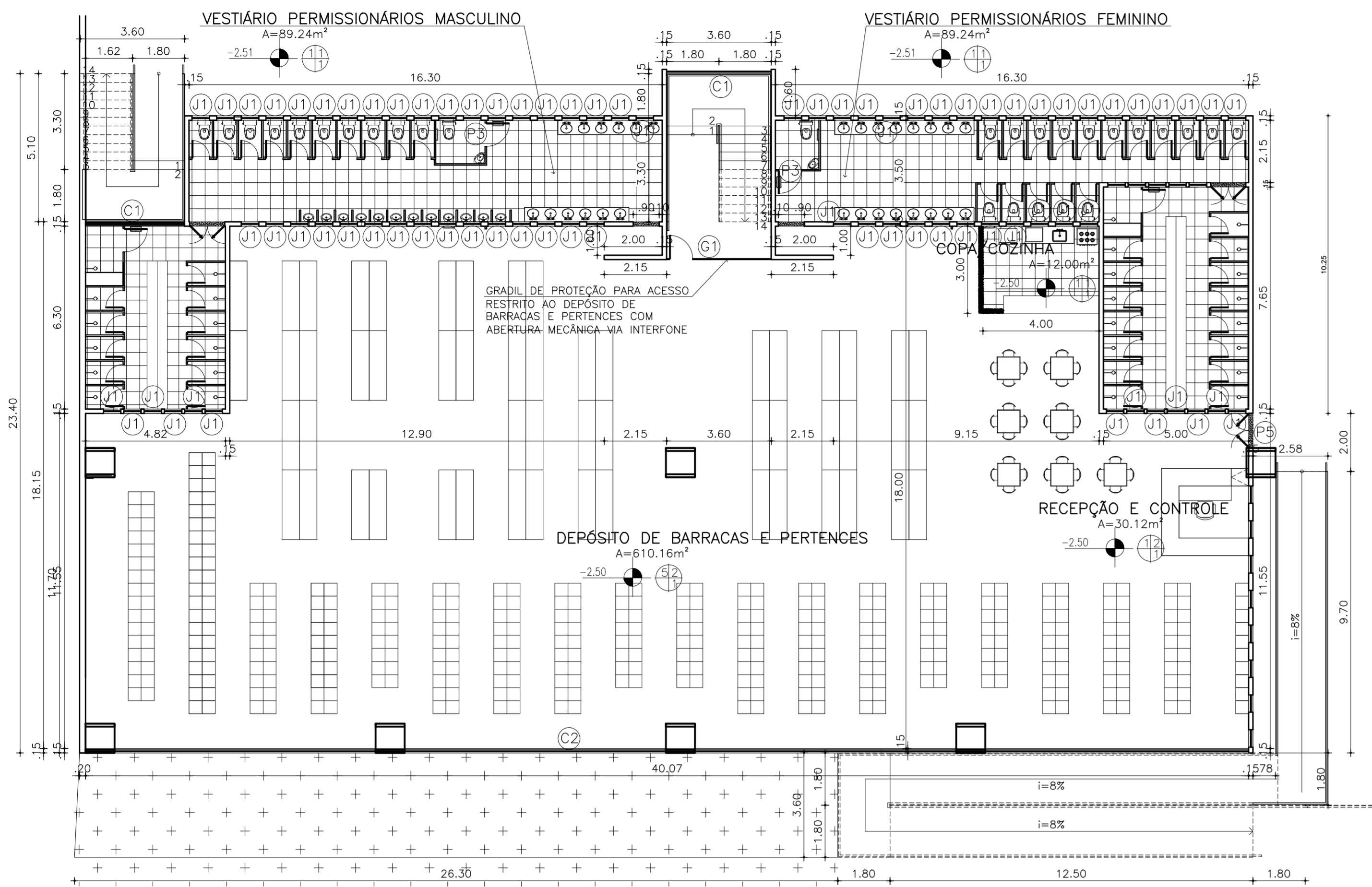
CONTEUDO : **PLANTA MEZANINO E 1º PAVIMENTO**

AUTORIA : **YURI NOBRE**

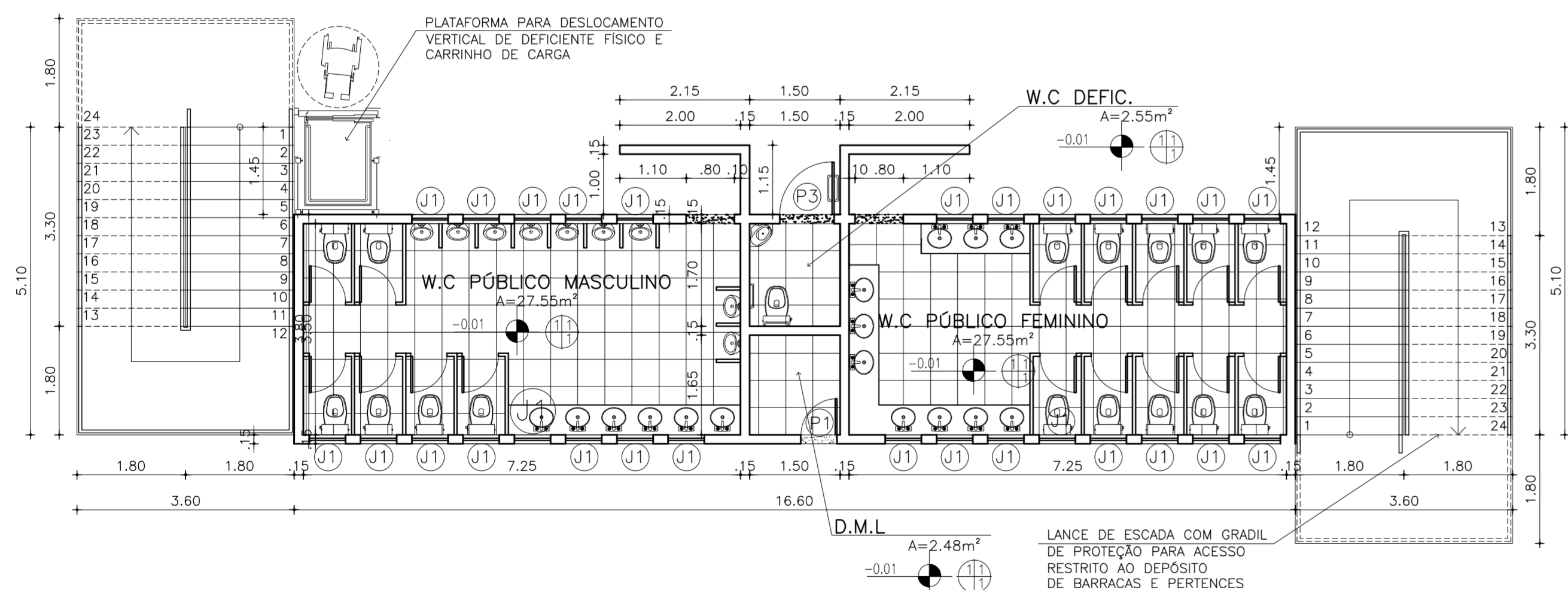
DESENHO : **YURI NOBRE**

DATA : **JUN/2011**

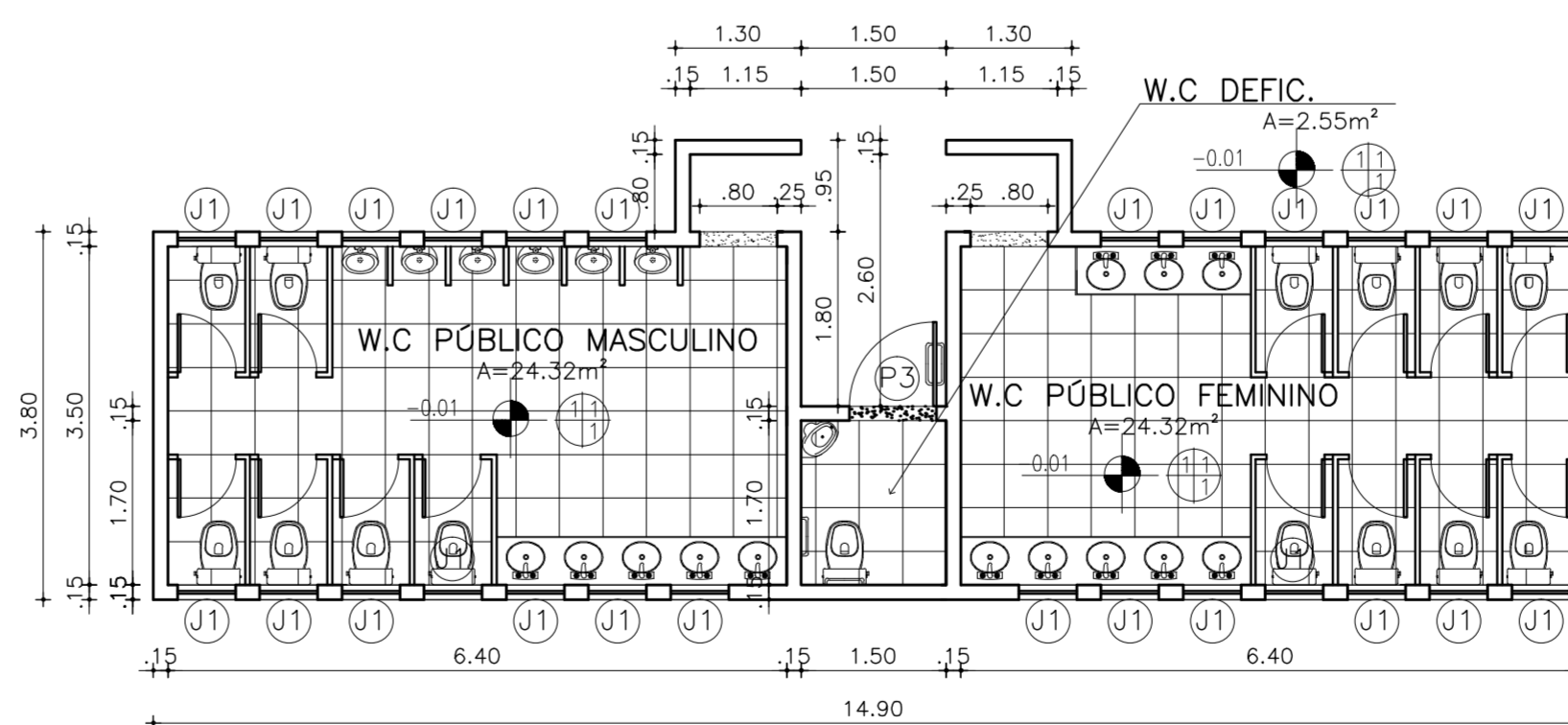
04



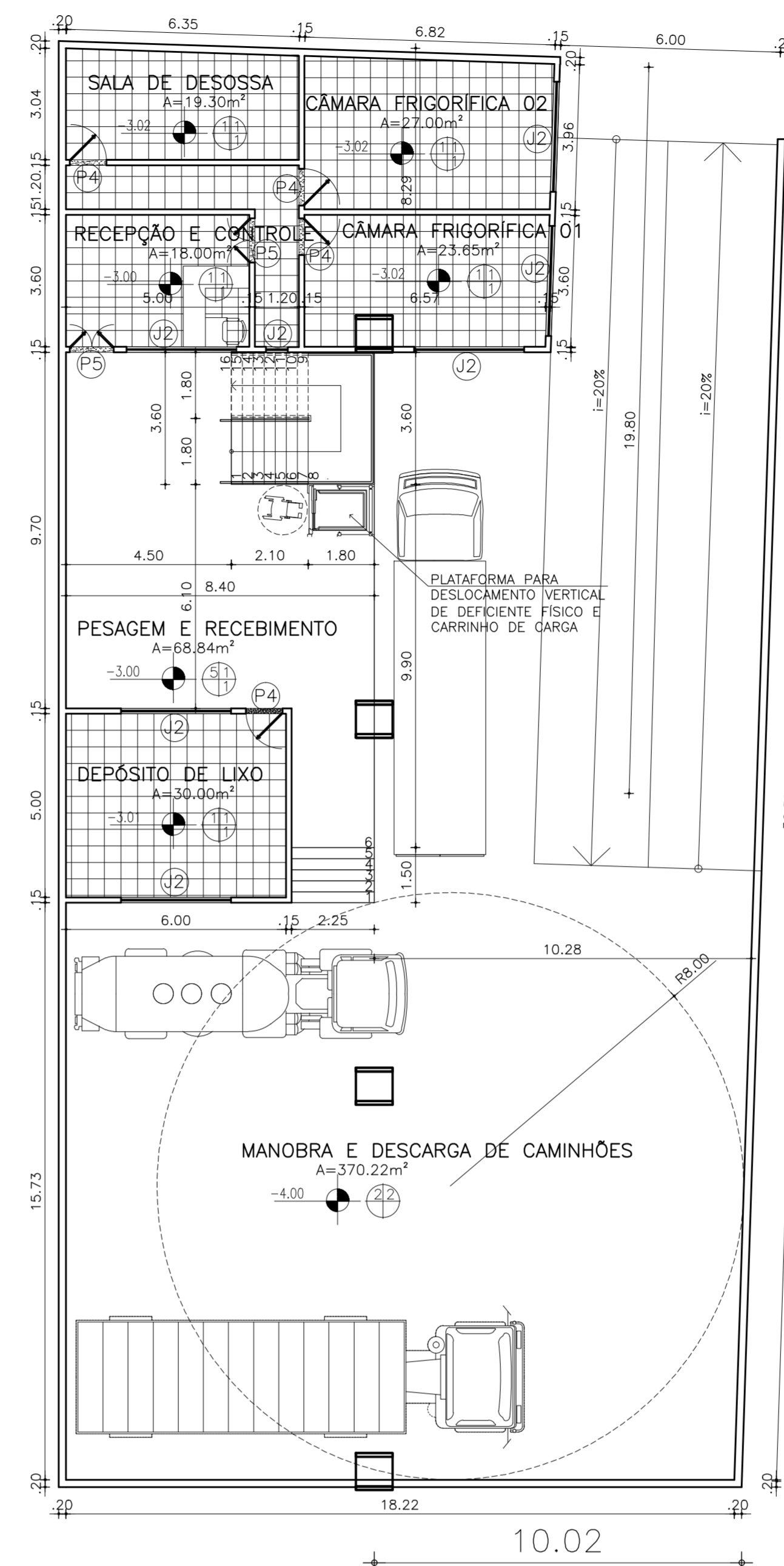
1 PLANTA DEPÓSITO PERMISSONÁRIOS
ESCALA 1/125



3 PLANTA BANHEIROS DA FEIRA
ESCALA 1/75



4 PLANTA BANHEIROS DO MERCADO
ESCALA 1/75



2 PLANTA CARGA E DESCARGA
ESCALA 1/125

OBSERVAÇÕES:

- * - TODAS AS MEDIDAS DEVEM SER CONFERIDAS NO LOCAL
- * - FAZER ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
- * - QUALQUER DÓVIDA OU ALTERAÇÃO CONSULTAR O AUTOR DO PROJETO.

QUADRO DE ESQUADRIA

REFERÊNCIA	DIMENSÃO		PEITORIL	OBSERVAÇÕES
	LARGURA	ALTURA		
P-1	0,60	2,10	--	PORTA TIPO PARANÁ 1F.
P-2	0,80	2,10	--	PORTA TIPO PARANÁ 1F.
P-3	0,90	2,10	--	PORTA EQUIPADA PARA ACESSIBILIDADE UNIVERSAL 1F.
P-4	1,00	2,50	--	PORTA FRIGORÍFICA 1F.
P-5	1,20	2,50	--	PORTA TIPO PARANÁ 2F.
P-6	1,20	2,50	--	PORTA ACÚSTICA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO 2F.
P-7	3,20	2,50	--	PORTA DE CORRER AF. 2 FIXAS E 2 MÓVEIS.
P-8	10,00	3,00	--	PORTA DE ENROSCAR EM AÇO GALVANIZADO DO TIPO CHAPA VAZADA NA COR PRATA.
J-1	0,60	0,40	1,70	JANELA TIPO BOCA DE LOBO.
J-2	0,60	0,40	1,70	JANELA TIPO MAXIMAR, DISPOSTAS UMA AO LADO DA OUTRA ATÉ COMPLETAR O VÃO.
J-3	1,00	0,40	1,70	JANELAS EM BASCULANTES DE AÇO.
C-1	3,60	2,50	--	PAREDE DE COMBÓIO EM CONCRETO DE FACES INTERCALADAS DE FORMA A NÃO DAR VISÃO INTERNA.
C-2	40,25	2,50	--	PAREDE DE COMBÓIO EM CONCRETO PROTEGIDA POR CORTINA INTERNA DE ACOIONAMENTO MANUAL.
G-1	3,60	2,50	--	GRADIL DE PROTEÇÃO AO ACESSO POR ESCADAS EM HORÁRIO DE FECHAMENTO DO ESPAÇO.

ESPECIFICAÇÕES:

- PISO
- 1 - REVESTIMENTO CERÂMICO 45x45cm P.E.1 5 ASSENTADA SOBRE CAMADA DE REGULARIZAÇÃO EM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA DE TRAÇO VOLUMÉTRICO 1:4.
 - 2 - BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM Fck MÍNIMO DE 35MPa RESISTENTES A ALTO TRÁFEGO.
 - 3 - PISO ACARPETADO NA COR PRATA.
 - 4 - PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA PORTUGUESA ASSENTADO EM MOSAICO ESTENDIDO A UMA CAMADA DE MISTURA SECA DE CIMENTO E AREIA COM TRAÇO VOLUMÉTRICO DE 1:4.
 - 5 - PISO INDUSTRIAL MONOLÍTICO ANTIDERRAPANTE 3mm PHML-03 A BASE DE RESINA EPOXI.
 - 6 - PISO EM CONCREGRAMA COM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM Fck MÍNIMO DE 35MPa RESISTENTES A ALTO TRÁFEGO.
- PAREDE
- 1 - REVESTIMENTO EM PASTILHAS DE VIDRO 5x5cm ASSENTADAS SOBRE O REVESTIMENTO EM EMBOÇO, UTILIZANDO-SE ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA DE TRAÇO VOLUMÉTRICO 1:3.
 - 2 - TEXTURATO CLÁSSICO HIDROREPELENTE COM ACABAMENTO SEMI-BRILHO NA COR SALMÃO.
 - 3 - PLACAS COMPENSADO DE MADEIRA POSICIONADAS DE FORMA NÃO PARALELA A PAREDE OPOSTA.
 - 4 - PAREDE DE GESSO BRANCO ACARTONADO TIPO DRYWALL.
- TETO
- 1 - LAJE DE FORRO COM TINTA PVA HIDROREPELENTE COM ACABAMENTO FOSCO NA COR BRANCO NEVE.
 - 2 - FORRO DE GESSO BRANCO.
 - 3 - FORRO DE GESSO BRANCO DESENCENTRADO DE FORMA NÃO PARALELA AO PISO.
 - 4 - ESTRUTURA DE COBERTA APARENTE.

CAGECE	SAUDE
ISS-C	ISS-P
CREA	APROVO
PROPRIETÁRIO:	
PROJETO:	
CÁLCULO:	
CONSTRUÇÃO:	PAGO

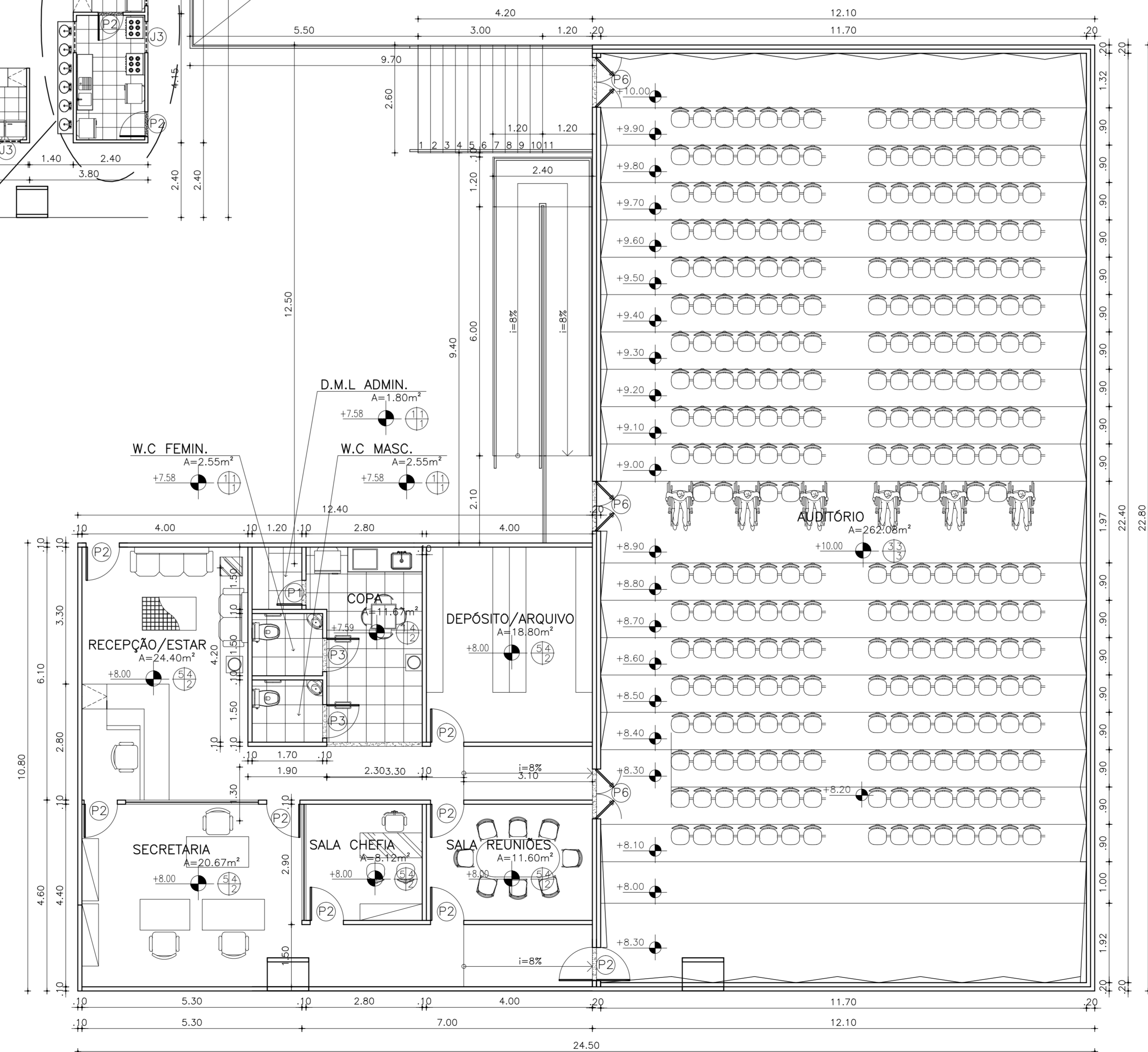
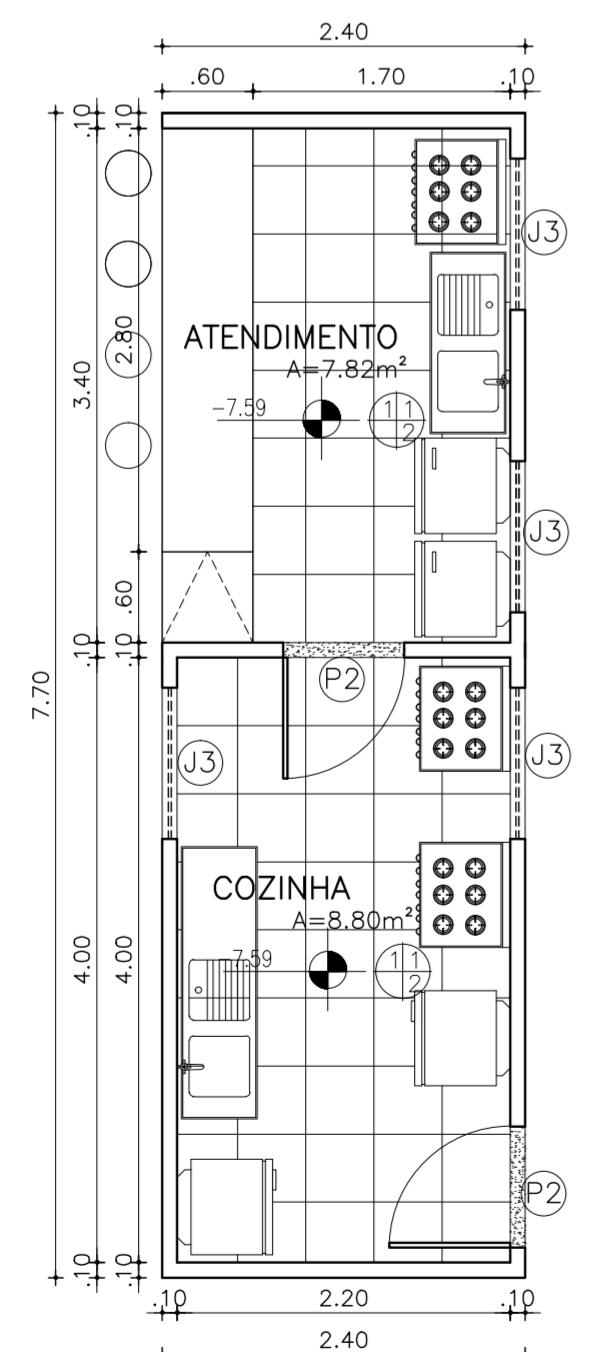
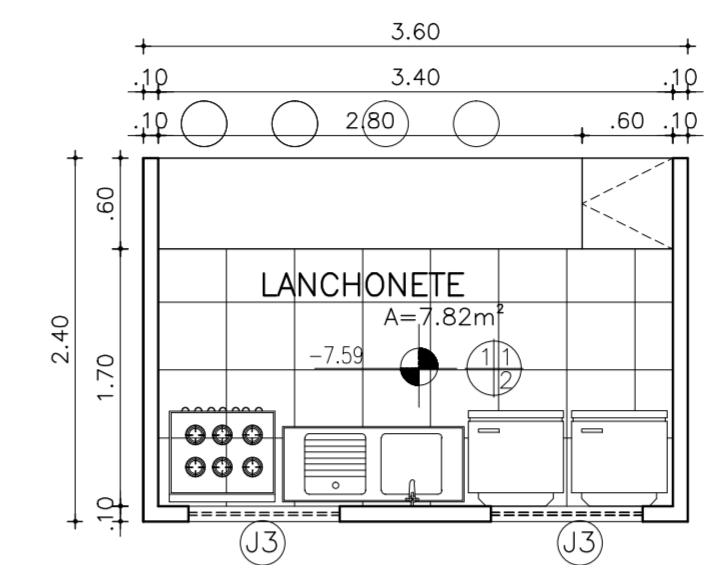
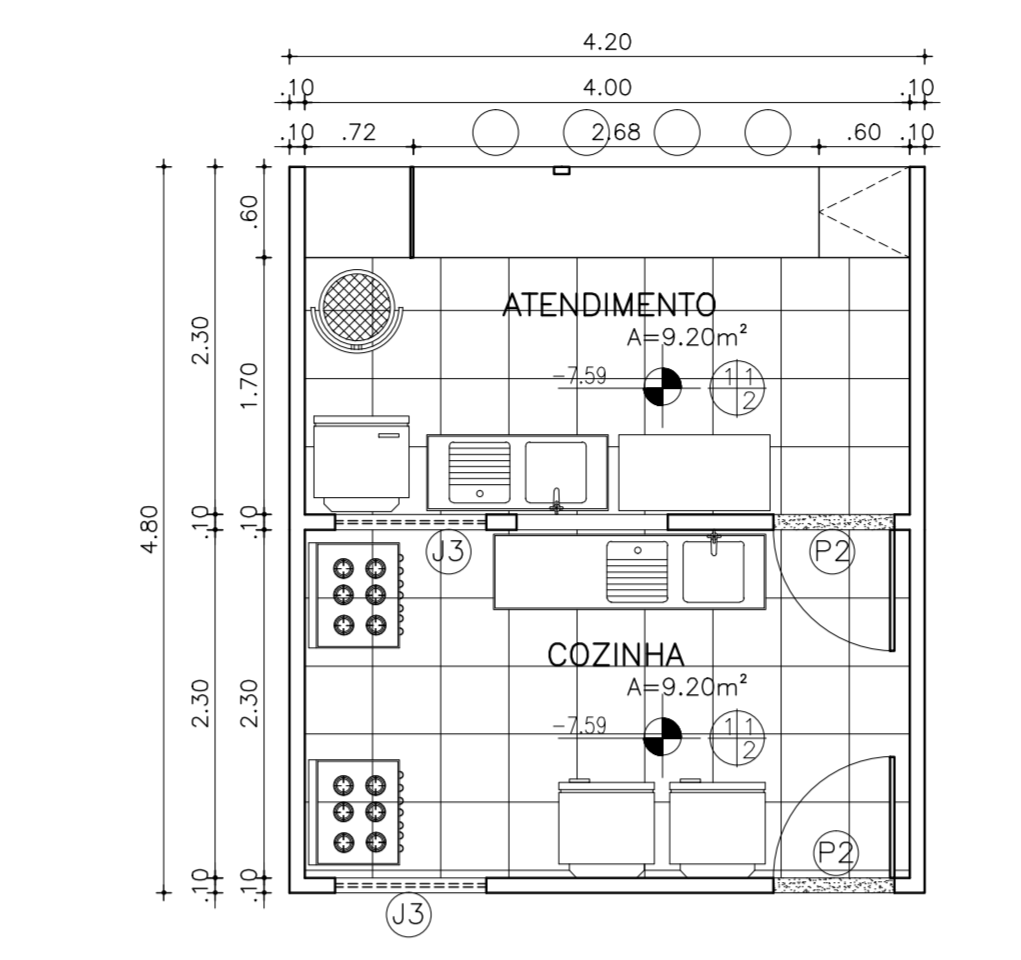
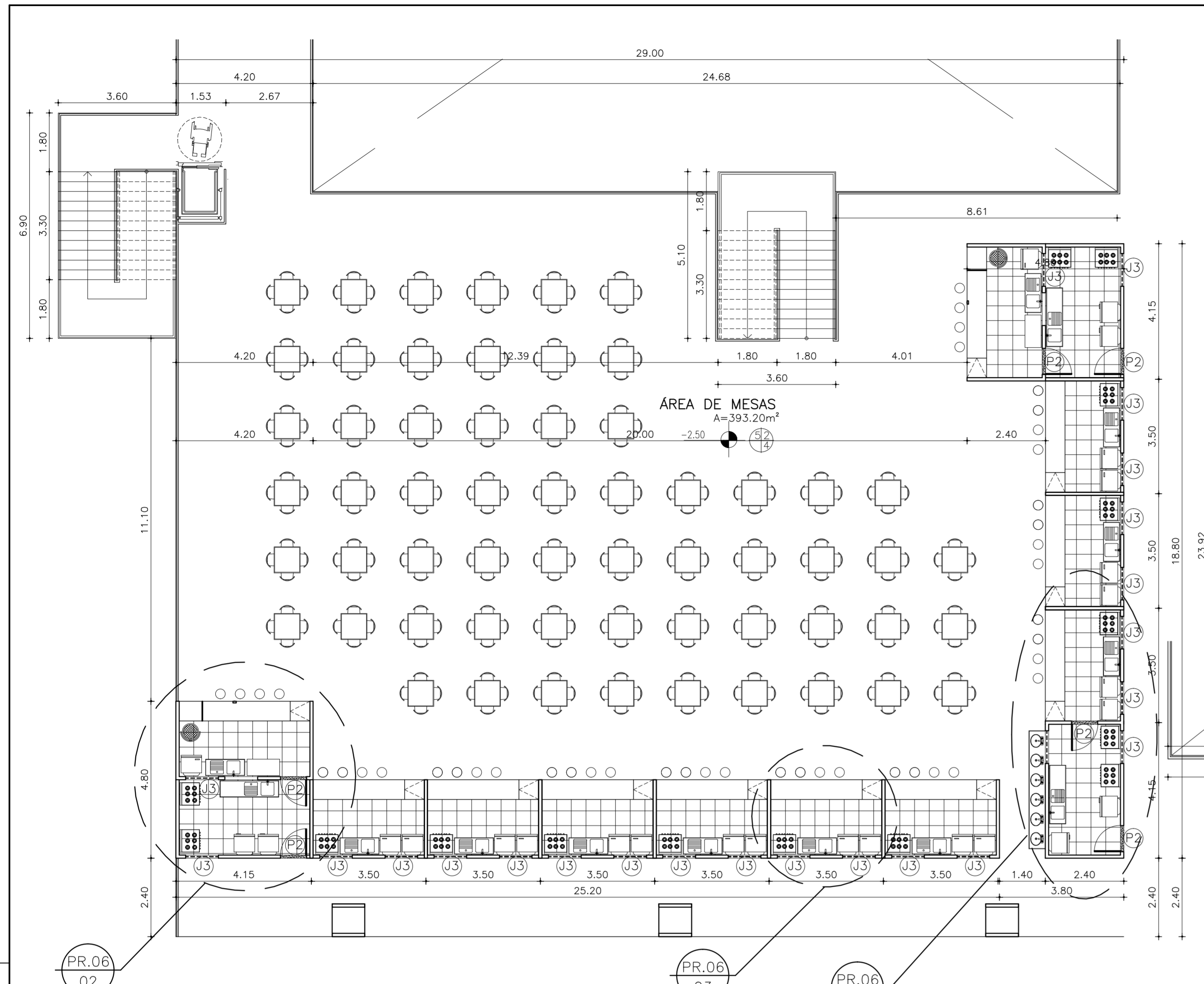
PROJETO: **PROJETO DE GRADUAÇÃO**
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ASSUNTO: **MERCADO DE MESSEJANA**

CONTEÚDO: **PLANTA DEPÓSITO PERMISSONÁRIOS, PLANTA CARGA E DESCARGA, PLANTA BANHEIRO PÚBL. FEIRA, PLANTA BANHEIRO PÚBL. MERC.**

AUTORIA: **YURI NOBRE** DESENHO: **YURI NOBRE** DATA: **JUN/2011**

PRANCHA: **05**



OBSERVAÇÕES:

- * - TODAS AS MEDIDAS DEVEM SER CONFERIDAS NO LOCAL.
- * - FAZER ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
- * - QUALQUER DÓVIDA OU ALTERAÇÃO CONSULTAR O AUTOR DO PROJETO.

QUADRO DE ESQUADRIA

REFERÊNCIA	DIMENSÃO		PEITORIL	OBSERVAÇÕES
	LARGURA	ALTURA		
P-1	0,60	2,10	--	PORTA TIPO PARANÁ 1F.
P-2	0,80	2,10	--	PORTA TIPO PARANÁ 1F.
P-3	0,90	2,10	--	PORTA EQUIPADA PARA ACESSIBILIDADE UNIVERSAL 1F.
P-4	1,00	2,50	--	PORTA FRIGORÍFICA 1F.
P-5	1,20	2,50	--	PORTA TIPO PARANÁ 2F.
P-6	1,20	2,50	--	PORTA ACÚSTICA COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO 2F.
P-7	3,20	2,50	--	PORTA DE CORRER AF. 2 FIXAS E 2 MÓVEIS.
P-8	10,00	3,00	--	PORTA DE ENROSCAR EM AÇO GALVANIZADO DO TIPO CHAPA RAZADA VAZADA NA COR PRATA.
J-1	0,60	0,40	1,70	JANELA TIPO BOCA DE LOBO.
J-2	0,60	0,40	1,70	JANELA TIPO MAXIMAR, DISPOSTAS UMA AO LADO DA OUTRA, ATÉ COMPLETAR O VÃO.
J-3	1,00	0,40	1,70	JANELAS EM BASCULANTES DE AÇO.
C-1	3,60	2,50	--	PAREDE DE COMBÓIO EM CONCRETO DE FACES INTERCALADAS DE FORMA A NÃO DAR VISÃO INTERNA.
C-2	40,25	2,50	--	PAREDE DE COMBÓIO EM CONCRETO PROTEGIDA POR CORTINA INTERNA DE ACONCOMENTO MANUAL.
G-1	3,60	2,50	--	GRADIL DE PROTEÇÃO AO ACESSO POR ESCADAS EM HORÁRIO DE FECHAMENTO DO ESPAÇO.

- ESPECIFICAÇÕES:**
- PISO**
- 1 - REVESTIMENTO CERÂMICO 45x45cm P.E.1 5 ASSENTADA SOBRE CAMADA DE REGULARIZAÇÃO EM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA DE TRAÇO VOLUMÉTRICO 1:4.
 - 2 - BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM Fck MÍNIMO DE 35MPa RESISTENTES A ALTO TRÁFEGO.
 - 3 - PISO ACARPETADO NA COR PRATA.
 - 4 - PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA PORTUGUESA ASSENTADO EM MOSAICO ESTENDIDO A UMA CAMADA DE MISTURA SECA DE CIMENTO E AREIA COM TRAÇO VOLUMÉTRICO DE 1:4.
 - 5 - PISO INDUSTRIAL MONOLÍTICO ANTIDERRAPANTE 3mm PHML-03 A BASE DE RESINA EPOXI.
 - 6 - PISO EM CONCREGRAMA COM BLOCOS INTERTRAVADOS DE CONCRETO COM Fck MÍNIMO DE 35MPa RESISTENTES A ALTO TRÁFEGO.
- PAREDE**
- 1 - REVESTIMENTO EM PASTILHAS DE VIDRO 5x5cm ASSENTADAS SOBRE O REVESTIMENTO EM EMBOÇO, UTILIZANDO-SE ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA DE TRAÇO VOLUMÉTRICO 1:3.
 - 2 - TEXTURATTO CLÁSSICO HIDROREPELENTE COM ACABAMENTO SEMI-BRILHO NA COR SALMÃO.
 - 3 - PLACAS COMPENSADO DE MADEIRA POSICIONADAS DE FORMA NÃO PARALELA A PAREDE OPOSTA.
 - 4 - PAREDE DE GESSO BRANCO ACARTONADO TIPO DRYWALL.
- TETO**
- 1 - LAJE DE FORRO COM TINTA PVA HIDROREPELENTE COM ACABAMENTO FOSCO NA COR BRANCO NEVE.
 - 2 - FORRO DE GESSO BRANCO.
 - 3 - FORRO DE GESSO BRANCO DESENCENTRADO DE FORMA NÃO PARALELA AO PISO.
 - 4 - ESTRUTURA DE COBERTA APARENTE.

CAGECE	SAUDE
ISS-C	ISS-P
CREA	APROVO
PROPRIETÁRIO:	
PROJETO:	
CALCULO:	
CONSTRUCAO:	PAGO

MERCADO MESSEJANA

PROJETO: **PROJETO DE GRADUAÇÃO**
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ASSUNTO: **MERCADO DE MESSEJANA**

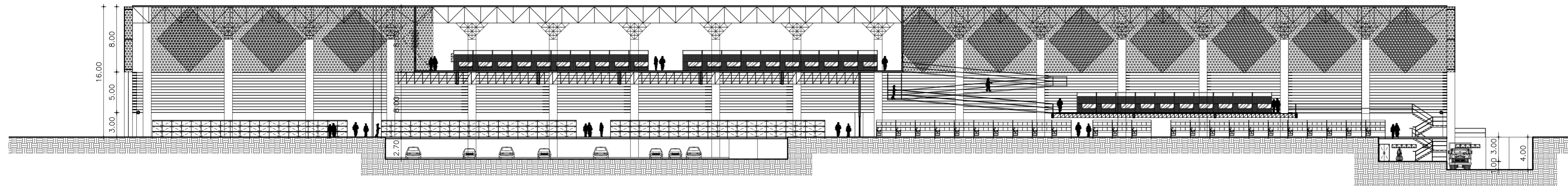
CONTEUDO: **PLANTA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO
PLANTA ADMIN. E AUDITÓRIO**

PRANCHA: **06**

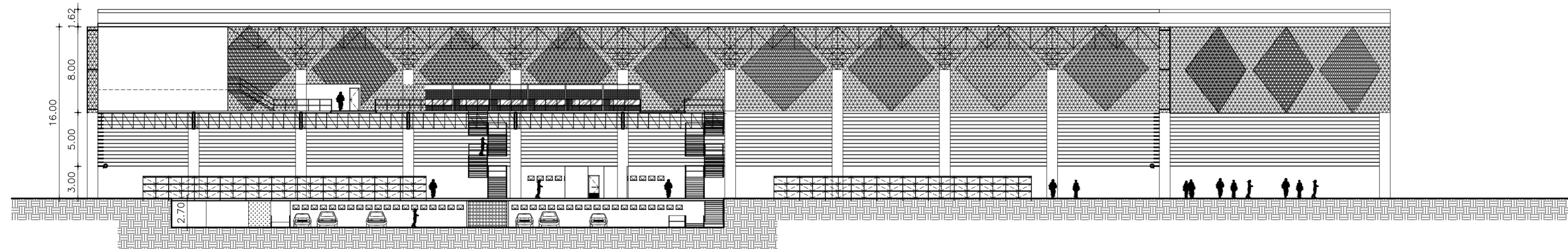
AUTORIA: **YURI NOBRE**

DESENHO: **YURI NOBRE**

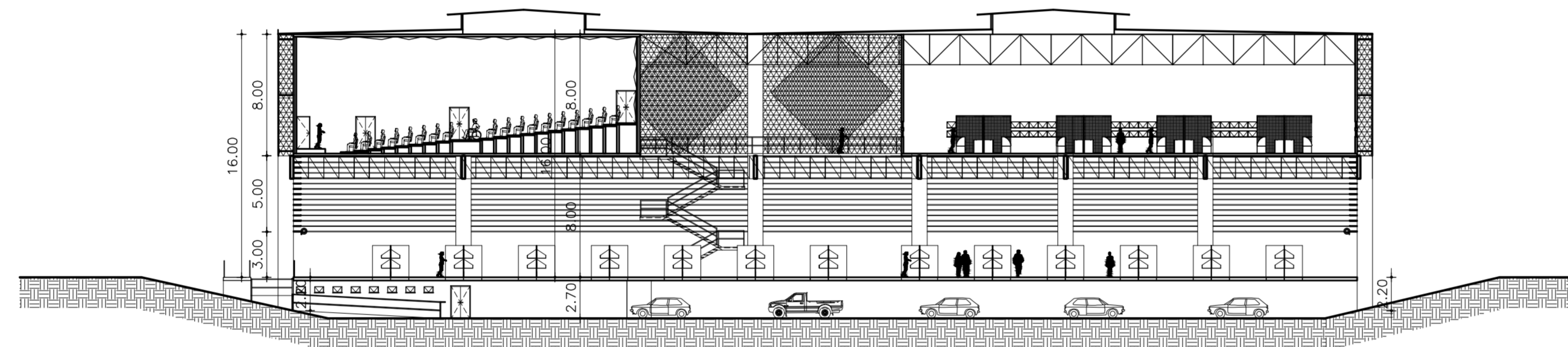
DATA: **JUN/2011**



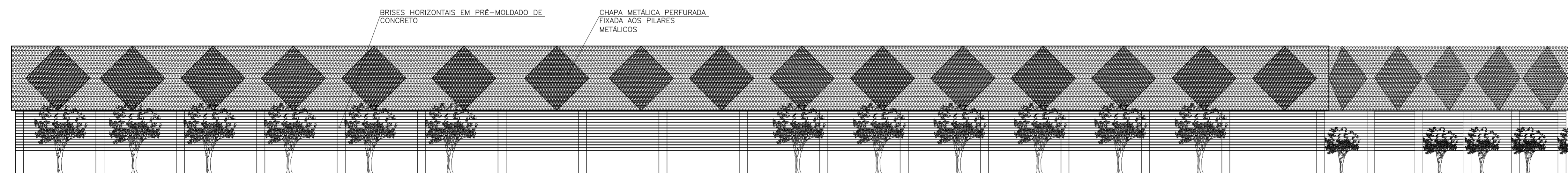
1 CORTE A-A
ESCALA 1/300



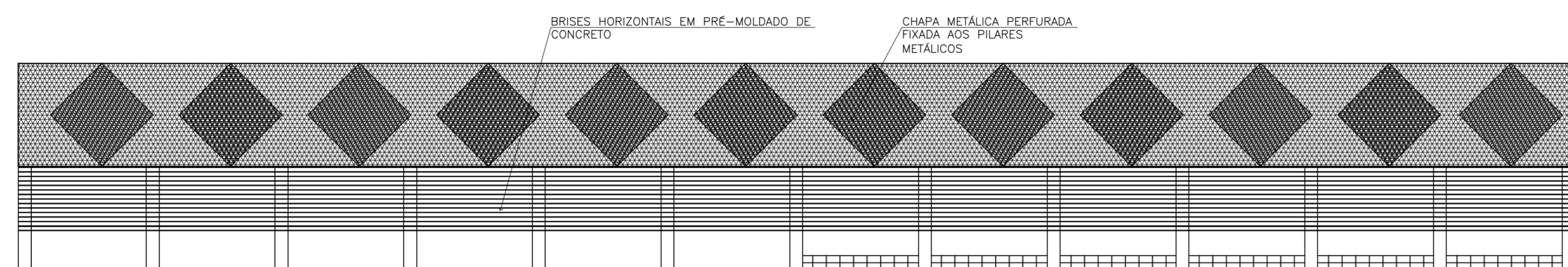
2 CORTE B-B
ESCALA 1/300



3 CORTE C-C
ESCALA 1/300



4 FN - FACHADA NORTE
ESCALA 1/300



5 FN - FACHADA SUL
ESCALA 1/300

CAGECE	SAUDE
ISS-C	ISS-P
CREA	APROVO
PROPRIETARIO: _____	
PROJETO: _____	
CALCULO: _____	
CONSTRUCAO: _____	PAGO

MERCADO
MESSEJANA

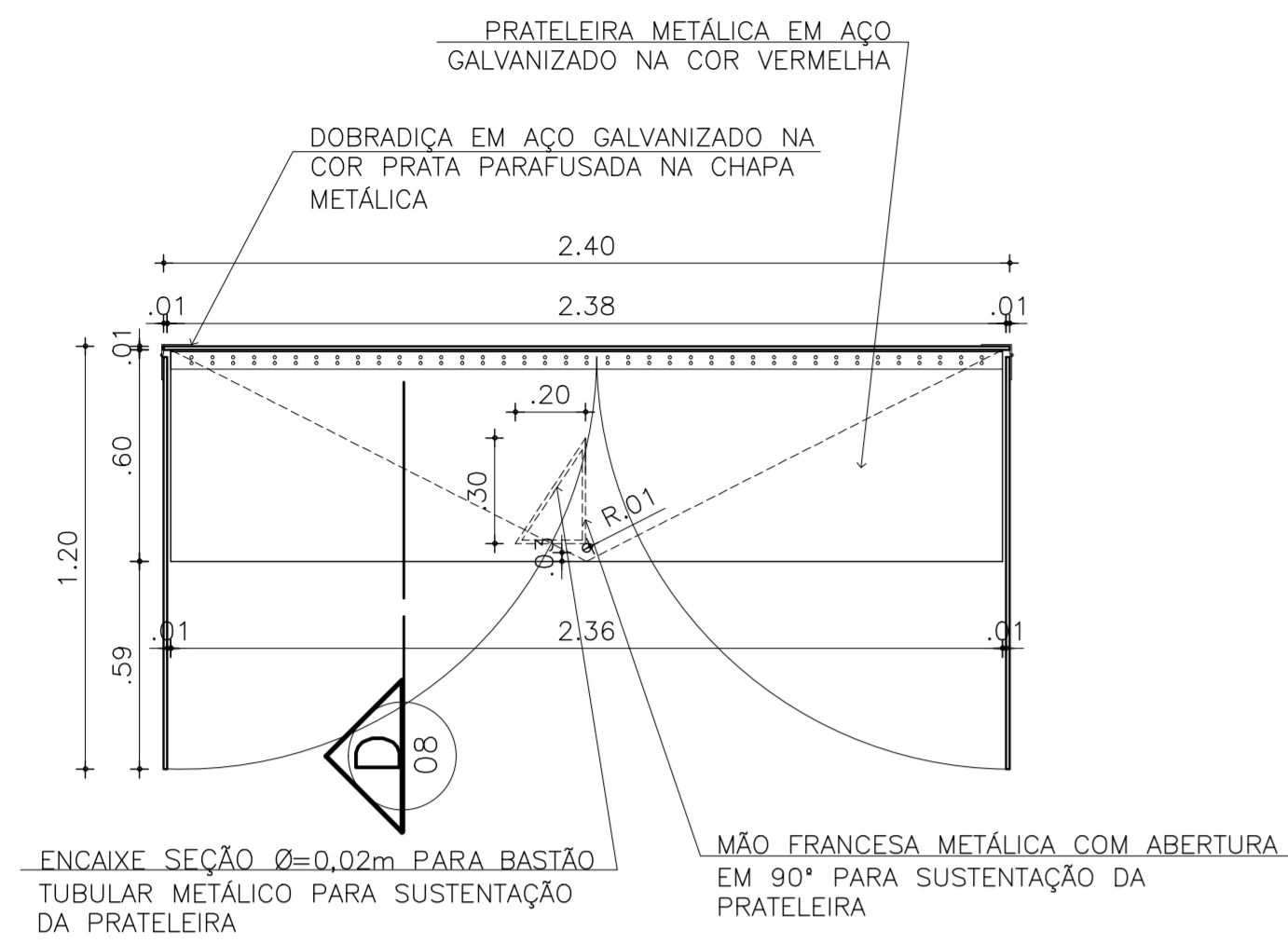
PROJETO : **PROJETO DE GRADUAÇÃO**
ARQUITETURA E URBANISMO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

ASSUNTO : **MERCADO DE MESSEJANA**

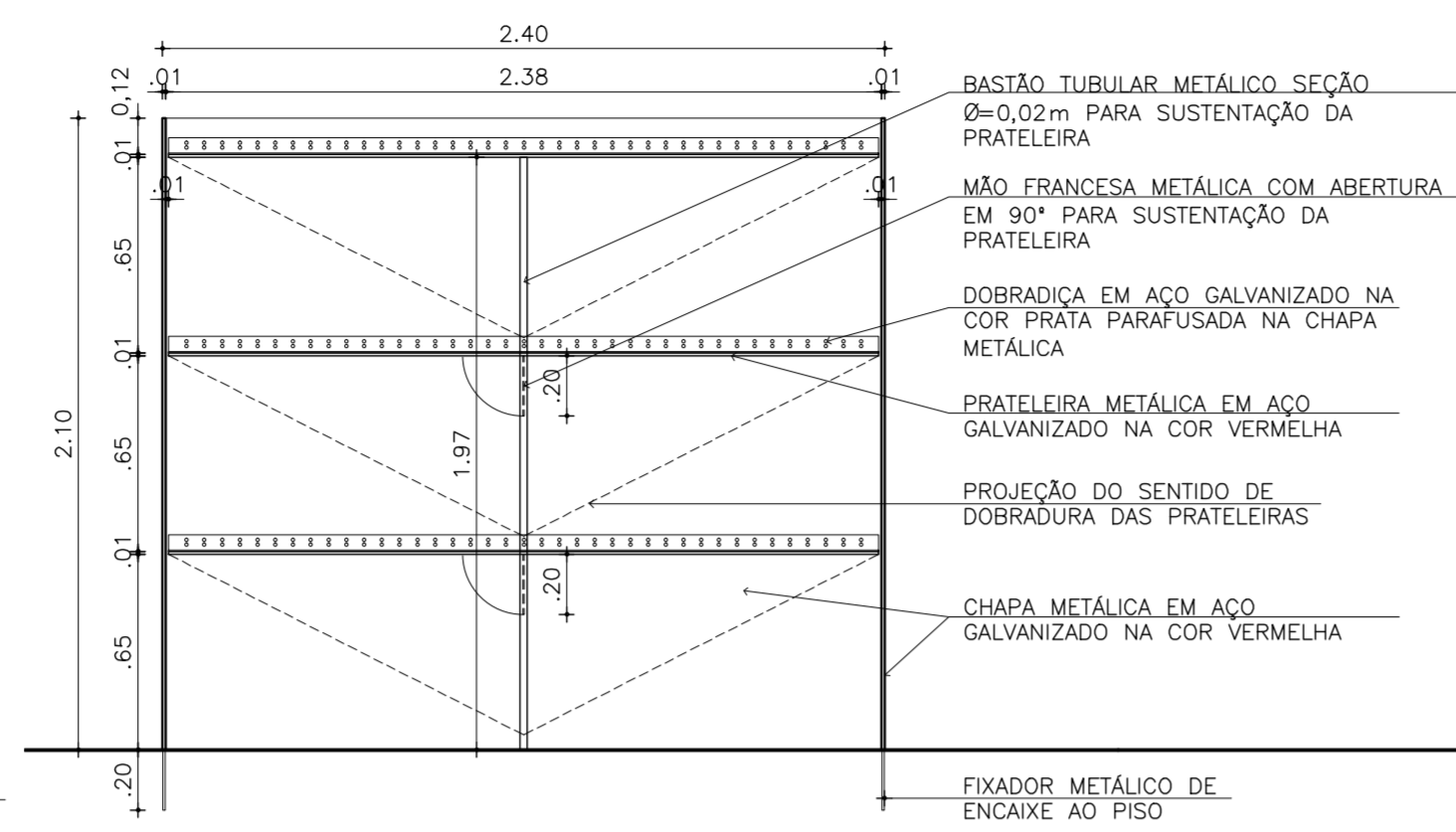
CONTEUDO : **CORTES E FACHADAS**

AUTORIA : **YURI NOBRE** DESENHO : **YURI NOBRE** DATA : **JUN/ 2011**

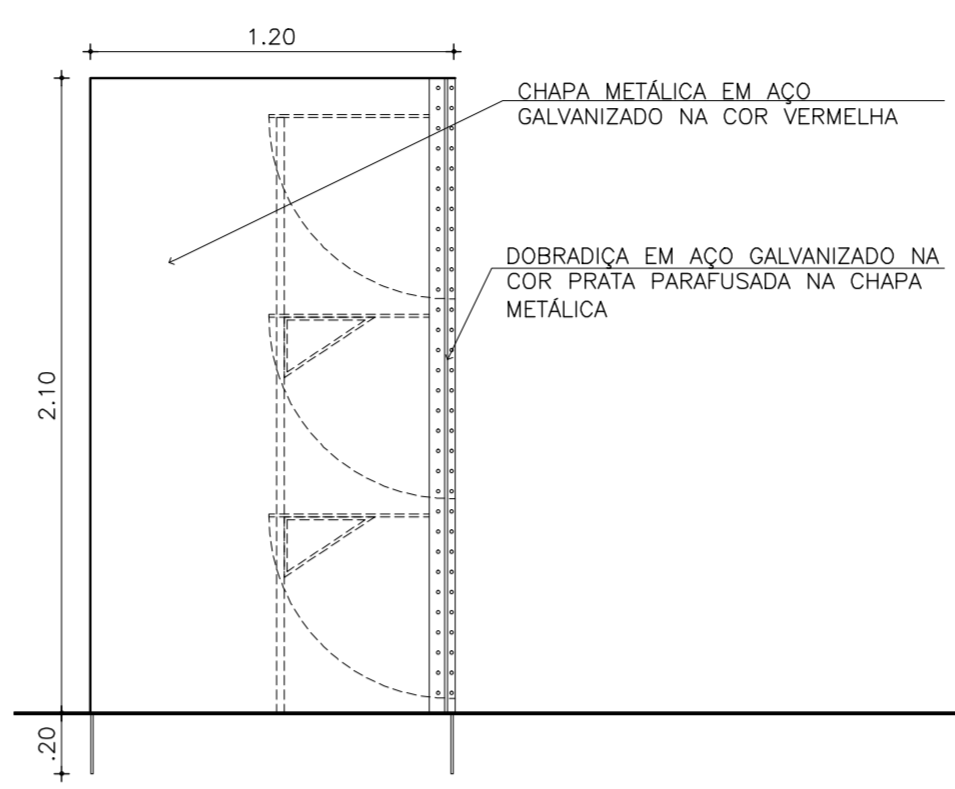
PRANCHA :
07



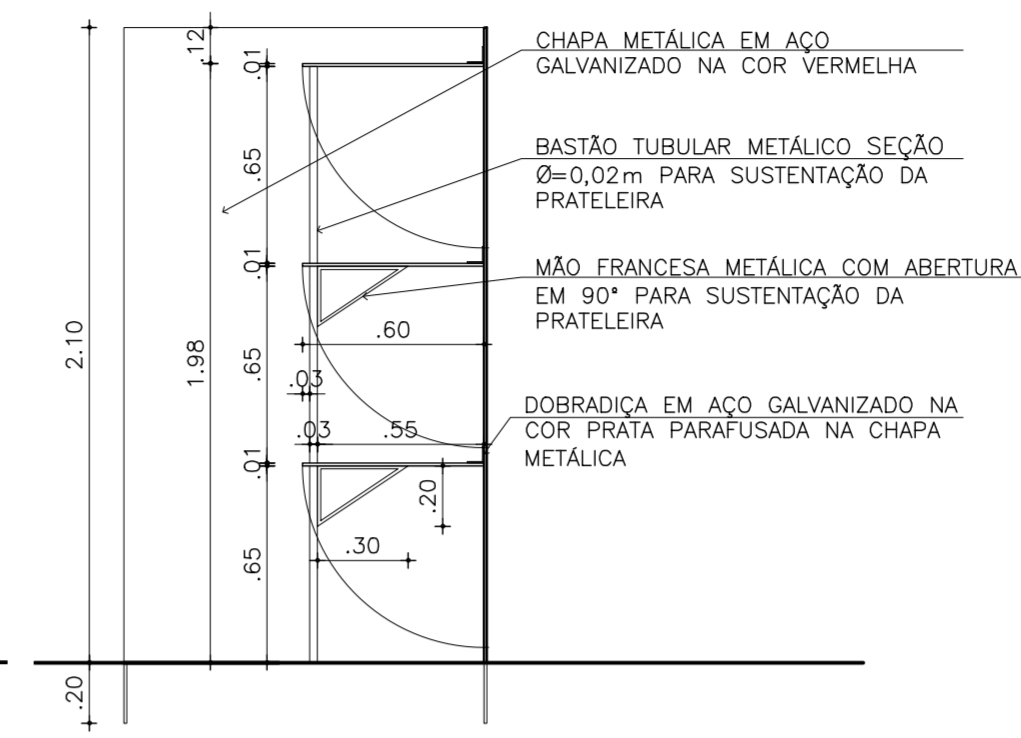
1 PLANTA BOXE CONFEC.
ESCALA 1/25



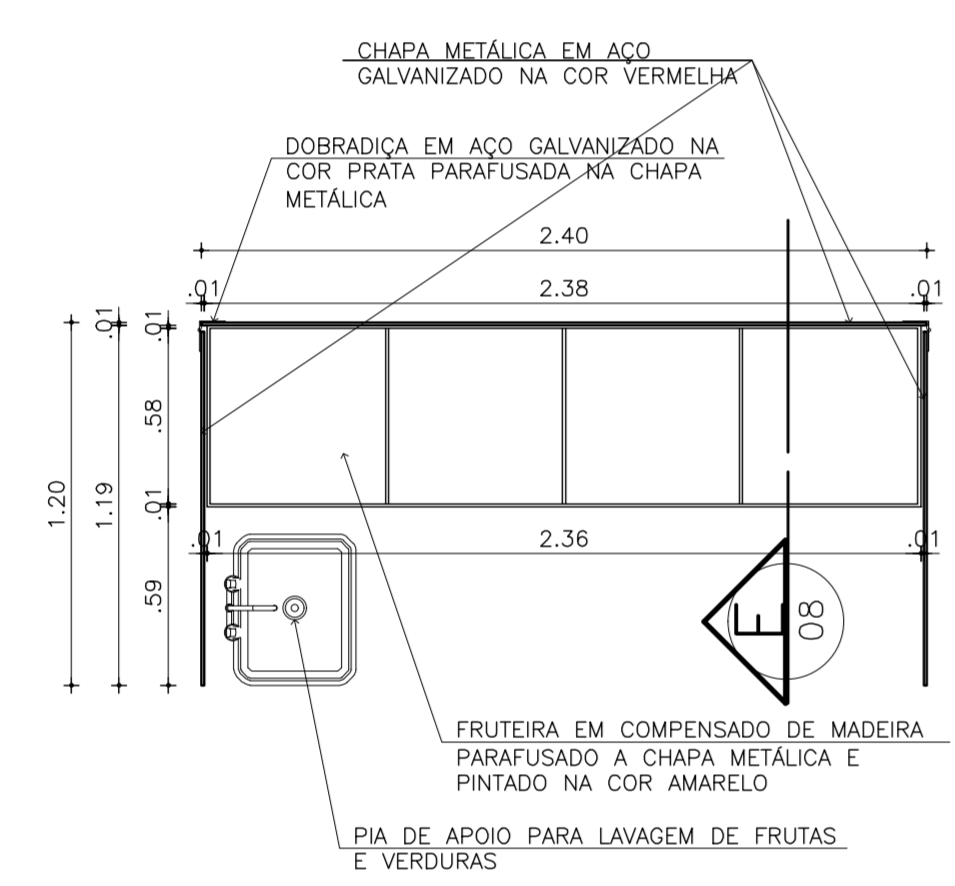
1 VISTA FRONTAL BOXE CONFEC.
ESCALA 1/25



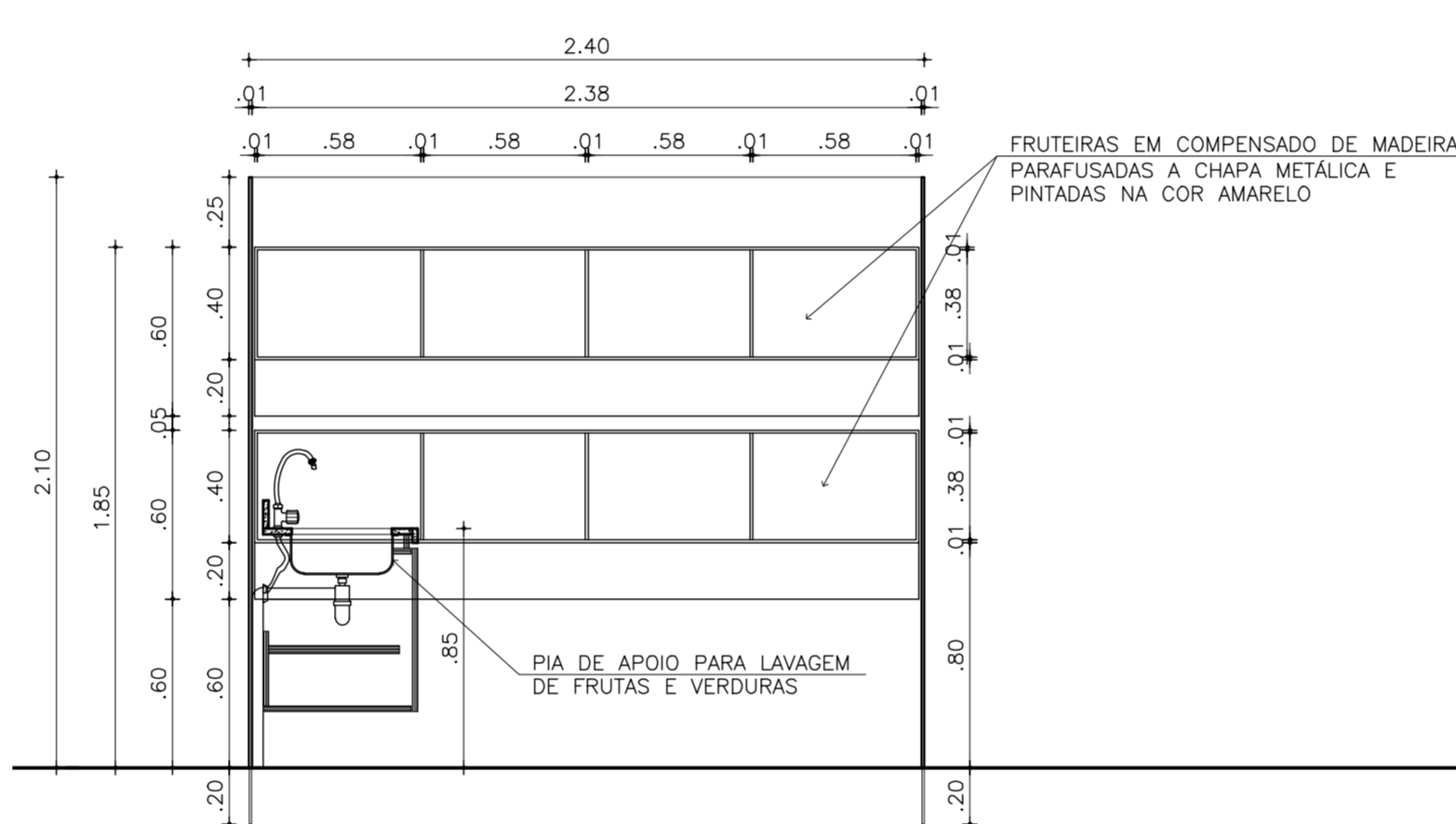
1 VISTA LATERAL BOXE CONFEC.
ESCALA 1/25



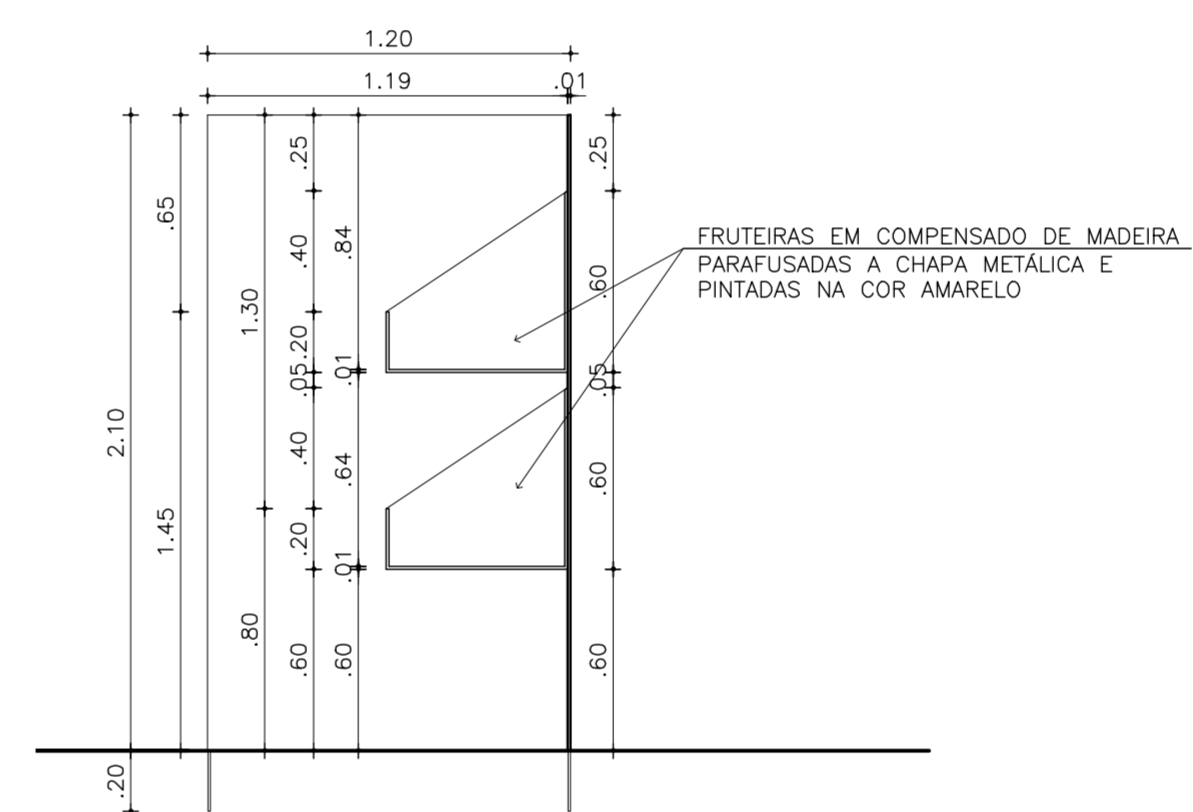
1 CORTE D
ESCALA 1/25



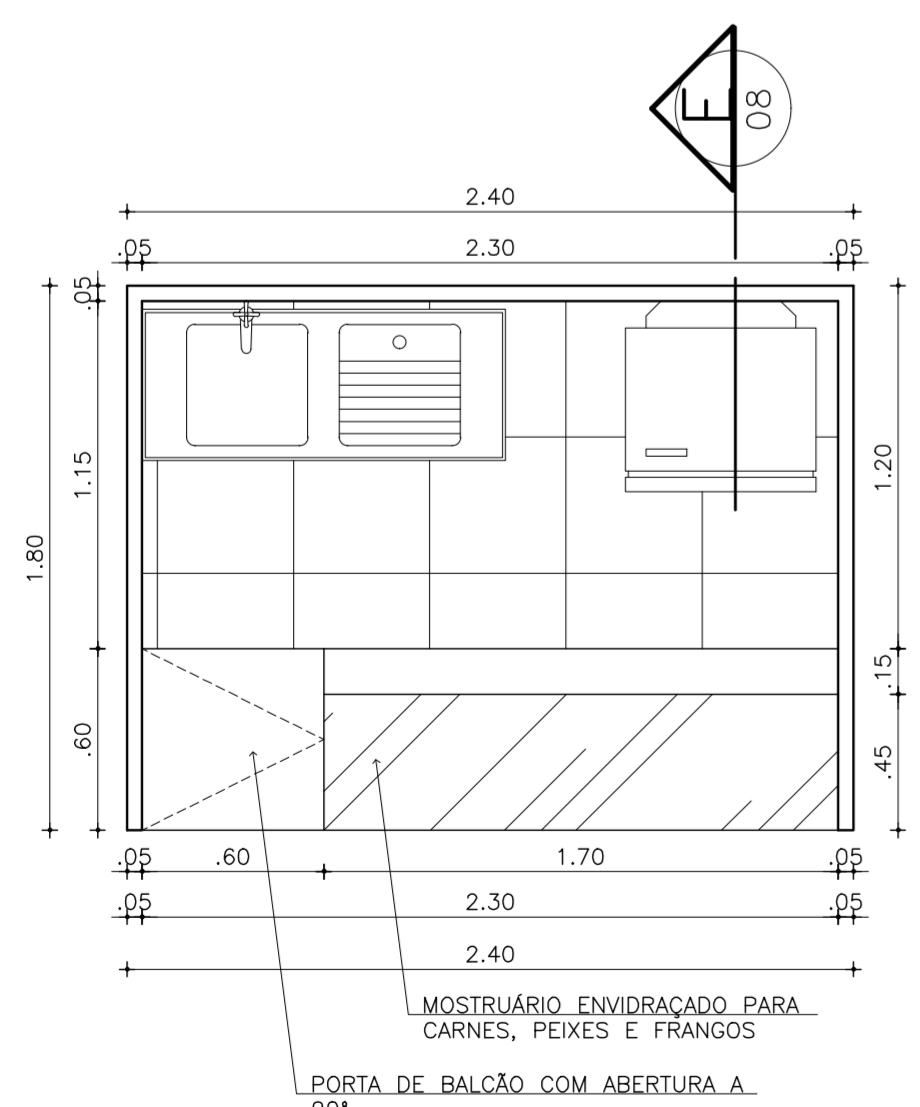
1 PLANTA BOXE FRUTAS E VERD.
ESCALA 1/25



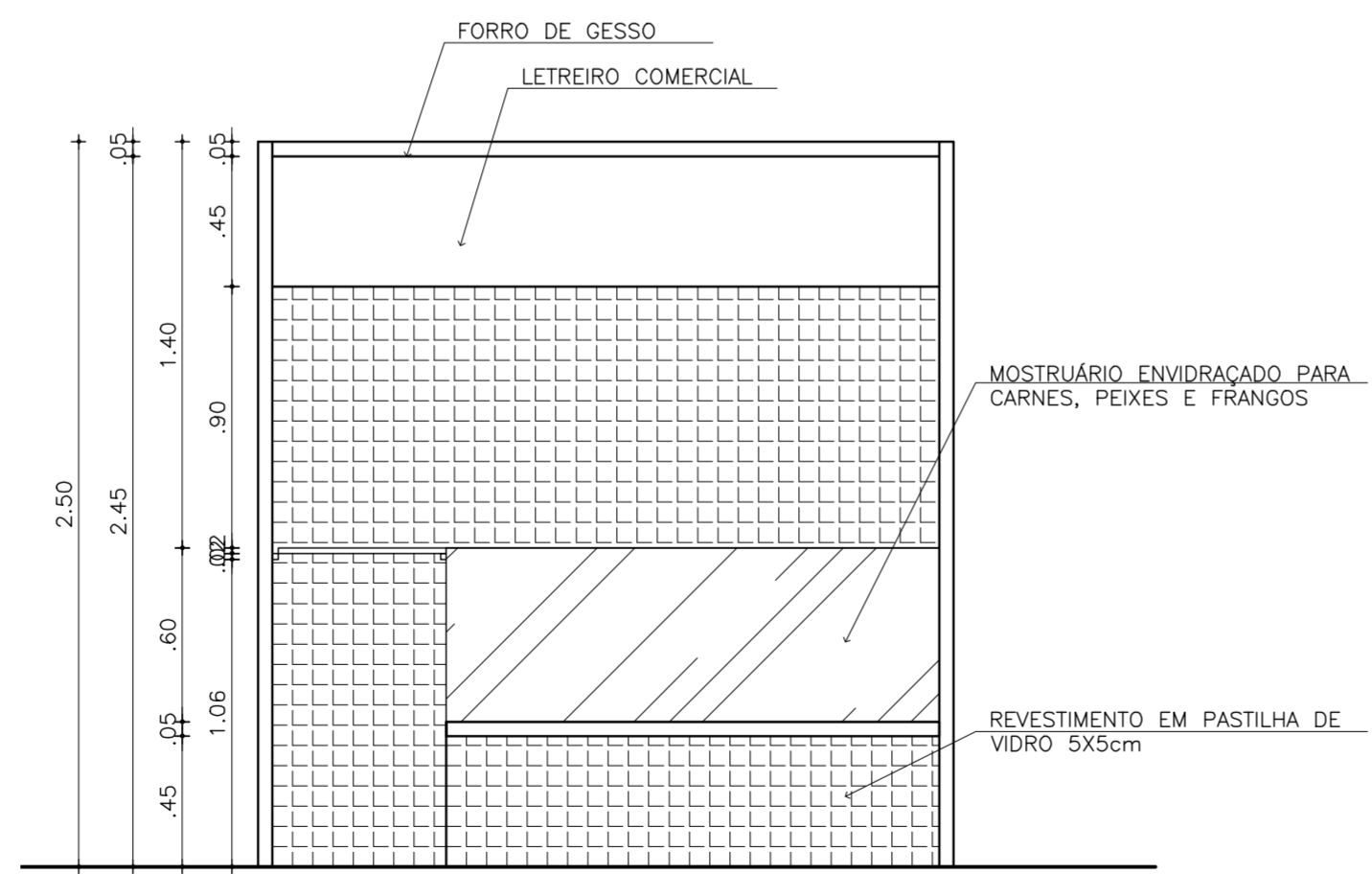
1 VISTA FRONTAL BOXE FRUTAS E VERD.
ESCALA 1/25



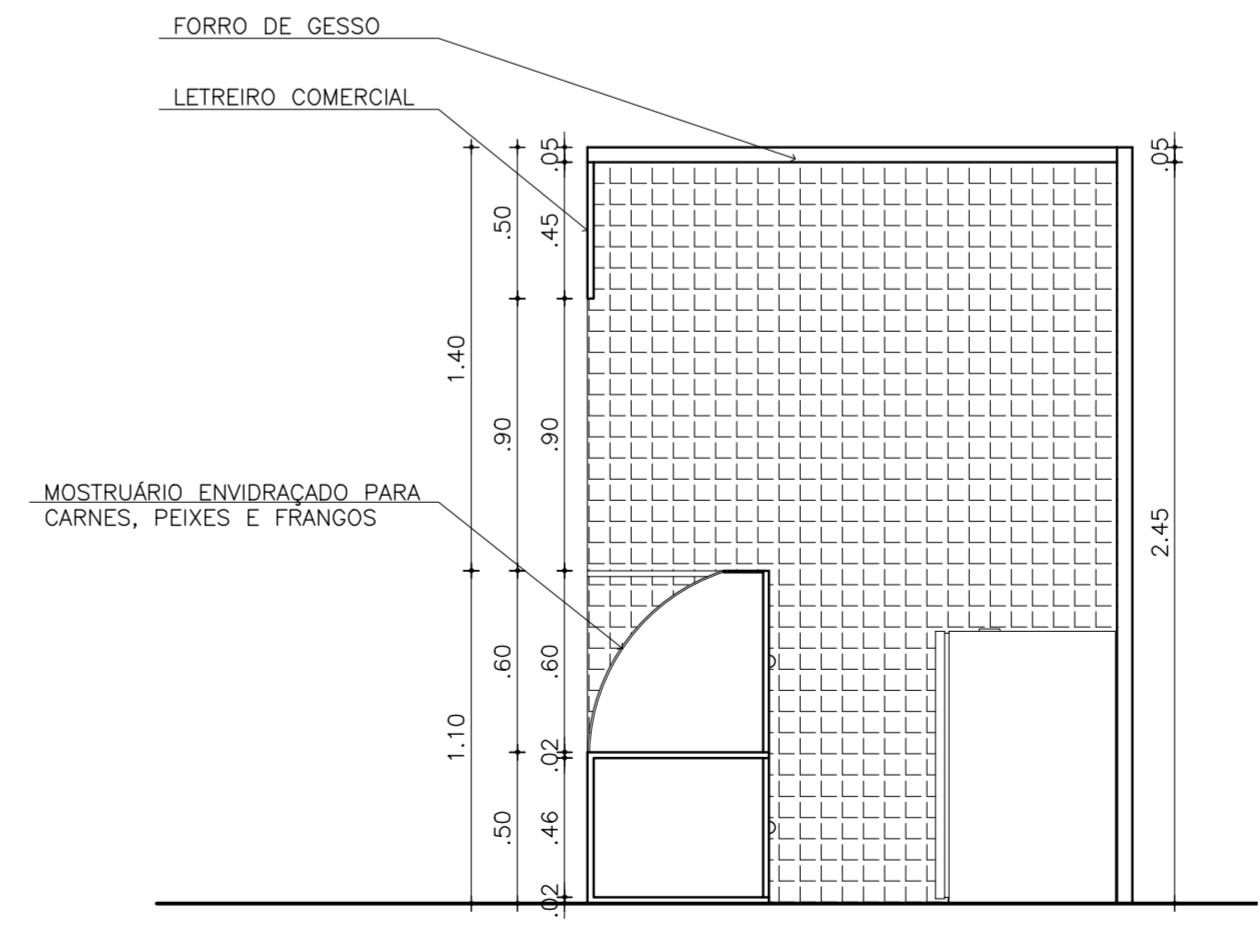
1 CORTE E
ESCALA 1/25



1 PLANTA BOXE CARNE/PEIXE/FRANGO
ESCALA 1/25



1 VISTA FRONTAL BOXE CARNE/PEIXE/FRANGO
ESCALA 1/25



1 CORTE F
ESCALA 1/25

CAGECE	SAUDE
ISS-C	ISS-P
CREA	APROVO
PROPRIETARIO:	
PROJETO:	
CALCULO:	
CONSTRUCAO:	PAGO


PROJETO DE GRADUAÇÃO
 ARQUITETURA E URBANISMO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
 ASSUNTO: **MERCADO DE MESSEJANA**
 CONTEUDO: PROJ. BOXE CONFECCOES/ MIUDEZAS
 PROJ. BOXE HORTIFRUTICARNEIROS
 PROJ. BOXE CARNES/ PEIXES/ FRANG.
 AUTORIA: YURI NOBRE
 DESENHO: YURI NOBRE
 PRANCHA: **08**
 DATA: JUN/ 2011